

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA  
EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA NO JORNAL PARANÁ-  
NORTE (1934-1944)**

**ISABEL FRANCISCO DE OLIVEIRA BARION**

**MARINGÁ  
2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA NO JORNAL PARANÁ-NORTE (1934-  
1944)**

Tese apresentada por Isabel Francisco de Oliveira Barion, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientadora:

Prof<sup>(a)</sup>. Dr<sup>a</sup>: Maria Cristina Gomes Machado

Coorientador:

Prof<sup>o</sup>. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes

MARINGÁ  
2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B253e

Barion, Isabel Francisco de Oliveira

Educação, economia e política no Jornal Paraná-Norte (1934-1944) / Isabel Francisco de Oliveira Barion. -- Maringá, PR, 2021.

210 f.figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.

Coorientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Educação - Política - Economia. 2. Jornal Paraná-Norte. 3. História da educação. 4. Educação - Imprensa. I. Machado, Maria Cristina Gomes, orient. II. Gomes, Marco Antônio de Oliveira, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.98162

Ademir Henrique dos Santos - CRB-9/1065

ISABEL FRANCISCO DE OLIVEIRA BARION

**EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA NO JORNAL PARANÁ-NORTE (1934-1944)**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (Orientadora) – UEM – Maringá

Profa. Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter – UENP – Jacarezinho

Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG – Ponta Grossa

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo – UEM – Maringá

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer – UEM – Maringá

20/04/2021

Dedico este trabalho a todas as pessoas que têm feito da Universidade um espaço de resistência e que têm lutado por uma educação mais democrática e por uma sociedade mais justa e igualitária.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, mas não o Deus de uma religião ou de uma doutrina religiosa que se sobrepõe ao seu próximo, que apoia a injustiça, o ódio e a violência. Agradeço ao Deus criador de toda humanidade, sem distinção de gênero, raça ou religião. Ao Deus que, por meio de Jesus Cristo, deixou seus ensinamentos de amor, tolerância, respeito, bondade e empatia pelo outro. A Ele, sou grata por ter me oportunizado essa caminhada acadêmica, na qual eu adquiri conhecimento e autoconhecimento.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, pela orientação responsável, pelo profissionalismo, ética, respeito, paciência e amizade. Ao longo do curso, recebi seu apoio. Você se mostrou muito mais do que uma orientadora, foi amiga e parceira, sempre pronta a ouvir e partilhar seus conhecimentos. Obrigada por abrir as portas de sua casa tantas vezes; obrigada por sempre ter uma palavra de ânimo; obrigada por aceitar trilhar este caminho comigo. Professora, você é uma mulher admirável!

Ao Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes, meu coorientador, minha gratidão por partilhar comigo seu conhecimento e sua experiência. Obrigada por se colocar sempre à disposição e por ler tantas vezes o meu texto. Seu jeito calmo e sua fala mansa acalentaram o meu coração. Obrigada por fazer parte da minha formação.

Aos (Às) professores(as) da banca examinadora: Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, Dra. Analete Regina Schelbauer, Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter e Dra. Maria Isabel Moura Nascimento, pelas contribuições na qualificação e pela prontidão em aceitar o convite em fazer parte da banca de avaliação.

Agradeço ao Hugo Alex da Silva pela disposição, empatia e profissionalismo com que sempre me atendeu na secretaria do PPE. Aos colegas do Grupo de Pesquisa *História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares* (GEPHEIINSE), pelos momentos que passamos juntos.

Agradeço à Taís Giraldelli, uma amiga-irmã que o doutorado me proporcionou. Obrigada pela amizade sincera, por dividir comigo momentos de alegrias, angústias e ansiedades. Sou grata a você, por sempre estar ao meu lado, mesmo que de maneira virtual, me ouvindo, apoiando e incentivando. Oxalá, que todos os doutorandos tenham uma pessoa com quem possam contar.

À minha família. À minha mãe, Cida de Oliveira, e ao meu pai, Juvenal Francisco de Oliveira, obrigada pelas orações em meu favor, e pela companhia em minhas viagens a Maringá. Obrigada por cuidar do meu pequeno para eu estudar e trabalhar. Vocês sempre me incentivaram e acreditaram em mim. Aos meus filhos, Daniel e Benjamin, e à minha nora Beatriz, pois foi por vocês que me aventurei neste caminho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, por todo o suporte oferecido.



As coisas acontecidas, mesmo longe, ficam perto  
para sempre e em muitas vidas.

Cecília Meirelles

BARION, Isabel Francisco de Oliveira. **EDUCAÇÃO, ECONOMIA E POLÍTICA NO JORNAL PARANÁ-NORTE (1934-1944)**. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2021.

## RESUMO

O objeto e fonte desta tese é o jornal Paraná-Norte, que iniciou suas atividades no ano de 1934 em Londrina, Paraná. A investigação está situada no campo da História e Historiografia da Educação, sob o tema Educação e Imprensa. A escolha desse objeto de pesquisa se deu por se tratar do primeiro periódico que circulou em Londrina e região durante o processo de colonização planejada por uma empresa inglesa privada, a Companhia de Terras Norte do Paraná. O objetivo geral do trabalho é analisar as proposições e as questões sobre a educação propagadas pelo jornal Paraná-Norte, em Londrina e região, durante os dez primeiros anos de sua circulação, de 1934 a 1944, no contexto de reorganização do Estado Nacional. Para isso, apresentamos o jornal Paraná-Norte, sua gênese e materialidade refletindo sobre a importância deste estudo para a composição da História Nacional; descrevemos o contexto histórico brasileiro e sua representação no jornal Paraná-Norte; e discutimos questões sobre a educação, política e economia presente no periódico nos primeiros anos de circulação. Os critérios para a delimitação temporal se deram pelo fato de que na primeira década de circulação, o jornal passou por poucas modificações, mesmo com alterações no quadro de editores e proprietários. Foram analisadas quinhentas e dez edições do jornal que se encontram digitalizadas e disponibilizadas na página virtual da Hemeroteca do Paraná. Para a composição deste trabalho foram utilizadas fontes documentais e bibliográficas que proporcionaram a base teórica à luz da teoria que permite uma análise da totalidade, no qual o singular, no caso, o jornal, está contido. Foram analisadas as condições econômicas, históricas, sociais, políticas e culturais que envolveram a região em que o jornal Paraná-Norte foi produzido. Com base nos estudos realizados, defendemos a tese de que a educação foi vista pelo jornal Paraná-Norte como propulsora "do progresso e da civilidade" dos que habitavam a região, fatores utilizados como atrativos aos possíveis compradores daquelas terras. Num segundo momento, mas não menos importante, destacamos que a educação defendida no Paraná-Norte foi em prol da nacionalização do estrangeiro e da formação do patriotismo, por meio do culto aos símbolos, aos heróis nacionais e ao respeito às datas cívicas, contribuindo para uma formação política dos moradores da região. A educação do corpo e da mente representava a formação moral adequada ao cidadão comprometido com os princípios do Estado Novo, que se utilizou da educação escolar e do papel formativo da imprensa para esse fim.

**Palavras-chave:** Educação; História da Educação; Educação e Imprensa; Jornal Paraná-Norte; Progresso; Civilidade.

BARION, Isabel Francisco de Oliveira. **EDUCATION, ECONOMY E POLITICS AT “JORNAL PARANÁ-NORTE” (1934-1944)**. 210 f. Thesis (Doctorate in Education) – Universidade Estadual de Maringá. Adviser: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2021.

### **ABSTRACT**

The object and source of this present thesis is the “Jornal Paraná-Norte”, which began its activities in Londrina, Paraná, Brazil, in 1934. The investigation conducted is based in the field of History and Education Historiography, under the theme Education and Press. The choice of this research object was due to the fact it was the first periodical that circulated in Londrina and region during the colonization process, which was planned by a private English company, the “Companhia de Terras Norte do Paraná”. The general objective of this paper is to analyze the propositions and questions about education diffused by the “Jornal Paraná-Norte”, in Londrina and region, during the first ten years of its circulation from 1934 to 1944, in the context regarding the reorganization of the National State. Herewith, we present the “Jornal Paraná-Norte”, its genesis and materiality, reflecting on the importance of this study for the composition of the National History; we describe the Brazilian historical context and its representation in the “Jornal Paraná-Norte”; and we discuss the concept of education, progress and civility present in the newspaper in the first years of circulation. The criteria for the temporal delimitation were given by the fact that in the first decade of circulation, the newspaper underwent few changes, even with changes in the table of editors and even owners. Five hundred and ten editions of the newspaper were analyzed, which are digitized and available on the virtual page of the “Hemeroteca do Paraná”. For the development of this paper, documentary and bibliographic sources were used that provided the theoretical basis in the light of the theory that allows an analysis of the totality, in which, in this case, the newspaper, is inserted. The economical, historical, social, political and cultural conditions surrounding the region where the “Jornal Paraná-Norte” was produced were analyzed. Based on the studies carried out, we defend the thesis that education was seen by the “Jornal Paraná-Norte” as a driver of "progress and civility" for those who inhabited the region, factors used as attractive to potential buyers of those lands. No less important, we emphasize that the education defended in “Paraná-Norte” was in favor of the nationalization of foreign influence and the formation of patriotism, through the cult of symbols, national heroes and respect for civic dates, contributing to a political formation of the region residents. The education of the body and mind represented the adequate moral formation of citizens committed to the principles of the “Estado Novo”, who used school education and the formative role of the press for this purpose.

**Key Words:** Education; Education History; Education and Press; Jornal Paraná-Norte; Progress; Civility.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	A caminho de Paraguay! .....	<b>40</b>
<b>Figura 2</b>	Nome do diretor do jornal .....	<b>50</b>
<b>Figura 3</b>	Nome do redator e do diretor do jornal .....	<b>50</b>
<b>Figura 4</b>	Pela Alfabetização - Paraná-Norte .....	<b>85</b>
<b>Figura 5</b>	Inimigos do Estado .....	<b>101</b>
<b>Figura 6</b>	Estado de Guerra - Paraná-Norte .....	<b>114</b>
<b>Figura 7</b>	Sobre questões políticas em Londrina .....	<b>119</b>
<b>Figura 8</b>	Aviso sobre a saída de Willie Davids do governo londrinense ..	<b>123</b>
<b>Figura 9</b>	Sobre a luz elétrica .....	<b>138</b>
<b>Figura 10</b>	Setores de atuação da CTNP .....	<b>144</b>
<b>Figura 11</b>	Casamento .....	<b>161</b>
<b>Figura 12</b>	Estrangeiros .....	<b>170</b>
<b>Figura 13</b>	Relatório sobre Instrução no Paraná .....	<b>176</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Estudos sobre o jornal Paraná-Norte em forma de Anais .....	<b>30</b>
<b>Quadro 2</b>	Estudos sobre o jornal Paraná-Norte em forma de TCC .....	<b>32</b>
<b>Quadro 3</b>	Dissertações de Mestrado sobre o Paraná-Norte .....	<b>33</b>
<b>Quadro 4</b>	Livros e capítulos sobre o jornal Paraná-Norte .....	<b>34</b>
<b>Quadro 5</b>	Artigos sobre o jornal Paraná-Norte .....	<b>35</b>
<b>Quadro 6</b>	Colaboradores do jornal Paraná-Norte .....	<b>42</b>
<b>Quadro 7</b>	Fases do jornal Paraná-Norte .....	<b>42</b>
<b>Quadro 8</b>	Dados sobre o Ensino Primário no Paraná (1940) .....	<b>82</b>
<b>Quadro 9</b>	Número de periódicos criados no Paraná até o ano de 1907 .....	<b>91</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABE - Associação Brasileira de Educação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná

CDPH - Centro de Documentação e Pesquisa Histórica

CIA - Companhia

CNE - Conselho Nacional de Educação

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

GEPHEIINSE - Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEM - Universidade Estadual de Maringá

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO JORNAL DE LONDRINA .....</b>	<b>27</b>
2.1 O Jornal Paraná-Norte como objeto e fonte de estudos regionais .....	27
2.2 Bastidores do jornal Paraná-Norte e seus principais protagonistas .....	36
2.3 Londrina, a cidade “Menina” nos periódicos da capital paranaense .....	53
<b>3 SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO JORNAL PARANÁ-NORTE .....</b>	<b>66</b>
3.1 Antecedentes da Era Vargas até a consolidação da Constituição de 1934 .....	66
3.2 O Paraná na Era Vargas: Educação e Imprensa .....	77
3.3 A Era Vargas no jornal Paraná-Norte .....	92
3.4 O jornal Paraná-Norte e a política local .....	111
<b>4 EDUCAÇÃO COMO PARTE DO PROJETO “COLONIZADOR” EM LONDRINA E REGIÃO .....</b>	<b>127</b>
4.1 “Progresso” e “desenvolvimento” nas páginas do jornal Paraná-Norte .....	127
4.2 Educação, civilidade e moralidade no Paraná-Norte .....	149
4.3 A educação escolar em Londrina como parte do projeto civilizador .....	162
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>188</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>191</b>

# Paraná - Norte



Director: CARLOS DE ALMEIDA



10/10/34

ANNO

1

LONDRINA (Estado do Paraná), 9 de Outubro de 1934.

NUMERO

1

## Paraná - Norte

Este modesto semanario, apresenta-se hoje em publico. Elle vem desataviado de presumpções. Pequeno e timido, como quem avança os primeiros passos em terreno desconhecido, *Paraná-Norte* pede o amparo de todos que habitam esta grande zona que é o norte do Paraná, e onde elle vai agir no sentido de propagar-lhe a riqueza, concretizada na fertilidade inegualavel do seu solo — regado pelo mais formoso systema hydrographico que se pode imaginar — no esforço herculeo dos desbravadores de suas mattas e no pulso forte e rijo de seus trabalhadores ruraes, que na ancia do progresso collectivo, não medem sacrificios para a grandeza deste pedaço da terra americana, onde varias raças se misturam na mais commovedora das harmonias. — Esse é o nosso programma.

Em materia politica, tomando-se o termo na significação que ao mesmo hoje se empresta, ficamos á margem dos partidos. A politica está fóra do nosso programma e das nossas cogitações. Não nos interessa. Entretanto, ás auctoridades constituidas, quando agirem dentro da lei, daremos o nosso apoio, franco e desinteressado. E... basta de programmas.

## Londrina

Para se avaliar o progresso rapidissimo e quasi inacreditavel de Londrina, vamos citar o seguinte:

Em 1929, no local onde se ergue a cidade, não havia uma unica habitação. Os snrs. H. Thomas e William Reid, em Julho do referido anno, difficilmente, percorreram a mata, conseguiram, determinar o local para séde da Companhia que representavam.

Pode-se dizer que além dos citados snrs., os primeiros habitantes de Londrina, foram os snrs. Alexandre Rasgulzef, George Smith, Erwin Froelich e Alberto Loureiro. Fez-se uma derrubada de dez alqueires, iniciou-se a construção da estrada de Jatyhy e ergueram-se os primeiros esteios de um hotel campestre.

Em 1930, existia a casa da Companhia e o Hotel dirigido por madame Frieda Ricca.

Rio de Janeiro	138.574
Districto Federal	136.085
Pernambuco	122.849
Santa Catharina	88.850
Ceará	73.509
Paraná	54.208
Espirito Santo	51.994
Parahyba	51.412
Rio Grande do Norte	47.402
Pará	46.774
Maranhão	45.678
Sergipe	41.657
Piahy	40.959

## HOTEL

LUXEMBURGO

O melhor e o mais confortavel da zona Norte do Paraná

Agua corrente em todos os quartos.

Tem automovel na Estação a disposição dos snrs. hospedes.

Explendido salão para banquetes e festas.

Gregorio Rosenberger

LONDRINA.

hoje proprietaria do Hotel Germania.

Em 1931, erguiam-se em Londrina, sete casas.

Em 1932, a cidadezinha começava a desenvolver-se: possuía 12 casas, sendo a mais importante a do Hotel Luxemburgo. Isto até Junho. Em Dezembro, o numero de habitações subiu a 150. Em 1933 passou a 400, para attingir 554 em Outubro de 1934!

Para que não fique no olvido, é justo que se consigne o nome do primeiro negociante que se estabeleceu em Londrina. Foi elle o sr. Alberto Kock, hoje residente em Nova Dantzig.

Dr. Antonio de Camargo Corrêa Ferraz  
ADVOGADO

## Quantos eleitores tem o Brasil?

Dois milhões, seiscentos e cincoenta e sete mil, cent e cincoenta e cinco, assim distribuidos:

São Paulo	534.487
Minas Geraes	530.634
Rio Grande do Sul	527.267
Bahia	185.483

Alagoas	34.760
Goyaz	33.691
Mato Grosso	21.888
Amazonas	9.884
Acre	5.130

## Garantias Eleitoraes

I — Nenhuma auctoridade pôde, desde 5 dias antes até 24 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delicto.

II — Desde 24 horas antes até 24 horas depois da eleição, não serão permitidos os comícios de caracter politico.

III — Os membros das mesas eleitoraes, os fiscaes de candidatos e os delegados de partidos, são inviolaveis durante o exercicio de suas funções.

## Sociaes

Festejam seus anniversarios natalicios:

Hoje — A exma. professora d. Virginia Barduco de Almeida.

Dia 11 — O travesso Hudson Goyaz da Silva, neto do sr. Antonio Santa Cruz, de Jatyhy.

Dia 12 — O estimado e distincto pharmaceutico sr. Prisciano Gurgel de Macedo.

Dia 14 — A exma. snra. Maria Dora Cavalcanti Ferraz, gentilissima esposa do dr. Antonio C. Ferraz, proecto advogado no foro da comarca.

Dia 15 — A gentil e galante senhorita Maria Paissará, de Jatyhy.

— Passou no dia 6 o aniversario do coronel Bruno Martins da Cruz, chefe politico de grande prestigio em Santa Maria da Victoria, Bahia.

## Correio Paulistano

Assinaturas e annuncios — Nova redacção

## Visitas

— Em caracter particular esteve na cidade o dr. H. Speiser, consul geral da Alemanha em S. Paulo. Infelizmente a estadia de sua excia. foi breve. Mesmo assim teve tempo de observar e levar desta terra as melhores impressões. Com a colonia allema, espantoso que a digna auctoridade consular, volte a nos favorecer com outra visita, um pouco mais prolongada.

— Em inspecção ás obras da ponte sobre o rio Tibagy, estiveram tambem em Londrina, os drs. Arthur Rangel Christoffe e Francisco Grabenweger, socios da firma constructora da referida ponte. Os distinctos itinerante regressaram quinta-feira para S. Paulo, satisfetissimos com os notaveis progressos que notaram na gran obra d'arte da Comp. Ferroviaria São Paulo Paraná.

— Deu-nos o prazer de sua visita a senhorita Izaura Ferreira Neves, professora em Nova Dantzig.

— Honrou a nossa redacção com a sua amavel visita o dr. João Figueiredo, medico que veio estabelecer em Londrina o seu consultorio clinico.

— Deu-nos tambem o prazer de sua visita o ten. Joaquim de Souza Teixeira, digno e correcto delegado de policia desta comarca.

Gratos.

## Regresso

De S. Paulo, onde se achava a passeio, regressou a exma. snra. d. Betty Thomas, digna esposa do dr. Thomas, director gerente da



## 1. INTRODUÇÃO

Este modesto semanário apresenta-se hoje em público. Elle vem desataviado de presumpções. Pequeno e tímido, como quem avança os primeiros passos em terreno desconhecido (PARANÁ-NORTE, 09/10/1934)<sup>1</sup>.

O jornal Paraná-Norte circulou nos anos de 1934 a 1954 e marcou o início da imprensa em Londrina, cidade situada na região Norte do Paraná, fundada no ano de 1929 e elevada a município em 1934, quando essa estava em processo de formação durante a década de 1930 do século XX<sup>2</sup>. Apesar de ser descrito como um semanário “pequeno e tímido”, o jornal Paraná-Norte foi o único periódico a circular por Londrina e região durante os anos de 1934 até 1941. Por meio dele, os moradores da região tiveram acesso a notícias locais, nacionais e internacionais.

Por ser o primeiro jornal produzido e impresso em Londrina, o jornal Paraná-Norte contém um acervo rico de informações e dados que podem ser utilizados na composição da história de Londrina e região. Como documento, pode contribuir para a composição da História e da História da Educação brasileira. Por isso, o periódico foi escolhido como objeto e fonte de nossa pesquisa, que está situada no campo disciplinar da História da Educação, sob a temática Educação e Imprensa.

No período de levantamento das fontes, tivemos acesso à leitura de algumas edições do jornal Paraná-Norte e verificamos que este apresentava muitas informações sobre a gênese da educação na região. Após primeiros contatos com o periódico, buscamos conhecê-lo melhor e percebemos que a imprensa como fonte e/ou objeto de estudo pode ser considerada como uma ferramenta importante para o estudo da história.

---

<sup>1</sup> No decorrer do trabalho, quando tratar de citação direta do jornal, será utilizado a grafia original apresentada no periódico.

<sup>2</sup> “Londrina anteriormente pertenceu à Comarca de Tibagi, e posteriormente integrou-se a de São Jerônimo. O município foi criado pelo Decreto n. 2519 de 3 de dezembro de 1934 e elevado à categoria de Comarca Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 6.213, de 18 de janeiro de 1938. O nome dado à Londrina é homenagem a Londres, por sugestão do Dr. João Sampaio, cidade onde estava instalada a Paraná Plantations Ltda., matriz da empresa e capital da Inglaterra, país de origem dos fundadores da Companhia de Terras Norte do Paraná” (FERREIRA, 2006, p. 175).

O jornal Paraná-Norte circulou por cerca de três décadas, o que permitiu a produção de muitas edições e, por isso, foi necessário o recorte temporal. Sendo assim, selecionamos o período em que o jornal esteve sob a direção de dois grupos de proprietários que mantiveram o mesmo perfil na produção do periódico. O marco temporal se deu na publicação da primeira edição, em 9 de outubro de 1934, e finalizamos a análise com a edição publicada em 13 de agosto de 1944.

Os dez primeiros anos do jornal condizem com o período da colonização planejada em Londrina pela Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, enquanto isso, as políticas nacionalistas do presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) ecoavam pelo Brasil, alcançando regiões menos urbanizadas como o Norte do Paraná, assunto que nos chamou a atenção.

No trabalho, utilizaremos o termo *colonização planejada* para fazermos referência ao processo de vendas de lotes pela CTNP da região que era habitada por indígenas, caboclos e posseiros. A partir do processo da colonização planejada pela CTNP, esses moradores foram expulsos para que se concretizasse o projeto capitalista de venda das terras sob o discurso do *vazio demográfico*, o qual era disseminado pelo jornal Paraná-Norte. Optamos pela utilização do termo após estudos baseados em Nakagawara (1981), Joffily (1985), Tomazi (1997), Capelo (2000) e Schelbauer (2014).

Com as leituras prévias do jornal, a questão propulsora para o trabalho se deu ao questionarmos: quais as questões educacionais repercutidas no jornal Paraná-Norte durante os primeiros dez anos em que circulou em Londrina e região, no contexto de fortalecimento do Estado Nacional, ocorrido durante a Era Vargas?

Com base nesse questionamento, o objetivo geral desta tese é analisar as proposições e as questões sobre a educação propagadas pelo jornal Paraná-Norte, em Londrina e região, durante os dez primeiros anos de sua circulação, de 1934 a 1944, no contexto de reorganização do Estado Nacional.

Como parte da análise de nosso objeto de pesquisa, elencamos como objetivos específicos: a) Apresentar o jornal Paraná-Norte, sua gênese e materialidade, refletindo sobre a importância do estudo para a composição da História Nacional; b) Descrever o contexto histórico brasileiro e sua representação no jornal Paraná-Norte; c) Discutir as concepções de educação, “progresso e civilidade” presentes no jornal Paraná-Norte nos primeiros anos de circulação.

Após a delimitação do problema e objetivos, demos início ao levantamento de dados pautados no método cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela mudança dos meios de produção.

Para elaborar o trabalho, recorreremos ao referencial teórico baseados em autores como: Capelato (1988), Marx (1978; 2004), Leite (2013; 2016), Martins e Luca (2008), Tomazi (1997), Saviani (2012), Camargo (2018), dentre outros. Após a leitura do referencial teórico, elencamos as categorias *totalidade*, *contradição*, *mediação* e *hegemonia*, que consideramos centrais para nortear as discussões apresentadas.

Na sociedade, os homens estabelecem as relações sociais de acordo com a produção material, criando princípios e ideias e formando um todo a partir de um processo de contradição que, na sociedade, as relações coexistem simultaneamente (MARX, 2004).

Tendo como base a discussão proposta por Marx, é possível compreendermos que a categoria totalidade permite a análise de um objeto composto por unidades do contrário, as quais estão sempre em movimentação na sociedade. A contradição é o próprio motor interno do desenvolvimento de uma sociedade. No que diz respeito à mediação enquanto categoria, para fazer a relação entre as partes na constituição da totalidade, torna-se necessária, pois nada está isolado, tudo se relaciona. A relação entre as classes sociais e a maneira como uma sociedade produz o material, é um fator determinante para a organização social e política. Nesse aspecto, a categoria mediação é fundamental. Sendo assim, compreendemos que as categorias servem para analisar a realidade social que é resultado de múltiplas determinações, pois estabelecem relações entre si, não sendo fragmentadas e isoladas (MARX, 2004).

A hegemonia refere-se à dominação ideológica da burguesia sobre o proletariado, que ocorre por meio de mecanismos morais e intelectuais com o objetivo de consolidar a hegemonia da classe dominante.

A hegemonia é a capacidade de direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, exercida sobre o conjunto da sociedade civil, articulando seus interesses particulares com os das demais classes de modo que eles venham a se constituir em interesse geral (CURY, 1985, p. 48).

Nesse aspecto, a imprensa pode ser utilizada de maneira hegemônica no intuito de dar um direcionamento político e cultural para a classe trabalhadora.

O caminho seguido para compreendermos as ideias presentes no nosso objeto de estudo foi o de o confrontarmos com outras fontes, a fim de analisá-lo mediante o contexto histórico social vigente. Desse modo, selecionamos as acepções temáticas *sociedade, política, educação, progresso e civilidade* presentes no nosso objeto de pesquisa, para compor sua análise. A seleção dessas acepções temáticas se deu porque foram as mais recorrentes no periódico e teve o intuito de compreender a totalidade dos acontecimentos e a possível relação entre o geral e o particular.

Compreendemos que o jornal Paraná-Norte, enquanto fonte histórica, tem o seu significado. Porém, por ser elaborado por um grupo que detinha um certo poder econômico e intelectual, foi permeado por intencionalidades e, por ser fruto de um período histórico determinado, é repleto de contradições.

Para termos acesso ao jornal Paraná-Norte, contatamos o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (CDPH) sobre a possibilidade de um contato direto com a fonte. Fomos informados pelos funcionários do CDPH que todas as edições do período selecionado estavam digitalizadas.

O jornal Paraná-Norte encontra-se digitalizado e disponível para consulta *on-line*, no *site* da hemeroteca paranaense, sendo de fácil acesso. As edições do dia 9 de outubro de 1934 até 29 de setembro de 1940 estão no formato imagem. A partir de 6 de outubro a 13 de agosto de 1944, período de nosso estudo, os jornais estão disponíveis em formato *PDF* e, dentre eles, há algumas edições cuja digitalização ficou “escura”, o que dificultou a leitura e análise.

Ao todo, analisamos quinhentas e dez edições, de um total de quinhentas e vinte e três. Das edições selecionadas, treze não puderam ser analisadas, por não estarem disponíveis na coleção; outras seis edições apresentavam páginas faltantes ou incorretas, mas mesmo assim, pudemos analisá-las parcialmente. Todas as edições foram lidas e os temas de interesse para a pesquisa foram catalogados, no intuito de conhecer o material para posterior análise.

De posse do material, realizamos a leitura de cada edição do jornal Paraná-Norte, as quais foram catalogadas em uma tabela produzida pelos membros do grupo de pesquisa do *Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares* (GEPHEIINSE) da Universidade Estadual de Maringá. Na tabela, constava itens relevantes para a catalogação das edições como data, autor do artigo, título, seção, tema, palavras-chave, página, síntese, dentre outros.

Diante do tema escolhido para nossa pesquisa, faz-se necessária a discussão sobre a relevância de ter como objeto de estudo, temas locais e regionais na composição da totalidade expressa na história nacional, haja vista que é recorrente que alguns pesquisadores afirmem que determinada concepção teórica valorize estudos locais e regionais, enquanto que outra concepção teórica não os valorize devido a sua análise por meio da categoria totalidade (SAVIANI, 2012).

Essa situação não pode ser considerada regra, pois, estudar a história local ou regional não significa se opor à totalidade histórica e nem fragmentar a história nacional. Cabe ao pesquisador compreender que, ao escolher o objeto e estabelecer as fontes, precisa ter clareza do método que irá utilizar, visto que os estudos regionais podem contribuir para a compreensão da história nacional.

Ao considerar que o nosso objeto faz parte da história regional, recorreremos a Saviani (2012) que, no seu texto *O Local e o Nacional na Historiografia da Educação Brasileira*, apresentou uma discussão a respeito de investigações realizadas em História da Educação a partir do final do século XIX até o início do século XXI, apresentando ao leitor uma análise teórica dos conceitos local, regional e nacional.

De acordo com o autor, historicamente houve a prevalência de estudos que privilegiavam a publicação de documentos, no intuito de preservar as memórias geográfica e histórica do país, o que de certa maneira contribuiu para que prevalecesse o discurso sobre estudos nacionais. Entretanto, há registros de vários trabalhos produzidos nos séculos XIX, XX e nos primeiros anos do século XXI em que manifestações locais e regionais apareceram em estudos e pesquisas. A contribuição mais profícua desses estudos se deu a partir da institucionalização de programas de pós-graduação no Brasil, na década de 1970. Nesse período, houve uma mudança significativa na diversidade de estudos e pesquisas sobre a história da educação brasileira.

Sobre o aumento na produtividade dos temas regionais e locais, a década de 1990 foi o período em que os estudos receberam maior atenção dos pesquisadores brasileiros. Sobre isso, Saviani explica que o estudo sobre a história local “[...] incide sobre o objeto, não, propriamente, sobre o método, já que, a partir de uma mesma orientação teórico-metodológica, pode-se pesquisar a história da educação local, regional ou nacional” (SAVIANI, 2012, p. 18). Desta forma, compreendemos que a escolha pela pesquisa local ou regional não está atrelada à orientação metodológica, todavia à escolha do objeto em questão. A integração ao todo, mesmo com suas contradições, permite com que estudos

regionais contribuam com o nacional. Sendo assim, é preciso recuperarmos a memória histórica de como se deu a ênfase em estudos de caráter nacional no Brasil. Sobre esse assunto, é possível afirmar que o contexto histórico e político foi determinante, pois, após a Independência do Brasil, houve um sufocamento no conceito de regionalismo, pautados na preservação da Unidade Nacional, na qual todas as Constituições Nacionais ressaltaram que o país era uma união indissolúvel de seus Estados-Membros. Esse movimento em prol da unidade nacional ganhou voz especialmente durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945).

Nesse período havia a preocupação por parte do governo de fortalecer um Estado Nacional. Essa preocupação se deu por vários motivos: pela quantidade de estrangeiros que habitava o país, pela falta de um sentimento nacional e por possíveis movimentos separatistas (BIGOTO, 2017).

Esse cenário se fez presente no campo educacional por meio das reformas educacionais na década de 1930 e 1940, nas quais se priorizou o ensino e o estudo da História Nacional aos alunos do Ensino Secundário, sobrepondo-se aos estudos locais e regionais.

O aumento nas produções de caráter regional ocorreu após o fim do regime militar e com a redemocratização da sociedade brasileira, em meados da década de 1980. No período democrático, instaurado a partir de 1988 com a promulgação da Constituição Brasileira, iniciou-se uma fase de reorganização dos conteúdos considerados necessários para a formação do cidadão brasileiro.

Nesse sentido, faz-se necessário discutirmos o conceito de região, pois o aumento do interesse em estudos no campo da História da Educação nas regiões brasileiras tem criado novas possibilidades de análise, colocando em cena diferentes atores sociais e novos espaços de pesquisa que contribuem para a compreensão da totalidade.

O conceito de região pode ser entendido de diferentes maneiras que variam desde o aspecto geográfico até o aspecto simbólico e cultural. Nessa perspectiva, a pesquisa de caráter regional pode estar associada a um espaço administrativo e geográfico, ou antropológico e cultural; entretanto, um não anula o outro (CORRÊA, 2012).

Ao considerar que não se pode fragmentar o conhecimento histórico, o pesquisador precisa compreender as peculiaridades da história nacional e como ela se configurou enquanto história local e regional e até mesmo internacional, e de que maneira a composição dessa história influenciou as relações entre os grupos sociais existentes.

O Brasil é um país conhecido pela sua diversidade cultural. Assim, a recuperação da história local e regional permite reconstruir as intencionalidades e interesses que nortearam seu processo histórico nacional, contribuindo para a compreensão ampliada da sua atual configuração. Nesse aspecto, o jornal Paraná-Norte contribuiu para o início das discussões sobre educação em Londrina e região, num período em que as ideias nacionalistas e desenvolvimentistas faziam parte do movimento pelo progresso do país, sobretudo, em regiões compostas por imigrantes.

Com o levantamento bibliográfico, verificamos que o estudo de um jornal local de circulação regional configura-se como uma fonte e objeto peculiar na articulação com a história nacional, pois, não se pode promover o estudo isolado da realidade local, sem que haja a compreensão da totalidade. Dessa forma, não pretendemos fazer uma história local ou regional isolada, fragmentada, mas sim, contribuir com a História da Educação, por meio da utilização como fonte e objeto um jornal local, com veiculação regional, porém que refletia em suas páginas, os desafios educacionais, políticos, sociais e culturais que estavam presentes no cenário nacional nas primeiras décadas do século XX.

Partimos do princípio de que a imprensa local e regional está interligada com os meios de comunicação nacional, dos quais é coadjuvante, no intuito de preencher lacunas territoriais e demográficas (CIDRÃO; MATOS; BRANDI, 2019).

No que diz respeito à História da Educação brasileira, as investigações específicas sobre a educação em nível local são necessárias para conhecermos questões particulares e efetivas para a concretude da compreensão da educação em âmbito nacional. “Sem isso, o nacional será reduzido à mera abstração ou se tomará como nacional a manifestação local ou regional mais influente” (SAVIANI, 2012, p. 27).

Ao elencarmos o jornal Paraná-Norte como fonte e objeto de nossa pesquisa, buscamos a leitura e a compreensão do significado de alguns conceitos. Começamos pela palavra “fonte” que tem origem no século XIX com o cientificismo, período em que a História se preocupava com a descoberta de “fatos verdadeiros”. A utilização da palavra “fonte”, na historiografia, é inspirada no termo *fons* (fonte) em latim, que significa “início de algo”, “fonte de alguma coisa”, no sentido de origem, mas com um significado novo. As fontes constituem um início, origem, nascente, manancial, um ponto de partida para a construção historiográfica. É, portanto, o começo de um processo no qual o pesquisador utilizará na composição do conhecimento histórico de um determinado assunto (SAVIANI, 2006). Assim, não são produzidas naturalmente, são produções repletas de

intencionalidade e cabe ao pesquisador desvendar, a partir da compreensão do contexto ao qual elas foram produzidas.

As fontes propriamente ditas, podem ser documentos, objetos ou quaisquer vestígios que contribuam com a compreensão de determinados fenômenos ou situações. Entretanto, tais objetos e ou documentos só adquirem o grau de fonte na relação com o historiador que, “[...] ao formular o seu problema de pesquisa, delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas” (SAVIANI, 2006, p. 30).

Estamos em comum acordo com o autor, quando esclarece que a palavra fonte não significa apenas início, origem, mas algo inesgotável que permite ao pesquisador descobrir novos elementos, novas informações todas as vezes que a ela recorrer. As fontes remetem ao ponto de partida, a base que é essencial para o conhecimento do objeto histórico estudado. Sendo assim, quando pensamos em fonte para pesquisa, nos remetemos ao passado.

Conceitualmente, a palavra “passado”, permite que seja feita uma reflexão sobre vários aspectos, sejam filosóficos, históricos ou semânticos. No entanto, pensaremos no passado como algo que pode ser lembrado, mas que deve ser contextualizado pelo pesquisador. Para isso, fizemos uso do texto “O sentido do passado” produzido por Hobsbawm (1998), no qual o autor afirmou que o passado está presente na consciência humana, nas mais diversas sociedades e instituições. Logo, cabe ao historiador analisar a natureza do passado na sociedade, localizando possíveis mudanças e transformações.

O passado não descarta as mudanças e inovações que a humanidade produz, mas se configura em uma seleção infinita daquilo que é possível de ser lembrado, o que permite traçar de um caminho para a transformação da sociedade. Sendo assim, o passado continua a ser o instrumento analítico mais significativo para compreendermos as constantes mudanças históricas sociais. O olhar para o passado permite conceber perspectivas diferentes de um objeto ou das fontes eleitas, as quais cabe ao historiador desvendá-las, considerando que o passado é um elemento essencial que pode ser inventado e reinventado. Nesse sentido, o passado é útil para compreender as constantes mudanças na sociedade, pois todo o passado constitui a história (HOBSBAWM, 1998).

Nesse aspecto, a investigação histórica passa pelo passado e a contribuição das pesquisas produzidas tem ajudado na reconstrução da História da Educação brasileira e na



compreensão de fatores que influenciaram a formação da sociedade por meio de ideias disseminadas por objetos que representam o passado, no caso a imprensa.

No jornal Paraná-Norte, a temática educacional se fez presente em várias edições. Tendo em vista que a palavra “educação” é ampla e pode ser discutida sob vários aspectos, optamos por falar da educação que acontece quando uma pessoa tem a possibilidade de educar e ser educada pela sua atuação social.

Consideramos que a educação é uma prática social que acontece por meio da interação entre as pessoas. Nessa concepção, vários são os meios utilizados para educar, dentre eles o jornal, o cinema, o teatro, o museu, a igreja, a família, a escola e outros espaços nos quais há interação social contribuindo para o processo da formação humana<sup>3</sup>.

A educação nos dias atuais refere-se ao processo de formação humana no qual historicamente o *homo sapiens* foi submetido ao se relacionar com o outro e com a natureza. Dessa forma, compreendemos que a educação é algo extremamente humano e necessário para o desenvolvimento social do sujeito. Para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (SAVIANI, 2005).

A educação para a formação humana não se reduz ao ensino, e o seu espaço não se restringe à escola. As pessoas são educadas por todos os espaços sociais em que frequenta, pois ao nos relacionarmos com o “outro”, aprendemos. Nesse caso, o jornal Paraná-Norte pode ser considerado como um instrumento formativo e educacional, especialmente, ao proferir um discurso pautado nos moldes de uma educação moral para a civilidade dos moradores de Londrina e região.

Após a reflexão apresentada, compusemos este trabalho em três seções. Iniciamos a primeira seção intitulada de “História e características do primeiro jornal de Londrina”. Nela, apresentamos algumas produções que tiveram o Paraná-Norte como fonte e objeto de estudo. Relatamos a história da gênese do jornal e os principais nomes envolvidos no processo de criação do periódico. Finalizamos a seção trazendo alguns artigos de periódicos que circularam na capital do Paraná, Curitiba, no período do nosso estudo, no intuito de tecer um diálogo entre os jornais da capital e o Paraná-Norte, especialmente, quando o assunto era o progresso de Londrina.

---

<sup>3</sup> GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

Na sequência, temos a segunda seção nomeada “Sociedade, política e educação brasileira no jornal Paraná-Norte”. Com o objetivo de apresentarmos o contexto no qual o jornal Paraná-Norte foi produzido, apresentamos os antecedentes da Era Vargas até a consolidação da Constituição de 1934, ano em que o jornal começou a circular em Londrina. A educação e a imprensa no Paraná receberam a nossa atenção, haja vista que os discursos que circulavam no cenário nacional ecoaram em diversas regiões do país. Por fim, apresentamos como o jornal Paraná-Norte se posicionou politicamente durante a Era Vargas.

Na terceira e última seção, intitulada “Educação como parte do projeto ‘colonizador’ da CTNP e atuação do jornal Paraná-Norte”, discutimos os conceitos de educação, “progresso” e “civildade” presentes no Paraná-Norte.

Com base nos estudos realizados, defendemos a tese de que **a educação foi vista pelo jornal Paraná-Norte como propulsora do “progresso” e da “civildade” dos que habitavam a região, fatores utilizados como atrativos a possíveis compradores das terras. Num segundo momento, mas não menos importante, a educação defendida no Paraná-Norte ocorreu em prol da nacionalização do estrangeiro e da construção do patriotismo, por meio do culto aos símbolos, a heróis nacionais e ao respeito a datas cívicas, contribuindo para a disseminação da hegemonia política aos moradores da região. A educação do corpo e da mente representava a formação moral adequada ao cidadão comprometido com os princípios do Estado Novo, que utilizou a educação escolar e o papel formativo da imprensa com esse fim.**

## **2. HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO PRIMEIRO JORNAL DE LONDRINA**

[...] o papel da imprensa deve ser, não uma arma de obstrução, mas de cooperação, de liame entre os interesses populares e a alta direção de um Estado (MENEZES, PARANÁ-NORTE, 24/02/1935).

Nesta seção apresentamos nosso objeto de pesquisa, sua gênese e materialidade, bem como alguns estudos publicados a partir dele. Trilhamos por esse caminho para que seja possível ao leitor fazer uma análise de conjuntura entre os temas selecionados nesse trabalho e contexto nos quais foram produzidos.

Consideramos que para o estudo de um impresso é necessária uma investigação do espaço em que ele está inserido. Com base nisso, discutir as ideias vinculadas pela imprensa não seria eficaz sem compreender o contexto histórico vivenciado no período selecionado para este estudo, pois a imprensa é um instrumento que tem o poder de formação da opinião pública.

A imprensa do século XX pode ser dividida em grande imprensa, que são os jornais com características capitalistas, com estrutura de empresa, dotadas de algum recurso; e a pequena imprensa, proletária, temporária, marginalizada e interiorana (CARNEIRO; KOSSOY, 2003). Entretanto, ambos modelos de imprensa podem contribuir com a composição de estudos regionais.

A contribuição de estudos regionais e locais para a composição da História da Educação brasileira merece destaque neste trabalho, considerando que o jornal escolhido como nosso objeto e fonte, é um jornal regional, pequeno, interiorano, mas que esteve a serviço do progresso e desenvolvimento de Londrina e região, o que tem despertado o interesse de pesquisadores de áreas diversas, conforme veremos a seguir.

### **2.1 O Jornal Paraná-Norte como objeto e fonte de estudos regionais**

Ao analisar a relevância de estudos locais e/ou regionais, é possível afirmar que o estudo da imprensa oportuniza a investigação de temas variados que podem contribuir com

a construção da história nacional. Já o trabalho com um jornal local nos permite pensar como a sociedade era composta e como as ideias que circulavam no âmbito nacional alcançavam adeptos em regiões em movimento de reocupação, fazendo, desta maneira, a articulação entre o geral e o singular.

[...] a imprensa interiorana se apresenta com uma história dinâmica, um abre-fecha constante de jornais. Sempre, porém, prestando as comunidades um serviço inestimável, de tal modo que não se pode menospreza-la, ainda quando ela não dá sinais de ter evoluído técnica e profissionalmente (ALMEIDA, 1983, p. 15).

O trabalho com a imprensa, seja ela interiorana ou de grande circulação, é relevante para pensarmos no papel atribuído à imprensa em determinadas regiões do país e em períodos históricos específicos pois,

Em períodos da história da humanidade, a imprensa é interlocutora das visões de mundo e projetos de sociedades no presente e para o futuro dos homens do seu tempo. É assim que os jornais apresentam articulações, visões de governo heterogêneos, conspirações, entre outros movimentos políticos (LUCENA, 2011, p. 20).

Por meio do estudos de periódicos podemos conhecer e analisar a composição e o pensamento de sociedades em tempos e espaços diversos. Nesse aspecto, o estudo da imprensa de caráter regional ou interiorana, pode contribuir com a discussão sobre o papel da imprensa na construção de ideias e ações que são materializadas a partir das relações construídas socialmente.

A utilização do jornal enquanto fonte e objeto de pesquisa tem mostrado o movimento da história em períodos históricos distintos, o que torna possível observar possíveis contradições presentes na sociedade. Nesse sentido,

O jornalista procede de uma interpretação, na qual a subjetividade está sempre presente, por isso é preciso enxergar nos textos a sua carga de temporalidade. Por outro lado, opera a seleção do *relevante*, colaborando com a transformação do imediato em perene. É preciso ler os textos na sua complexidade, distinguindo entre o fato (o real acontecido) e a notícia (o real reconstruído) (STEPHANOU, 2001, p. 44).

Conforme a citação, ao ler um jornal, é preciso o conhecimento do contexto em que as notícias foram produzidas. Nesse sentido, consideramos a importância das notícias e artigos publicados no jornal Paraná-Norte sobre Londrina e região no início da colonização

planejada. Entretanto, não descartamos a subjetividade implícita que havia nele enquanto imprensa e o poder que ele tinha de formar opiniões no âmbito da esfera pública<sup>4</sup>.

Além das intencionalidades, a materialidade do periódico é um ponto importante a ser considerado pelo pesquisador, pois elementos materiais como tamanho, tipo de papel, qualidade de impressão, formato de suas folhas, uso de cores e imagens, organização das seções podem fornecer ao pesquisador informações relevantes para a análise do seu objeto (ARNAUT DE TOLEDO; SKALINSKI JUNIOR, 2012).

Para sabermos a possível contribuição do jornal Paraná-Norte, realizamos uma pesquisa *on-line* para conhecermos quais estudos foram produzidos tendo-o como fonte e ou objeto de pesquisa<sup>5</sup>. Ao fazermos o levantamento desses dados, localizamos cerca de treze trabalhos acadêmicos que discorreram sobre o jornal Paraná-Norte nas últimas duas décadas. Os trabalhos foram lidos e catalogados em forma de quadro para melhor visualização.

Para a organização do quadro, selecionamos os trabalhos que apresentavam no título a palavra “Paraná-Norte”, na sequência foram lidos e classificados por semelhança no modelo de produção. A seleção destes trabalhos foi importante para a composição de nossa pesquisa, visto que cada pesquisa contribuiu de alguma forma para o nosso estudo.

A partir do levantamento realizado, observamos que dos trabalhos que utilizaram o jornal Paraná-Norte como fonte e ou objeto, três foram publicados como textos em Anais de eventos; dois como trabalhos de conclusão de curso, sendo um deles em nível de especialização; três trabalhos foram produzidos em forma de dissertações de mestrado; e duas na área de História e uma na área da Educação. O Paraná-Norte foi utilizado para a produção de dois livros impressos, sendo que em um dos livros, o jornal foi mencionado em um capítulo apenas. Foram publicados três artigos para revistas, sendo um trabalho publicado numa revista internacional.

---

<sup>4</sup> Sobre o conceito de público, privado e esfera pública ver Habermas (1984).

<sup>5</sup> A pesquisa foi realizada no *Google*. Digitamos o termo ‘Paraná-Norte’ e selecionamos todos os trabalhos que o banco de dados nos forneceu. Na sequência, consultamos o Banco de Dissertações e Teses da Capes.

Na sequência, apresentamos nomeadas as produções que utilizaram o jornal Paraná-Norte como fonte ou objeto de estudo.

Quadro 1: Estudos sobre o jornal Paraná-Norte em forma de Anais

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Produção</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
Ana Maria Chiarotti de Almeida; Roselaine Bolognesi	Silêncio e ideologia no Jornal Paraná-Norte	Anais	2003	Londrina
Carlos Henrique Ferreira Leite; Sônia Maria Sperandio Lopes Adum	Funda-se um jornal, instala-se um município: A cidade de Londrina através do jornal paraná-norte 1934-1936	Anais	2012	UEL-Londrina
Carlos Henrique Ferreira Leite	Do meio à mediação: o papel do Jornal Paraná-Norte na sociedade Londrinense 1934 a 1953	Anais	2013	UEM-Maringá

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação aos trabalhos, o texto intitulado “Silêncio e ideologia no Jornal Paraná-Norte” de autoria de Almeida e Bolognesi (2003), foi publicado como resultado de um projeto de pesquisa composto por integrantes das áreas de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina que durou cerca de três anos.

Cabe ressaltar, no entanto que, para o projeto, enquanto o jornal constitui texto, os Autos Criminais da Comarca de Londrina (aproximadamente 8000 Autos que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH da UEL) são ponto de partida e de constante retorno para a análise do periódico, pois, dessa forma, é possível perceber o que é noticiado acerca das transgressões e o que é silenciado ou colocado no seu lugar (ALMEIDA; BOLOGNESI, 2003, p. 193).

Foi por meio da análise documental que as autoras citadas apresentaram uma abordagem sobre o que era publicado no jornal e com qual objetivo. Para isso, elas analisaram situações em que o jornal “se calou” e outras nas quais se pronunciou a respeito de acontecimentos locais e regionais. A partir desse cenário, foi discutido o conceito de ideologia e como o jornal era utilizado para determinados fins.

No texto, num primeiro momento, foi discutido sobre o silêncio e ideologia presentes no jornal; na sequência foi feita a análise da propaganda da CTNP estampada na última página do Paraná-Norte que, de acordo com as autoras,

[...] as propagandas da CTNP estampadas na última página do Paraná-Norte nada mais fazem do que reforçar uma tendência acentuada desse Jornal em demonstrar e se ocupar com notícias sobre o ordenamento da

cidade, cujo efeito de sentido mostrava Londrina e região do Norte Novo do Paraná como o lugar do progresso e da ordem, fruto do empreendimento colonizador da companhia. Ao silenciar os conflitos que acompanharam a instalação do projeto imobiliário capitalista da CTNP, o Paraná-Norte apagou, na medida do interesse e da necessidade, as lutas ideológicas e a desordem de todo o processo de ocupação, homogeneizando a memória de uma época (ALMEIDA; BOLOGNESI, 2003, p. 195).

O texto apresenta que a imagem de progresso e de equilíbrio social divulgada pelo Paraná-Norte sobre Londrina foi construída pela CTNP silenciando os conflitos sociais, culturais, políticos e religiosos que existiam na região.

“Funda-se um jornal, instala-se um município: A cidade de Londrina através do jornal Paraná-Norte 1934-1936”, foi publicado por Carlos Henrique Ferreira Leite e Sônia Maria Sperandio Lopes Adum como resultado parcial das pesquisas realizadas para a organização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em História.

No artigo, os autores discutiram a relação entre a fundação do município e a publicação do jornal Paraná-Norte nos dois primeiros anos de circulação (1934-1936). Os autores apresentaram o jornal com todas as sessões e assuntos que foram abordados, considerando que o periódico carregava as marcas do período histórico em que foi produzido dentro de um contexto político, econômico e social.

O investimento da CTNP na divulgação das terras foi um dos principais fatores que contribuíram para a fundação no ano de 1934, do jornal *Paraná-Norte*, dois meses antes da instalação de Londrina como município. A criação de um periódico, além de servir como um novo suporte para a propaganda da Companhia foi utilizado como seu principal porta-voz, em divulgar e propagar seus interesses e ideologias (ADUM; LEITE, 2012, p. 211, grifos do autor).

Os autores apresentaram no texto as características gerais do jornal dando ênfase à disputa pelo poder político na região no início da colonização planejada de Londrina.

No ano de 2013, foi publicado nos “Anais congresso Internacional de história” o trabalho de Carlos Henrique Ferreira Leite, intitulado “Do meio à mediação: o papel do Jornal Paraná-Norte na sociedade Londrinense 1934 a 1953”. O autor apresentou uma reflexão sobre o papel do periódico nos primeiros anos de circulação. Segundo Leite (2013), o Paraná-Norte foi pensado com fins de exaltar o desenvolvimento da região no intuito de atrair compradores para as terras. Foi, ainda, um mediador entre o Estado e a

sociedade representando ideologias do grupo dominante na região, dentre os quais a CTNP fez parte nos primeiros anos de circulação do periódico.

O quadro a seguir é composto por dois trabalhos de conclusão de curso, ambos de Carlos Henrique Ferreira Leite, que foi o autor que mais produziu textos sobre o jornal Paraná-Norte, totalizando cinco trabalhos.

Quadro 2: Estudos sobre o jornal Paraná-Norte em forma de TCC

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Produção</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
Carlos Henrique Ferreira Leite	A Ideia de Progresso na História de Londrina: Uma Análise por meio do Jornal Paraná-Norte (1934-1953)	Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História	2012	UEL-Londrina
Carlos Henrique Ferreira	A Imprensa como Patrimônio Documental de Londrina: O Jornal Paraná-Norte 1934 a 1953"	Trabalho de conclusão do curso de Especialização em História	2014	UEL-Londrina

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Carlos Henrique Ferreira Leite defendeu no ano de 2012 seu trabalho de conclusão do curso em História na UEL, sob o título “A Ideia de Progresso na História de Londrina: Uma Análise por meio do Jornal Paraná-Norte (1934-1953)”. O autor apresentou um breve histórico da instalação do periódico em Londrina, bem como a utilização da “imagem” do jornal como um instrumento moderno, símbolo do progresso na região de Londrina.

No ano de 2014, Carlos Henrique Ferreira apresentou o trabalho de conclusão de o curso de especialização em História intitulado de “A Imprensa como Patrimônio Documental de Londrina: O Jornal Paraná-Norte 1934 a 1953”. O objetivo do trabalho foi analisar e problematizar o jornal Paraná-Norte como patrimônio documental da cidade de Londrina-PR. As discussões apresentadas pelo autor tinham por fim analisar a contribuição e representação do periódico para a história de Londrina.

O quadro número 3 é composto por três dissertações de Mestrado: duas na área de História e uma na área da Educação.



Quadro 3: Dissertações de Mestrado sobre o Paraná-Norte

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Produção</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
Bruna Komarchesqui	Retratos de uma cidade: a fotografia no Jornal Paraná-Norte e na revista A Pioneira (1948-1954)	Dissertação de Mestrado	2013	UEL-Londrina
Carlos Henrique Ferreira Leite	O modesto semanário intervenção, atuação e mobilização: o jornal Paraná-Norte na disputa pelo controle político em Londrina (1934-1936)	Dissertação de Mestrado	2016	UEL-Londrina
Fernanda Silva Camargo	Educação no Jornal Paraná-Norte da cidade de Londrina (1934-1953)	Dissertação de Mestrado	2018	UEL-Londrina-

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No ano de 2013, Bruna Mayara Komarchesqui defendeu a dissertação de mestrado em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina, com o título “Retratos de uma cidade: a fotografia no Jornal Paraná-Norte (1934-1953) e na revista A Pioneira (1948-1954)”. Em seu trabalho, a autora fez uma análise documental utilizando o jornal Paraná-Norte e a revista A Pioneira que circularam nos primeiros anos de Londrina com o objetivo de contribuir com a compreensão do passado por meio da análise histórica com imagens e fotografias. Foram analisadas as técnicas de produção de fotos e imagens e a sua relação com a história de Londrina em ambas fontes da pesquisa.

Com o objetivo geral de analisar o papel do jornal Paraná-Norte na disputa pelo controle jurídico da cidade de Londrina, que envolveu a Companhia de Terras Norte do Paraná e o governo do estado do Paraná, entre os anos de 1934 e 1936, Carlos Henrique Ferreira Leite defendeu sua dissertação de mestrado, no ano de 2016, sob o título: “O modesto semanário, intervenção, atuação e mobilização: o jornal Paraná-Norte na disputa pelo controle político em Londrina (1934-1936)”.

Leite (2016) mostrou como o jornal Paraná-Norte atuou durante o conflito político que marcou a sociedade londrinense na primeira década de 1930. A CTNP recebeu destaque na dissertação pelo controle político, econômico e social exercido na região. Em relação ao Paraná-Norte, o jornal atuou diretamente nos processos e movimentos que envolveram as disputas pelo poder na cidade de Londrina.

Voltada à educação, a dissertação de Fernanda Silva Camargo, orientada por Tony Honorato na Universidade Estadual de Londrina (UEL), foi defendida no ano de 2018 sob o título “Educação no Jornal Paraná-Norte da cidade de Londrina (1934-1953)”. No

trabalho, a autora fez um levantamento catalográfico de todas as notícias, reportagens, informativos e artigos voltado à educação em Londrina.

Camargo (2018) compôs seu trabalho em quatro capítulos, nos quais apresentou a contribuição da imprensa para a história da educação escolar em Londrina. A autora apresentou o jornal Paraná-Norte no período de 1934 a 1953, catalogou enunciados sobre a educação escolar em Londrina e apresentou fragmentos do jornal em seu trabalho. Camargo finalizou a dissertação apresentando as instituições escolares de Londrina que tiveram espaço no periódico.

Ao considerarmos o trabalho exploratório já realizado em prol da catalogação das instituições escolares na região de Londrina anteriormente realizado por Camargo (2018), optamos por problematizar a concepção de educação e a sua representação no jornal Paraná-Norte nos dez primeiros anos de circulação, ampliando a abordagem realizada pela autora. Para tal, selecionamos alguns textos que nos permitiram fazer uma análise de conjuntura do discurso educacional que circulava no cenário nacional, mas que se fez presente no Paraná-Norte.

O jornal Paraná-Norte foi fonte para a composição dos estudos divulgados no formato de livro. O quadro a seguir foi composto a partir da publicação de um livro que deu destaque ao Paraná-Norte na área da saúde e do esporte em Londrina e de um capítulo publicado sobre a ocupação da região; ambos os textos citaram o Paraná-Norte como fonte de pesquisa.

Quadro 4: Livros e capítulos sobre o jornal Paraná-Norte

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Produção</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
Ana Cleide Chiarotti Cesário Ana Maria Chiarotti de Almeida	A memória da ocupação de uma região na voz do jornal “Paraná-Norte”	Capítulo de livro	2009	Londrina
Paulo César Boni; Bruna Komarchesqui; Natália Rodrigues	O papel do Paraná Norte na construção da Santa Casa e o esporte nas ondas do rádio	Livro	2010	Londrina

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No ano de 2009 foi publicado o livro “Geografia e Mídia impressa”, organizado por Ângela Massumi Katuta, Deise Fabiana Ely, Eliane Tomiasi Paulino, Fábio César Alves da Cunha e Ideni Terezinha Antonello. O livro é composto por vários artigos, dentre os quais Ana Cleide Chiarotti Cesário e Ana Maria Chiarotti Almeida publicaram um capítulo

intitulado “A memória da ocupação de uma região na voz do jornal Paraná-Norte”. No texto, as autoras analisaram as dez primeiras edições do jornal Paraná-Norte pautadas na “Análise do Discurso” influenciada por Michel Pêcheux, Michel Foucault e Althusser. No texto, não é feita uma análise do conteúdo em si, mas do discurso produzido nas páginas do jornal contribuindo com a memória e significados que atravessaram a história.

O trabalho “O papel do Paraná Norte na construção da Santa Casa e o esporte nas ondas do rádio” (BONI; KOMARCHESQUI; RODRIGUES, 2010) é dividido em duas partes. Na primeira, mostra como o jornal Paraná-Norte contribuiu para a construção da Santa Casa de Londrina, o primeiro hospital da cidade. O jornal foi utilizado como meio de informação a respeito da construção do hospital e das ações sociais que eram realizadas com o intuito de arrecadar verbas para ajudar com os gastos e na manutenção do atendimento médico à população. Na segunda parte do livro, é apresentada a história da transmissão do esporte narrado nas rádios do Brasil e o surgimento da rádio em Londrina.

Por fim, mas não menos importante, selecionamos três textos publicados em forma de artigos científicos, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5: Artigos sobre o jornal Paraná-Norte

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Produção</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
Tony Honorato; Antônio Geraldo Magalhães Gomes Pires	Práticas E representações do esporte e do ócio segundo o Jornal “Paraná Norte” (1934-1937)	Artigo para a Revista Educación Física y Deporte	2014	Espanha
André Xavier da Silva; Tony Honorato	O enquadramento do football na cidade planejada – Londrina dos anos 1930 (Jornal Paraná Norte)	Artigo para a Revista Recorde	2018	Rio de Janeiro
Fernanda Silva Camargo; Tony Honorato	Jornal Paraná-Norte: educação na cidade de Londrina (1934-1953)	Artigo para a Revista Cadernos de História da Educação	2020	Uberlândia Minas Gerais

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Tony Honorato e Antônio Geraldo Magalhães Gomes Pires publicaram, no ano de 2013, o texto “Práticas e representações do esporte e do ócio segundo o Jornal ‘Paraná Norte’ (1934-1937)” na Revista *Educación Física y Deporte*. Nesse trabalho, é possível entender como o jornal Paraná-Norte abordava o esporte na região. Voltado à mesma temática, no ano de 2018, André Xavier da Silva e Tony Honorato publicaram na Revista

Recorde o artigo “O enquadramento do *football* na cidade planejada – Londrina dos anos 1930 (Jornal Paraná Norte)”.

Em 2020, foi publicado o artigo “Jornal Paraná-Norte: educação na cidade de Londrina (1934 -1953)” na Revista Cadernos de História da Educação. O texto foi produzido a partir da pesquisa de mestrado em Educação realizada por Fernanda Silva Camargo, com orientação de Tony Honorato no ano de 2018, já exposta anteriormente.

Camargo (2018) fez o levantamento das notícias sobre educação escolar publicadas no jornal Paraná-Norte durante os anos de 1934 a 1953. O levantamento de tais trabalhos, em seus mais diferentes níveis de produção e divulgação, contribuíram para a compreensão sobre como a imprensa pode ser interlocutora das visões de mundo e de projetos de sociedade. Nesse aspecto, o jornal Paraná-Norte se mostrou uma fonte vasta para pesquisadores nas mais diversas áreas e temas.

Os trabalhos publicados demonstraram que, ainda que o acontecimento esteja no passado, a sua análise é sempre contemporânea ao historiador, dessa forma, novas abordagens e novas análises podem ser realizadas por pesquisadores a partir de sua própria experiência e de seu próprio mundo (COSTA, 2010).

Com a exposição dos trabalhos, foi possível verificar que o jornal Paraná-Norte, enquanto fonte e objeto de pesquisa, tem contribuído para a composição da história regional, o que nos motivou a continuar com a pesquisa tendo o periódico como elemento central de nosso trabalho.

## **2.2 Bastidores do jornal Paraná-Norte e seus principais protagonistas**

O jornal Paraná-Norte foi o primeiro periódico a circular em Londrina e iniciou sua atividade em outubro de 1934, sendo a sua última edição catalogada em setembro de 1953. O início da produção do jornal se deu com a instalação da primeira tipografia no município, que pertencia ao tipógrafo Belmiro Correa de Oliveira que, junto de seus dois filhos, João e Izolório, fazia trabalhos gráficos e impressos.

No início da fabricação do jornal não havia luz elétrica na região, por isso, o periódico era produzido em uma pequena impressora manual que utilizava energia gerada por um pedal manuseado por força humana. A impressão do jornal era feita na máquina Minerva que, durante os primeiros cinco anos de existência do periódico, serviu como

ferramenta para a produção. No ano de 1939, Humberto Puiggari Coutinho (1878-1971)<sup>6</sup>, um dos fundadores do jornal, adquiriu uma gráfica própria com maquinário para impressão. Essa aquisição foi financiada pela CTNP, a qual foi a principal patrocinadora do periódico durante os primeiros anos de circulação (LEITE, 2016).

Em relação à organização, o jornal era composto por notícias sobre Londrina e região, além de notícias nacionais e internacionais que eram reproduzidas no periódico. Havia espaço para política, artigos de opinião, esportes, notícias e eventos sociais que aconteciam em Londrina e no seu entorno. A quantidade de páginas do periódico variava de acordo com a edição, sendo mais comum a produção de 4 a 6 páginas. Em algumas edições havia o suplemento ilustrado que elevava a quantidade de páginas do jornal, chegando ao número de 12 páginas, produzido em formato de *tabloide* (28x37,5 cm) (PARANÁ-NORTE, 1935).

O jornal Paraná-Norte poderia ser adquirido por assinatura mensal ou avulso. Os valores eram divididos para pagamento anual (15\$000), semestral (9\$000) e os exemplares avulsos poderiam ser adquiridos por \$300 mediante ao pagamento adiantado conforme o anunciado no próprio jornal. A venda de publicidade contribuía para a manutenção do periódico (PARANÁ-NORTE, 1936).

Com uma tiragem de cerca de 500 exemplares por semana, o periódico circulou em vários estados brasileiros, dentre eles: São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Bahia, além de circular em outros países, como Bélgica, França, Inglaterra e Estados Unidos. A distribuição das edições era realizada por entregadores na região e para lugares distantes eram utilizados os correios e/ou os correspondentes do jornal. Em outros países eram distribuídos pelos próprios funcionários da CTNP (PARANÁ-NORTE, 1936).

Essa distribuição para outros estados e países tinha como objetivo atrair compradores para as terras loteadas pela CTNP. Dessa forma, o impresso era utilizado como material de divulgação sobre o “progresso” da região, conforme veremos adiante.

Sobre a produção e divulgação do periódico, a edição de 28 de julho de 1935 homenageou o garoto Joãozinho, filho do tipógrafo Belmiro Oliveira, que foi o primeiro entregador do jornal em Londrina. O mesmo foi lembrado por Coutinho na edição comemorativa do 14º aniversário do jornal em 9 de outubro de 1947. “Enquanto isso,

---

<sup>6</sup> Coutinho foi casado duas vezes. A primeira esposa foi Juvelina Burlamaque, com quem teve quatro filhos (Juvelina, Ernestina, Teophilo e George). A segunda união foi com Nair de Pinho, com quem teve Valéria, Catarina, Francisco e Cesáreo (KOMARCHESQUI, 2013).

Joãozinho, esse guapo gráfico de hoje, que é João de Oliveira, distribuía a folha de casa em casa, na vila” (COUTINHO, MAIS UMA ETAPA VENCIDA, PARANÁ-NORTE, p. 1, 09/10/1947).

A pretensão inicial era de que o impresso fosse de circulação semanal, entretanto, nos primeiros anos de sua produção houve alguns momentos em que o jornal circulou de maneira irregular e em dias diferentes, às quintas-feiras e, às vezes, aos domingos. A exemplo disso, já o primeiro número do Paraná-Norte, datado de 9 de outubro de 1934 circulou, no dia 12 de outubro de 1934 devido problemas de impressão (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991).

As edições do periódico analisado não apresentavam um padrão específico e a quantidade de páginas variava de acordo com a edição, conforme já mencionado. No entanto, foi possível perceber que na capa do jornal sempre havia um espaço destinado à publicação de notícias ou artigos de opinião sobre política; questões sobre educação foram predominantes na capa e na segunda página. A última página era sempre destinada às propagandas da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Sobre a ideia inicial de criar um periódico em Londrina há controvérsias quanto ao fato de quem deu início ao processo de fundação do jornal Paraná-Norte. Há relatos de que a iniciativa para a criação do periódico foi do jornalista Humberto Puiggari Coutinho, que por ser bom nas palavras, convenceu o Sr. Arthur Thomas, gerente-geral da Companhia de Terras Norte do Paraná a criar um jornal local (SCHWARTZ, 1997).

Coutinho afirmou: “[...] fundei com Carlo Almeida, outro namorado de Londrina, e puzemos em circulação vencendo o derrotismo de muitos numa audácia de bandeirantes, o semanário ‘Paraná-Norte’. Isso em outubro de 1934”<sup>7</sup> (COUTINHO, MAIS UMA ETAPA VENCIDA, PARANÁ-NORTE, p. 1, 09/10/1947).

Outra versão da gênese do jornal Paraná-Norte é que teria sido uma iniciativa dos diretores da CTNP, o Lord Lovat e Arthur Huge Miller Thomas que, juntamente de Carlos Almeida que, na época, era inspetor de quartirão de Londrina, convenceram o jornalista Humberto Puiggari Coutinho a participar da criação de um jornal com o nome de Paraná-Norte.

Somados seus interesses publicitários, econômicos e políticos, a CTNP foi a maior responsável pelo nascimento do Paraná Norte. Havia quase

---

<sup>7</sup> Coutinho utilizou a palavra “namorado” numa perspectiva um tanto ufanista, para demonstrar que ele e seu amigo Carlos Almeida gostavam muito de Londrina.

um ano que alguns de seus mais importantes funcionários amadureciam a ideia de um jornal e estavam empenhados em criar condições para que isso acontecesse. Outras pessoas da cidade também simpatizavam com a possibilidade de um jornal, pois o vislumbravam como um instrumento de lutas e reivindicações (BONI, 2004, p. 234).

A experiência de Coutinho como jornalista e escritor despertaram na CTNP, especificamente, na pessoa de Carlos Almeida, o interesse em produzir um jornal para divulgação da região.

A CTNP tinha planos de expansão econômica com a colonização planejada da região. Assim, a fundação de um periódico local teria a dupla finalidade de conectar o norte do Paraná ao mundo, e o mundo ao Norte do Paraná, por meio das notícias e propagandas, veiculadas no periódico. Além disso, o objetivo do grupo do jornal seria o de mostrar ao mundo a fertilidade das terras do Norte do Paraná, bem como divulgar o crescente progresso da região e a boa atenção recebida pelo governo do Paraná, fatores que contribuiriam para a venda dos lotes a brasileiros e estrangeiros.

Além de a cidade poder contar com seu próprio órgão de imprensa, que se constituiria na visão dos seus idealizadores como —mais um fator de progresso, o periódico poderia servir como material publicitário da CTNP, ao publicar além de anúncios e propagandas, matérias, artigos e editoriais voltados para o destaque das ações da Cia., do desenvolvimento da região, da fertilidade das terras e que dentre outras questões, buscariam ressaltar as maravilhas da região (LEITE, 2016, p. 43).

A possibilidade da fundação de um jornal local se deu por meio da combinação de fatores econômicos, políticos e sociais, o que despertou o interesse da burguesia londrinense, composta por um grupo de famílias que detinham um bom poder econômico. Dentre eles estavam grandes proprietários de terras, comerciantes, profissionais liberais e políticos (CASTRO, 1994).

O jornal Paraná-Norte, nos primeiros anos da colonização planejada da região, esteve a serviço da CTNP para divulgar seu empreendimento capitalista, bem como serviu como aliado político dos governos municipal, estadual e federal.

O que podemos perceber é que o periódico era um porta-voz dos empreendimentos da CTNP e, por meio de suas páginas, enaltecia o empreendimento da empresa que se colocava como a desbravadora da região.

Figura 1: A caminho de Paraguay!



# Paraná - Norte



---

ANNO I

LONDRINA, 18 de Outubro de 1934.

NUM. 2

**DR. JOÃO FIGUEIREDO**  
 Medico  
 Clinica de adultos e crianças - Partos  
 Atende chamados para fora.  
 Londrina

**Correio Paulistano**  
 Assinaturas e annuncios - Nesta edição:

## A Caminho do Paraguay!

Não ha exaggero em dizer-se que a E. F. S. Paulo-Paraná, está destinada a ser a via ferrea mais importante do Brasil. Ella atravessará a zona mais fértil, mais pujante e mais apropriada para toda especie de cultura, servida ainda por um clima, cuja amenidade é simplesmente ideal.

Uma vez rompida a matta bruta e portentosa, que nos separa do grande rio que traça a linha divisoria deste Estado, com Matto Grosso e duas republicas do Prata, a exportação pela citada via ferrea, de **madeiras, café, cereaes, ayyucar, algodão** e outros productos da grande zona, será admira-

vel, de accordo com as magnificas condições de fertilidade do sólo.

Assim, o hinterland **argentino e paraguay.** terá a sua ligação ferroviaria com os portos de **Santos e Paranaguá**, ao passo que, por sua vez, a zona atravessada pela São Paulo-Paraná, poderá, com a facilidade do acesso ao rio Paraná, mandar por este os seus productos, directamente a Buenos-Ayres e Assumpção. Até a nossa ligação com o Rio Grande do Sul, será mais facil, seguindo-se o trajecto de Londrina — Posadas — Santo Tomé — Rio Grande.

Nesta abençoada zona a Comp. de Terras Norte do Paraná está colonizando as melhores terras e, para demonstrar o desenvolvimento, o progresso já feito, basta citar as seguintes e eloquentes cifras:

<b>Lotes vendidos</b>			
Em 1930	—	96	lotes
Em 1931	—	136	lotes
Em 1932	—	297	lotes
Em 1933	—	484	lotes
Em 1934 - 9 mezes	-	755	lotes
<b>Total</b>		<b>1.768</b>	<b>lotes</b>

No começo de 1930 a população desta zona era de **Ninguém**

**Hoje:** Cerca de **10.000** pessoas, habitam as terras da COMPANHIA, nas vizinhanças das novas cidades de

Londrina  
 Nova Dantzig  
 Rolandia

Quem quiser participar deste notavel movimento, adquira terras da

**Comp. de Terras Norte do Paraná**

Londrina — E. F. S. P. Paraná

AGENCIA EM S. PAULO - Rua 2 de Dezembro, 48.

Typ. Oliveira - Londrina

Fonte: Jornal Paraná-Norte, 18/10/1934.

O folheto de propaganda divulgado na edição do periódico no dia 18 de outubro de 1934 apresentou como título “A caminho do Paraguay”. No início do texto é possível observar a afirmação de que a estrada de ferro ligaria a região norte do Paraná ao Estado de São Paulo chegando à fronteira entre o Brasil e o Paraguai, o que nos permite inferir que



essa propaganda objetivava demonstrar que o empreendimento colonizador na região contribuiria para o escoamento agrícola da região.

As propagandas exaltavam as terras da região que estava em processo de reocupação pela CTNP, demonstrando por meio de números a quantidade de lotes vendidos num curto espaço de anos.

As ideologias e apologias a CTNP eram mais evidentes nas últimas páginas, as quais são apresentados os feitos e as conquistas da Companhia, assim como propagandas das terras em uma região “promissora” e “progressista” tendo como centro a cidade de Londrina. Contudo o *Paraná-Norte* não expressou apenas as questões propagandísticas e ideológicas, foi utilizado também como ferramenta política (LEITE, 2013, p. 6).

É possível verificar que o jornal Paraná-Norte buscou aproximar a população londrinense do contexto político, especialmente, em apoio aos governantes. Esse apoio estava alinhado à política empreendedora da CTNP, no entanto, inicialmente, o jornal apresentou uma certa “neutralidade partidária” quando é publicada a 1ª edição, no dia 9 de outubro de 1934.

Em matéria de política, tomando-se o termo na significação que o mesmo hoje se empresta, ficamos à margem dos partidos. *A política está fora dos nossos programas e cogitações. Não nos interessa.* Entretanto, as autoridades constituídas, quando agirem dentro da lei, daremos nosso apoio, franco e desinteressado (PARANÁ-NORTE, 09/10/1934, p. 1, grifos nosso).

Ao noticiar, em seu primeiro número, que o jornal ficaria à margem das questões político-partidárias, o periódico já se aclamava político e noticioso, o que nos remete ao poder hegemônico que o grupo por trás do jornal Paraná-Norte detinha.

Especialmente, por discursar sobre uma possível harmonia e concordância nas questões sociais e econômicas, desprezando as tensões sociais com os primeiros habitantes da região, indígenas, caboclos e posseiros (CAPELO, 2000).

Na mesma edição, foi apresentado o objetivo do jornal de propagandear as riquezas e fertilidades das terras londrinenses, fato que nos confirma que o periódico estava a serviço da CTNP, auxiliando no projeto colonizador.

Durante os primeiros anos da publicação do periódico, algumas pessoas passaram a ter seus nomes registrados como colaboradores do jornal. Alguns desses colaboradores

participaram da elaboração das edições em períodos em que Coutinho estava em viagem, em período de férias, e em outros momentos para substituir os colegas que deixaram de participar da elaboração do jornal por motivos pessoais e profissionais.

Com base na leitura das edições, elaboramos um quadro com os nomes dos colaboradores do periódico nos primeiros anos de circulação do mesmo.

Quadro 6: Colaboradores do jornal Paraná-Norte

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Período</b>
Carlos de Almeida	Diretor	09/10/1934 a 23/12/1934
Humberto Puiggari Coutinho	Redator	02/12/1934 a 20/01/1935
Humberto Puiggari Coutinho	Redator proprietário	20/01/1935
Humberto Puiggari Coutinho	Diretor e proprietário	30/07/1939
Humberto Puiggari Coutinho	Substituto	18/01/1942 a 25/04/1943
Humberto Puiggari Coutinho	Fundador	02/05/1943
Adriano Marino Gomes	Gerente	22/09/35 a 08/12/1935
George F. Coutinho	Gerente	15/12/1935 a 28/11/1937
Manoel Pedro de Macedo	Redator-chefe	19/02/1939 a 14/01/1940
Luiz Carlos da Silveira	Diretor e secretário	30/07/1939 a 01/10/1939
Luiz Carlos da Silveira	Redator	12/11/1939 a 03/12/1939
Izolyrio Corrêa de Oliveira	Auxiliar	Aparece esporadicamente
Walmor Caffaro	Auxiliar	Aparece esporadicamente
Candido Antunes	Gerente	04/02/1940 a 12/10/1941
Flaminio B. Leme	Redator-secretário	26/10/1941 só nessa edição
José Hosken de Novaes	Diretor	18/01/1942 a 25/04/1943
Dario Ferreira Junior	Gerente	18/01/1942 a 25/04/1943
Moacir Teixeira	Redator	15/11/1942 a 25/04/1945

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nos seus primeiros anos, o jornal manteve o modelo de edição sem muitas alterações, conforme observado durante o processo de pesquisa. Leite (2012), ao estudar o periódico, o classificou em cinco fases com base no período de circulação sob a responsabilidade de um mesmo proprietário ou de um mesmo grupo.

Com base nas informações do autor produzimos o quadro a seguir tem o objetivo de visualizar as fases do periódico, segundo Leite (2012).

Quadro 7: Fases do jornal Paraná-Norte

<b>Fase</b>	<b>Período</b>	<b>Proprietários</b>	<b>Perfil do jornal</b>
1ª	1934-1942	Humberto Puiggari Coutinho	Vinculado às políticas capitalistas da CTNP e veículo apoiador do Governo.
2ª	1942-1944	José Hosken de Novaes Dario Ferreira Junior	Vinculado às políticas capitalistas da CTNP e veículo apoiador do Governo.
3ª	1944-1945	Eufrosino L. Santiago	Informativo voltado à família, não manifesta apoio político.
4ª	1945-1946	José Hosken Novaes,	Oposição ao governo de Vargas e suas

		Josino Alves da Rocha Loures, Licinio Maragliano, Milton Ribeiro de Menezes e Moacyr Teixeira.	políticas.
5 <sup>a</sup>	1946-1953	Josino Alves da Rocha Loures	A partir de julho de 1947 o jornal passa a ser diário. Demonstrou apoio ao partido republicano.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados de Leite (2012).

A análise desse quadro nos permite perceber que a primeira fase do jornal se deu no período em que Coutinho era o proprietário, durante os anos de 1934 a 1942. Nesse período, o jornal serviu como um instrumento divulgador da região por meio das propagandas da CTNP que eram noticiadas no periódico.

Nos dois primeiros anos, o jornal manterá algumas características da primeira edição, já que não possuía um projeto gráfico padrão. Vale ressaltar, que todos os 116 exemplares neste período, são acompanhados de um panfleto da CTNP, o que demonstra o vínculo estreito entre o jornal e a Cia (LEITE, 2012, p. 215).

A segunda fase ocorreu durante os anos de 1942 a 1944, período em que Jose Hosken de Novaes e Dario Ferreira Junior compraram o jornal. Nesses dois anos, o jornal continuou servindo a CTNP e ao governo.

No dia 10 de janeiro, a propriedade do jornal e das oficinas foi oficialmente entregue a José Hosken de Novaes e a Dario Ferreira Junior. Apesar da mudança, não é possível perceber alterações aparentes na linha editorial ou na apresentação gráfica do jornal, em um primeiro momento. A segunda fase, nesse sentido, seria mais de ordem legal do que jornalística (KOMARCHESQUI, 2013, p. 50).

Os novos proprietários mantiveram o mesmo perfil jornalístico, indicando o nome de Humberto Puiggari para diretor “substituto” do jornal.

No período de 1944 a 1945, considerada por Leite (2012) como a terceira fase, o jornal foi comprado por Eufrosino Santiago, em agosto de 1944. Nesse período, o periódico passou por algumas mudanças, o jornal se tornou mais “neutro” sobre questões políticas com assuntos voltados às famílias, passou a ser mais informativo e menos apologista, foi quando passou a ser produzido duas vezes na semana (LEITE, 2012). Em relação à neutralidade apontada pelo autor, acreditamos que o jornal como instrumento de

comunicação por si só já assume um caráter de formador de opinião, ou seja, não havia neutralidade no jornal Paraná-Norte.

[...] o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção de acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado (MARIANI, 1993, p. 3).

O fato de o jornal não assumir abertamente uma postura política não fez dele neutro, pois até no silêncio e na abstenção há intencionalidade, esses elementos são próprios da hegemonia política que o periódico exerceu na região.

[...] As relações sociais são relações ideológicas porque, a dizer o mundo, representá-lo e conceituá-lo, os discursos o fazem de acordo com os interesses de classe. Por isso, as relações políticas são entendidas de modo global, quando também referidas às representações e conceituações (CURY, 1985. p. 46).

A maneira como o Paraná-Norte abordou fatos que ocorreram no período de sua circulação contribuiu para que hoje possamos criar, por meio da memória individual e coletiva, uma versão do passado.

Ao noticiarem os acontecimentos sociais, os jornais tomam um posicionamento político definido, uma ética que o compromete com o esclarecimento público, isto é, este tipo de imprensa periódica noticia conteúdos formulados intencionalmente e direcionados à públicos específicos, com o objetivo de, além de informar e divulgar eventos, formar a opinião pública, portanto, possui uma característica própria de escrita (MELO; COELHO; GIRALDELLI; MACHADO, 2015, p. 11832).

O jornal, enquanto instrumento de formação, tem o potencial de educar a sociedade, especialmente, num período em que a imprensa periódica ocupava um lugar de destaque entre cidadãos urbanos.

O jornal Paraná-Norte não pode ser analisado isolado das questões políticas e sociais do período em que esteve em circulação. Sobre isso, 1944 foi um ano de transformação na política londrinense, pois a CTNP que, por cerca de 15 anos, manteve o controle econômico e político foi vendida a um grupo nacional que transferiu suas ações para a cidade de Maringá, a cerca de 100 quilômetros de Londrina. Dessa forma, um grupo

de fazendeiros, pequenos industriais, comerciantes, investidores imobiliários e políticos assumiram o domínio político e econômico da região (ADUM, 1991).

Em maio de 1945, o jornal Paraná-Norte foi vendido novamente, dando início à sua quarta fase.

O grupo que adquiriu o jornal nesta fase, apoiando o partido republicano, buscou utilizar o periódico com fins declaradamente políticos. Diferentemente dos períodos anteriores, com elogios e apologias ao governo, o jornal desenvolveu uma intensa campanha contra a política e o regime ditatorial varguista (LEITE, 2012, p. 4).

Na quinta e última fase do jornal, ele se aproximou do modelo de sua gênese: voltou a ter as colunas sociais, esportivas e noticiários locais, nacionais e internacionais. No aspecto político, apoiou o partido republicano e a candidatura de Artur Bernardes para presidente, e Ernesto Cavalcante para prefeito de Londrina, no ano de 1947.

Ao analisar o jornal Paraná-Norte por meio da classificação exposta no quadro, podemos considerar pelo aspecto intencional, que o jornal teve apenas quatro fases, pois nas duas primeiras não houve uma mudança significativa em seu modelo e intencionalidade, o que só veio a acontecer a partir do ano de 1944, quando o periódico foi vendido a Eufrosino L. Santiago, período em que CTNP deixou de patrociná-lo. Tal motivo nos levou ao recorte temporal na pesquisa, pois estabelecemos os primeiros dez anos de publicação do periódico, configurou como a primeira fase, haja vista que nesse período o jornal manteve as mesmas características e intencionalidades, isto é, divulgar o “progresso” na região, como apontado na introdução deste trabalho.

Em análise das fases e dos nomes dos proprietários, percebemos que a parceria entre a Cia., Humberto Puiggari Coutinho e a Tipografia Oliveira marcou os primeiros anos de circulação do periódico na história da fundação do jornal Paraná-Norte, atingindo o objetivo de divulgação das terras da região, bem como o de informar a população londrinense sobre os acontecimentos locais, nacionais e internacionais que ganharam destaque nas páginas do Paraná-Norte.

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45).

Conforme a autora escreveu, enquanto veículo de comunicação, o jornal Paraná-Norte possuía o “poder” de criar fatos e notícias que estivessem de acordo com as crenças e intencionalidades do grupo que o dirigia, especialmente no quesito política.

Sobre isso, corroboramos com Leite (2013), em que

[...] todo jornal ao ser criado objetiva um público específico, assim também ocorreu com o jornal Paraná-Norte que foi pensado para os compradores das terras loteadas pela CTNP e pensado por um grupo local que por exercer uma ‘certa influência’ na região devido a possibilidades econômicas, políticas e sociais que se colocavam como representante da sociedade como um todo (LEITE, 2013, p. 6).

Consideramos que a importância do estudo de um jornal está no fato de ele oferecer uma variedade de informações sobre a vida diária das pessoas, como os costumes, a prática social, a religião, o tipo de educação que se prezava, bem como as questões políticas representadas em suas páginas.

Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer às colunas sociais, aos “*faits divers*”, às ilustrações, às caricaturas e as diferentes seções de entretenimento. O editorial é o texto que expressa a opinião do Jornal, ou seja, dos sujeitos que estão por trás de sua produção, e “os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos, que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal” (CAPELATO, 1988, p. 34).

Nesse sentido, vale refletirmos sobre o grupo que apoiava o jornal Paraná-Norte. Quem foram as pessoas que deram início à criação e produção do jornal Paraná-Norte? E, por quais motivos o fizeram?

No início da produção do periódico alguns nomes se destacaram, dentre eles, o de Humberto Puiggari Coutinho e o de Carlos de Almeida, conhecidos historicamente como fundadores do jornal.

Humberto Puiggari Coutinho, conhecido como Umberto Coutinho, é considerado na história de Londrina como um dos nomes mais importante para a imprensa londrinense. Paulistano, nascido no ano de 1878, fundou, junto com amigos da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, o seu primeiro jornal amador no ano de 1893, intitulado de “O Pregol”. Posteriormente, Coutinho morou em Minas Gerais, onde exerceu o cargo de pagador da Estrada de Ferro Mogiana. Na sequência, mudou-se com a família para a

cidade de Ponta Porã, onde foi proprietário de uma farmácia e redator do Jornal “O Progresso”, fundado em 1920 na mesma cidade (CENTENO, 2007).

No Mato Grosso do Sul, Coutinho foi produtor de erva-mate e exerceu a atividade de coletor. Entretanto, um incidente ocasionou a morte de um dos seus filhos e, no ano de 1932, o jornalista mudou-se para Marília, no estado de São Paulo. Em 1933, Coutinho escreveu o livro “Nas fronteiras de Mato Grosso – Terra Abandonada”. No mesmo ano, estabeleceu-se na comarca de Jatahy, onde foi secretário tesoureiro da prefeitura (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991).

Coutinho denunciou crimes cometidos contra trabalhadores da fronteira e criticou a situação de descaso do Estado com a região. Tais críticas foram direcionadas ao governo de Getúlio Vargas por meio de crônicas em que afirmava que os trabalhadores só seriam ouvidos após fazerem greves e manifestações, mas ainda assim somente os trabalhadores da cidade poderiam ser ouvidos.

As críticas de Puiggari indicam um forte desalento e uma profunda decepção com os compromissos assumidos pela Revolução de 1930. Sua descrença em relação ao poder dá o tom de revolta. Essa contrariedade é demonstrada, também, nas crônicas em que expõe as razões do apoio dos sulistas ao Movimento Constitucionalista de 1932 (CENTENO, 2007, p. 39).

A escrita dessa obra pode ser considerada como uma denúncia ao descaso do Governo Federal com as fronteiras brasileiras que estavam em situação de abandono, o que dificultava o desenvolvimento de atividades econômicas na região. Apesar de sua aparente insatisfação com o governo de Vargas, após Coutinho se mudar para Londrina e ter um jornal sob sua responsabilidade, as críticas ao Governo Federal não se fizeram presentes no periódico, ao contrário, o jornal Paraná-Norte foi um apoiador dos governos federal e estadual. Das edições analisadas durante os dez primeiros anos de publicação do periódico, mais de 50 edições fizeram menção ao governo de Manoel Ribas, governador e interventor do Paraná, e de Getúlio Vargas, presidente do Brasil. Tais publicações elogiavam o trabalho dos governantes, enalteciam o apoio que o Paraná e/ou Londrina e região receberam dos governos. Diferentemente da região de fronteira do Mato Grosso, na região de Londrina havia a possibilidade do desenvolvimento de atividades econômicas geradas pelo investimento econômico e político, fato que agradou a classe dominante local.

Na data de 27 de janeiro de 1935, o jornal publicou um artigo com o título “O Paraná tem governo”, com o intuito de elogiar Manoel Ribas, governador do Paraná, que contribuía com o desenvolvimento da região (PARANÁ-NORTE, 1935, p. 1).

Textos parabenizando Manoel Ribas e Getúlio Vargas pela administração ou até mesmo pela passagem da data natalícia eram frequentes no Paraná-Norte.

A edição de 6 de março de 1938 homenageou o interventor do Paraná, Manoel Ribas, pela passagem de seu aniversário que seria no dia 10 de março daquele ano. No texto, ele foi exaltado pela competência como administrador e pela atenção que despendia à instrução no Paraná (INTERVENTOR MANOEL RIBAS, PARANÁ-NORTE, 06/03/1938, p. 1).

No dia 19 de abril de 1941, foi publicado na capa do Paraná-Norte, o retrato de Getúlio Vargas, em comemoração ao seu aniversário. O texto intitulado “O aniversário do presidente da República” enalteceu as “virtudes” do presidente e do Estado Novo que permitiram a reconstrução da pátria brasileira (O ANIVERSÁRIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PARANÁ-NORTE, 19/04/1941, p. 1).

[...] Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das transformações de comunicação e as manipula procurando bloquear toda a atividade espontânea (CAPELATO, 1998, p. 36).

Ao analisar as publicações que demonstraram apoio ao governo vigente da época, podemos inferir que Coutinho apoiou o governo de Manoel Ribas e de Getúlio Vargas, pelo fato de que a maior financiadora do jornal Paraná-Norte, a CTNP, tinha interesses econômicos em jogo, pois ela havia feito um acordo com o governo brasileiro, antes mesmo de Vargas assumir a presidência para a “colonização planejada” da região Norte Novo do Paraná. Dessa forma, não seria prudente e bom para os negócios, ser oposição ao governo. Outro fator que merece reflexão é que, com a instalação do Estado Novo, no ano de 1937, o governo passou a fiscalizar a imprensa brasileira e exigir, por meio da legislação, seu apoio incondicional, sob a pena de perseguição e prisão dos considerados opositores a Vargas<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> O Estado Novo (1937-1945) foi o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de forma ditatorial, por intermédio de um golpe de Estado (ANDREOTTI, 2006).



Ao chegar em Londrina, Coutinho logo se tornou um homem conhecido e, mesmo sem diploma, obteve autorização das autoridades locais para atuar como advogado, haja vista que ele tinha boas relações com as autoridades que representavam o poder na região (LEITE, 2012).

Coutinho foi um homem respeitado na cidade de Londrina. Ele atuou como jornalista, advogado e delegado. Exerceu influência social e política na região. No entanto, não foi o único nome responsável pelo jornal Paraná-Norte: contou com Carlos de Almeida, conhecido como Carlos Almeida, funcionário da CTNP, foi um dos primeiros moradores de Londrina e, por ser uma personalidade influente na região, exerceu a função de conselheiro, juiz de paz e inspetor de quartelão.

Após as negociações entre a CTNP, o inspetor de quartelão Carlos de Almeida e Humberto Puiggari Coutinho, os trabalhos foram iniciados pelos colaboradores, Moacir Arco Verde, Octávio Telles Rudge Maia, Dicesar Plaisant Filho, Moacyr Teixeira, Geraldo Ferreira, que orientados por Humberto Coutinho, deram início aos trabalhos para a fundação e o lançamento da primeira edição do Paraná-Norte em 09 de outubro de 1934 (TRIGUEIROS FILHO; TRIGUEIROS NETO, 1991, p. 24).

Carlos Almeida era o intermediário entre compradores de terras e a Cia., era uma pessoa conhecida e respeitada na região, por isso seu nome foi vinculado ao jornal Paraná-Norte num período em que Coutinho estava se estabelecendo em Londrina. A presença de Almeida como diretor do periódico garantiu ao jornal a confiabilidade que ele precisava para ganhar a credibilidade dos habitantes da região, bem como tinha a função de mediar a compra de papel, tinta e outros materiais para a publicação do jornal, além de representar a CTNP e seus interesses no novo empreendimento (LEITE, 2016).

Sobre a atuação de Almeida, Coutinho afirmou que ele fazia mediação entre o povo e a Cia., e que as pessoas o procuravam para solicitar atendimento médico no “Hospitalzinho” da CTNP, que era de uso restrito dos funcionários, e para resolver questões de desavenças na comunidade. Seu jeito manso e conselheiro o fazia ser respeitado por todos (COUTINHO, 1959).

Carlos Almeida ficou algumas edições auxiliando no periódico e, em janeiro de 1935, se retirou da diretoria, deixando Coutinho encarregado pelo jornal. Sobre a saída de Almeida da direção do jornal, Coutinho publicou uma nota de agradecimento ao colega, e apresentando-se como proprietário do periódico.

Apresentamos hoje a direcção desta exclusiva folha, o seu respectivo proprietário e redactor responsável H. Coutinho, visto haver se retirado premido por seus muitos afazeres o sr. Carlos de Almeida a quem apresentamos de envolta com o nosso pezar, a sinceridade de um reconhecimento sem limites, pelo muito o que lhe devemos (PARANA-NORTE, 20/01/1935, p. 5).

A saída de Carlos de Almeida da diretoria do Paraná-Norte pode ter sido estratégica para que ele concorresse ao cargo de prefeito, haja vista que o periódico estava fazendo uma campanha opositora ao prefeito de Londrina, nomeado pelo Governador do Estado (LEITE, 2016).

A figura a seguir é da primeira edição do Paraná-Norte, na qual o único nome que aparece é o do Carlos de Almeida como diretor do jornal.

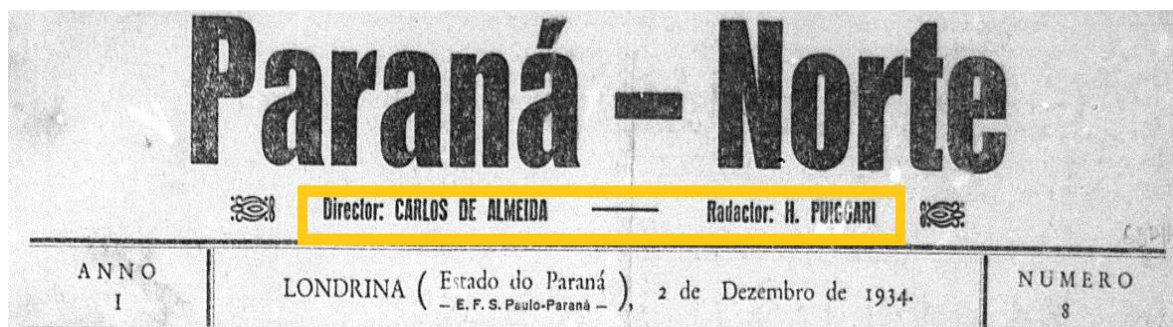
Figura 2: Nome do diretor do jornal.



Fonte: Fragmento retirado do Jornal Paraná-Norte do dia 09/10/1934.

Somente na data de 02 de dezembro de 1934, cerca de quatro meses após a fundação do periódico é que o nome de Coutinho apareceu no periódico exercendo a função de redator, conforme a figura a seguir.

Figura 3: Nome do redator e do diretor do jornal



Fonte: Fragmento retirado do Jornal Paraná-Norte do dia 02/12/1934.

Coutinho relatou em um texto publicado no Paraná-Norte, que sua “fama” se deu anos mais tarde, ao chegar em Londrina, graças ao jornal Paraná-Norte (PARANÁ-NORTE, 1947). Enquanto esteve à frente do periódico, Coutinho exerceu diversas funções: foi editor, repórter e, com a ajuda de seus familiares, auxiliou na distribuição e na entrega dos jornais conforme o relatado, por ele, na edição de do Paraná-norte de 1947.

Aos sábados eu e minha esposa, sob a luz trêmula, mortiça e fumarenta de um candeeiro a petróleo, amanhecíamos na expedição, secagem e empacotamento...mas aos domingos a 7 horas lá estávamos no ponto de ônibus e correio entregando a folha para que os assinantes da região pudessem ler o jornal na data de saída (MAIS UMA ETAPA VENCIDA, PARANÁ- NORTE, 10/01/1947).

Como proprietário do jornal, Coutinho participou da sociedade londrinense nos mais diversos aspectos. Ele era convidado para bailes, festas, cultos religiosos, quermesses, inaugurações e eventos políticos. Coutinho e Carlos Almeida continuaram amigos, mesmo quando Almeida saiu da direção do Paraná-Norte.

A saída de Coutinho da direção do jornal Paraná-Norte aconteceu após a venda do jornal para José Hosken de Novaes e Dário Ferreira Junior. A notícia foi publicada na edição do dia 18 de janeiro de 1942, com um texto escrito por Coutinho, no qual ele afirmou seu compromisso com a ética e a verdade.

Ao afirmar que, como órgão de opinião, o jornal Paraná-Norte não publicava matérias que abordassem alguns temas, especialmente questões de caráter pessoal, Coutinho declarou que o periódico seguia uma linha de publicação na qual não dava espaço para qualquer tipo de texto que pudesse contradizer a opinião do jornal, especialmente no quesito político, o que demonstrou o caráter formativo que o periódico exerceu na região durante o período em que circulou, como o único meio de informação dos moradores da região.

Após sete anos e três meses de lutas na direção e redação desta folha, que não falhou uma única semana sequer, deixo esse encargo, hoje, para cuidar de outra atividade, também jornalística, mas fora do âmbito das redações, onde tem vivido a melhor parte de minha vida. Fundei e criei o “Paraná- Norte”, fazendo dele um órgão de opinião, respeitado e querido até onde a sua vasta circulação alcança. A prova disso é, tais são os favores recebidos do público que nunca as grandes aperturas financeiras nos vieram bater à porta, convidando-nos ao desânimo e, tampouco, havemos necessidade de explorar o escândalo para do escândalo viver. Cumprimos sempre, e com orgulho declaramos, a ética do jornalismo

honesto. Si temos inimigos, eles surgiram, naturalmente, das paixões políticas dos extremismos que sempre combatemos com as armas leais dos cavaleiros leais. Nossa linguagem foi sempre digna, sempre comedida e jamais as questões pessoais tiveram guarida nas colunas da folha, nem mesmo na secção paga. Si alguma vês erramos, os erros não nos trouxeram incompatibilidades, estas apareceram justamente quando proclamávamos verdade. Não temos a veleidade de dizer que fizemos da pena um sacerdócio; mas podemos afirmar, entretanto, que dela usamos como um ganha pão laborioso e honesto. E assim de mãos limpas e consciencia tranquila, deixamos o “Paraná- Norte”, esse “Paraná- Norte” que nasceu em Londrina e que já é uma tradição desta terra tão jovem tão promissora. E com isso, entregamos a propriedade, direcção e redacção da folha a esse jovem que já era o nosso substituto legal e cuja capacidade, inteligência e invulgar independência são méritos que nele e salientam pela abundancia – o dr. José Hosken de Novaes- também um filho de Londrina pelo grande amor e admiração que lhe dedica (EM DESPEDIDA, JORNAL PARANÁ-NORTE, 18/01/1942, p. 1).

Coutinho se despediu da direcção do jornal apresentando José Hosken de Novaes como novo proprietário, mas afirmou que ele já fazia parte da equipe à frente do jornal, ou seja, conhecia o movimento do jornal e o público leitor. Novaes foi apresentado como “filho de Londrina”, na tentativa de Coutinho demonstrar que assim como ele, Novaes tinha uma ligação afetiva com a cidade, o que facilitaria sua aceitação pela população londrinense.

José Hosken de Novaes nasceu em Minas Gerais, no dia 7 de fevereiro de 1917, e se mudou para Londrina no ano de 1940. Ficou à frente do jornal até o ano de 1944, quando o vendeu, dando início à segunda fase do periódico. Entretanto, no ano de 1945, José Hosken Novaes, Josino Alves da Rocha Loures, Licínio Maragliano, Milton Ribeiro de Menezes e Moacyr Teixeira adquiriram o Paraná-Norte, dando início à uma fase de oposição ao Estado Novo e à Vargas (LEITE, 2012).

Novaes era advogado, mas ingressou na política após o fim do Estado Novo, em 1945. Foi prefeito em Londrina durante os anos de 1966 a 1969; vice-governador do Paraná, se tornou governador do Estado, quando o então governador eleito, Ney Braga, foi para o senado. Hosken de Novaes faleceu em 31 de janeiro de 2006, na cidade de Londrina<sup>9</sup>.

Durante o período em que pertenceu a Coutinho e a Hosken de Novaes, o jornal Paraná-Norte se encarregou de mostrar aos leitores do jornal, que Londrina era uma cidade próspera, acolhedora e civilizada. Entretanto, buscamos tecer um diálogo com alguns

---

<sup>9</sup> Informações obtidas no endereço <https://memorial.mppr.mp.br/pagina-66.html>. Acesso em: 7 de outubro de 2020.

jornais que circulavam em Curitiba, capital do Paraná, no intuito de averiguar como Londrina era conceituada fora dos arredores geográficos do Norte do Paraná, especialmente nos periódicos da capital paranaense.

### **2.3 Londrina, a cidade “Menina” nos periódicos da capital paranaense**

Londrina é um município localizado ao norte do Paraná que foi “colonizado” por uma empresa inglesa, no ano de 1929, quando era um pequeno povoado, nomeado Patrimônio Três Bocas<sup>10</sup>.

A colonização planejada da região esteve atrelada, historicamente, ao discurso de terras desabitadas, conforme o relatado no livro “Colonização e desenvolvimento Norte do Paraná” (1975), produzido pela empresa Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, substituta da CTNP. Entretanto, havia, na região, índios e posseiros que foram expulsos das terras pelo processo da colonização planejada da empresa inglesa CTNP (JOFFILY, 1985).

A empresa responsável pela reocupação da região foi a Companhia de Terras Norte do Paraná, que utilizou um modelo de colonização planejada com base na formação de cidades compostas por núcleos urbanos e rurais, objetivando maior lucro com a venda das terras negociadas com o governo do Paraná, por valores ínfimos. Para isso, priorizava a venda de pequenas propriedades, com proposta de venda acessível direcionadas aos pequenos agricultores.

A organização dessas cidades foi idealizada com a fundação de cidade-sedes, distantes 100 km uma das outras, com a formação de pequenos núcleos urbanos entre essas cidades, os quais, por sua vez, seriam formados por cidades menores, distantes 15 km. A organização tinha o objetivo de que as cidades grandes abastecessem os habitantes da zona rural (BARION, 2014).

Londrina foi projetada para cerca de 30 mil habitantes, no entanto, a propaganda de suas terras férteis e a possibilidade de cultivar café na região contribuiu com o rápido crescimento da cidade (POZZOBON, 2006).

A vinda de estrangeiros para a região norte do Paraná se deu pela crise do Capitalismo nomeada de “Grande Depressão”, que aconteceu durante os anos de 1873 a

---

<sup>10</sup> O nome dado a região fazia referência às várias minas d’água que existiam na região (HOFFMANN, 2015).

1896 aproximadamente. Nesse período, o aumento da taxa de desemprego na Europa no final do século XIX e início do século XX, ocasionada pela industrialização, resultou em uma desordem econômica e social, pois as máquinas passaram a substituir a mão de obra humana, o que fez com que aumentasse o desemprego e a miséria, levando muitos europeus a se aventurarem para países em processo de reocupação territorial, como o Brasil (HELOANI, 1994).

Alguns desses imigrantes que se estabeleceram no Paraná estavam em sua segunda imigração e lutavam pelo sonho de terem suas próprias terras. O processo imigratório no norte Paranaense, conhecido como “imigração tardia”, aconteceu com maior ênfase nas décadas de 1930 a 1960, período em que, os que aqui chegavam, se dedicavam à agricultura, especialmente, à produção de café (LIMA, 2011).

No processo da colonização planejada, o jornal Paraná-Norte teve destaque ao ser utilizado como informativo sobre o crescimento e a prosperidade da região pela CTNP que tinha sua sede na região central de Londrina.

Dentre os inúmeros motivos que fizeram com que o empreendimento da Companhia Inglesa se tornasse um sucesso, destaca-se a farta propaganda feita por todo o território nacional, bem como no exterior. A Companhia divulgava suas terras de forma a atingir os imigrantes das várias nações radicadas no Brasil. A propaganda era feita em vários idiomas: inglês, húngaro, italiano, alemão, japonês, etc. Além do Brasil espalhava seus folhetins por outros países como: Suíça, Itália, Alemanha, Áustria, entre outras (SCHWENGBER, 2012, p. 261).

No período em que a CTNP esteve responsável pelas vendas das terras na região, a imprensa foi utilizada como aliada na divulgação do empreendimento. Nesse aspecto, tanto o jornal local, quanto os jornais da capital paranaense, contribuíram para a divulgação do progresso na região Norte do Paraná, especialmente na cidade de Londrina chamada de “cidade menina”.

Sobre isso, destacamos a contribuição de três jornais em circulação na capital nas décadas de 1930 e 1940 que publicaram, em suas páginas, notícias sobre a cidade de Londrina. Ao escolher trabalhar com alguns jornais da capital, não tivemos como propósito retratar a história desses periódicos, mas trouxemos essas “novas” fontes para contribuir com a análise do nosso objeto numa perspectiva de totalidade histórica, haja vista que os periódicos selecionados foram os que mais deram destaques à Londrina e região em suas páginas.

Selecionamos os periódicos por meio do endereço eletrônico da Hemeroteca Digital <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Para iniciar a pesquisa, optamos por escrever no campo “busca” a palavra “Londrina”, na sequência, selecionamos o período desejado (1930-1945).

O trabalho de leitura das edições selecionadas foi minucioso, haja vista que, em muitas edições, a palavra “Londrina” fazia referência à cidade de Londres, na Inglaterra e não à cidade paranaense em destaque nesse trabalho. Após a leitura dos jornais, selecionamos as publicações que consideramos relevantes sobre Londrina e região, e que pudessem contribuir com o nosso trabalho.

Ao procurar no guia de buscas a palavra “Londrina”, é certo de que pode ter passado muitas edições, sem as quais a palavra tenha sido apontada pelo buscador. No entanto, as edições selecionadas foram suficientes para compreendermos como a cidade de Londrina foi representada nos jornais da capital, no período de sua colonização planejada.

A prosperidade de Londrina foi destaque nos jornais da capital paranaense, dentre eles, *Diário da Tarde* (1899-1983); *Correio do Paraná: Órgão do partido Liberal Paranaense* (1932-1966); e *O Estado* (1936-1938).

Nesses jornais, Londrina e região se destacaram em várias edições. Foram publicados textos, notas e propagandas da promissora região em desenvolvimento. A palavra progresso foi atrelada a Londrina e ao Norte do Paraná, entretanto, notícias sobre a criminalidade em Londrina e região ganharam destaque nos jornais da capital.

O jornal *Diário da Tarde*, fundado por Estácio Correa, foi um dos periódicos que circulou por mais tempo no Paraná. O jornal se declarava como não vinculado a partidos políticos, mas

Apresentava-se como um jornal de oposição, mantendo sua autonomia e publicando artigos sobre o mau uso da “coisa pública”. Não foram poucos os ensejos em que o jornal manifestava hostilidade ao governo estadual, chegando a contar com uma coluna, intitulada Reclamações do Povo, na qual publicou diversas denúncias manifestas pela população acerca das condições da cidade (GELBCKE, 2011, p. 12.085).

Fundado em Curitiba, o periódico presenciou e anunciou muitas mudanças na sociedade, dentre elas, a queda da Primeira República, a ascensão de Getúlio Vargas, o Estado Novo e a sua instalação, dentre outras.

Como importante veículo de comunicação, o jornal *Diário da Tarde*, anunciou o “progresso” e o crescimento de Londrina, mas não poupou os leitores de saber sobre os

casos de violência que aconteciam em Londrina e região, especialmente no período selecionado para o nosso estudo (1930-1945).

Dentre os três jornais da capital selecionados, o *Diário da Tarde* foi o que mais noticiou os acontecimentos da área policial em Londrina, isso porque o periódico tinha uma seção nomeada de “Notícias Policiais” na qual Londrina e região recebeu destaque junto às notícias da capital.

Ao fazermos a busca pela palavra-chave “Londrina”, no *Diário da Tarde*, muitas edições foram selecionadas para leitura, das quais separamos 132 edições que fizeram menção direta à Londrina, com publicações que nos interessaram pelo seu teor.

Para a seleção dos artigos e publicações, separamos as que faziam menção à Londrina e região, pelo seu aparente “progresso”; notícias policiais, por essas serem frequentes, vinculando Londrina a algum crime; selecionamos publicações sobre prefeitos e a prefeitura de Londrina, pois buscamos analisar como a política londrinense era apresentada no jornal; separamos algumas notícias sobre a educação em Londrina e temas diversos que foram publicações, desde a primeira casa construída na cidade, até a quantidade de algodão colhido no ano. A seleção de tais assuntos foi pautada nos temas em discussão neste trabalho, sociedade, política, educação e “progresso”.

No que diz respeito ao aspecto social, o jornal noticiou com breves notas, casamentos de membros da burguesia londrinense, festas e recepções em Londrina a políticos e empresários da capital, questões de violência e crimes. Em relação à política, foram noticiados no jornal conflitos políticos nas escolhas dos prefeitos que governaram Londrina nos quinze anos da Era Vargas, assim como as benfeitorias executadas pela prefeitura na região. Na perspectiva da educação, o periódico noticiou a construção e inauguração de grupos escolares e a criação da escola para formação de professores em Londrina (DIÁRIO DA TARDE, 1939).

Em relação ao tema “progresso”, o *Diário da Tarde* não poupou palavras para descrever Londrina e região. Notícias sobre construções, instalações que remetiam ao progresso, tinham lugar de destaque nas edições.

No ano de 1942 foi instalada, em Londrina, uma “sucursal” do *Diário da Tarde*, inaugurada em 19 de abril de 1942, assumiu como representante do jornal da capital, o professor José Antônio Correa. De acordo com o jornal, o objetivo era estreitar o contato do jornal da capital com os moradores de Londrina e região. Dessa forma, em 19 de maio de 1942, foi noticiado no *Diário da Tarde* que o representante do jornal em Londrina



estava percorrendo o norte do Paraná a fim de fazer uma matéria sobre o progresso da região.

Como Londrina foi representada pelo jornal *Diário da Tarde* durante os anos de 1930 a 1944?

As publicações do periódico sobre Londrina destacavam seu rápido crescimento e “progresso”. O adjetivo que mais representava Londrina era “cidade milagre”, tornando-se a terminologia mais usada pelo jornal para fazer referência à cidade. Na sequência, Londrina foi nomeada “Princesa do norte paranaense”, “Pérola do estado”, “Cidade Principal” e “Terra da promessa”. Essas nomenclaturas dadas pelo periódico da capital exaltavam Londrina pela sua arrecadação de impostos, pela economia crescente em poucos anos de “fundação” e pela produção agrícola de grãos, como soja, milho e café.

O jornal *O Estado* circulou nos anos de 1936 a 1938 em Curitiba, capital paranaense. O periódico iniciou suas atividades jornalísticas no dia 1 de outubro de 1936 sob a direção de Gomy Junior e Romário Fernandes da Silva.

De acordo com a edição número 1, o Paraná estava passando por um momento delicado em questão de política e economia, e carecia de “[...] uma segura orientação política e intelectual, principalmente de caracter doutrinário, como obra didactica, de difusão educativa de princípios e normas partidárias superiores” (O ESTADO, 01/10/1936, p. 1). Esse era o objetivo do periódico, de ser uma fonte doutrinária da política de Vargas e Manoel Ribas, não apenas na capital, mas em regiões como Londrina e demais cidades vizinhas.

O jornal *O Estado* era vinculado ao partido Social Democrático que declarava apoio direto ao governo, tanto que, na primeira edição, foi publicada uma carta do interventor Manoel Ribas, registrando as congratulações pela criação do jornal.

Nas edições selecionadas, a palavra Londrina foi destaque por 40 vezes de maneira direta em textos que consideramos pertinentes para a leitura. O periódico possuía um correspondente em Londrina, João Alfredo de Menezes que, em alguns momentos, publicou textos no Paraná-Norte.

No jornal, Londrina foi citada como “Milagre”, ao se referir à prosperidade e desenvolvimento da cidade, o jornal mencionava “O milagre de Londrina”, devido a arrecadação surpreendente e ao rápido crescimento.

Os adjetivos dados para Londrina pelo jornal *O Estado* era cidade prodigiosa, povo laborioso, cidade garrida, cidade moderna. Mas não foi somente sobre a prosperidade de

Londrina que o jornal publicou. Pequenas notas foram publicadas sobre casos de violência em Londrina e região.

Em relação às publicações sobre Londrina no jornal *O Estado*, o destaque vai para a edição publicada no dia 24 de março de 1937, na qual Humberto Puiggari Coutinho foi entrevistado pelo jornal e falou sobre a sua experiência de morar em Londrina.

Com o título “Pioneiro intelectual” o texto iniciou com elogios à classe de homens como Coutinho que procuraram o norte do Paraná, especificamente Londrina, pela “paz espiritual” e pela “paz política” que a região poderia proporcionar, haja vista que estava em processo de formação. O texto mencionou que Coutinho havia publicado o livro “Nas fronteiras do Mato grosso”, mas que, ao se estabelecer em Londrina, ele não queria se envolver em política. Entretanto, o texto fez menção a afirmação de Aristóteles de que o homem é um ser político por natureza. Dessa forma, os editores do jornal *O Estado*, afirmaram que Coutinho não conseguiu ficar longe da política e continuou atuando, mesmo que indiretamente.

Na entrevista, Coutinho afirmou que, em Londrina, não havia oposição ao governo e que o Paraná-Norte orientava política e intelectualmente o povo de Londrina, no intuito de ver a prosperidade da cidade. Com a afirmação de Coutinho vemos o poder hegemônico que o Paraná-Norte exercia sobre os moradores da região, especialmente no quesito política.

De acordo com o jornal *O Estado*, Coutinho levou os representantes do periódico para conhecer Londrina. Intencionalmente, eles pararam em frente à construção do primeiro grupo escolar de Londrina e Coutinho elogiou o Interventor do estado, Manoel Ribas, pela contribuição aos londrinenses com a obra. No entanto, Coutinho afirmou que havia em Londrina mais de 1500 crianças em idade escolar, e que o grupo não daria conta de atendê-las, por isso seria necessária a construção de mais escolas na cidade.

Sobre a falta de escolas e de vagas para crianças em idade escolar, Coutinho afirmou se tratar de um problema do Brasil, e não somente de Londrina. Ao fazer tal afirmação, demonstrou que esse problema não era restrito a uma região em processo de reocupação, mas de todo o contexto brasileiro. Ao citar o nome de Manoel Ribas como mediador das causas locais na política, deixou claro que havia aliança política entre Londrina e o governo estadual (PIONEIRO INTELECTUAL, O ESTADO, 24/03/1937, p. 2).

No dia vinte de março de 1937, Londrina foi destaque no jornal *O Estado*, por ser a primeira cidade no Paraná que produziu mais algodão no ano de 1937, ficando à frente até mesmo da capital Curitiba. Logo, Londrina ficou conhecida pela fertilidade de suas terras, não somente pelo café, mas por outras culturas agrícolas.

Em novembro de 1937, o jornal *O Estado* publicou um telegrama endereçado a Manoel Ribas no qual Humberto Puiggari Coutinho, Leopoldo Sefrim, Gabriel Martins, Eugenio Bruge, João Gody, Ervim Frohlie, Leonidas Moreira e Francisco Branco demonstraram apoio à administração de Manoel Ribas no Paraná.

Por motivos de promulgação da nova Constituição, que veio resolver um grave problema da pátria vimos apresentar a vossa excelência as nossas congratulações, reafirmando irrestrita solidariedade ao eminente governador do Paraná, que tão patriótico vem dirigindo o destino do Estado (LONDRINA, O ESTADO, 1937, p. 2).

Após a promulgação da Constituição, em novembro de 1937, muitos governantes estaduais e municipais foram substituídos. O telegrama enviado e assinado por parte da burguesia londrinense almejava assegurar a permanência de Manoel Ribas no cargo de interventor do Paraná. Outros telegramas de outras cidades do Paraná foram publicados na mesma edição do jornal num ato desesperado de demonstrar que o Paraná apoiava a administração de Ribas e de Getúlio Vargas.

As publicações no jornal *O Estado*, deixaram evidente o apoio político de Londrina a Manoel Ribas, fator que contribuiu ativamente para investimentos financeiros do governo paranaense na região.

O último jornal da capital selecionado foi o jornal *O Correio do Paraná-órgão do Partido Liberal paranaense* que esteve em circulação entre os anos de 1932 e 1965, sendo o diretor político, Djalma Lopes, e o diretor gerente, Adherbal Stresser. O periódico iniciou suas atividades em 9 de abril de 1932 na capital paranaense e se declarava em oposição ao governo de Manoel Ribas.

O jornal deu destaque para as produções de café em Londrina e região. Na edição de 19 de setembro de 1934, sob o título “O que um homem que sabe ver viu no Paraná”, o periódico enalteceu as terras do Norte do Paraná por sua fertilidade com as plantações de trigo e café na região. O texto destacou a empresa Companhia de Terras Norte do Paraná que colonizou a região e, segundo o jornal, estavam desabitadas. No texto, Londrina foi chamada de a nova Amazônia do Brasil: “[...] suas terras não têm formigas e a

prosperidade é visível o futuro de Londrina será de muita prosperidade para todo Paraná” (CORREIO DO PARANÁ, 19/09/1934, p. 2).

O jornal *Correio do Paraná* tinha uma seção intitulada “O Norte do Paraná”, na qual eram retratadas várias notícias sobre o norte do Paraná, especialmente, Londrina.

Na edição de 24 de julho de 1934, na seção “O Norte do Paraná”, foi publicado um texto assinado por Alcídio Ribeiro, que falava que uma região podia crescer e prosperar com ajuda da capital e com a boa aplicação dos recursos. O nome do interventor não é citado e nem é feita referência à palavra governo. Apesar de o jornal se autodeclarar oposição ao governo, podemos observar que, ao relatar que Londrina estava progredindo com o apoio da Capital do estado Paraná, o periódico mencionou as ações do governo em prol da região de maneira implícita.

Em 1934, Londrina tinha cerca de quinhentas casas e pouco mais de três mil habitantes com casas de primeira linha, que ficaria bem em qualquer avenida de Curitiba. A cidade já contava com água encanada e havia previsão para energia elétrica, bem como para construção de hospital e da estrada de ferro na região.

O sr. Evvin Frohlich, alto funcionário da Cia. a quem estão afeccta a parte que se relaciona com a venda das terras, poz-se presenteiramente à nossa disposição acompanhando nos as mais importantes colônias descrevendo-nos interessantes assuntos como a fundação de escolas um dos primeiros cuidados da companhia a localização das estações futuras o plano geral das estradas, facilitando-nos, mesmo, a apresentação de elementos de grande valor já esplendidamente instalados dispondo de apreciáveis culturas e residem casas confortáveis (RIBEIRO, CORREIO DO PARANÁ, 24/07/1934, p. 4).

O texto foi escrito por Ribeiro, representante do jornal que se entusiasmou ao conhecer Londrina. Ele foi recebido por um funcionário da Cia. que o acompanhou por “turismo exploratório” pela região e, ao regressar à capital, publicou no jornal as “maravilhas” vistas por ele.

Muitas foram as edições que publicaram sobre o “progresso” de Londrina, mas não foi somente notícias sobre a prosperidade da região que estamparam as páginas do editorial. Londrina foi destaque policial no jornal. Os crimes ocorridos foram divulgados pelo periódico da capital, assim como as notícias sobre acontecimentos políticos locais.

Na edição de 24 de julho de 1933, o jornal publicou, sob o título “O Paraná em leilão”, um artigo de opinião política em que criticava Manoel Ribas por ter perdoado dívidas da Inglaterra, em troca da construção da estrada de ferro pela Companhia de Terras

Norte do Paraná. Em tom de sarcasmo, o jornal afirmou que o interventor do Paraná “generosamente” decidiu socorrer a Inglaterra “empobrecida”, haja vista que o Paraná estava com “abundância” de recursos, leiloando dessa forma, suas terras à Inglaterra (CORREIO DO PARANA, 24/07/1933, p. 5).

De acordo com o jornal, a obra da estrada de ferro beneficiaria a Companhia de Terras Norte do Paraná e não os interesses do Estado.

Essa ferrovia fazia a ligação do Estado do Paraná com outros Estados brasileiros, além de integrar o Norte do Paraná. O título da primeira propaganda da CTNP veiculada no Paraná-Norte, em 9 de outubro de 1934, “A CAMINHO DO PARAGUAY”, tinha como objetivo produzir um efeito de sentido no leitor que apontava para um objetivo ambicioso, que seria o de ligar a região aos países vizinhos, no caso Paraguai e Argentina, através do rio Paraná (ALMEIDA; BOLOGNESI, 2003, p. 195).

A ida do Príncipe de Gales à Londrina foi destaque nos periódicos da capital Curitiba no ano de 1934. A visita da comitiva tinha como objetivo analisar os terrenos da região Norte do Paraná, especialmente, Londrina, para trazer os assírios do Iraque para habitar na região. O jornal afirmou que a presença de iraquianos no Paraná poderia ser um perigo à nação brasileira (CORREIO DO PARANÁ, 1934).

Sobre a presença dos assírios no Paraná, o jornal *Diário da Tarde* (1934) divulgou uma entrevista do então ministro do trabalho Salgado Filho sobre a vinda dos assírios para Londrina. De acordo com o ministro, a presença dos imigrantes tinha a anuência da Companhia de Terras Norte do Paraná.

[...] a companhia colonizadora que já tem não só uma estrada de ferro de penetração na zona onde vae localizar os seus colonos como também uma cidade-Londrina-recém-formada nas imediações supportará exclusivamente todos os encargos dos transportes e localização sendo o governo brasileiro mero fiscal na natureza das pessoas que se encaminham para o meio rural e ahí permaneçam com responsabilidade não só da Companhia que os vai localizar como ainda a Liga das Nações (NAÇÃO OU COLONIA, DIARIO DA TARDE, 10/02/1934, n. 11.632).

De acordo com o texto, o governo brasileiro não teria despesas com a vinda dos iraquianos, haja vista que a Cia. inglesa seria a responsável pela vinda e manutenção dos estrangeiros, no entanto havia forte resistência a essa situação conforme o texto publicado no jornal o *Diário da Tarde* “[...] Si a Companhia tem terras a dar e quer fazer a instalação

de colonos porque não faz a brasileiros que existem aos milhões sem um tecto e um pedaço de terra” (DIÁRIO DA TARDE, 10/02/1934, p. 1).

A Companhia Inglesa de colonização foi acusada por pessoas contrárias a vinda dos assírios de ser beneficiada pela vinda deles, haja vista que a Inglaterra havia desalojado os iraquianos de suas terras por possuírem petróleo (DIÁRIO DA TARDE, 23/02/1934).

O Instituto de advogados do Paraná iniciou uma campanha contra a vinda dos assírios com o *slogan* “Quem ama o Paraná deve ser contra a vinda dos assyrios” (DIÁRIO DA TARDE 27/02/1934, p. 8).

A rejeição de certos grupos de estrangeiros se deu no governo Vargas após mudanças administrativas as quais alteraram a noção de raça, o que diminuiu a categoria de imigrantes aceitáveis no país. Muitos grupos de imigrantes que antes de 1930 entraram no Brasil, após o golpe foram vistos como perigosos para a sociedade brasileira. Entre os anos de 1932 a 1938, um grupo de assírios, juntamente com grupos de católicos alemães que foram considerados refugiados, tentaram entrar no país com o apoio de organizações internacionais. No entanto, não houve a permissão para a entrada desses assírios porque proprietários de terras almejavam por mão de obra mais barata, um grupo de “nativistas urbanos” exigiam que o Brasil fechasse as portas aos refugiados enviados pela Grã-Bretanha e Estados Unidos, pois estes enviavam os imigrantes para países como o Brasil, mas não os aceitavam em suas terras. Sob o pretexto da questão fundamental da “raça”, os vistos desse grupo de assírios oriundos do Iraque foram negados pela imigração brasileira (LESSER, 1994).

A discussão sobre a presença de estrangeiros aceitáveis ou não no governo Vargas se deu em âmbito nacional, estadual e local, especialmente em regiões em processo de colonização, como foi Londrina.

O nacionalismo e a xenofobia tornaram-se armas políticas poderosas nos vários governos de Vargas, porque o sentimento nativista popular coincidia claramente com a crescente influência de pensamentos científico-raciais europeus vigentes em um pequeno mas extraordinariamente poderoso grupo de intelectuais e políticos, concentrados na camada superior da máquina decisória do Brasil (LESSER, 1994, p. 125)

No governo Vargas, a política migratória esteve pautada na concepção do branqueamento da raça e da eugenia racial, movimentos iniciados no final do século XIX,

mas que ganharam força no início do século XX com o advento da República e encontrou adeptos no governo Vargas.

Londrina foi destaque no periódico *O Correio do Paraná*, que publicou em suas edições a inauguração do aeroporto de Londrina; a construção de escolas intituladas de modernas; a construção e inauguração da linha férrea e de todo empreendimento que demonstrasse o “progresso” de Londrina. Ao publicar notícias sobre a prosperidade de Londrina, o jornal enalteceu as qualidades das terras férteis nomeando Londrina de a “Pérola do Norte, Terra da Promissão, Cidade Milagre, Maravilha do Norte, Rainha do Norte, Cidade Nova e Progressista e Próspera cidade” (*O CORREIO DO PARANÁ*, 1938).

Após a leitura desses três periódicos selecionados, pudemos perceber que os jornais da capital contribuíram para divulgar a ideia do “progresso” da região Norte do Paraná, especialmente, em Londrina; no entanto não deixaram de divulgar a violência muitas vezes calada pelo jornal Paraná-Norte.

O jornal Paraná-Norte silenciou muitas vezes casos de crimes em Londrina e região, no intuito de proteger o investimento do capital estrangeiro, pelo fato de que o jornal Paraná-Norte estava a serviço da CTNP, como divulgador do empreendimento “colonizador”.

Alguns crimes que foram divulgados pelos periódicos da capital não foram publicados no jornal local e, quando noticiados, já haviam sido solucionados pelas autoridades locais. Crimes como assassinatos, estupros a mulheres e crianças, e violência doméstica foram silenciados ou amenizados pelo jornal Paraná-Norte.

[...] o silêncio determina, conseqüentemente, os limites do dizer. Silêncio e linguagem, enquanto discurso e interação, são modos de produção social não são neutros, inocentes e nem naturais, estão impregnados de intencionalidades, por isso constituem o lugar em que se manifesta a ideologia (ALMEIDA; BOLOGNESI, 2003, p. 194).

O posicionamento do Jornal Paraná-Norte de enaltecer e divulgar a prosperidade e o desenvolvimento da região de Londrina estava atrelado aos interesses econômicos da companhia colonizadora. Sendo assim, cabia ao jornal escolher quais as notícias deveriam ter destaques nas páginas e edições do periódico londrinense.

Em 16 de abril de 1944, o Paraná-Norte publicou na capa do jornal um artigo intitulado “O Norte do Paraná sob a apreciação de alguns jornais de Curitiba”.

No texto havia a afirmação de que os periódicos da capital *O Dia* e o *Diário da Tarde* estavam publicando artigos que atacavam o norte do Paraná, afirmando que a região não se portava como paranaense, pois, de acordo com os dois periódicos da capital, um grupo de madeireiros do norte do Paraná havia proposto ao Governo Federal que a ferrovia São Paulo-Paraná fosse entregue à administração da Estrada de Ferro Sorocabana.

No artigo do Paraná-Norte há a afirmação de que os jornais da capital deviam separar o “joio do trigo” e respeitar a região que muito havia contribuído para o “progresso” do Paraná. Após afirmar que o interventor do Estado, Manoel Ribas, conhecia a região e o povo que nela habitava, foi feito o convite para que os “irmãos do Sul” viessem conhecer o povo e as terras, no intuito de verificar o ambiente de brasilidade que havia na região (O NORTE DO PARANÁ SOB A APRECIACÃO, PARANÁ-NORTE, 16/04/1944, p. 1).

Essas publicações demonstram que havia uma certa “rivalidade” territorial entre o norte do Paraná e a capital Curitiba. O que nos leva a inferir que a disputa não era apenas territorial, mas especialmente pelo fato de Londrina estar sob o domínio de uma empresa colonizadora que detinha certo poder político e econômico.

De uma coisa somos ciósos de penetrar ativamente na vida do Brasil; de não admitir que possa haver mais brasilidade nos paranaenses do sul do que nos paranaenses do norte, disto somos ciósos repetimos. É hora do sul vir ver o norte. [...] Já dizia Caxias, que dissidências não podem perdurar entre brasileiros. De nossa parte jamais pensamos nisso. Que o sul proceda da mesma forma é o que sinceramente desejamos. O norte não surgiu à revelia do Paraná porque estava no programa do governo do snr. Getúlio Vargas [...] (O PARANÁ PRECISA “PARANISAR” O NORTE DO ESTADO, PARANÁ-NORTE, 16/04/1944, p. 1).

Duas situações nos chamaram a atenção nesses artigos: a primeira, o fato de aparecer no Paraná-Norte a rivalidade entre as duas regiões, pois até então, os jornais da capital enalteciam a região norte do Paraná, especialmente, Londrina, pelo seu aparente “progresso”. A possível rivalidade pode ter sido causada por questões étnicas, visto que os habitantes de Londrina, após a intervenção da CTNP, não eram paranaenses, mas migrantes advindos de outras regiões do Brasil, especialmente São Paulo e Minas Gerais, e estrangeiros europeus.

Questões políticas e econômicas contribuíram para discursos em tom de afirmação da necessidade de transformar os moradores da região em paranaenses, pois havia a disputa



com o estado de São Paulo, haja vista que o norte do Paraná faz divisa com o estado de São Paulo, ao qual outrora pertenceu. Nesse aspecto, a construção de uma narrativa de pertencimento foi defendida pelo Paraná-Norte, de modo que mantivessem a posse territorial como estado do Paraná de uma região rica em desenvolvimento.

A outra situação é a maneira como o periódico se posicionou, nomeando os moradores da região de “brasileiros”. Com isso, podemos observar que o processo de nacionalização e de patriotismo de Vargas foi eficiente na região, pois as publicações da década de 1930 referiam-se aos moradores da região pela nacionalidade ou pela localidade de nascimento. Nos artigos, outrora publicados no Paraná-Norte, os moradores da região foram nomeados de estrangeiros, alemães, japoneses, paulistas, mineiros e assim por diante; em alguns casos eram chamados de londrinenses.

Após a análise dos periódicos da capital, é possível afirmar que, no processo de colonização planejada, a região Norte do Paraná esteve atrelada a um conjunto de ideias e símbolos construídos com a ajuda da publicidade da CTNP, veiculadas nas páginas do jornal Paraná-Norte. As propagandas tinham o objetivo de divulgar a região como “Terra da promessa”; “Nova Canaã”; “Eldorado paranaense”; “Cidade Menina”, “onde se enriquecia da noite para o dia”; “onde se plantando tudo dá” (LEME, 2013).

Em relação ao desenvolvimento urbano, Londrina foi atrelada historicamente à palavra “progresso”, tanto nos jornais da capital, quanto no Paraná-Norte. Como resultado da intensa divulgação das terras londrinenses, muitos foram atraídos a tentar a vida na região e, o jornal Paraná-Norte, criado durante a segunda fase do governo de Vargas (1934), foi utilizado na comunicação da região com o mundo, no período em que as políticas nacionalistas ecoavam pelo Brasil.

Ao longo do governo Vargas (1930-1945), foram criadas diferentes formas de difusão dos valores nacionais com o objetivo de criar essa identidade. Assim, o indivíduo passou a ser “educado” pela música, pelo rádio, pelo cinema e pelos jornais. Diante disso, a próxima seção discutirá sobre o contexto brasileiro no período de reocupação de Londrina. Questões sociais, políticas e educacionais serão tratadas, especialmente no período em que Vargas esteve no poder, durante os anos de 1930 a 1945.

### **3. SOCIEDADE, POLÍTICA E EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO JORNAL PARANÁ-NORTE**

Na seção anterior, apresentamos o nosso objeto de estudo e a relação que ele possuía com a política local. Discorreremos sobre alguns conceitos teóricos, no entanto, consideramos necessário apresentar o contexto histórico do Brasil, no período em que se deu a colonização planejada de Londrina e a criação do jornal Paraná-Norte, haja vista que o periódico foi um divulgador das ideias que circulavam em âmbito nacional na região.

Ao considerar que, na sociedade “[...] todas as relações coexistem simultaneamente e se sustentam umas às outras” (MARX, 2004, p. 95) apresentaremos nessa seção a passagem da Primeira República ao período conhecido como Era Vargas. Serão destacadas algumas ações do governo de Vargas durante o período de 1934 a 1944 e a maneira como o jornal Paraná-Norte recebeu e divulgou tais medidas.

Na composição dessa seção, seguiremos uma ordem cronológica dos fatos para facilitar ao leitor a compreensão dos acontecimentos que contribuíram para a composição da História do Brasil. Entretanto, não almejamos, com isso, afirmar que a história aconteceu de forma linear, ao contrário, consideramos em nossa análise, o processo dialético e contraditório que ocorre na sociedade.

Iniciaremos com o contexto em que Vargas ascendeu ao governo brasileiro até 1934, ano em que o Governo Federal instituiu uma nova constituição e o jornal Paraná-Norte foi criado.

#### **3.1 Antecedentes da Era Vargas até a consolidação da Constituição de 1934**

Durante o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, as políticas migratórias foram responsáveis pela vinda de muitos estrangeiros para o Brasil, especialmente, os europeus. O crescimento da imigração de estrangeiros para o Brasil, provocou uma mudança no cenário interno que passou de agrário rural para urbano industrial, pois, a presença de imigrantes europeus tinha a função de ampliar o mercado interno brasileiro, formar uma “classe média”, contribuir para o branqueamento da população brasileira e como mão de obra livre em substituição à escrava.

No Brasil, na iminência da abolição da escravatura, os produtores de café de São Paulo conseguiram do governo estadual a subvenção para trazer ao país a mão de obra europeia, barata e disciplinada. Isso se justificava pela necessidade de braços para a lavoura (RENK, 2009, p. 28).

Baseados nos moldes europeus, políticos e intelectuais, juntamente dos médicos sanitaristas, buscaram realizar várias ações consideradas necessárias para o desenvolvimento econômico e social do país. Adeptos à ideologia higienista e ao discurso de branqueamento da raça – conhecido como o “discurso do aprimoramento da raça” que surgiu no Brasil, no final do século XIX –, buscavam formar um novo modelo de cidadão, almejando construir uma sociedade. Para tal, foi elaborado um projeto de segregação social com ações repressivas contra as pessoas que não faziam parte do modelo “ideal de homem”, branco, disciplinado e civilizado (BARION, 2014).

A campanha higienista, no Brasil, contribuiu com a expansão da imigração europeia, especialmente em meados do século XIX. O objetivo era “limpar” a sociedade do atraso brasileiro e a formação de um novo cidadão para a ordem e para o progresso<sup>11</sup>.

Nesse período, o Brasil estava em um processo de mudança e a “missão” da imprensa na Primeira República era mudar a concepção de um Brasil analfabeto, atrasado e monocultor para um país civilizado, bem como ser usada para como um instrumento a serviço do progresso e da modernização, sendo considerada “[...] um espaço privilegiado com um extenso alcance” (MACHADO, 2008, p. 219).

Apesar das dificuldades, a imprensa passou por importantes mudanças devido às inovações tecnológicas da época, o que contribuiu para que ela se tornasse diversificada, tanto em conteúdo, como na estrutura. Ao exercer o papel educacional na sociedade, a imprensa se tornou responsável não só por informar, mas por formar a opinião popular, haja vista que “[...] a imprensa acompanha e repercute os processos sociais e por isto se influencia e utiliza a linguagem produzida por esses processos” (SIMÕES, 2005, p. 28).

A imprensa foi responsável por disseminar o projeto de desenvolvimento via escola, pois a expansão do ensino primário, nos primeiros anos do século XX, contou com algumas dificuldades. Havia problemas como precariedade dos edifícios escolares, carência de material didático e mobiliário, alta seletividade do ensino primário, falta de um padrão no ensino, falta de professores. Esses foram alguns dos fatores que suscitaram críticas ao poder público, as quais estavam presentes na sociedade e via imprensa. Esse é

---

<sup>11</sup> A última seção abordará o tema progresso, nela apresentaremos o conceito e o contexto histórico no qual a palavra foi utilizada no Brasil.

um dentre os motivos que fez com que a pesquisa educacional na imprensa avançasse muito, no Brasil, na década de 1990.

Em meio ao projeto de modernização e progresso, o cidadão republicano precisava ser alfabetizado, por isso havia a preocupação com o ensino da leitura e escrita, ensino da moral e cívica, conteúdos considerados necessários para formar o cidadão brasileiro. A escola era o instrumento para a formação desse modelo de homem, uma vez que o Brasil era composto em sua maioria por escravos libertos, caboclos e imigrantes europeus.

A Primeira República ou República Velha (1889-1930) foi marcada pela instabilidade dos acordos políticos, afetando, dessa forma, a consolidação do sistema republicano no país. Entretanto, havia na sociedade os que defendiam que o caminho do progresso viria pela industrialização (burguesia e proletariado), enquanto outros acreditavam que o Brasil tinha uma “vocação agrícola” (setores agrários, grandes proprietários de terras), por isso devia ser investido nessa área e tinha um terceiro grupo, mais eclético que defendia a junção das ideias dos dois primeiros grupos (NEVES; HEIZER, 1998).

Nos primeiros anos republicanos, pairava a concepção de que a população do campo era ingênua e ignorante, considerando que o Brasil era um país agrário e que, no ano de 1900, cerca de 80% eram analfabetos, o que tornava difícil o progresso do país sem a construção de “[...] valores como ordem e civismo, articulados com um sistema educacional que escolarizasse a população, porque isso era visto como requisito chave ao progresso e ao processo civilizatório” (GATTI JÚNIOR; PESSANHA, 2005).

Durante os anos de 1902 a 1906, no intuito de colocar o Brasil nos trilhos do progresso, o Governo Federal emprestou da Inglaterra o valor de oito milhões e quinhentas mil libras esterlinas para executar o projeto higienista “Bota-abaixo” no Rio de Janeiro, capital do país, maior cidade e contava com cerca de 500 mil habitantes. Esse projeto consistia na derrubada de cortiços e quiosques que ficavam no centro da capital - Rio de Janeiro, o que contribuiu para a expulsão da população pobre para cortiços e favelas. A reforma da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica higienista a transformou em um cartão postal (NEVES; HEIZER, 1998).

No entanto, o “progresso” tão almejado não chegou, e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Crise de 1929, contribuíram para as discussões sobre a reorganização política e econômica do Brasil que, durante a década de 1920, almejava mudanças, por uma geração recém-ingressa na vida política e intelectual e que não concordava com os

grupos que estavam no poder; entretanto, almejava construir um outro e novo sistema político, social e econômico no Brasil (MONARCHA, 2009).

A República Velha era dominada por um grupo de políticos em que destacavam-se representantes políticos de São Paulo e de Minas Gerais. Nesse período, a política que estava em vigência no Brasil era a do “Café com Leite”, na qual São Paulo era o maior produtor e exportador de café, e Minas Gerais era o maior produtor de leite e era o Estado com maior poder de eleição do país (FAUSTO, 2003). Nesse modelo político, São Paulo e Minas Gerais fizeram um acordo de alternância política de assegurar o apoio político ao Presidente da República. Esse apoio acontecia por meio de uma troca de favores em prol dos estados governados pela oligarquia dominante.

Por liderarem as exportações, especialmente de café, São Paulo e Minas Gerais defendiam a economia agroexportadora, enquanto os outros estados brasileiros defendiam políticas econômicas voltadas para o mercado interno, haja vista que não possuíam transportes, estradas, portos e estruturas para o mercado externo. Esse modelo de prática política deixou representantes de outros estados insatisfeitos, caso do Rio Grande do Sul, que pouco era beneficiado com a política “Café com Leite”.

No ano de 1929, no intuito de superar a crise do café, a oligarquia paulista, representada por Washington Luiz, presidente do país no período, indicou Júlio Prestes como candidato à República por São Paulo. Essa indicação pôs fim à aliança política entre paulistas e mineiros e à crise da República Velha que levou Vargas ao poder.

Júlio Prestes saiu vitorioso da eleição presidencial que ocorreu em 1 de março de 1930, mas não assumiu, pois em outubro de 1930, um golpe de Estado depôs o então presidente Washington Luiz, elevando o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas à presidência da República brasileira<sup>12</sup>. A convulsão social que ocorria no Brasil nas décadas de 1910 e 1920, “[...] abriu espaço no âmbito da própria classe dominante e redefinições políticas que resultaram no golpe de Estado de outubro de 1930” (SILVA, 1999, p. 23).

A Primeira República não alcançou os objetivos esperados, como modernização, progresso e participação, pois a massa da sociedade brasileira ficou à margem das discussões políticas e nada mais era do que massa de manobra, enquanto a escola não era para todos “[...] passado o momento inicial de esperança de expansão democrática,

---

<sup>12</sup>A Era Vargas foi marcada por um ‘governo centralizador, unitário e antiparlamentar’ (FAUSTO, 1999, p. 20), este trabalho utilizará o termo ‘Golpe’ em vez de ‘Revolução’, pois Revolução está relacionada com a libertação da opressão, sobretudo de tiranias (ARENDDT, 1998).

consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo” (CARVALHO, 1997, p. 161).

Nesse cenário, Getúlio Vargas assumiu a presidência da República no dia 3 de novembro de 1930, após o golpe originado por uma crise social, econômica e partidária que derrubou a República Velha, despertando grupos opositores pertencentes à oligarquia paulista que tinham aspirações de mudança, mas ao mesmo tempo de manutenção da posição política, econômica e social ao qual pertenciam.

No Brasil, na década de 30 aspirações de mudança aproximou a burguesia industrial das experiências desenvolvidas nos países capitalistas “de ponta” com o objetivo de acelerar o desenvolvimento interno, visando a montagem de uma sociedade tecnológica, sob parâmetro da racionalidade e do cientificismo (SILVA, 1999, p. 17).

Vargas foi apoiado por um grupo heterogêneo, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, que almejava a queda da velha oligarquia brasileira, mas também por aqueles que não buscavam transformações na sociedade, mas a manutenção do *status quo* (FAUSTO, 2003).

O governo de Vargas pode ser dividido, historicamente, em três momentos importantes. O primeiro, de 1930 até 1934, ficou conhecido como “Governo provisório”; o segundo momento foi de 1934 até 1937, o chamado “Governo Constitucional”; o outro momento foi de 1937 até 1945 e ficou conhecido como Estado Novo. No entanto, a classificação da Era Vargas em períodos depende da análise a ser realizada e do contexto a ser estudado (ANDREOTTI, 2006).

Seguindo com a classificação dada por Andreotti (2006), logo no início do governo provisório, Getúlio Vargas fez algumas mudanças no intuito de romper com o modelo da República Velha. Vargas queria, a princípio, reformar todo o modelo político brasileiro, pois temia que as oligarquias tradicionais se rebelassem contra ele e convocassem novas eleições, por isso, criou medidas centralizadoras, dentre as quais, a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas estaduais e municipais (HORTA, 2012).

A mudança no cenário brasileiro desencadeou uma série de problemas a serem enfrentados no decorrer da Era Vargas.

Na passagem dos anos 20 para a década de 30, há um fator crucial que empurra o Brasil para o caminho autoritário, ou seja, a crise mundial aberta em 1929. Por seu impacto, a crise desmonta uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziram o país à desordem e ao caos (FAUSTO, 1999, p. 19).

As dificuldades eram muitas, dentre as quais, a falta de estradas, carência de mão de obra, desemprego, analfabetismo, oposição política e revoltas. Foi necessário investir na industrialização brasileira, bem como investir no preparo dos trabalhadores para que esse setor da economia continuasse crescendo.

Com o objetivo de diminuir os efeitos da crise e valorizar os produtos brasileiros, o governo de Vargas efetivou uma série de medidas de cunho nacionalista e desenvolvimentista. Para o novo padrão de sociedade, era necessário um novo modelo de trabalhador. Nesse período, o analfabetismo tomava conta da sociedade e a burguesia, que era a nova classe em ascensão no país, começou a reivindicar o direito à educação. Dessa forma, o discurso de educação para o povo se tornou frequente na sociedade brasileira, haja vista que, no período, as ações e movimentos em prol da ampliação da educação escolar não conseguiram acabar com o analfabetismo.

A crítica ao atraso da sociedade brasileira aparece formulada por diferenciados setores da classe dominante, ganhando força na conjuntura a convicção de que, para superá-lo o país teria que ser transformado, cabendo à escola papel preponderante nesse processo (SILVA, 1999, p. 126).

O discurso em prol da educação como propulsora do desenvolvimento esteve presente no período da Primeira República e adentra a Era Vargas com discursos contraditórios.

A educação na Primeira República recebeu investimentos pontuais, especialmente no ensino profissional destinado à classe trabalhadora (SILVA, 1999). Foi na Primeira República que houve um princípio de organização da implantação da instrução pública e a criação dos grupos escolares foram considerados símbolos da modernidade. No entanto, no início da Primeira República, a escola era pensada para a seleção e a formação das elites, sendo que a educação das massas recebeu destaque a partir da década de 1920, com a reforma paulista (SAVIANI, 2004).

Em relação à expansão do ensino primário, no período da Primeira República, havia discursos que se contradiziam. A classe dominante criticava as reformas que estavam ocorrendo em São Paulo, pois temiam que a “massificação” da cultura gerasse prejuízo às elites intelectuais. Entretanto, defendiam que a transformação da sociedade brasileira passava pela modificação da escola. Os críticos do modelo educacional afirmavam que, em um país de ignorantes, não poderia haver elite, e havia os defensores de que o Estado deveria gerir a educação, pois no Brasil não havia uma tradição cultural, devido a população ser composta por sub-raças e por imigrantes que influenciavam o país com sua cultura, fragilizando a língua nacional (SILVA, 1999).

Nos quinze anos de governo de Getúlio Vargas, o tema educação ocupou um lugar de destaque nos discursos. Contudo, o intuito do governo era colocar o sistema educacional a serviço da implantação de uma política autoritária e controladora. Sendo assim, a educação foi vista como um problema nacional, o que “justificava” as ações centralizadoras na educação brasileira.

A concepção da educação como “problema nacional” servirá para justificar uma intervenção cada vez mais intensa do governo federal nos diferentes níveis de ensino e uma crescente centralização do aparelho educativo. Essa concepção sofrerá uma evolução, principalmente a partir de 1935: de problema nacional, a educação passará a ser considerada “problema de segurança nacional” (HORTA, 2012, p. 4).

As discussões sobre educação na Era Vargas foram marcadas por disputas entre diferentes forças sociais, a exemplo disso foi os militares que, em nome da segurança nacional, buscaram interferir na educação, direcionando-a aos seus interesses. A Igreja lutou pelo ensino religioso nas escolas e pelo seu domínio educacional, os educadores buscaram modernizar a educação adequando-a às demandas da sociedade capitalista e o próprio Estado que, embora tenha trabalhado para atender os diferentes grupos hegemônicos, “colocou o sistema educacional a serviço de sua política autoritária” (HORTA, 2012, p. 5).

Nos primeiros anos da década de 1930, a discussão sobre educação estava dividida entre liberais, conhecidos como reformadores que eram intelectuais e educadores que defendiam o ensino obrigatório, gratuito, laico; e conservadores, composto por um grupo de católicos intelectuais e educadores que defendiam uma educação pública religiosa (MELO; MORMUL; MACHADO, 2012).



Essas discussões tiveram representatividade na Associação Brasileira de Educação (ABE), que foi criada no ano de 1924 como uma organização nacional, na qual se congregaram alguns educadores brasileiros que atuavam em questões educacionais. A ABE esteve à frente de todos os movimentos de renovação da educação e do ensino no país. No período, ela promovia a realização de palestras, debates, cursos e conferências, convocando, para isso, autoridades e especialistas, nacionais e estrangeiros (ANDREOTTI, 2006).

Os componentes da ABE defendiam um novo perfil de cidadão, que respeitasse as normas e trabalhasse para o engrandecimento do país. Nesse aspecto, a educação higienista seria a solução para todos os problemas.

[...] a inegável gravidade da questão sanitária no país reforçava o poder persuasivo da propaganda educacional. Além disso, a metáfora sanitária é recurso retórico de grande eficiência sensibilizadora: a imagem negativa e um tanto abstrata da ausência de educação é substituída, com vantagem, pela imagem concretizante da doença que induz a imaginação do ouvinte a visualizar, no horror análogo do câncer ou da degenerescência física, os malefícios da situação educacional do país (CARVALHO, 1997, p. 2).

Seguindo esse discurso, as primeiras discussões da ABE seguiam a lógica de que a educação deveria fundamentar-se na educação moral, higiênica e econômica, mas especialmente seria um instrumento para a construção da identidade do povo brasileiro (BLANCK MIGUEL, 1992).

Por muitos anos, a ABE organizou conferências para discutir a educação no Brasil. A I Conferência Nacional da Educação (CNE) aconteceu em Curitiba, no ano de 1927, com o objetivo de discutir a organização do ensino primário no país.

No ano de 1928 foi realizada a II CNE, em Belo Horizonte, com a discussão temática sobre o ensino secundário. Na sequência, São Paulo sediou a III CNE, no ano de 1929. Nessa Conferência, o debate foi em torno do Ensino Secundário, Primário e Profissional e da Educação Sanitária. No ano de 1930 não aconteceu a IV Conferência, pois foi um ano de reorganização política no país.

No ano de 1931, já no governo de Vargas, para contribuir com a construção da imagem positiva do governo, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), por meio do Decreto nº 20.033, de 25 de maio de 1931, com o objetivo de informar a população sobre questões políticas, econômicas e administrativas.

O DOP funcionava como um escritório da Imprensa junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com o objetivo de assegurar à imprensa dos Estados e dos Municípios, o conhecimento fiel da vida administrativa do país. Tratava-se de um porta-voz das ações do governo. No ano de 1934, foi criado a programa Voz do Brasil, com o objetivo de divulgar as ações do governo de Vargas junto à população brasileira. A intenção era aumentar a popularidade do chefe do Governo Provisório.

Em relação à educação, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto nº 19.402 de 14 de Novembro de 1930, que prevaleceu durante o Estado Novo. A criação do Ministério da Instrução e Saúde Pública tinha como objetivo difundir o saneamento moral e físico por intermédio da educação sanitária e o incentivo ao ensino público por meio de um sistema de estímulo e colaboração direta com os estados (HORTA, 2012).

No dia 18 de novembro de 1930, Vargas empossou Francisco Campos como Ministro da Educação nacional, o qual havia sido responsável pela reforma da instrução no estado de Minas Gerais entre os anos 1927-1928. Como Ministro da Educação, Francisco Campos tinha como objetivo formar uma elite intelectualmente bem preparada (FAUSTO, 1995).

No ano de 1931, Francisco Campos promoveu uma mudança no sistema educacional brasileiro que ficou conhecida pelo seu nome. O alvo da reforma foi o ensino secundário, que passou de cinco para sete anos de duração, dividido em dois ciclos. O primeiro ciclo foi chamado de “Fundamental” e tinha uma duração de cinco anos, em que era ofertada uma formação comum. O segundo ciclo era composto por dois anos, nos quais os alunos tinham a possibilidade de escolher, dentre três opções, a que mais contribuía com a possível carreira profissional que o estudante almejava (SAVIANI, 2005).

Como ministro da educação, decretou a volta do ensino religioso, facultativo nas escolas públicas, organizou o ensino secundário, o ensino comercial e o ensino superior. Por meio de reformas, ele estabeleceu a frequência obrigatória, organizou o ensino em dois ciclos, criou um currículo seriado e colocou a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior (SAVIANI, 2005).

No ano de 1931, a ABE promoveu a IV Conferência no Rio de Janeiro para discutir as diretrizes para a educação popular. O objetivo era apresentar ao governo algumas sugestões sobre a necessidade de possíveis mudanças no cenário educacional, haja vista que Getúlio Vargas e Francisco Campos estiveram presentes no evento.

Como resultado dessa Conferência, foi elaborado no ano de 1932 um documento assinado por um grupo de vinte e seis educadores. O Manifesto dos Pioneiros da Educação, o documento foi elaborado por Fernando de Azevedo com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”.

É preciso lembrarmos que o Brasil adentrou os anos 30 do século XX, cercado de conflitos gerados pela crise internacional, que foi marcada por fatores como a queda da bolsa de Nova York, no ano de 1929, ocorrida devido à reorganização do capital, que se deu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917). Esses eventos criaram novos desafios para a sociedade da época, que passou a ter que lidar com o domínio dos países capitalistas industrializados juntamente do ineditismo da experiência socialista. Todo esse movimento desencadeou a expansão de um novo ideário educacional, “[...] iniciado no final do século XIX e começo do XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos” (MACHADO; CARVALHO, 2015, p. 178).

No Brasil, a discussão sobre a importância da ampliação da educação escolar às classes populares já acontecia, desde o período da Primeira República. Porém, as discussões presentes no Manifesto se realizavam em prol de promover mudanças na educação no país por meio de uma reforma na estrutura do ensino. Diferentemente do modelo de escola tradicional, o documento defendia uma pedagogia voltada para o aluno, baseada em métodos científicos. A falta de cientificidade no ensino foi considerada pelos intelectuais como verbalista, tradicional e ultrapassada. Segundo eles, esse modelo não atendia à necessidade de formação no contexto da sociedade que estava em processo de transformação.

O Manifesto, além de tecer críticas ao modelo educacional, sugeria que a educação deveria ser, essencialmente, pública e mantida pelo Estado, que seria o responsável por supervisionar as instituições privadas de ensino. O documento apresentava a necessidade da escola ser unitária, gratuita e laica para as crianças de 7 a 15 anos, sem ruptura entre os níveis de ensino.

O modelo de educacional sugerido pelo Manifesto, foi chamado de “educação nova”, e esta deveria ser uma educação voltada ao interesse do indivíduo e não aos interesses de classes.

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar ‘a hierarquia democrática’ pela

‘hierarquia das capacidades’, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de ‘dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento’, de acordo com uma certa concepção do mundo (MANIFESTO, 2006, p. 191).

Os signatários do Manifesto viam na educação a condição primordial para o desenvolvimento da riqueza do país. Nesse aspecto, a função da escola seria formar os cidadãos produtivos, mas, de certa forma, conformados com a estrutura social vigente.

O programa de educação exposto no manifesto se baseou na ideia de formação integral e natural do indivíduo, que deveria ser conscientizado em relação aos seus deveres para com a sociedade e a nação brasileira. Esta, por sua vez, deveria fomentar a noção de que todos possuíam direitos e deveres para com a sociedade (MELO; MORMUL; MACHADO, 2012, p. 91).

Em 1932, ano da promulgação do Manifesto dos Pioneiros, não foi realizada a V CNE. Essa só aconteceu no ano de 1933, no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói. A partir das discussões realizadas no evento, foi elaborado o anteprojeto de organização nacional da educação. A VI Conferência aconteceu no ano de 1934, em Fortaleza, para a discussão da organização do ensino no Brasil.

Durante os quatro primeiros anos do governo de Vargas, os discursos sobre a educação culminaram no destaque do tema na Constituição promulgada no ano de 1934, na qual 17 artigos estavam direcionados ao tema educação.

Com a promulgação da Constituição de 1934 é possível afirmar que houve uma renovação no campo educacional, merecendo destaque o art. 148, que estabeleceu que caberia à União, aos Estados e aos Municípios a tarefa de “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”. Além disso, foi nessa Constituição que a educação passou a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (SOUZA, 2016, p. 1368).

A Constituição de 1934 pode ser considerada um divisor de águas no que se refere à educação, pois esta passou a ser vista como direito de todos. O ensino primário gratuito foi institucionalizado com a frequência de caráter obrigatório e, pela primeira vez, foi

mencionada a questão do financiamento da educação, além de prever a existência de um Conselho Nacional de Educação.

No que concerne à educação, durante a Era Vargas, três nomes assumiram a pasta do Ministério da Educação e Cultura: Francisco Campos, de 1930 a 1932, Washington Pires, que ocupou o cargo no período de 1932 a 1934; e Gustavo Capanema, que assumiu o lugar e permaneceu no cargo de ministro da educação de 1934 a 1945.

Gustavo Capanema contou com a colaboração de alguns intelectuais, como o poeta Carlos Drummond de Andrade, que foi nomeado como chefe de gabinete. Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Heitor Villa-Lobos e Manuel Bandeira, também contribuíram com a gestão de Capanema (MICELI, 2001).

No período em que esteve à frente do Ministério da Educação, Capanema deu sequência a projetos iniciados na gestão do Francisco Campos. Foi criador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no intuito de preservar a memória cultural. No entanto, Campos desenvolveu a política educacional baseada no modelo político centralizador do Estado Novo, no qual a educação era vista como necessária para moldar a sociedade. Isso se deu num processo contraditório entre políticas de caráter autoritárias e repressivas, mas permeadas por contribuições modernistas (SOUZA, 2014).

Em meio a conflitos políticos e sociais, o governo ditatorial Varguista foi instalado no país. No ano de 1934, Getúlio Vargas ganhou para presidente e o governo provisório “deu lugar” ao governo constitucionalista que durou de 1934 a 1937<sup>13</sup>.

A Era Vargas determinou os rumos educacionais do país, influenciando a composição do cenário escolar nos grandes centros urbanos já estabelecidos e nas regiões em processo de urbanização e desenvolvimento, como o Norte do Paraná. Dessa forma, na subseção a seguir, será apresentado como o Paraná estava quando Vargas assumiu o governo brasileiro, qual o papel a imprensa paranaense mediante ao cenário político, social e educacional.

### **3.2 O Paraná na Era Vargas: Educação e Imprensa**

---

<sup>13</sup> Os períodos em que Vargas esteve na presidência da República brasileira denominados como “Governo Constitucionalista (1934-1937) e o “Estado Novo” serão abordados no item 3.3 dessa seção.

O processo de reocupação do território norte paranaense teve início em meados do século XIX, quando foi promulgada a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras Devolutas, e aconteceu mediante graves conflitos de terras motivados por questões financeiras e pela resistência dos grileiros que habitavam a região. Nesse período, o Paraná era habitado por caboclos e indígenas que foram expulsos sob o discurso do “vazio demográfico” (CAPELO, 2000).

Com essa lei, as terras situadas no norte do estado do Paraná foram convertidas em mercadoria. Para ter direito à propriedade, era necessário a comprovação via documento. Muitos não tinham os documentos, por isso perderam o direito à posse da terra. Como o Paraná não tinha recursos para “colonizar”, ousou investir na colonização planejada por meio de empresas privadas (ROSANELI, 2009).

Após o ano de 1853, a região começou a receber migrantes mineiros, fluminenses e paulistas que vieram atraídos pela “marcha do café”. O Paraná recebeu vários fazendeiros interessados em plantar café, haja vista que o Paraná não sofreu as restrições impostas pelo governo pela crise da superprodução (LEME, 2013).

A partir da Proclamação da República, no Brasil, o Paraná recebeu imigrantes, especialmente europeus, para trabalhar como mão de obra em substituição aos escravos libertos em 1888. Entretanto, a Primeira Guerra Mundial gerou uma crise que prejudicou a expansão das fazendas de café no Norte do Paraná.

O processo de reocupação das terras paranaenses aconteceu por meio de projetos políticos que almejavam o crescimento econômico e o povoamento para proteção das fronteiras (OLIVEIRA, 2001). Com o cenário crítico, a solução encontrada pelo governo do Estado do Paraná foi a “venda” inicial de 515.000 alqueires de terras para a Companhia Inglesa no ano de 1924.

O Estado do Paraná acreditava que ganharia com a colonização privada, primeiro porque a venda de terras para Companhias privadas ainda que por preços baixos e doze anos para pagar, dariam maiores lucros do que a simples concessões; depois, ao serem emitidos os títulos de posse, poderiam recolher impostos dos donos dos lotes e da produção e comercialização neles desenvolvidos (STECA; FLORES, 2002, p. 138).

Baseados nesse projeto colonizador desenvolvimentista da região, o Norte Novo do Paraná foi reocupado no final da década de 1920, quando alguns ingleses que faziam parte

de uma missão chamada Montagu vieram ao Brasil, no ano de 1923, com o propósito de resolver a questão da dívida do Brasil com a Inglaterra.

Dentre os que vieram, estava Simon Joseph Fraser (1871-1933), conhecido como Lord Lovat. Ele ficou muito impressionado com as terras férteis da região paranaense e, ao regressar para a Inglaterra, fundou, com mais alguns colegas, a empresa colonizadora *Brazil Plantations Syndicate Ltd*, a qual, após ser desativada, foi substituída pela *Paraná Plantation Ltd*. No Brasil, foi criada a sua subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que foi organizada por Arthur Hugh Miller Thomas (1889-1960) que, no ano de 1925, deu início à venda de terras da região norte paranaense (CANDOTTI, 1997).

O objetivo da CTNP era promover a venda de pequenas propriedades, com preços acessíveis a pequenos agricultores. Projeto que teve sua materialização no ano de 1929. A princípio, o objetivo da Cia. era a ocupação da região dando ênfase a colonização rural, com a construção de vias de comunicação e a fundação de núcleos urbanos que eram divididas em cidades-sede, distantes 100 km uma das outras, e pequenos núcleos urbanos entre essas cidades, situados de 15 em 15 km. A função desses seria a de servir como polos de abastecimento para os habitantes da zona rural (LEME, 2005).

A CTNP, por meio de um acordo com o governo brasileiro no ano de 1929, deu início à colonização planejada da região Norte do Paraná, marcadas pelo planejamento urbano e rural. Esse processo contribuiu para a “imigração tardia” na região paranaense, mas esse movimento foi defendido para ocupar os espaços vazios no território brasileiro, especialmente em regiões de fronteira com outros países.

No ano de 1931, Getúlio Vargas enviou alguns funcionários do governo para analisar as regiões do Sudoeste e do Oeste paranaense. Os funcionários relataram que as regiões estavam abandonadas e que havia dificuldades em “colonizar” a região. Vargas culpabilizou o interventor do Paraná, Mauro Tourino, que deixou o cargo em 29 de dezembro de 1931, sendo substituído provisoriamente por João Pernetta que governou o Paraná por cerca de um ano até que Manuel Ribas assumisse a função, na data de 30 de janeiro de 1932 (PRIORI *et al.* 2012).

No ano de 1934, havia no Paraná cerca de 47.731 poloneses, 19.272 ucranianos, 13.319 alemães, 8.798 italianos e 9.826 imigrantes de outras nacionalidades (PRIORI *et al.*, 2012). Alguns desses imigrantes se estabeleceram na região das terras da CTNP e o desenvolvimento econômico do Norte do Paraná teve, como cenário, o discurso de

progresso e desenvolvimento. Para isso, a Cia. utilizou o Paraná-Norte como ferramenta de divulgação.

No dia primeiro de janeiro de 1935, o jornal Paraná-Norte publicou um texto intitulado “O Norte do Paraná”, no qual enfatizava a riqueza e o crescimento da região Norte do Paraná o que atraiu muitos compradores de terras que chegaram à região,

[...] vislumbrados com a possibilidade de melhorar de vida. Essa produção de riquezas fez com que esses homens, brasileiros e estrangeiros, contribuíssem de forma direta ou indireta no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Norte do Estado do Paraná (LIMA, 2011, p. 50).

Com o aumento populacional, o Paraná presenciou, na segunda metade do século XIX e início do século XX, várias transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. Diante desses fatores, a educação foi concebida como um instrumento indispensável para o progresso e desenvolvimento do país.

O ideário da necessidade de educar as classes populares e dispor maior oferta de educação a toda a população em condições de recebê-la fortaleceu-se ao lado do entendimento de que problemas sociais poderiam ser resolvidos, em parte, pela educação (MELO; MACHADO, 2010, p. 248).

De acordo com os dados do IBGE (2010), até a década de 1940, o Paraná tinha cerca de 75% da população habitando na zona rural, desta forma,

[...] a escola primária rural foi pensada como uma política estadual, por dois fatores: o primeiro relacionava-se à demanda criada, à formação das novas gerações que pudessem garantir a riqueza do estado associada ao rural; segundo, civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo. Manter o homem do campo no campo, mas em condições de tornar o campo moderno, de modo a implementar a economia associada ao rural (SCHELBAUER; GONÇALVES NETO, 2013, p. 88).

Em relação à educação escolar, o final do século XIX foi um período marcado pela abertura de escolas, especialmente, nas regiões ocupadas por grupos de imigrantes estrangeiros. Movimento esse que adentrou o século XX e foi significativo para a abertura de escolas étnicas no Paraná.



Os grupos de imigrantes europeus abriram escolas étnicas em várias regiões do Paraná, mas não foi uma ação relacionada à falta de escolas públicas, pois se tratava de uma questão de preservação de sua identidade cultural. Alguns grupos étnicos fundaram escolas até mesmo em algumas regiões nas quais havia escolas mantidas pelo poder público (RENK, 2009).

Em muitas regiões do Paraná, essas escolas começaram por iniciativa de particulares, no entanto, nem sempre o “professor” tinha formação para lecionar. Até meados do século XX, o analfabetismo era visto como um “mal” a ser vencido, sobretudo em regiões de recente “colonização”. Logo, desde a Primeira República até o final da Era Vargas, o Paraná viu na educação escolar, a solução para abrigar os muitos imigrantes estrangeiros que aqui viviam, pois “O estudo da língua pátria, como o próprio termo expressava, constituía um instrumento de integração e unidade nacional” (SOUZA, 2008, p. 59).

Do período republicano até o final da Era Vargas, o Estado do Paraná buscou, no projeto educacional, a solução para abrigar os imigrantes estrangeiros que habitavam nas terras paranaenses. Para isso, foi necessária a implantação de escolas públicas, em especial nos núcleos onde residiam estrangeiros. No entanto,

[...] a educação pública no Paraná, como parte integrante do conjunto nacional, alinhava-se ao modelo educacional liberal, que privilegiava a educação escolar apenas nos cabeçalhos das leis e discursos. Nesses recomendava-se ao administrador olhar cada escola como um templo onde era cultivada a família e pátria e o lugar onde era possível fazer, de cada brasileiro, um cidadão consciente de seus deveres cívicos e um real valor para a nacionalidade (BLANCK MIGUEL, 1992, p. 33).

As escolas públicas primárias do Paraná, tinham como objetivo formar o homem nacional, brasileiro e disposto a contribuir com o desenvolvimento da região.

A questão da nacionalidade foi sempre ressaltada pelas autoridades que anteviam o perigo da desnacionalização entre alunos daquelas escolas, gerando dificuldades de adaptação e assimilação cultural dos diferentes grupos de estrangeiros. Em muitos casos, havia escolas que ensinavam somente na língua do grupo - polonês, italiano ou alemão - num desconhecimento total da língua nacional, com a ideia de preservação da identidade cultural (OLIVEIRA, 1999, p. 6).

A “Escola Primária Rural” enquanto nomenclatura, foi utilizado pelo Presidente do Estado do Paraná nos anos de 1924 a 1928 e tinha como função formar as novas gerações

para garantir a riqueza do Estado e civilizar os moradores da zona rural, por meio do ler, escrever e contar, além de ensinar hábitos de higiene e valorização da vida no campo (SCHELBAUER, 2014)<sup>14</sup>.

A institucionalização da educação pública no Paraná foi se configurando de acordo com os meios de produção, pois estes influenciavam as relações sociais. Nesse sentido, a escola passou a ser necessária para atender as demandas sociais, econômicas e políticas no Paraná.

No Paraná a partir de 1920 iniciou-se a organização escolar sob os princípios da racionalização de meios e sistematização de fins por mudanças no contexto, social, político e cultural que o estado do Paraná sofreu, com a vinda dos imigrantes e com a migração interna pelo café (BLANCK MIGUEL, 2008, p. 39).

Sobre isso, o jornal Paraná-Norte divulgou na edição de 1º de janeiro de 1940, um relatório de como estava a educação no estado. Sob o título “O ensino público no Paraná”, a matéria publicada tratava a respeito da preocupação do interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas, e do Diretor Geral de Educação, Hostílio de Araújo, com a alfabetização dos paranaenses. No texto, aparece o relatório de como se encontrava a educação no Paraná no período de 1932 a 1938.

Reproduzimos as informações do texto em um quadro, conforme veremos a seguir.

Quadro 8: Dados sobre o Ensino Primário no Paraná (1940)

<b>Ano</b>	<b>Unidades escolares</b>	<b>Professorado</b>	<b>Matrícula efetiva</b>	<b>Frequência média</b>	<b>Conclusão de curso</b>
1931	1.000	2.003	42.052	32.613	2.308
1932	1.047	1.625	45.988	33.907	2.647
1933	957	1.590	46.122	31.889	2.827
1934	1.086	1.762	49.943	38.245	2.862
1935	1.011	1.647	47.197	37.621	3.408
1936	1.119	1.862	50.983	41.685	3.705
1937	1.227	2.153	55.018	42.827	4.069
1938	1.299	2.342	58.108	47.483	4.415

Fonte: Jornal Paraná-Norte de 01/01/1940.

<sup>14</sup> Nesse período o chefe do executivo recebia a denominação de presidente e não de governador.

Ao analisar os dados, percebemos que houve oscilação na quantidade de escolas e quantidade de alunos. Tal oscilação ocorreu, em parte, em razão da construção de Grupos Escolares, que substituíram as escolas isoladas e as casas escolares. A evasão escolar pode ter contribuído para a alteração dos dados de matrículas iniciais e a quantidade de concluintes.

A dificuldade em encontrar professores com formação para as escolas isoladas rurais foi um fator que dificultou a abertura e a manutenção de muitas escolas no Paraná. O jornal noticiou essa situação em 7 de janeiro de 1940 em um texto que afirmava que o diretor geral da educação no Paraná, Hostílio de Araújo, muito contribuiu com a abertura de escolas, inclusive sendo mais flexível no recrutamento dos professores no que diz respeito à lei e que “[...] deixando um pouco a parte a rigidez dos regulamentos cuja a letra não pode ser cumprida à risca nos sertões deste Brasil imenso” (PARANÁ-NORTE, 1940), procurou facilitar a contratação de professores. Entretanto, o valor pago ao professor não era suficiente para viver no norte do Paraná, pelo alto custo de vida.

No texto, o jornal tentou justificar a presença de professores leigos atuando nas escolas do Paraná e, ao mesmo tempo, sugeriu a abertura de uma escola para formação de professores na região norte paranaense, o que, segundo o jornal, resolveria o problema de falta de professores formados.

Em relação aos professores, para atuar nas escolas públicas do Paraná era necessário ter idade mínima de 18 anos, idoneidade moral, capacidade profissional e “professar a religião do Estado” (BLANCK MIGUEL, 2006, p. 190). No entanto, havia falta de professores formados, por isso, professores leigos assumiam tal tarefa. Entretanto, “[...] as nomeações por influência política desconsideravam a capacidade profissional do futuro professor, o que favorecia a precariedade da formação docente nesse momento histórico” (FARIA, 2010, p. 27).

A carreira do magistério não era atrativa. Sobre isso, o jornal Paraná-Norte publicou um texto que confirma tal afirmação.

Da maioria do magistério primário, dessa maioria que vive propriamente do ordenado, não poderá sahir o professorado para um districto longínquo, mormente daqui do norte, onde a vida é caríssima. Por isso, seria uma utopia pensar em promover cadeiras no norte com moços e moças sahidos das escolas normais. Elles não poderão viver num meio estranho e de vida difícil. O recurso é lançar-se mão dos leigos, residentes nos districtos da própria escola (PELA INSTRUCÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ, PARANÁ-NORTE, 07/01/1940, p. 3).

A falta de professores formados se dava por vários motivos, dentre eles, o baixo salário e a falta do financiamento público que “forçava” muitos professores a investirem recursos próprios na compra de materiais e no pagamento de aluguel dos prédios escolares. Outro obstáculo a ser mencionado era a falta de instituições formativas.

A necessidade da alfabetização foi tratada pelo periódico como questão de patriotismo. Isso é perceptível na leitura da edição de 4 de fevereiro de 1940. Sob o título “Pela Alfabetização”, o artigo de opinião afirmava que todos os brasileiros que amavam a pátria sabiam ler, ainda que fosse apenas um pouco. Nesse sentido, quem não sabia ler e escrever era colocado pelo jornal como não cidadão e não patriota.

O texto sugeriu que todos os cidadãos que amavam a pátria deveriam apontar possíveis falhas no atendimento aos alunos, pois isso haveria de livrar a nação do mal que era o analfabetismo.

Figura 4: Pela Alfabetização - Paraná-Norte

**ASSIGNATURAS**  
Por anno 20000  
Por semest. 12000  
Pagamento adiantado

# Paraná - Norte

DIRECTOR-PROPRIETARIO  
**H. PUIGGARI COUTINHO**

ORIENTE  
**CANDIDO ANTUNES**

Esta folha não aceita, mesmo como materia paga, artigos ou escriptos em linguagem menos digna.

---

ANNO VI

LONDRINA (ESTADO DO PARANÁ - R. F. S. Paulo-Paraná), 4 de Fevereiro de 1940.

NUMERO 277

---

## "PARANA'-NORTE"

### NOVO GERENTE

**Passa desde hoje a exercer effectivamente as funções de gerente desta folha, com todos os poderes inherentes ao cargo, o nosso antigo e dedicado companheiro Candido Antunes.**

Londrina, 4 de Fevereiro de 1940.

*H. Puiggari Coutinho*

### Radios PHILIPS

e de outras marcas, novos ou usados.

E de seu proprio interesse, antes de comprar um radio, conhecer os do nosso stock.

PREÇOS REDUZIDOS  
FACILIDADE DE PAGAMENTO

**Estabelecimento de Ventas FORD**

João B. Gurgel Pismel  
AVENIDA PARANÁ—Esquina da rua Matto Grosso

qual, como socio principal, se encontra um distincto e pundonoroso official do Exercito Nacional, o capitão Heitor Mendes Gonçalves, de cuja honradez, brio, patriotismo e grandeza d'alma a ninguem é licito duvidar e, taes predicados podem ser atestados, temos certeza, pelo proprio sr. Presidente da Republica, se não bastar o testemunho altamente insuspeito dos generaes Gaspar Dutra e Valentim Benicio, entre outras altas patentes do Exercito.

Queiram os nossos dignos collegas do "Diario dos Campos" nos relevarem, por sua vez, estas nossas considerações. Ellas foram ditadas por um sentimento muito natural de justiça; pois, temos a certeza de que o brilhante diario pontagrossense recebeu e acolheu de boa fé informações de factos que, si existiram, em parte, datam de umas quatro ou cinco dezenas de annos atraz.

Se os nossos eminentes collegas fizerem uma visita ao sul de Matto Grosso se convencem da verdade das nossas afirmações e do que tem feito de bom, de util e de grande o capitão Heitor Mendes Gonçalves, pessoa, aliás, com quem não temos menor ligação.

---

## PELA ALPHABETIZAÇÃO

### Siga-se o exemplo do Director Geral da Educação

Todos nós, os brasileiros que amam a patria e que sabem ler e escrever um pocochinho, devemos nos bater com ardor, com entusiasmo, com patriotismo, muito patriotismo, pela alfabetização dos nossos patrios.

Não importa a posição, a cor ou a religião de cada um dos combatentes. O que precisamos é combater o analfabetismo, cuja porcentagem deve descer de anno para anno. O estacionamento dessa porcentagem já será uma derrota, um grande e clamoroso mal para o Brasil.

A cada cidadão cabe apontar aos dirigentes do paiz, do Estado ou do municipio, as falhas dos regulamentos, a negligencia dos professores, a inercia dos inspectores. Tudo isso será obra de patriotismo, de sa brasilidade. Indique-se aos responsaveis pela direcção do ensino publico os nucleos onde hajam creanças em idade escolar.

Os professores das escolas, os directores de grupos escolares, os inspectores, os delegados do ensino, devem, se não querem ser máus brasileiros, se unir aos homens de boa vontade e ouvir os, sem os falsos preconceitos e sem os abespinhamentos, improprios em esphera de tão alta relevancia. Devem comprehender todos elles que a lucta é ingente e a victoria será duvidosa se não se admittirem os voluntarios.

Cumpra-se a lei mas procurando sempre interpretar a intenção do legislador. Executem-se os regulamentos, dentro porém da tolerancia requerida pelo ambiente.

Deixem-se em paz os collegios particulares, mormente nos logares como Londrina, onde as escolas publicas, por falta de vagas, vêm fechando as portas, deixando desesperadamente, desoladamente do

lado de fóra centenas de creanças. Não se implique com professores particulares pelo facto de terem 18 annos incompletos ou mais de 35. A exigencia da idade é para os professores publicos. Não se enfureçam os delegados de ensino pelo facto de algum se interessar pelas cousas do Brasil, sem outro intuito que não seja o de bem servir a patria, pela qual nutrimos o mais extremado amor e, como a alfabetização é um dos seus grandes problemas, todo brasileiro tem o dever de enfrentar-o, ajudando os poderes publicos.

No Paraná devem os delegados do ensino ter sempre em mira o bello e salutar exemplo do eminente dr. Hostilio de Araujo, que tudo facilita e tudo faculta, e tudo

emprende para que o Estado se livre da chaga do analfabetismo.

O delegado do ensino que visita esta zona, onde tem jurisdicção, que nos perdõe a campanha que fazemos em prol da resolução do grande e palpitante problema nacional, afastando de nós a ogerisa com que nos tem distinguido. Não temos tido senão a intenção honesta e muito brasileira de ajudá-lo, não que deve ter como funcionario e patriota, de propugnar pela extincção do analfabetismo e pelos meios ao seu alcance, conforme as condições locais. E conte s. s. connosco para ajudá-lo, para encorajá-lo a dirimir ou suprimir as grandes falhas que existem nesta comarca, ignoradas pelo illustrado sr. Director Geral.

---

### Dr. Ludovino Pinto Valada

CIRURGIÃO DENTISTA

Pivots, Bridgs, Dentaduras Anatomicas  
Cirurgia dos maxilares

**Consultorio: RUA MATTO GROSSO, 676**  
LONDRINA—Estado do Paraná

### Cia Matte Laranjeira

Bordando commentarios, cujas intenções reconhecemos serem as melhores, sobre o decreto federal de nacionalização das fronteiras, os nossos collegas do "Diario dos Campos", de Ponta Grossa, edição de 28 de Janeiro ultimo, laboram em lamentavel erro em relação á

Comp. Matte Laranjeira, em Matto Grosso.

Aquella entidade industrial do visinho Estado, pode-se dizer que deixou de existir ha muito tempo, substituida actualmente por uma sociedade com capitales brasileiros em grande proporção, á frente da

---

### DR. FERRAZ

- Advogado -

**RUA PERNAMBUCO, 796 Londrina**  
Em frente ao Grupo Escolar

### DOENÇAS DE CRIANÇAS E ADULTOS

Clínica geral

**Dr. Mario Tourinho**  
Residencia - RUA CEARÁ N.º 70

Fonte: Jornal Paraná-Norte, número 277, de 04/02/1940.

No texto, o analfabetismo foi comparado a uma “chaga”, ou seja, a uma ferida que impedia as pessoas de serem cidadãs. Para vencer esse mal, cada patriota deveria cobrar a abertura de escolas e a criação de vagas para as crianças analfabetas. Havia a defesa da coexistência de escolas particulares e públicas, pois ambas contribuiriam para a alfabetização dos analfabetos. Dessa forma, o jornal se posicionou a favor da escolarização para vencer o atraso brasileiro que era gerado pelo analfabetismo, discurso esse presente na sociedade brasileira já no século XIX.

O periódico cobrava a construção de escolas pelo poder público, no entanto, não deixou de responsabilizar os pais pela educação das crianças. No dia 17 de março de 1940 foi reproduzido um texto assinado por Marina Tricânico<sup>15</sup>. No texto, a autora levava o leitor a refletir sobre a responsabilidade dos pais em relação à educação dos filhos.

E assim torna-se necessário que a criança receba a influência benéfica da educação do pai, e seus bons exemplos, afim de que o homem de amanhã seja melhor, menos ambicioso, menos provido de orgulho. Que grande e sublime tarefa cabe aos pais! Preparar um mundo melhor...mas, a eles caberá também, a responsabilidade tremenda de preparar com sua negligência na educação dos filhos, um mundo ainda pior (EDUCAÇÃO INFANTIL, PARANÁ-NORTE, 17/03/1940, p. 4).

Em nenhum momento no texto a autora mencionou ou responsabilizou o poder público pela educação. Com base na psicologia, a autora afirmou que os pais tinham total responsabilidade pela educação das crianças, e que estas não deveriam ser castigadas fisicamente, mas corrigidas com brandura e carinho. De acordo com Tricânico, o objetivo da educação era tornar a pessoa capaz de enfrentar os problemas da vida e, especificamente, contribuir para um mundo melhor.

Podemos perceber que a educação mencionada no texto, referia-se àquela passada no seio da organização familiar e não à educação escolar; entretanto, o jornal publicou outros textos nos quais demonstrava a preocupação com a falta de instrução das crianças.

A publicação de artigos escritos por mulheres sobre o tema educação nos chamou a atenção pelo fato de não ser comum a publicação de textos e artigos escritos por mulheres no jornal Paraná-Norte. Sendo assim, cabe nos indagar: com qual objetivo uma mulher foi

---

<sup>15</sup> Marina Tricânico foi escritora, poetisa e professora conferencista da capital de São Paulo que teve alguns textos publicados em jornais paulistanos e reproduzidos em jornais do interior como o Paraná-Norte. Disponível em [http://www.antoniomiranda.com.br/poesia\\_brasis/sao\\_paulo/marina\\_tricanico.html](http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/sao_paulo/marina_tricanico.html). Acesso em: maio de 2020.

escolhida para escrever um texto a ser publicado no jornal? Quem era ela? Qual o projeto político ela representava? Quais os interesses por trás de tais publicações?

Em 31 de março de 1940 foi publicado um texto com o título “Pelo ensino público, analfabetismo hereditário”, no qual o jornal se posicionou objetivamente pela necessidade de abertura de escolas no interior do município de Londrina e nas regiões do “sertão” do Paraná.<sup>16</sup> No texto, foi feita a denúncia da falta de professores para essas regiões, o que contribuía para o analfabetismo hereditários, haja vista que as crianças em idade escolar, tinham avós e pais analfabetos.

Evasão era outro fator que despertava preocupação, pois havia alto índice de reprovação das crianças, e o abandono escolar se dava porque as crianças eram utilizadas como mão de obra rural. Mas essa não era a condição de todas as crianças brasileiras.

Os filhos da burguesia urbana tinham mais oportunidades de se manter na escola. Sobre isso, foi publicado um texto no Paraná-Norte, no ano de 1941, em que foi descrito a função do professor ao educar a criança. Artigo assinado por Dalva Gomes Guimarães, fazendo menção às mudanças sociais que ocorreram no Brasil desde a sua “descoberta”. A autora mencionou que o “progresso” alterou o modelo de educação mais rígido por uma educação mais prazerosa.

Com satisfação que observo o entusiasmo com que as crianças se dirigem as escolas! Vão felizes: vão sorridentes, e isto graças aos novos métodos a boa didática destes tempos em que os castigos, a palmatória e a severidade demasiada foram substituídas pelos ensinamentos suaves, pelo carinho. Paciosos mestres ensinam brincando e assim como polidor lustrador suas pedras mais rústicas os professores também se esforçam ilustrando essas alminhas que andam pairando como um bando de formosas galhas (A EDUCAÇÃO, PARANÁ- NORTE, 07/12/41, p. 2).

Com o “progresso” da sociedade brasileira houve o desenvolvimento de novas tendências pedagógicas com a inserção de novos métodos e experiências didáticas, especialmente, no final do século XX e início do século XXI. Nesse período, o movimento conhecido por “Escola Nova” influenciou as discussões sobre a formação docente e sobre os métodos de ensino nas escolas brasileiras<sup>17</sup>.

Essa discussão quanto aos legítimos fins da Escola Nova ocupou grande parte do cenário educacional durante os primeiros anos da década de

---

<sup>16</sup> Sertão era a referência de atraso e falta de civilidade de uma região (ARRUDA, 1997).

<sup>17</sup> Sobre a Escola Nova ver Blanck Miguel e Vieira (2005).

trinta no Brasil. Os defensores da educação nova, a exemplo de Lourenço Filho e Anísio Teixeira, em que pesassem as diferenças entre eles, tendiam a sustentar que a educação renovada, no afã de diferenciar-se de ensino tradicional, não deveria enveredar em extremos no ideal de respeito pela individualidade infantil (CUNHA, 1996, p. 7).

De acordo com o movimento da Escola Nova os castigos físicos se tornaram símbolo de um modelo de educação ultrapassada, por isso buscava-se a modernização do ensino por meio da renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas (BLANCK MIGUEL, 2005).

Sobre o papel do aluno o texto publicado no jornal (1941), comparou os alunos a “pedras rústicas” e “alminhas” que precisavam ser guiadas, deixando os alunos numa posição passiva, mediante ao papel do professor.

O abrandamento das práticas disciplinares, de forma a suprimir os castigos corporais das sanções prescritas pelos regulamentos escolares, substituindo-os por penalidades de cunho moral, possui complexas relações com a ideologia e as práticas sociais típicas de uma sociedade em transformação que, paulatinamente, substituiu a antiga “ética paternalista cristã” pela ética capitalista, alicerçada pelos valores liberais (CARVALHO; MORAIS; CARVALHO, 2019, p. 34).

No artigo publicado no Paraná-Norte (1941), a educação escolar tinha uma função importante, a de formar homens cultos responsáveis por dirigir o país. Sendo assim, é possível percebermos que a educação tratada nesse texto, referia-se à educação para um grupo específico composto pela burguesia do país. Havia a defesa da educação escolar como primordial para criar novos heróis, ao mesmo tempo, que apareceu uma sutil crítica à estrutura física das escolas espalhadas pelo território brasileiro.

A luta é árdua para os professores e o ensino é penoso, mas são recompensados quando conseguem ver um ex-aluno galgar uma posição elevada, depois de ter recebido desse a primeira muda de sabedoria o primeiro exemplo. Onde aprenderam os heróis os interventores, um Ruy Barbosa, um Olavo Billac, essa colmeia de letrados, das figuras proeminentes que a história guarda em seu coração. Onde aprenderam os responsáveis pelo destino de nossa pátria? Nos bancos escolares em alguma escola ainda rústica espalhadas pelo nosso território com professores de palavra bondosa, confiante, sacrificada nesse empreendimento sério e dignificante de uma sala de estudos (A EDUCAÇÃO, PARANÁ- NORTE, 07/12/41, p. 2).

Dalva Gomes Guimarães, autora do artigo, era professora vinculada a Sétima delegacia de ensino de Londrina (CAMARGO, 2018).



Em relação às publicações sobre educação e política, no ano de 1941, o Paraná-Norte não foi muito atuante nesses assuntos. Em análise às edições publicadas, foi possível perceber que o espaço de publicidade aumentou, sem ter aumentado a quantidade de páginas que variava entre 4 a 6, o que diminuiu a publicação de artigos dessa natureza.

Sobre a educação, no ano de 1942, o Interventor do Paraná, Manoel Ribas, enviou um relatório a Getúlio Vargas referente ao período de 1937-1942. O relatório foi publicado no jornal Paraná-Norte, no ano de 1942. De acordo com o documento, havia no Paraná 1.966 escolas e 3.587 professores. O total de alunos matriculados era de 123.776. Entretanto, a frequência era de 75.025 alunos, mas apenas 7.465 alunos concluíram o curso primário (PARANÁ, 1942).

Esses números comprovam que, apesar da expansão das unidades escolares no final da década de 1930 e início da década de 1940, o número de alunos que conseguiam concluir o ensino primário era pequeno em relação ao número de ingressantes. Tais dados revelam caráter excludente da educação escolar pública, pois os filhos dos trabalhadores se dedicavam ao trabalho ainda criança, o que os impossibilitava de se dedicar aos estudos enquanto que a burguesia investia na educação dos seus que estudavam nas melhores instituições do país e fora dele.

No Paraná, na primeira metade do século XX, o acesso à escola era difícil pela quantidade insuficiente de escolas públicas na região ou pela falta de estrutura física como transportes e estradas. A quantidade de grupos escolares não era insuficiente, por isso em muitas regiões houve a coexistência dos grupos escolares e das escolas isoladas, especialmente no interior do estado (CAPELO, 2000).

Estudos demonstram que as escolas isoladas presentes nas regiões rurais perpassaram o século XX, contribuindo para a formação da população paranaense. Desse modo, há que se considerar a importância das escolas isoladas para o processo de educação do povo paranaense (BARION, 2014).

A Era Vargas foi marcada pela expansão da rede pública escolar, mas também por problemas que concernem à oferta de vagas e à permanência dos alunos nas escolas públicas, especialmente no Paraná de predominância rural até 1970. Ocupado por diferentes grupos étnicos, por imigrantes europeus e asiáticos e por migrantes vindos de outros estados, o Paraná manteve uma forte relação com o mundo rural durante a fase de ocupação de seu território (SCHELBAUER, 2014, p. 78).

Para estudo da educação no Paraná, a imprensa pode ser considerada uma fonte de relevância, uma vez que nela foram publicados relatórios sobre a educação nas regiões, bem como resultados de exames admissionais e de exonerações, além de contratações de professores pelo governo.

A imprensa no Paraná tem seu histórico atrelado ao estado de São Paulo, pois até se tornar Província do Paraná no ano 1853, todas as notícias eram divulgadas pelos impressos produzidos naquele estado. Os jornais que de lá chegavam em Curitiba, traziam informações do governo e nos periódicos recebidos estavam decisões do governo que interessavam diretamente aos seus habitantes da região (CIDRÃO; MATOS; BRANDI, 2019).

Ao se tornar Província, Curitiba deixou de ser considerada uma “simples aldeia” para concentrar todo o poder local. Diante da nova situação, o então Presidente de Curitiba, Zacarias Góis de Vasconcelos convidou Cândido Martins Lopes a fim de que esse montasse no Paraná sua oficina tipográfica, até então instalada em Niterói. Martins Lopes instalou em Curitiba a primeira tipografia nomeada de “Typographia Paranaense” e, em 1º de abril de 1854, publicou o primeiro jornal paranaense intitulado de “O Dezenove de Dezembro”, que circulou até o ano de 1890 (PILOTTO, 1976).

O jornal “O Dezenove de Dezembro”, deu início à história da imprensa paranaense, que se expandiu no final do século XIX, com a criação de vários jornais, inclusive em outros idiomas, conforme o descrito por Pilotto (1976). Com o advento da Proclamação da República, alguns jornais deixaram de existir, caso do periódico “O Dezenove de Dezembro” que encerrou suas atividades em 1890, mas outros surgiram no Paraná.

Em 1906 foi criado “A Escola”, um periódico do “Grêmio dos professores do estado do Paraná” que teve como redator Sebastião Paraná. Esse jornal estava em prol do “[...] progredimento da instrução pública do nosso futuroso Estado e da classe que a dirige em labuta cotidiana e profícua” (PILOTTO, 1976, p. 34).

Ao todo foram criados no Paraná, até o ano de 1907, cerca de 425 jornais distribuídos em várias cidades, dentre os quais os nomeamos algumas no quadro a seguir.

Quadro 9: Número de periódicos criados no Paraná até o ano de 1907

<b>Cidade</b>	<b>Número de periódicos</b>
Antonina	12
Campo largo	03
Castro	10
Curitiba	282
Guarapuava	07
Jacarezinho	01
Lapa	10
Morretes	12
Palmas	01
Paranaguá	62
Ponta Grossa	13

Fonte: Adaptação do quadro feito por Costa e Denipoti (2016).

Percebemos que os jornais foram sendo criados nas regiões, conforme o Paraná se “urbanizava”. Foi o caso de Paranaguá, Antonina, Morretes, Lapa, Ponta Grossa, Campos Gerais, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina e Londrina. Dentre os fundadores dos jornais estavam médicos, jornalistas, advogados, professores, religiosos e demais profissionais que viam no jornalismo impresso a oportunidade de mudar a sociedade, ou ao menos de informá-la dos acontecimentos.

Curitiba, a capital do Paraná, foi a cidade que mais abrigou periódicos paranaenses, cerca de 282, dentre os quais, se destacou o jornal A Gazeta do Povo que foi fundada em 3 de fevereiro de 1919. O jornal A Gazeta do Povo, em atividade, foi considerado de grande relevância ao povo paranaense.

Tamanha era a influência desse Jornal na vida dos paranaenses que, em 1930, no desenrolar da “Revolução de 30”, as pessoas ficavam a noite embaixo da sacada do prédio onde era sediado o “Gazeta” para buscar notícias dos acontecimentos no Rio de Janeiro, então capital do Brasil (CIDRÃO; MATOS; BRANDI, 2019, p. 5).

Na história da imprensa, tem destaque a “Revolução” de 1930, que mudou os rumos da imprensa paranaense. Nesse período, os periódicos ficaram divididos entre apoiar a Revolução ou enaltecer o período republicano como em um ato desesperado antes de serem assolados pela Era Vargas que se iniciava.

Enquanto áreas paranaenses eram povoadas por meio de colonização planejada por empresas privadas ou pelo Governo, novos jornais foram fundados, especialmente, no interior do Estado, como é o caso do nosso objeto de pesquisa.

Com o desenvolvimento do Estado não demoraram a surgir jornais voltados a determinadas culturas como, por exemplo, a alemã, italiana e polonesa. Até o centenário da Imprensa a capital do Paraná possuiu 282 títulos de jornal sendo 33 deles em outro idioma, ou seja, 11,70% das publicações (COSTA; DENIPOTI, 2016, p. 155).

Questões políticas afetaram diretamente o desenvolvimento da imprensa jornalística no Paraná, especialmente, com a declaração do Estado de Guerra e com a Constituição de 1937, que aboliu a liberdade de imprensa.

Nesse período, os jornais eram obrigados a publicar comunicados do governo, pois a imprensa foi considerada pelo governo como de utilidade pública. A perseguição a jornalistas, jornais e diretores dos jornais era constante e, no final da década de 1930, muitos jornais deixaram de existir ou de publicar matérias contrárias ao governo.

Na década de quarenta, continuaram as dificuldades na edição de órgãos da imprensa, face à pressão imposta por exigências do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP que muito atormentou a liberdade de imprensa, a esse tempo (PILOTTO, 1976, p. 63).

Enquanto alguns jornais se submetiam às diretrizes do governo Vargas, havia a imprensa considerada clandestina que publicava jornais, folhetins e tabloides denunciando a opressão vivida pela imprensa<sup>18</sup>. Esse não foi o caso do jornal Paraná-Norte que, nos dez primeiros anos de circulação, demonstrou total apoio ao governo de Vargas.

Ao considerar que o Paraná-Norte foi um aliado ao governo vigente, a próxima subseção tratará da representatividade da Era Vargas, no Paraná-Norte, no período de nosso estudo.

### 3.3 A Era Vargas no jornal Paraná-Norte

No Governo Constitucionalista, período em que o jornal Paraná-Norte foi fundado, Vargas nomeou o general Góes Monteiro para o Ministério da Guerra, o qual atuou como um influenciador das políticas educacionais no Brasil. Góes Monteiro era um crítico do regime liberal, do sufrágio universal e do sistema representativo. Ele criticava os partidos

---

<sup>18</sup> ABREU, Alzira Alves de; *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). Imprensa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 18 abr. 2020.

políticos, pois, para ele, deveria haver um partido único, nacionalista, que guiasse as massas e organizasse a opinião pública. Góes defendia que a educação deveria basear-se no conceito de “defesa nacional”, tendo em vista que os problemas existentes eram consequências de um país desorganizado e, para resolver esse problema, a preocupação com a defesa nacional devia ser primordial em todos os setores como economia, imprensa e educação. “A economia dirigida fornecerá os recursos materiais à administração pública; e a imprensa e a educação dirigidas fornecerão a mentalidade capaz de disciplinar as gerações sucessivas” (VARGAS, 1934, p. 2).

No ano 1934, Góes Monteiro encaminhou para Vargas um documento no qual afirmava que a desorganização do país era o causador dos problemas existentes no exército, por isso, deveria existir uma política de “defesa nacional”, por meio de um Estado centralizador e intervencionista coordenadas pelo exército (HORTA, 2012).

No mesmo ano, Isaías Alves, membro do Conselho Nacional de Educação, afirmou que, além da escola, a imprensa tinha destruído a democracia e, por isso, deveria ser limitada sua liberdade de expressão no país. Segundo ele, para estabelecer a ordem, era necessário fechar escolas e fazer expurgos nas bibliotecas e livrarias que porventura tivessem quaisquer materiais que pudessem contribuir com a desordem. Por isso, defendia a militarização da educação no Brasil.

A ênfase na educação moral do cidadão se concretizará inicialmente pela introdução do ensino religioso nas escolas. Mais tarde, enriquecida com ingredientes do civismo e do patriotismo, servirá para justificar as tentativas de reintrodução da educação moral e cívica nos currículos dos diferentes níveis de ensino [...] (HORTA, 2012, p. 4).

Ações como as citadas por Horta (2012), tinham como objetivo “controlar” a formação dos brasileiros e estrangeiros durante a Era Vargas, especialmente, no período do Estado Novo, havia um esforço governamental em justificar a necessidade do “novo regime” e de se popularizar perante os brasileiros.

No ano de 1934, Góes Monteiro foi instituído como Ministro da Guerra do governo de Vargas. A partir de 1935, o controle e a repressão sobre o sistema de ensino passou a ocupar o primeiro plano. Nesse mesmo ano, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, promoveu, vários levantes em regiões do país, nomeado de “Intentona Comunista”, mas que foi rapidamente reprimido pelo governo Vargas (ANDREOTTI, 2006).

Nesse período, a educação era vista como um instrumento utilizado para manter a ordem social e para a reconstrução nacional. Assim como a escola, a imprensa foi considerada pelo Estado Novo, um serviço de utilidade pública (HORTA 2012). Nesse sentido, ao cumprir as funções informativa e formativa, o jornal Paraná-Norte publicou notas e artigos relacionados a política governamental nacional e governo de Vargas.

Em 24 de fevereiro de 1935, João Alfredo de Menezes publicou a matéria intitulada “Presidente Manoel Ribas elogiando o governo e esclarecendo que a função da imprensa era de apoio ao governo”: “[...] faço ressaltar aqui o papel da imprensa que deve ser, não uma arma de obstrução, mas de cooperação, de liame entre os interesses populares e a alta direção de um Estado” (JORNAL PARANÁ-NORTE, 24/02/1935, p. 1).

Textos como esse demonstram que o Paraná-Norte, nos primeiros anos de sua existência, era sim um jornal partidário, pois os editores e colaboradores se posicionavam, politicamente, no sentido de apoiar o grupo político que estava no poder.

O periódico se preocupou em publicar textos apoiando a política regional e local e, em algumas edições, apareciam pequenas notas sobre situações da política internacional. Entretanto, a partir do momento em que foi decretado o Estado de Guerra, o jornal começou a enfatizar questões sobre as políticas nacionais, deixando claro o seu apoio ao governo de Vargas.

O jornal Paraná-Norte publicou na capa da edição do dia 13 de abril de 1936 um artigo intitulado “Pela ordem”, apesar de não ter a assinatura, o texto pode ser atribuído aos redatores do jornal Humberto Puiggari Coutinho e seu filho George Coutinho, uma vez que os artigos não assinados representavam a opinião do jornal, ou seja, da equipe de editores do periódico.

O texto “alertava” sobre um período de crise política no qual o país estava passando e se dizia condizente com as ações impostas pelo governo federal de decretar o Estado de Guerra contra os brasileiros que procuravam atrapalhar o desenvolvimento e o progresso do país por meio do comunismo no Brasil nomeado pelo jornal de “sovietismo”<sup>19</sup>.

Ao bom patriota cabe o dever de fugir dos falsos profetas, desses que vão se imiscuindo na família partidária republicana, procurando com pés de lã enfraquece-la, implantando o descontentamento com intrigas, fingindo

---

<sup>19</sup> O Estado de Guerra foi implantado em março de 1936 com o intuito de combater o “comunismo” no Brasil. Em 1937, ainda em estado de guerra, Vargas instalou o Estado Novo no Brasil, conforme informações retiradas do site <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo> em 03/04/2020, às 12h15min.

indiferença, pregando desinteresses mas conseguindo sempre o malévolos propósito de implantar desintelligências (PELA ORDEM, PARANÁ-NORTE, 13/04/1936, p. 1).

De acordo com o texto, tratava-se de um momento de defesa e repressão, em que o povo precisava apoiar todos os atos do governo em manter a ordem para inibir os apoiadores de comunismo que queriam destruir a ordem no país. Esse discurso ufanista (em tom de patriotismo) acompanhou as edições do periódico durante o período em que Vargas esteve no poder.

Em novembro de 1936, foi publicado, no jornal, o texto “Pela Pátria e pelo Regimento”, alertando as pessoas sobre o movimento político “dos homens do credo vermelho”, referência ao movimento de origem comunista que estava acontecendo na Espanha.

O texto sugeria que o Brasil lutasse contra os maus brasileiros que se renderam às ideias antipatriotas e comunistas. O jornal fazia referência à frase do Ministro da Justiça e Negócios interiores do governo Vicente Rao: “A liberal democracia é o sistema que dignifica e enobrece o homem” (PARANÁ-NORTE, 01/11/1936, p. 2). Essa frase serviria para justificar ações repressoras do governo que se considerava democrático e antifascista.

Para finalizar, o periódico se colocou ao lado do Governo e a serviço do Partido Social Democrático, afirmando ser “[...] obedientes à voz do comando do Sr. Ilustre Manoel Ribas, sem discussão e dentro da disciplina partidária” (PELA PÁTRIA E PELO REGIMENT, PARANÁ-NORTE, 01/11/1936, p. 2).

No ano de 1937, o jornal Paraná-Norte deu mais ênfase à questão da política federal. Em várias edições, o periódico trazia na primeira página notícias, informações e artigo de opinião sobre as medidas tomadas pelo governo de Vargas.

Na edição de 3 de janeiro de 1937, o jornal trouxe estampado na primeira página o artigo “Como combater o extremismo”. O texto afirmava que não adiantava fazer discussões inúteis sobre política, mas que, para combater os inimigos da República, era necessário se unir em prol da ordem, por isso todos patriotas deveriam fazer o alistamento eleitoral e ingressar em um partido político, cujo programa fosse a defesa da ordem das instituições e das autoridades instituídas.

Podemos perceber que o periódico demonstrou total apoio ao governo instituído e que, quando sugeriu que os cidadãos ingressassem em um partido político, o jornal induziu para que fosse um partido apoiador do governo e de suas políticas.

Seguindo a mesma linha de apoio ao governo, Humberto Puiggari Coutinho assinou um texto que foi publicado na primeira página do jornal, no dia 7 de março de 1937, sob o título “O pleito de 3 de janeiro”. No texto, o autor expressou sua insatisfação com a quantidade de possíveis candidatos à presidência da República para a eleição que ocorreria em alguns meses.

A crítica feita por Coutinho era que muitos dos candidatos eram desconhecidos do povo brasileiro e com méritos apenas regionais, sem condições de governar a nação. Os candidatos foram comparados por Coutinho a crianças em frente a uma vitrine de uma loja de brinquedos, e a loja seria o país.

Coutinho afirmou que sentia a falta de quando o país possuía apenas dois nomes como candidatos, o que, segundo ele, facilitava a escolha do mais preparado para assumir o cargo de presidente. Em leitura ao texto, é possível perceber que Coutinho fazia menção ao período da Primeira República, no qual havia a “Política dos governadores”, nomeada por Campos Sales como a “Política dos Estados” que consistia que os presidentes da república deveriam ser políticos experientes, pois já haviam sido presidentes de algum estado brasileiro (O PLEITO DE 3 DE JANEIRO, PARANÁ-NORTE, 1937).

Em 4 de abril do mesmo ano, Coutinho assinou um texto que foi destaque na primeira página com o título “Sua majestade o boato”. Consideramos relevante transcrever aqui parte do texto.

Ultimamente o paiz inteiro cahiu em pleno domínio de boato. Não há lei de imprensa ou tão pouco de segurança ou de estado de guerra, que faça calar o boato. Elle é o soberano que tudo domina e abarca, sabendo valer-se das oportunidades. Neste momento anda elle pelo Paraná, soprando notícias tendenciosas e absurdas, salientando-se entre tais notícias a de intervenção Federal no estado. Nada, absolutamente nada permittiria a calamidade da medida constitucional. O Paraná, com o sr. Manoel Ribas, vive sempre enquadrado na lei, dentro de suas prerrogativas respeitando o direito alheio sem fugir da esphera de suas atribuições. Jamais violou a Constituição e as leis da República. A ordem é perfeita e a harmonia dos poderes ainda não foi quebrada. Mas... o boato é o boato; e os pescadores de águas turvas são muitos (COUTINHO, SUA MAJESTADE O BOATO, 04/04/1937, p. 1).

Ao analisar o texto, é possível perceber que Coutinho saiu em defesa de Manoel Ribas, governador do Paraná, apresentando suas qualidades em prol do governo. Em tom de revolta, fez sutilmente uma crítica à imprensa brasileira que, segundo ele, contribuía com a disseminação do boato. Para finalizar, afirmou que os boatos foram espalhados por



peessoas com o interesse de perturbar a paz e fazer com que os desinformados acreditassem que o governo de Manoel Ribas estava enfraquecido. Por isso, Coutinho afirmou que o governador do Paraná era um dos mais prestigiados da República e que no estado não havia nada grave que justificasse a intervenção de Getúlio Vargas.

Ao fazer a leitura desse texto, podemos perceber que já havia rumores no Brasil sobre uma possível intervenção de Vargas nos estados. A crise política interna era visível, no entanto, Coutinho tentou apaziguar a situação, ao sair em defesa do governo paranaense, por acreditar que, por ser um aliado de Vargas, Manoel Ribas seria poupado de perder o cargo de governador.

Londrina e região dependiam das ações do governo estadual para o seu desenvolvimento. Logo, não era bom que naquele momento houvesse qualquer mudança no governo paranaense, pois a política capitalista da CTNP estava alinhada com o governo paranaense em vigor, e uma possível substituição do governador poderia “atrapalhar” os negócios da empresa, conseqüentemente, e o periódico poderia perder seu patrocinador majoritário, a CTNP.

No projeto hegemônico capitalista, Estado e burguesia se alinhavam para conseguir “vender” a ideia de “progresso” e prosperidade. Vemos com isso que o sistema capitalista tentou transformar a sociedade em um lugar de produção das relações sociais com o abrandamento dos conflitos e da luta de classes, desprezando as contradições presentes na sociedade londrinense.

Em análise ao periódico, é possível verificar que desde o início de sua circulação até o início do Estado Novo, o jornal Paraná-Norte foi utilizado para divulgar um clima de prosperidade e “calmaria” na região. Por muitos anos, o jornal Paraná-Norte foi o único meio de comunicação da região, as notícias sobre conflitos políticos, civis e dificuldades econômicas no Paraná eram amenizados pelo periódico com o intuito de atrair compradores para a região Norte do Paraná.

Sobre isso, Tomazi (1997) afirma que

[...] o discurso "Norte do Paraná" traz consigo um conjunto de ideias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas ideias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de ideias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar

uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região (TOMAZI, 1997, p. 12).

Essa visão do Norte do Paraná foi utilizada pelo jornal Paraná-Norte, especialmente, para falar dos empreendimentos da Companhia de Terras Norte do Paraná, que levava o nome da região e tinha objetivos econômicos claros de venda de lotes em Londrina e arredores.

A parceria entre o jornal e a Cia. se resume na citação a seguir, na qual o Paraná-Norte pode ser analisado na perspectiva de agir como instrumento de informação e de formação do povo londrinense.

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão relegados ao esquecimento. Não registrando apenas o fato ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos, ou por interesses econômicos e políticos (STEPHANOU, 2001, p. 45).

No sentido de apoiar um candidato à presidência da República para uma possível eleição que aconteceria em janeiro de 1938, o jornal Paraná-Norte fez campanha à candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República, pois até o momento Vargas não havia se manifestado para tal.

De acordo com o periódico, esse era o candidato apoiado pelo governador do estado, Manoel Ribas e por cerca de oitenta e cinco por cento do eleitorado londrinense, ou seja, havia uma certa unanimidade na escolha do candidato apresentado pelo periódico, o que demonstra o poder coercitivo que o jornal tinha na região. No entanto, tudo mudou em 10 de novembro de 1937 com a promulgação da nova Constituição e com o início do Estado Novo.

Sobre a intervenção Federal, em 14 de novembro de 1937, o jornal Paraná-Norte deu destaque na mudança da Constituição Federal brasileira e a dissolução dos poderes legislativos. Entretanto, o jornal saiu em defesa da ação afirmando que a intervenção foi necessária para manter a ordem no país que estava ameaçada pelo comunismo infiltrado no Brasil. Ou seja, em questão de alguns meses, o jornal deixou de se manifestar a favor da eleição à presidência da República para apoiar o golpe de Getúlio Vargas que se concretizou sob a nomenclatura de Estado Novo.

O Golpe de Estado, em 1937, que instalou o Estado Novo, foi justificado pela necessidade de se manter a ordem institucional contra os regionalismos, herança do período anterior, contra as divergências entre os grupos dominantes - setores agrários e burguesia industrial - e contra as manifestações das forças de oposição, como por exemplo, a Intentona Comunista em 1935 (ANDREOTTI, 2006, p. 104).

Sobre isso, o jornal afirmou que Londrina demonstrou “contentamento” ao receber a notícia e que o povo londrinense compreendeu a ação de Vargas como necessária naquele momento de conflito. O jornal fez menção às palavras de Vargas, ao afirmar que a nova Constituição criaria uma nova estrutura legal, mas sem alterar a forma democrática e o processo representativo dos Estados.

Na sequência, o jornal publicou uma nota afirmando que o governador Manoel Ribas havia mandado um telegrama para Vargas congratulando-o pela promulgação da Constituição. Da mesma forma, o prefeito de Londrina, Willie Davids, mandou um telegrama a Manoel Ribas prestando homenagem pela nova Constituição brasileira. A relação entre Willie Davids e Manoel Ribas demonstrava que Londrina estava alinhada com as políticas estaduais e federais, e apoiava os governos instituídos.

Sobre os governadores dos estados brasileiros, o jornal divulgou que os governadores da Bahia e de Pernambuco haviam renunciado aos cargos e, por isso, foram substituídos por dois coronéis do exército. No entanto, o jornal não deu ênfase à possível substituição dos governadores de outros estados e finalizou afirmando, “A calma é completa em todo o território nacional” (A NOVA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, PARANÁ-NORTE, 14/11/1937, p. 1).

Mais uma vez, o jornal se colocou como mediador e porta voz da sociedade ao afirmar que toda a mudança e a medida intervencionista foi bem recebida por todos do território nacional. Ora, se naquele momento havia calma e boa aceitação da ação, qual era a necessidade da implantação do Estado Novo? Onde estavam os “inimigos” de Vargas nesse momento? O fato de dois governadores serem imediatamente substituídos não representava uma ação de revelia ao governo de Vargas? Qual a intenção de Manoel Ribas enviar um telegrama a Vargas naquele momento?

As questões levantadas servem como um propulsor reflexivo e demonstram a contradição presente na ação do governo com o discurso presente no jornal. Ao assumir a defesa do governo vigente, os proprietário e patrocinadores do Paraná-Norte estavam protegendo seus próprios interesses econômicos. Pois, retratar as ações contrárias ao governo ou tecer críticas a ele não seria benéfico para o processo de colonização planejada

na região e nem para a continuidade da circulação do jornal, que era um instrumento utilizado para divulgar o projeto capitalista da CTNP.

Em visível apoio ao governo, na edição de 21 de novembro de 1937, o jornal publicou um texto afirmando que a nova Constituição brasileira deu ao Brasil um “Estado Forte e bem armado”, o que possibilitava aos agricultores e criadores de gado a tranquilidade sabendo que eles eram donos das suas posses e que o perigo do comunismo não existia mais.

O jornal reproduziu um discurso que circulava no meio nacional de que Vargas “precisou” decretar uma nova Constituição e o Estado Novo para combater o comunismo que ameaçava a democracia brasileira por meio de um plano chamado de Cohen<sup>20</sup> no qual comunistas assumiriam o controle do país.

Para dar veracidade à necessidade das ações repressoras do governo de Vargas, o jornal publicou em suas edições pequenas notas sobre possíveis conflitos entre o Governo e grupos “desordeiros” e inimigos do Brasil.

A imagem a seguir é um fragmento retirado do jornal, da edição do dia 28 de novembro 1937, na qual aparecem três notas demonstrando o que acontecia com os “inimigos” do Estado Novo.

---

<sup>20</sup> Sobre o plano Cohen, ver Mezzaroba (1992).

Figura 5: Inimigos do Estado

Página 2 Paraná-Norte 28-11-1937

---

## SOCIAES

*Festejam seus anniversarios natalicios:*

Hoje—A senhora Elza Pedro, filha do sr. Ernesto Pedro.  
—A senhora Iza Faria, filha do sr. Pedro Bellarmino de Faria.  
Amanhã—A menina Dinah, filha do sr. José Olympio de Almeida.  
—O menino Joel, filho do dr. Ulysses Medeiros.  
Dia 30—O sr. Alfredo Malheiros.  
Dia 2—A sra. Mathildes Gramer, esposa do sr. Walter Gramer.  
—O sr. Pedro Righi.  
Dia 3—A sra. d. Betty Froehlich.  
—A senhora Yolanda Colabelli.  
—A sra. d. Olinda Martins Schiavino.  
Dia 5—O sr. Luiz Estrella, chefe da contabilidade da Companhia de Terras.

*Nupcias*—Realizam-se em Assis, no dia 16 de Dezembro entrante, as do illustre e bondoso facultativo, dr. Nelson de Almeida com a senhora Diva Sodré Palma.

## Exportadores e produtores de madeiras em bruto

Os exportadores e produtores de madeiras em bruto, reuñem-se no dia 2 de Dezembro entrante, no salão do Club Londrinense, ás 20 horas, afim de, em assembléa geral, ser discutido e approvedo o projecto dos estatutos da respectiva entidade de classe.

A directoria da novel e utilissima sociedade pede, por nosso intermedio, o comparecimento de todos os associados e demais interessados.

## Educar o sentimento, nossa preocupação fundamental

*(Correspondencia de exclusividade local para esta folha, remetida pelo Bureau de Imprensa de VIDA DOMESTICA, do Rio de Janeiro)*

Na grande obra que se esboça de construção da nacionalidade e educação do sentimento deve constituir a preocupação fundamental. A imprensa cabe o papel orientador da forma por que se ha de inculcar nos espiritos a execução dessa tarefa, nos lares, nas escolas, nas simples relações da existencia. Nem tudo pôde nem deve constituir preocupação utilitaria immediata. A alma tem as suas necessidades e pelo apuro de tal patrimonio é que difundiremos o respeito pela familia, que é o ponto de partida da organização social perfeita e de uma nacionalidade respeitavel e forte.

Para alcançar esse objectivo devemos considerar que a população de um paiz não sómente o nosso, mas todos os que formam uma entidade nacional, se caracteriza por desníveis de cultura e portanto de variada comprehensão das palavras utilizadas para a predica em prói dos nobres e puros sentimentos que distinguem a individualidade.

Em VIDA DOMESTICA de Novembro, edição que se impõe á admiração pelo luxo de sua leitura e assumptos com a ajuda de bellas gravuras coloridas, encontramos um texto sobre theatro brasileiro, em que se commeta o recente amparo official a companhias que representassem repertorio escolhido com fito educacional a preços accessiveis. Essas ajudas orçaram por centenas de contos e os resultados foram auspiciosos. VIDA DOMESTICA entretanto chama a atenção dos poderes publicos para o theatro popular typico apontando como exemplo Jaracá e a sua companhia, que se encontra actualmente no Pará. Esse comico, rapaz de indiscutivel talento soube fazer um theatro de satyra regional completamente recolhido de immoralidades. Os personagens que elle e os seus companheiros encarnam são mais ou menos os que formam a sua platéa: essa simplicidade christá do caboclo, a sua intelligencia arguta embora inculta.

E um elemento, esse do theatro typico, que bem pôde ser mobilizado para a grande obra de construção de uma civilização.

Atravéz das charges que tanto fazem rir o publico, educa-se tambem o sentimento.

Imaginemos um pequeno enredo em que appareça uma cabocla pedindo a um homem que lhe traga algumas flores para enleitar a casa; e que elle responda brutalmente:  
—Isso enche barriga?  
O publico ri. Mas reacciona immediatamente quando a cabocla offendida no seu sentimento esthetico primitivo contesta com vehemencia:  
—Não enche barriga, não; mas pôde te cobrir o peito quando tu espihares a cauelia, desgraçado!  
A platéa de gente rustica reaccionará no sentido de sympathisar com a rapariga que deu tal resposta, defendendo o culto da belleza humilde do lar.

E isso é uma das formas de educar o sentimento.

---

## Medida moralizadora

O illustre e grande brasileiro que é o general Daltro Filho, fez cessar por completo o jogo no Rio Grande do Sul, ficando os jogadores em numero de treze mil. Agora, seguindo o exemplo daquello general, o interventor da Bahia acabou tambem com o jogo na terra do grande Bay. É o que nos dá conta o seguinte telegramma que foi estampado nos jornaes de S. Paulo:

«BAHIA, 22 (A. B.).—Foram fechadas, por ordem do interventor federal, todas as casas do jogos de azar existentes nesta capital, sendo, tambem, cassada a ordem para funcionamento de "uma cooperativa" aqui organizada pelos banqueiros do chamado jogo do bieho.»

## Plano Communista em Alagoas

### Massacres e degollamentos

Informam de Maceió, que o delegado da Ordem Politica e Social, naquella capital, capitão Mario Lima, em entrevista collectiva á imprensa local, relatou parte da trama que, desde 9 do corrente, já era mais ou menos conhecida e que visava provocar a perturbação da ordem naquella capital, com um movimento sedicioso de caracter communista. Este teve sua origem e proliferou dentro da propria Guarda Civil, sendo seu chefe o "chouffeur" daquella corporação, Abel Tenorio. Contava elle com o apoio e a colaboração de cerca de 20 guardas, inclusive alguns fiascos.

Em torno do caso foram ouvidas, no cartorio daquella delegacia especial, mais de 50 pessoas, tendo todos os depoimentos sido accordes em affirmar que os implicados tramavam assalto aos bancos, Thesouro do Estado, etc. Os planos de acção eram caracteristicamente communistas, preconizando prisões, degollamentos e massacre de figuras destacadas.

Em poder dos conspiradores foi apreendida regular cópia de munições.

## Pensão moderna

O sr. José Lourenço Gonçalves, distinto cavalheiro, ha pouco residindo nesta cidade, acaba de instalar á rua Commercio, uma bem montada e bem dirigida pensão familiar, a que deu o nome de Pensão Moderna.

---

## Comunicado da Chefia de Policia

O chefe de policia fez a seguinte communicação aos jornaes de Curitiba:

«Leva-se ao conhecimento da imprensa e do publico em geral que a Policia Civil do Paraná não está expellido, nem exigindo, salvo condutos para as pessoas que desejam viajar.

Communica-se, outrossim, que a prova de identidade necessaria para effeito de viagens, em casos especies, pode ser feita por meio do passaporte, titulo eleitoral ou caderneta de identidade».

## O Cometa

Este interessante periodico, que tanto successo obteve nesta cidade, depois de haver desaparecido por dois annos, acaba de surgir novamente, como os verdadeiros cometas, nos horizontes jornalisticos de Londrina e, o que é melhor, mais brilhante e mais chispante... de verve e bom humor. Parabens e longa estadia no estrellado céu deste recanto paranaense.

## Conferecias Propheico-Religiosas

Ha dias, nesta cidade, vem sendo desenvolvida uma serie de conferencias, que tem versado sobre os acontecimentos actuaes como cumprimento exacto das prophcias.

Todas as pessoas pensantes, que desejam ter melhor clareza da significação dos acontecimento hodiernos, á luz das prophcias das Escrituras Sagradas, são convidadas para assistirem á estas conferencias.

No Salão da Rua Minas Geraes n. 1049.  
Todos os Domingos, Quartas e Sextas feiras.  
A's 20 horas. L. 3-3

---

## Prisão de Integralistas

Por determinação do Chefe de Policia do Distrito Federal, foram presos 20 integralistas que se diziam pertencer a policia verde. Como não se admitta dnas policia a ultima foi levada ao xadrez...

## Prisão de um comunista

A policia carioca acaba de prender o typographo, José Alfredo dos Santos, mais conhecido por «Pae de Loline».

Alfredo dos Santos, que é algonano, e conta 46 annos, exerceu as suas actividades subversivas dentro do Ministerio da Agricultura, e, á noite, usa officinas da «A Nação».

## Casa para commercio

VENDE-SE á rua Matto-Grosso—ponto central—onde está a Pensão Central ex-Casa Gaúcha.  
— Nesta Redacção —

---

## Vende-se um carroção, chapa 50, quatro rodas, podendo ser puchado por 4 burros ou 4 bois.

Informações nesta redacção

## Senhorita Sarita Martins

Em visita ao seu digno irmão, o illustrado e estimatissimo facultativo, dr. Gabriel Martins, está na cidade a exma. senhora Sarita Martins.

---

V. S. QUER SER BEM SERVIDO? — PROCURE A

Antiga Pharmacia do Hospital

**Do Phco. Hilario Scharf**

*Pharmacia*

*Paraná*

(Predio das Casas Pernambucanas)

**A Pharmacia de confiança**

As ações de repreensão e tortura eram minimizadas pelo periódico que afirmava que tais ações eram para combater os grupos ou pessoas que conspiravam contra o governo, o que fazia deles inimigos do povo brasileiro. O jornal fazia questão de enfatizar a vitória do governo de Vargas sobre esses grupos considerados prejudiciais ao desenvolvimento e ao progresso da nação brasileira.

O “Estado Novo” (1937-1945) se caracterizou por uma política autoritária na qual Vargas assumiu a imagem de um presidente ditador que, com o auxílio das Forças Armadas, instaurou a ditadura no país.

Após o golpe, foi instituída a Lei de Segurança Nacional, que permitia ao governo prender qualquer pessoa sem mandato judicial e antes que fosse verificada sua culpa. Muitos inimigos políticos de Getúlio foram aprisionados e torturados, alguns até à morte e sem direito à defesa. A pena de morte passou a existir e a liberdade de imprensa foi abolida (SANTOS; SANTOS, 2009, p. 3).

O governo de Vargas se preocupou com todo movimento opositor à sua política ditatorial. Para o governo, eram ações no intuito de “atrapalhar” o desenvolvimento do país, por isso não só a imprensa, mas a educação esteve na “mira” do governo varguista. Acreditavam que ambas tinham o poder de (de) formar o povo brasileiro, isso dependeria somente de quem tivesse o controle delas.

O domínio dos meios de comunicação era de fundamental importância tanto para cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder, quanto para enfatizar as realizações do regime, sua adequação à realidade nacional e para a promoção, pessoal e política, da figura de Vargas (LUCA, 2006, p. 133).

Durante o Estado Novo, houve um intenso esforço por parte do governo em justificar o regime e mostrar uma imagem positiva do mesmo junto à população. Para isso, utilizaram-se da imprensa, do cinema, da literatura e da educação (ANDREOTTI, 2006).

A nova Constituição de 1937 desresponsabilizou o Estado Novo com relação à educação pública, e o discurso sobre a gratuidade, laicidade e universalização do ensino foi modificado pelo discurso da “Segurança Nacional”, em substituição ao da “defesa nacional”. Essa mudança aconteceu devido à crença de que uma nação devia estar preparada a se defender e eliminar qualquer interesse de ataque. Sendo assim, houve mudanças nos conteúdos e disciplinas ministradas.

A ênfase se voltou para a Educação Física, o ensino da moral católica e da educação cívica, por meio do estudo da História e Geografia do Brasil, instituído pelo Estado Novo. Isto veio reforçar o nacionalismo nos currículos dos cursos elementares e secundários (BERTONHA, 2010, p. 31).

Nessa concepção, Lourenço Filho (2002), comungava com ideias nas quais a ordem estava atrelada à justiça, e a instrução e a educação do povo eram elementos necessários para essa compreensão que levaria a segurança do indivíduo e da sociedade.

Em qualquer concepção educativa, a realidade permanece: educar-se é buscar a segurança; educar é ensinar a segurança. A segurança no próprio indivíduo, pelo equilíbrio de suas tendências, desejos e aspirações; a segurança no grupo primário a que pertença; a segurança nos grupos maiores, onde esse grupo esteja inserto; a segurança, enfim, no organismo social mais amplo, que aos grupos referidos contenha (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 60).

De acordo com o autor, a educação nacional seria responsável por completar a ação do governo em prol da revolução que estava acontecendo com a implantação do Estado Novo no ano de 1937. Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde criou, naquele ano, um decreto organizando a Seção de Segurança Nacional do seu ministério, o que resultou no cancelamento da Conferência Mundial de Educação, em março de 1939, devido ao discurso do Ministro da Guerra Eurico Dutra, que se opôs à realização do evento no Rio de Janeiro por questão de segurança nacional. Dutra temia que esse congresso trouxesse ideias diferentes das que se esperava, pois, para ele, a escola tinha a função de inculcar na população a disciplina e a subordinação (HORTA, 2012).

Na edição de 28 de novembro de 1937, foi publicado, no jornal Paraná-Norte, o texto “Educar o sentimento, nossa preocupação fundamental”, enviado para publicação pelo Bureau de Imprensa Vida Doméstica, do Rio de Janeiro.

O texto afirmava que o papel da imprensa era o de orientar e inculcar nas pessoas o sentimento de nacionalidade. Isso poderia ser feito por meio de charges, de textos teatrais publicados, dentre outros, desde que todos os leitores pudessem compreender, rir e ter um espírito de nacionalidade respeitável e forte (EDUCAR O SENTIMENTO, PARANÁ-NORTE, 28/11/1937, p. 2). A publicação dessa carta pelo Paraná-Norte veio confirmar o que já estava sendo feito por ele, pois o jornal destacava as ações do governo estadual e federal e minimizava ações opositoras em suas edições.

Em 1 de janeiro 1938, o jornal Paraná-Norte publicou na capa do periódico o artigo “Anno novo Brasil novo”. O texto fazia elogios ao Getúlio Vargas por ter “aparecido” no dia 10 de novembro e ter assumido a direção do Brasil, visto que ele havia acabado com as facções que objetivavam aniquilar o país. Tal ação levou o povo brasileiro a apoiar Getúlio Vargas para reconstrução moral do Brasil. Esse texto nos permite refletir sobre a situação em que se encontrava o país e sobre o papel que a imprensa desempenhou no governo de Vargas.

Sobre o Brasil, a maneira como o jornal agradeceu a Getúlio Vargas pelo golpe levaria o leitor a acreditar que ele foi um herói, que salvou um país que estava sendo destruído por grupos contrários ao seu desenvolvimento e progresso. Entretanto, vale lembrar que Vargas estava no poder desde 1930, ou seja, ele não “apareceu” e salvou o país no dia em que decretou o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

Vargas, junto de sua equipe de governo, centralizou o poder sob um discurso nacionalista e anticomunista. Tal discurso já estava presente durante o governo constitucionalista, mas com o passar dos anos o discurso se acentuou e se tornou mais ditatorial.

Nesse contexto, a censura contra a imprensa evidenciou e, no dia 17 de abril de 1938, o jornal Paraná-Norte publicou o texto “Novos Jornaes”, no qual o periódico confirmava que, pela lei vigente do período, novos jornais só poderiam circular com a autorização do Ministro da Justiça (NOVOS JORNAES, PARANÁ-NORTE, 1938, p. 2).

A lei que o periódico se referia era a Constituição de 1937, na qual rezava sobre a competência da União em legislar sobre a imprensa que passou a exercer uma função de caráter público, o que permitia a intervenção do governo no que era produzido, supostamente para garantir a paz, a ordem e a segurança pública, seria necessária a censura prévia da imprensa por parte dos órgãos do governo (BRASIL, 1937).

Assim como na imprensa, após a promulgação da Constituição de 1937, o discurso sobre educação tomou caminhos nacionalistas. No acentuado ano de 1938, foi promulgado o Decreto-Lei nº 868, com a função de nacionalizar o ensino em escolas fundadas por imigrantes, e definir um padrão ao ensino com o intuito de eliminar o “regionalismo”, especialmente nas regiões em que havia europeus e descendentes de primeira geração (BARION, 2014).

Esse Decreto determinava que os materiais utilizados nas escolas, especialmente nas localizadas nas zonas rurais, deveriam estar escritos em português, bem como os



professores e diretores das escolas deviam ser brasileiros. O currículo escolar sofreu alterações, dando ênfase ao ensino de história e geografia do Brasil. Nesse cenário, a escola se tornou um lugar para a formação do sentimento patriótico.

O Paraná-Norte publicou um artigo de opinião assinado por Humberto Puiggari Coutinho sob o título “Não é digno de educar um brasileiro”. No texto, é feita a crítica aos estrangeiros que não registravam os filhos nascidos no Brasil e que, para garantir e preservar a cultura pátria, não permitiam que os filhos aprendessem a língua vernácula brasileira. Coutinho sugeriu que o governo punisse severamente esses estrangeiros, pois eram antinacionalistas e desdenhavam da pátria brasileira (NÃO É DIGNO DE EDUCAR UM BRASILEIRO, 24/04/1938, p. 1).

A defesa da incorporação da brasilidade feita por Coutinho tinha como base a nacionalização compulsória que estava ocorrendo no país com o objetivo de que as pessoas que moravam no Brasil, independentemente de sua nacionalidade deveriam ter a noção de pertence a pátria brasileira para, assim, proteger os interesses democráticos do Brasil.

Quando Vargas assumiu o poder, o Brasil era um país considerado regionalista. Não havia uma visão de nação, nem um povo patriótico. A noção de pertencimento estava vinculada à região onde as pessoas habitavam ou à cultura étnica a qual pertenciam. Diante desse contexto, o Governo brasileiro temia que ideologias políticas fossem disseminadas no país, por meio dos estrangeiros, e alguns movimentos colocassem em risco a “democracia brasileira”.

Na mesma edição do jornal foi publicado um texto sobre um decreto assinado pelo presidente proibindo estrangeiros de se manifestarem politicamente e de realizarem qualquer atividade política, e as escolas mantidas por estrangeiros estariam sob a direta fiscalização do governo.

Em todas as publicações sobre questões de nacionalização, o jornal se mostrou favorável e apoiador ao governo de Vargas. A apologia à nacionalização do estrangeiro pelo jornal, em uma região com estrangeiros, demonstra o alcance das políticas de Vargas no Norte Novo do Paraná. Essa disseminação das políticas nacionalistas foi possível pela contribuição do jornal Paraná-Norte como divulgador das ideias varguistas na região.

Durante o período em que esteve no poder, Vargas buscou medidas que transformassem o Brasil em uma nação, e os seus habitantes em cidadãos brasileiros. Para tal, várias ações foram feitas e, em 13 de dezembro de 1938, foi publicado o Decreto nº 948 com algumas medidas a serem tomadas para a nacionalização do ensino no Brasil,

dentre elas a expansão do ensino público e o controle sobre o ensino particular nas colônias. Determinava o fechamento das escolas que ministravam o ensino em língua alemã, instituindo o português como língua oficial (BOMENY, 1999).

No ano de 1939, Getúlio Vargas assinou outro Decreto-Lei que censurava conteúdos e livros utilizados, tanto na rede de ensino elementar, como na de segundo grau, e dava instruções para os estados, no intuito de construir e manterem escolas nas regiões, as quais haviam sido colonizadas por estrangeiros. Dessa forma, iriam abraçar os imigrantes.

Em 1 de outubro de 1939 foi publicado, no jornal Paraná-Norte, uma nota intitulada “Um exemplo para nossos professores”. O texto afirmava que o Comitê Nacional de Associação de Professores de Washington, nos Estados Unidos da América, havia designado 100 professores responsáveis em combater qualquer tentativa de propaganda das demagogias estrangeiras entre a juventude americana (PARANÁ-NORTE, 1939, p. 2).

A intenção do jornal era que o Brasil fizesse a mesma coisa em um projeto nacionalista de formação via escola, ou seja, os professores deveriam agir como mentores intelectuais a serviço da nacionalização compulsória dos jovens alunos.

Sob o cunho de um projeto nacionalista do governo e como tema de preocupação do Ministério da Guerra, houve várias ações repressoras no país, especialmente, em regiões de colonização estrangeira, como era o caso de Londrina.

A partir dessa perspectiva, o papel do ministério foi atuar no sentido de desapropriar as escolas estrangeiras por meio da nomeação de diretores brasileiros e a destituição dos professores estrangeiros, substituindo-os pelos nacionais. Além disso, houve, por parte do governo, uma política de repressão, em especial direcionada a alemães e japoneses e, muitas vezes, a pressão, em nome da nacionalidade (SOUZA, 2014, p. 7).

Na Era Vargas, a preocupação com o poder “ideológico” da educação levou à utilização da comunicação via imprensa para divulgar valores nacionalistas, pois

O papel da imprensa também é fundamental para obter a coesão das pessoas e implantar a ideia de *nacionalidade e unidade*. Somente após o estabelecimento desta unidade é que a comunicação deve se voltar para o estímulo de aspirações e desejos de mudança, e, então, mobilizar as pessoas a serem ativas no programa (BONI; KOMARCHESQUI; RODRIGUES, 2010, p. 24, grifos do autor).

A imprensa desempenhou um papel importante no projeto nacionalista, pois foi utilizada como uma aliada no plano de formação de uma unidade nacional. Os jornais e revistas que não apoiavam o governo foram perseguidos, censurados e fechados, pois na Era Vargas, o Estado, “[...] graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das transformações de comunicação e as manipula procurando bloquear toda a atividade espontânea” (CAPELATO, 1998, p. 36).

No ano de 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que era subordinado diretamente ao presidente da República.

O DIP compunha-se dos setores de divulgação, imprensa, radiodifusão, turismo, teatro e cinema, cabendo-lhe a exclusividade no que respeitava à propaganda e publicidade de todos os Ministérios e repartições públicas, assim como a promoção e organização de atos comemorativos oficiais e de festas cívicas. O Departamento também era responsável pela censura prévia dos jornais, revistas, cinemas, teatros, livros e diversões públicas, tais como festas populares, circos, bailes, bilhares, esportes, espetáculos e exposições (LUCA, 2013, p. 2).

O papel do DIP era produzir revistas, jornais, cinema que levassem a população brasileira a se identificar com o país, no intuito de criar um povo com espírito patriótico. Os discursos proferidos por Vargas e as inaugurações e comemorações eram utilizadas como propaganda do governo. Nesse sentido, os periódicos eram obrigados a reproduzir em suas edições os discursos oficiais, notícias dos atos do governo, e até publicar fotos do presidente (CAPELATO, 1999).

Como estratégia do Governo de Vargas, o DIP mantinha o domínio do que as pessoas teriam acesso naquele período, referente ao que a imprensa publicava. Entretanto já havia sido publicada a Constituição Brasileira no ano de 1937, que em seu artigo 15º afirmava que todo cidadão poderia manifestar seu pensamento nos limites da lei e desde que as manifestações não atrapalhassem a paz, a ordem e a segurança pública (BRASIL, 1937).

A preocupação do governo era ter um mecanismo que atingisse a população por meio da difusão cultural com o intuito de fortalecer o regime de Vargas. Dessa forma,

Com a reformulação do DNP e a criação do DIP, além de ter sua abrangência e poder ampliadas, o órgão ganha certo grau de autonomia, estando vinculado diretamente ao presidente da República, e não mais ao Ministério da Justiça (VIEIRA, 2019, p. 70).

O DIP tinha a função de censurar toda e qualquer publicação contrária ao governo de Vargas. Mas, após a Segunda Guerra Mundial, a crise política e social levou o departamento a receber várias críticas, por não atuar como órgão de censura. Com o fim do Estado Novo, o DIP deixou de existir e foi criado Departamento Nacional de Informações (DNI) (VIEIRA, 2019).

Em relação à imprensa brasileira, foi publicado no jornal Paraná-Norte, em 16 de junho de 1940, um aviso sobre a restrição na circulação de novos jornais e revistas no território brasileiro. De acordo com o texto, o Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda adotou a medida devido aos conflitos que estavam ocorrendo na Europa. Sendo ela a principal fornecedora de papel utilizado pela imprensa brasileira, havia a possibilidade de escassez do produto; outro motivo é que o Departamento de Imprensa estava fazendo um levantamento sobre a quantidade de jornais e revistas que estavam circulando em todo país.

Em 12 de julho de 1940, o jornal Paraná-Norte noticiou aos seus leitores que, a partir daquela data, o periódico estaria sob censura das autoridades estaduais e locais.

Por determinação de autoridades estaduais e locais, foi imposta a censura ao “Paraná Norte”. Foi delegado ao dr. Milton Ribeiro de Menezes o exercício da fiscalização de nossa folha. Autoridade que, por todos os sentidos, nos merecem maior respeito e consideração, o em quem depositamos inteira confiança, procuramos cumprir com rigorosa honestidade suas determinações. O Diretor desta folha invocou o pronunciamento do Departamento de Imprensa e Propaganda sobre o assunto. E o que cumpre comunicar aos nossos leitores, que por todas as formas nos tem dado provas de sua preciosa amizade (PARANÁ-NORTE SOB CENSURA, 12/07/1942, p. 1).

Entretanto, cerca de um mês depois de anunciar a censura, o Paraná-Norte noticiou que o periódico não seria mais censurado.

Por determinação das autoridades competentes, foi suspensa a censura que havia sido imposta a “Paraná-Norte”. Circula, portanto, livremente esse hebdomadário, sujeito tão só de leis de imprensa e a ética profissional. Agradecemos ao censor dr. Milton Ribeiro de Menezes a preciosa colaboração que nos prestou. Eis a auspiciosa notícia que com grande satisfação comunicamos aos nossos leitores (JÁ NÃO HÁ MAIS CENSURA PARA “PARANÁ-NORTE”, 23/08/1942, p. 1).

Mais uma vez o jornal Paraná-Norte demonstrou o poder político articulador que tinha ao deixar de ser censurado. Por outro lado, até o ano de 1942, o periódico tinha

demonstrado apoio ao governo local e estadual, e que pode ter facilitado a relação dos diretores do jornal com as autoridades competentes. Entretanto, o fato de o Paraná-Norte afirmar que não seria mais censurado, não significa que ele teria “liberdade” para publicar algo que fosse contrário ao Estado Novo.

Esse clima de censura vai se tornando cada vez mais explícito nos editoriais do Paraná-Norte, à medida que a ditadura se instala, pois podemos verificar que o jornal passa a se constituir enquanto texto voltado para os leitores de Londrina e região, deixando sempre claro que propostas autoritárias são o Integralismo e o Comunismo. Também vai indicar que no Estado Novo a organização é mais importante que a participação e representação políticas através de notícias que enfatizam que a política londrinense - buscando formas de acomodação em relação à política regional e nacional - passou a se dedicar a tarefas eminentemente administrativas (CESAREO; ALMEIDA, 2009, p. 2012).

O explicitado por Cesáreo e Almeida é visível nas páginas do Paraná-Norte que constantemente faziam publicações enaltecendo o governo de Vargas e marginalizando toda manifestação política contrária. A exemplo disso, destacamos a publicação intitulada “Banditismo extremista”, na qual o jornal afirmou que, com o Estado Novo, Vargas pôs fim às manifestações contrárias ao seu governo (PARANÁ-NORTE, 04/02/1940, p. 4).

Após a breve explanação sobre os órgãos fiscalizadores da imprensa e divulgadores das ações do governo de Vargas, é possível percebermos que o período em que Getúlio esteve no poder, buscou implantar seu projeto de nação por duas frentes: a imprensa e a escola, pois defendiam que ambas instituições tinham um poder coercitivo entre as pessoas, por isso, fiscalizava ambos.

Em 8 de dezembro de 1940, o jornal Paraná-Norte divulgou uma nota sobre um ofício recebida do DIP assinado pelo Diretor da Divisão de Imprensa Jarbas de Carvalho.

Presidente da República-Departamento de Imprensa e Propaganda-Serviços auxiliares-D.I 3.496-Secção de Registro de Jornaes-Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 1940-Sr. Director- Comunico-vos que a Divisão de Imprensa do DIP, tendo apreço a recomendação do Conselho Nacional de Imprensa e usando de suas atribuições legais, resolveu conceder registro ao “Jornal Paraná-Norte”, que se edita nessa cidade-Apresento-vos os protestos de minha consideração (DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA-REGISTRO DO PARANÁ-NORTE, 08/12/1940).

A publicação desse documento intencionava garantir ao leitor que o periódico estava em consonância com o governo vigente e que o jornal tinha o aval legal para continuar suas atividades na região. Dessa forma, tanto o jornal como a CTNP poderiam continuar atuando na região.

O discurso da Cia. presente no jornal Paraná-Norte intencionava, por meio da transformação da região de mata fechada em grandes centros urbanizados, transformar o homem analfabeto, ignorante, rural, em um cidadão civilizado, por intermédio da promoção do progresso e do desenvolvimento da região. Para isso, a educação foi vista como necessária para tal transformação. No entanto, a partir dos estudos realizados, é possível perceber que a educação era necessária para a manutenção do *status quo* daqueles que detinham o poder na região.

A concepção de desenvolvimento via progresso circulou fortemente no período de Vargas, pois a política de desenvolvimento entendia como necessário ocupar os “espaços vazios” e fortalecer o Estado, nesse caso a imprensa e a educação serviriam como instrumentos formadores da população brasileira.

Em 30 de junho de 1940 foi publicado no jornal Paraná-Norte o texto “A educação Nacional e o Recenseamento”, que referia-se à ligação entre o recenseamento e a Educação Nacional. O texto afirmava que o estudo da Educação Nacional era complexo e por isso os indivíduos da nação, por um sentimento de solidariedade, deveriam contribuir com o progresso da educação participando do recenseamento, entendido como uma ação de educação cívica (PARANÁ-NORTE, 30/06/1940, p. 2).

A preocupação do Governo Federal era que as pessoas participassem do processo de recenseamento, pois era preciso ter dados claros sobre a situação da educação no país. Em relação à educação, devido a mudanças que estavam acontecendo no país, houve uma pausa nas CNE que só foi realizada a VII Conferência no ano de 1942, em Goiânia, com a discussão voltada à educação primária. A última CNE da Era Vargas se deu no ano de 1945, tendo sido a de número oito com o tema de discussão o conceito de gestão democrática (VIEIRA, 2019).

Com a mudança no modelo econômico e social, a educação escolar primária era vista como caminho para a ascensão social e para o desenvolvimento econômico. Essa concepção se fez presente na Era Vargas com as várias iniciativas e reformas educacionais no âmbito federal e estadual (NAGLE, 2001).

Nos primeiros anos da Era Vargas, a educação e o ensino religioso eram responsáveis para recuperar os valores morais da religião, da família e do amor à pátria. Para ser considerado um cidadão modelo era necessária educação baseada em princípios morais vigentes. Esse discurso se fez presente nas reformulações das leis brasileiras.

Feito toda a discussão apresentada sobre sociedade, política e educação no Brasil, passamos a discutir a relação do jornal Paraná-Norte com a política local.

### **3.4 O jornal Paraná-Norte e a política local**

Conforme já exposto neste trabalho, a presença política partidária marcou a história do jornal Paraná-Norte. Coutinho, juntamente com outros nomes da sociedade londrinense, criaram em dezembro de 1934 um diretório político filiado ao Partido Social Democrático (P.S.D.), o mesmo do interventor do Paraná Manoel Ribas e do presidente Getúlio Vargas. Sobre isso, o jornal Paraná-Norte noticiou os motivos da criação de um diretório político no município de Londrina.

Com a elevação de Londrina a categoria de município, houve necessidade de criar-se aqui um diretório político que, filiado ao P.S.D., prestigiando os governos federal e estadual, cuidasse das necessidades desta generosa terra que é um dos mais legítimos orgulhos do Norte do Paraná, congregando todos os elementos em torno de um só ideal que é o engrandecimento da zona em que habitamos, sem preconceitos de raças e limites estaduais. E, assim, foi fundada em 25 de Dezembro de 1934 o Partido Municipal de Londrina e aclamado o seu primeiro Directorio, cujo mandato terminará no dia da posse do prefeito e vereadores que forem eleitos de conformidade com o Código Eleitoral (DIRECTORIO POLITICO, PARANA-NORTE, 01/01/1935, p. 2).

A criação do diretório político em Londrina estava em conformidade com a política do interventor Federal Manoel Ribas, que mandou um telegrama endereçado aos representantes do diretório político recém-criado em Londrina dando felicitações e agradecendo a criação do diretório local.

O telegrama foi reproduzido pelo jornal Paraná-Norte, que evidenciava em suas edições a boa relação que Londrina mantinha com a capital paranaense. Essa “aliança” pode ser observada nas páginas do periódico durante o período em que Manoel Ribas esteve à frente do governo paranaense (ÚLTIMA HORA, PARANÁ-NORTE, 01/01/1935).

Após a criação do diretório político, Coutinho foi eleito secretário do partido P.S.D. em Londrina. Meses depois, Coutinho e Carlos Almeida foram eleitos delegados do mesmo partido.

Por meio da publicação de colunas, notas, lembretes, chamados e alistamento, o periódico buscou motivar e mobilizar os cidadãos a efetuarem o cadastramento, se tornando assim aptos a selecionar seus candidatos. Tendo em vista os vínculos do jornal com o PSD, já que uma das sedes do partido funcionava em anexo a redação do jornal, as ações do PN buscavam ao mesmo tempo, formar uma comunidade eleitoral para o próprio partido, visando garantir a sua manutenção no poder (LEITE, 2016, p. 87).

O nome de Coutinho estava tão presente na política londrinense e a relação entre o partido político P.S.D. e o Paraná-Norte era visível que Coutinho publicou um pequeno texto esclarecendo que não tinha nenhuma intenção em ter cargo na administração pública. Segundo ele, iria se mudar de Londrina no final do ano de 1935 para cuidar de problemas de sua saúde – mudança que não aconteceu –, e Coutinho continuou atuante politicamente, mesmo sem exercer nenhum cargo político.

Em agosto de 1935 foi publicada nas páginas do jornal uma nota esclarecedora no intuito de reafirmar a isenção política partidária do proprietário e diretor do jornal e, como consequência, a isenção partidário do periódico que estava sob sua responsabilidade.

Os que me atribuem a intenção de aceitar um cargo na futura administração, laboram evidentemente em um lamentável engano. Absolutamente não aceitarei cargo algum, caso haja qualquer oferecimento a respeito. Eleito o prefeito e os vereadores, nenhuma, interferência terei mais em política, nem eu e nem está folha (DESAZENDO UM EQUÍVOCO, PARANÁ-NORTE, 25/08/1935, p. 2).

Inicialmente o jornal se declarou “isento” de política partidária, conforme a publicação da primeira edição. Entretanto, o Paraná-Norte declarou publicamente apoio ao P.S.D. em um artigo assinado por Coutinho, na data de 9 de fevereiro de 1936. Coutinho afirmou que o interesse do jornal era contribuir com o povo londrinense na luta de um futuro almejado, mas que não recebia ajuda financeira do Partido Social Democrático, pois era um jornal ético e sério (COUTINHO, PARANÁ-NORTE, 1936, p. 1).

Em nenhum momento, Coutinho assumiu que o jornal que estava sob sua responsabilidade era partidário, entretanto, vemos a contradição no discurso de Coutinho



em relação à sua atuação como jornalista, pois enquanto esteve à frente do Paraná-Norte, foi uma pessoa atuante na política partidária em prol do governo vigente.

[...] o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção de acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado (MARIANI, 1993, p. 3).

O que pudemos “recordar” do passado ao analisar o jornal Paraná-Norte é que o discurso de neutralidade política presente em alguns momentos no jornal, na prática não se efetivou, sob o discurso de preservação da democracia o periódico foi um instrumento das políticas varguistas na região em que circulou.

A imagem a seguir é da edição do terceiro aniversário do periódico. Em comemoração à data festiva, Coutinho publicou o texto “Paraná-Norte mais um anno” no qual reafirmou seu compromisso com a ética e com a democracia. O artigo de Coutinho foi publicado na mesma página em que Manoel Ribas escreveu uma nota sobre o Estado de Guerra no Brasil.

Figura 6: Estado de Guerra - Paraná-Norte

Sr. Santiago Gomes & Comp.

**EXPERIENTE:**  
ASSIGNATURAS  
Por anno 204000  
Por semest. 124000  
**Pagamento**  
adiantado

# Paraná - Norte

\*\*\*\*\* Redactor proprietario: H. PUIGGARI COUTINHO \*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\* Gerente: GEORGE F. COUTINHO \*\*\*\*\*

Esta folha não aceita, mesmo como materia paga, artigos ou escriptos em linguagem menos digna.

---

A N N O  
IV

LONDRINA (ESTADO DO PARANÁ)  
- E. F. S. Paulo-Paraná -

9 de Outubro de 1937.

NUMERO  
157

---

## "Paraná-Norte"

### Mais um anno

Apesar das difficuldades, dos tropeços encontrados a todo momento, o que é commum na imprensa do interior, «Paraná-Norte» completa hoje mais um anno de publicidade, sem ter interrompido sua circulação uma unica vez, graças ao favor publico, ao lado de quem sempre continuaremos, fazendo a boa imprensa, defendendo os interesses do norte do Paraná, sem ataques pessoais dignos, em linguagem escoreita, sem insultos, sem odios, cansios como estamos do nosso dever de orientar a opinião neste recanto do Brasil, com a serenidade dictada pelo patriotismo sem estardalhaços.

Desde o nosso aparecimento em 9 de Outubro de 1934, até hoje, temos mantido sempre a mesma linha de conducta.

Em politica seguimos, sem tergiversações, em linha recta, o caminho da democracia. Isto sem interesses pessoais e com o unico fito de agradar a nós mesmos; pois, nada queremos, nada pedimos e nada solicitaremos do governo, a quem desinteressadamente temos dado o nosso apoio e solidariedade.

Si hoje estamos com o sr. José Americo e com o governador Manoel Ribas, lutando pela victoria eleitoral de um e pela sadia orientação de outro, é porque nesses cidadãos, encherгамos dois paladinos do regimen democratico.

Assim, com a mesma firmeza de animo, vamos

### Estado de guerra

Attendendo a bem documentada exposição, firmada pelos ministros das pastas militares, o sr. presidente da Republica, enviou ao poder legislativo uma mensagem, solicitando a decretação do estado de guerra por 90 dias.

De posse da mensagem, o poder legislativo decretou a medida solicitada, que está em vigor desde o dia 2 do corrente.

Pela referida exposição, vê-se que o paiz estava á beira de um precipicio. Uma revolução comunista, terrivel e sem quartel,

deveria explodir antes de tres de Janeiro. Felizmente o Exército e a Marinha, estavam vigilantes e a democracia brasileira poude, mais uma vez, evitar o sangrento surto revolucionario dos devotos moscovitas.

O sr. Manoel Ribas, logo que teve conhecimento do facto, enviou o seguinte telegramma, decidido e energico, ao sr. presidente da Republica:

«Presidente Getulio Vargas—Rio—Acompanhando de perto a situação do paiz, venho reafirmar a v. excia. integral solidariedade de meu governo, prompto a prestar-lhe decidida e qualquer emergência. Attenciosas saudações—Manoel Ribas»



**DEPUTADO LINDOLPHO PESSON**  
(Noticiario na pagina 5)

### Correios

Pela Portaria 1174, de 24 do mez passado, do sr. Director Geral dos Correios e Telegraphos, foi transferida para Arapongas a agencia postal desta cidade, em virtude de ter sido, a ultima, elevada de classe.

Fica assim confirmada a noticia que a respeito,

### Governador Manoel Ribas

Deve chegar brevemente a esta cidade, onde está sendo esperado com verdadeira ansiedade, o eminente sr. Manoel Ribas, governador do Estado.

demos aqui Domingo ultimo.

### A Caixa Economica e a feliz compreensão do povo

(Da A. Paranaense de Imprensa)

Feliz, a iniciativa do Conselho Administrativo da Caixa Economica Federal do Paraná, de crear uma agencia em Londrina, a «terra da promissão».

Feliz, o gesto do prefeito dr. Willie Davids, ao apoiar tal iniciativa.

Vinte e um mezes contam-se da installação da Caixa em Londrina, e já o seu movimento é enorme, é assombroso, é invulgar.

A agencia da Caixa, em Londrina, foi installada em 25 de janeiro do anno proximo passado, e encerrou o balanço do primeiro semestre deste anno com o soberbo saldo de depositos de Rs: 1.137:134\$000, emquanto que outra agencia do norte, com quasi 3 annos de funcionamento, encerrava o mesmo balanço com o saldo de depositos de Rs: ....

O que nos chamou a atenção no texto é a afirmação de que, como meio de comunicação, o jornal tinha como dever “[...] orientar a opinião nesse recanto de Brasil, com a serenidade dictada pelo patriotismo sem estardalhaço” (PARANÁ-NORTE, 09/10/1937, p. 1). No texto, o Paraná-Norte reafirmou sua função política de contribuir com os interesses do Governo Vargas ao se colocar como “orientador” do povo londrinense.

O Paraná-Norte atuou na esfera pública e privada, mas sobressaiu o interesse privado de seus proprietários que selecionavam as matérias de acordo com o interesse do jornal.

A imprensa, por ser uma instituição pública e privada, atua nos dois campos, enquanto empresa que enfrenta cotidianamente a concorrência, tentando de todas as formas vender o seu produto, mas que por outro lado coloca no mercado uma mercadoria muito particular, que é a mercadoria política, mesclando-se aí o público e o privado, os interesses dos cidadãos e os do dono do jornal. As relações que se estabelecem, portanto, na esfera privada, não desaparecem na esfera pública (SOSA, 2006, p. 113).

Essa relação entre o público e o privado é presente no periódico, no aspecto público, atuou como um veículo voltado a levar informações gerais ao público leitor, entretanto, no quesito privado, prevaleceu os interesses políticos dos proprietários e patrocinadores do jornal.

De acordo com o publicado no periódico,

Artigos sobre política partidária do município ou do Estado, somente os aceitamos como matéria paga. Publicações em termos apaixonados ou descortezes, não terão guardião em nosso periódico, mesmo na secção paga (PARANÁ-NORTE, 1934, p. 2).

Apesar de demonstrar que estava aberto para a publicação de artigos sobre política partidária “somente se pagas”, foi possível observar que durante os dez primeiros anos de circulação muitos artigos em apoio ao governo vigente foram escritos pelos redatores e diretor do periódico, enquanto que não apareceu artigos ou publicações políticas contrárias ao poder instituído. Dessa maneira, é possível perceber que o jornal Paraná-Norte teve um papel ativo de mediador da sociedade londrinense, pois

As campanhas e formas de atuação do periódico demonstram o direcionamento para um público mais abrangente, visando uma interação

social, recepção e apropriação, confirmadas nos resultados dos processos vinculados pelo jornal (LEITE, 2013, p. 9).

A relação de Coutinho com a política iniciou antes de ele se estabelecer em Londrina. Coutinho atuou como secretário-tesoureiro da prefeitura de Jatahy na gestão do prefeito Odilon Borges de Carvalho, no ano de 1933, e esteve presente no dia da posse do primeiro prefeito de Londrina no dia 10 de dezembro de 1934, demonstrando indignação com o descaso de algumas autoridades que se recusaram a fazer um discurso na cerimônia de emancipação do município de Londrina (COUTINHO, 1959).

Sobre isso, Coutinho explicou que a sociedade londrinense queria que o candidato da CTNP, Carlos de Almeida, fosse nomeado como primeiro prefeito de Londrina, mas o interventor Manoel Ribas nomeou Joaquim Vicente de Castro.

Sugestões foram feitas ao sr. Manoel Ribas, interventor federal no Estado, perante quem os direitos da Companhia de Terras usufruíam a maior consideração. Estes aderiram à vontade popular e opinaram igualmente para que o sr. Carlos de Almeida fosse o escolhido (COUTINHO, 1959, p. 8).

Carlos Almeida foi um dos primeiros moradores da cidade e era ligado à extração e comércio de madeiras. Londrina era o local perfeito para ele morar, pois devido a região ser de mata fechada, ele poderia prosperar economicamente. Outro fator que fazia com que seu nome fosse cogitado para o cargo de prefeito é que Carlos Almeida tinha o apoio da CTNP, já que ele administrava extraoficialmente a região.

O interesse de a CTNP ter uma pessoa de sua confiança administrando Londrina tinha como propósito se beneficiar, economicamente, pois assim a Cia.

[...] sabia que, com a criação do município, poderia passar de credor pelos serviços prestados a devedor dos impostos municipais. Ao mesmo tempo, o Governo do estado queria o controle político da região, pois estava de olho em possíveis contribuições dos impostos (BONI, 2004, p. 104).

Nessa disputa por poder, Manoel Ribas nomeou Joaquim Vicente de Castro, que era uma pessoa de sua confiança, para garantir o poder político da “nova região”. Uma possível indicação de candidatos relacionados à empresa poderia demonstrar a continuidade das relações existentes entre a CTNP e as oligarquias depostas (ARIAS NETO, 2008).

Em meio a conflitos de interesses, o Paraná-Norte foi um instrumento político utilizado a favor daqueles que já possuíam o poder na região, a saber, a CTNP que, ao financiar o periódico, tinha voz por meio de seus proprietários e diretores, que mais tarde deram o poder político à Cia. ao eleger um funcionário da empresa como prefeito de Londrina.

Sobre o jornal ser patrocinado pela CTNP, Coutinho disse em entrevista publicada na Folha de Londrina, jornal fundado no ano de 1948, ainda em circulação em Londrina, na data 10 de dezembro de 1969, quando Coutinho estava com 91 anos ele afirmou que a publicidade do jornal era espontânea e não havia acordos de alinhamento de interesses por conta dela (FOLHA DE LONDRINA, 10/12/1969).

Em termos de política, nos dez primeiros anos de circulação, o Paraná-Norte trouxe nos editoriais forte apoio aos governos nacional, estadual e municipal, buscando aproximar estado e sociedade (LEITE, 2013).

O primeiro prefeito de Londrina foi o Dr. Joaquim Vicente de Castro, nomeado pelo governador do estado, Manoel Ribas. Ele administrou Londrina durante cinco meses, com início em 12 de dezembro de 1934.

[...] Com surpresa geral e desengano bastante lastimável, apresentou-se no povoado inesperadamente, o dr. Joaquim Vicente de Castro para empossar-se e assumir o cargo de prefeito de Londrina...era uma pessoa completamente desconhecida no local. Essa razão pela qual o ato da instalação do município ocorreu tão friamente e com nula assistência. Guardados foram os foguetes, embolsados os discursos (COUTINHO, 1959, p. 8).

O prefeito nomeado por Manoel Ribas encontrou forte resistência ao seu governo em Londrina. O jornal Paraná-Norte se encarregou de publicar vários artigos reclamando da gestão do prefeito Joaquim Vicente de Castro, especialmente, pelo “alto” valor dos impostos municipais.

O alto valor dos impostos foi criticado na edição de 24 de março de 1935 no texto “As tabelas orçamentárias em face da Constituição Federal”. Essa publicação criticou o valor dos impostos cobrados que, segundo o texto, tornava difícil a vida dos agricultores e pessoas mais humildes de morar em Londrina.

Mesmo sem formação acadêmica, Coutinho exercia a profissão de advogado, por isso vemos no texto a explanação da Constituição Federal que versava sobre o valor de

impostos no país. Depois da crítica ao poder público municipal que ocupou quase que a capa toda, o jornal afirmou não ser contra a pessoa do prefeito.

Não se julgue que esta folha pleiteando o enquadramento da lei orçamentária na Constituição, mova campanha pessoal contra o Prefeito. Nem o Directório por si, nem o povo é contra à personalidade do honrado snr. Prefeito de Londrina. O Directório e o povo combatem as tabelas orçamentárias. Ninguém está aqui contra o homem. O que todos combatem são os actos administrativos municipaes que estão enquadrados na lei, fogem da razão e não se harmonizam com o pensamento do Partido Social Democrático (AS TABELAS ORÇAMENTÁRIAS EM FACE A CONSTITUIÇÃO, PARANÁ-NORTE, 24/03/1935. p. 1).

Após declarar que a crítica não era de carácter pessoal, mas político, o jornal noticiou que a CTNP iria fechar o único hospital que havia na cidade devido às taxas tributárias, e finalizou o texto afirmando que a vontade da prefeitura era acabar com Londrina.

Durante a gestão do prefeito Joaquim de Castro, o Paraná-Norte fez oposição política ao governo municipal, mas procurou se aproximar do governo do estado do Paraná, por meio de publicações, solicitando a intervenção de Manoel Ribas na política londrinense, por intermédio de telegramas enviados ao governador. O próprio Paraná-Norte noticiou que Coutinho se deslocou para Curitiba em várias ocasiões para conversar com representantes do governo no intuito de conseguir benefícios para Londrina, como hospitais, escolas etc. (PARANÁ-NORTE, 1939).

Com tamanha oposição na cidade, Joaquim Vicente de Castro foi substituído por Rosalino Fernandes que assumiu, provisoriamente, a prefeitura de Londrina, até que se fizesse a eleição para prefeito, ambos prefeitos foram nomeados por Manoel Ribas. Sobre isso, o Paraná-Norte publicou no dia 2 de junho de 1935, estampado na capa do periódico dois artigos, um artigo chamado de “A derrama”, no qual Coutinho assinou. No texto, há a explicação para a sociedade londrinense de que a prefeitura se colocava como contrária à Constituição do país, ao teimar em cobrar taxas exorbitantes de impostos, por isso o povo de Londrina se opôs à permanência de Castro na prefeitura.

O artigo “Novo prefeito”, o jornal confirmou o nome de Rosalino Fernandes para prefeito de Londrina. De acordo com o texto, o novo prefeito, nomeado por Manoel Ribas acataria as ordens do governo do estado, ao respeitar a constituição e livrar o povo londrinense do valor alto das tabelas orçamentárias.

Figura 7: Sobre questões políticas em Londrina

# Paraná - Norte

Redactor proprietario: H. PUIGGARI

---

ANNO I | LONDRINA (Estado do Paraná), 2 de Junho de 1935. | NUMERO 34

---

## A DERRAMA

H. Puiggari

A Prefeitura local, fugindo da fórmula e da prudência democráticas para o lançamento dos impostos, recou de maneira phantástica para o remoto tempo do Brasil colonial e devesou uma verdadeira, uma inconcebível derrama, oppressora e cruel, contra o povo de Londrina, instituindo ainda um regimen de ferrenho mandonismo fiscal, numa atmosfera de ameaças, creada para intimidar um povo que, como este, vive do trabalho e para o trabalho, dentro de um entusiasmo vigoroso e constructor, em prol da terra paranaense, que sabe amar com o devotamento de um crente, apesar dos esforços feitos pela Prefeitura para tornar ingrata e madrastra essa mesma terra tão dadiosa e boa.

A teimosia da Prefeitura em cobrar os escorchantes impostos, creados pelas suas tabellasmem a tecnica e destituídas do menor criterio tributario, chegou ao cumulo, ao pinaculo de uma verdadeira ideia fixa. Começou pelo desacato a Constituição Federal e acabou na manifesta transgressão ás ordens do proprio governo do Estado, deixando de cumprir as determinações da Secretaria do Interior que honestamente, constitucionalmente, mandou que as famigeradas tabellas fossem anoladas ás de Jatahy. Nada, absolutamente nada quiz attender a Prefeitura. Para alardear o seu pouco caso ás ordens terminantes do patriótico governo do Estado, logo que estas chegavam, espalha-

va os seus fiscaes pela cidade num esparramar inconcebível de avisos de cobrança e de ameaças de pesadas multas que iam de 20 a 50 o[ro]l Isto, quando não oco[n]tecia a ferrenha e truculenta ameaça de prisão... E, contra os que se insurgiam e zelavam pelo bom nome da administração paranaense, defendendo o povo e pedindo o cumprimento fiel ou aproximado da Constituição, o acatamento ás ordens do honrado governo do Estado, atiravase o insulto de vendidos, de renegados e da palavra tão ao sabor do vesgo bolchevismo sem idealismo do extremismo indigena, e cuja etimologia vivem esquarterando sem dó e sem piedade: imperialistas! Não contente com isso, a Prefeitura, numa ancia de destruição ás nossas normas sociais-democraticas, reunia em seus apartamentos grupinhos de quatro ou cinco pessoas, sempre as mesmas, e forçava telegrammas que eram passados em nome de varias organizações inexistentes no municipio, com o fito pueril de intimidar o digno e illustre sr. Manoel Ribas. Tais telegrammas ou communicações, sempre contrarias aos interesses de Londrina e propugnando pela ruina financeira do municipio, no apoio impiedoso dos mais elevados e injustos impostos que tem vindo a tona neste pedaço da terra cabralina, eram firmados por comités de opereta, destacando-se entre elles esse interessante gremio de «resistencia economica do Norte do Paraná», para não se mencionar outros mais pittorescos. Usou ainda a Prefeitura do nome do partido Integralista, entidade ainda não organizada no municipio, para levar o governo ao desrespeito á Constituição e ao despoivoamento desta zona. Em tudo isso, esquecia-se a Prefeitura do verdadeiro partido, ao qual era licito dizer ao governo o pensamento do povo de Londrina - do pujante Partido Social Democratico - a agremiação partidaria que conta com o apoio de todas as classes e tem a unanimidade do eleitorado.

Finalmente, exgottou-se a paciência e a boa vontade quasi evangelica, pode-se dizer, do honrado governador do Estado. Não seria mais possivel collocar a Prefeitura no caminho da Constituição e, como medida de alto interesse publico, naturalmente, removeu o Prefeito. Foi um desafogo geral para os habitantes de Londrina. Pois bem; com a noticia dessa remoção, crepitou o intuito estorsivo da Prefeitura e... centenas de avisos para pagamento do formidavel e irritante imposto sobre terrenos, foram espalhados pelas mãos prodigas dos senhores fiscaes. Recrudeceu a derrama... 150 contos de avisos...

Emquanto isso, o povo confia no governo e firma sua inquebrantavel solidariedade ao honrado sr. Manoel Ribas, governador do Estado, que não consentiu no desrespeito á Constituição Federal. De accordo com esta e enquadrados nas tabellas orçamentarias de Jatahy, serão taxados os impostos municipaes em Londrina.

Para terminar, repetimos aqui a nossa afirmação: Nada temos em Londrina contra a pessoa do Prefeito ora removido. A população em peso e com ella esta folha, insurgiu-se contra as tabellas organizadas, que desde o principio foram tidas como a sentença de morte desta rica zona paranaense. S.S. sob a impressão de um ponto de vista differente, não quiz nos prestar attenção, e o resultado ahí está nesse pavor dos que

chegaram, ante a montanha de impostos que lhes ameaçava a economia. Hoje a montanha ruuiu. O imposto não será mais um espantinho, as tabellas serão applicadas conforme a Constituição, e uma luz viva de progresso brilha de novo no sertão paranaense, atraindo, como um phanal de esperanças, os homens de outras patrias, os filhos de outras terras brasileiras.

O povo venceu; venceu sem odios, sem animosidades pessoais, respeitando a personalidade bastante digna do Prefeito removido, á revelia do qual foi determinada a ultima derrama, praticado muito acto injusto e assumido attitudes incompatíveis com a politica dominante.

**Dr. OSWALDO DIAS**  
MEDICO  
Clinica medica - Doenças de senhoras - Partos.  
Attende chamados para fora.

chegaram, ante a montanha de impostos que lhes ameaçava a economia. Hoje a montanha ruuiu. O imposto não será mais um espantinho, as tabellas serão applicadas conforme a Constituição, e uma luz viva de progresso brilha de novo no sertão paranaense, atraindo, como um phanal de esperanças, os homens de outras patrias, os filhos de outras terras brasileiras.

O povo venceu; venceu sem odios, sem animosidades pessoais, respeitando a personalidade bastante digna do Prefeito removido, á revelia do qual foi determinada a ultima derrama, praticado muito acto injusto e assumido attitudes incompatíveis com a politica dominante.

### Novo Prefeito

Attendendo o justo clamor publico, levantado contra a exorbitancia dos impostos municipaes, calculados de modo a ferir de frente a Constituição da Republica e ás determinações da Secretaria do Interior, foi removido para outro municipio, o engenheiro Joaquim Vicente de Castro, que exercia o cargo de Prefeito Municipal, sendo nomeado para substituí-lo o sr. Rosalino Fernandes, que tomou posse e entrou em exercicio no dia 31 do mez proximo findo.

Segundo estamos convencidos, o novo Prefeito, não só saberá dar cumprimento aos preceitos constitucionaes, como tambem acatamento ás ordens do governo, livrando o povo de Londrina das famigeradas tabellas orçamentarias que vinham produzindo o mais impatriótico effeito na sua obra de aniquilamento do municipio.

O enquadramento das tabellas orçamentarias nos moldes constitucionaes e a revisão do lançamento do imposto predial, feita por uma comissão de pessoas criteriosas, além da abolição do imposto sobre terrenos, vindo como uma tocia armada indignamente contra os proprietarios urbanos, é tudo quanto se pede ao illustre sr. Rosalino Fernandes, em quem reconhecemos a maxima boa von-

### Escritorio de Advocacia

**Dr. Antonio de Camargo Corrêa Ferraz**  
ADVOGADO

Incumbe-se de todos os serviços de sua profissão, com especialidade de questões de terras

Av. Rio de Janeiro

Londrina

### DESEJA VENDER?

Sítios, casas ou datas? Deseja fazer contractos agricolas ou requerimentos? Procure:

**João Menezes**

Nesta redacção

Ao publicar esse texto, o jornal Paraná-Norte se portou como um instrumento de coerção que sutilmente queria reafirmar o seu poder político. Podemos inferir que o periódico, representado por seu diretor e proprietário Coutinho, tinha como objetivo mostrar para o novo prefeito que, caso ele fizesse algo que desagradasse a burguesia londrinense poderia seguir o mesmo caminho do antigo prefeito, ou seja, de resistência ao seu mandato como prefeito.

Sobre a escolha para prefeito de Londrina, foi publicado um artigo assinado por Coutinho, intitulado de “Candidaturas”, no qual fez um alerta ao povo londrinense escolher novos candidatos nas eleições e sugeriu que eles fossem do partido P.S.D., pois era o partido que havia lutado pela saída do “antigo prefeito” (CANDIDATURAS, PARANÁ-NORTE, 14/07/1935, p. 1). Com a publicação desse texto pelo periódico, podemos ver que mesmo ao se colocar inicialmente como um jornal “neutro” politicamente, na prática o periódico se efetivou como um aliado político das autoridades governamentais, bem como atuou como um instrumento parcial em prol do partido P.S.D. O jornal atuou como um espaço de críticas e reclamações da burguesia londrinense sobre qualquer mudança no contexto local que pudesse ser contrária às expectativas do grupo dominante.

Em relação ao papel da imprensa, o periódico publicou o artigo “A nossa imprensa”, no qual afirmava que existia dois tipos de imprensa no Brasil: um grupo que louvava o Governo e aplaudia todos os atos ao ponto de dar “nojo”, e outro que fazia ataques ao Governo, o qual era considerado prejudicial à nação civilizada (PARANÁ-NORTE, 22/09/1935).

Nessa classificação jornalística, o Paraná-Norte se isentou de pertencer a qualquer um dos dois grupos e afirmou que

[...] a atitude da imprensa deve ser a de guiar o povo com tino e honradez, a de apreciar os actos governamentais com justiça, aplaudindo incentivando o que é bom, criticando em termos limpos e consenso o que está errado, e apontando com a intelligencia e o caminho a seguir. A imprensa deve ter escopo, o ser imparcial, honesta, digna do povo e da colletividade que representa (A NOSSA IMPRENSA, PARANÁ-NORTE, 22/09/1935, p. 1).

Mesmo afirmando que era um jornal imparcial, o Paraná-Norte se mostrou extremamente político-partidário e usou de parcialidade em momentos em que os interesses do jornal e da CTNP estavam em jogo. A exemplo disso, a campanha política



que o jornal Paraná-Norte fez para a eleição do primeiro prefeito de Londrina no ano de 1935.

Enquanto o processo eleitoral acontecia em Londrina, Rosalino Fernandes foi nomeado, provisoriamente, por Manoel Ribas, e permaneceu no cargo até 2 de dezembro de 1935, quando assumiu extraoficialmente o candidato do Paraná-Norte e funcionário da CTNP após ser candidato único e ganhar a eleição municipal Willie da Fonseca Brabazon Davids (1893-1944).

A eleição aconteceu no dia 12 de setembro de 1935. Dos 283 eleitores habilitados a votar, 221 compareceram às urnas. Foi eleito Willie Davids, do Partido Social Democrático, para prefeito, e mais seis vereadores para ocupar as seis vagas na Câmara (O PLEITO DO DIA 12, PARANÁ-NORTE, 22/09/1935).

Willie Davids, como era conhecido, foi eleito após Carlos Almeida desistir do pleito, dias antes, por questões pessoais. Nesse período, Almeida já havia deixado a direção do Paraná-Norte. Davids era um engenheiro que realizou seus estudos na Inglaterra e, ao regressar ao Brasil, se estabeleceu na região de Jacarezinho, onde foi prefeito, foi eleito Deputado Federal e Estadual pela região. No ano de 1932, passou a exercer o cargo de diretor técnico da CTNP (CESÁRIO, 1986).

Ao ganhar as eleições municipais, Willie Davids assumiu a prefeitura extraoficialmente, em setembro de 1935, sendo ele candidato único, mas a sua posse só aconteceu em 20 de janeiro de 1936. Ele era o candidato da CTNP e, conseqüentemente, do jornal Paraná-Norte, que fez intensa propaganda em seu favor. Esse apoio foi recompensado pelo prefeito eleito que escolheu Adriano Marino Gomes, genro de Coutinho, para o cargo de secretário da prefeitura de Londrina. Gomes auxiliava Coutinho nas edições do Paraná-Norte, mas, na data de 15 de dezembro de 1935, ele deixou a redação do jornal para assumir o cargo ofertado por Davids e George F. Coutinho, filho de Humberto Coutinho, assumiu o lugar de Gomes na redação do jornal (PARANÁ-NORTE, 15/12/1935, p. 3).

A administração de Willie Davids como prefeito recebeu intenso apoio do jornal e de seus redatores durante o período em que Coutinho era o proprietário. Todas as ações em prol do progresso e desenvolvimento de Londrina eram publicadas no jornal. Constantemente Willie Davids recebia homenagens da sociedade londrinense, fosse pela passagem do seu aniversário ou pelas obras realizadas. Sua parceria com a empresa CTNP

era perceptível, ao ponto de Coutinho (1959) afirmar que Willie Davids e Arthur Thomas, diretor-gerente da Cia. eram grandes amigos.

Willie da Fonseca Brabazon Davids ocupou por 12 anos o cargo de gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná em Londrina, até 1942, quando adoeceu e foi substituído nesse posto pelo engenheiro Aristides de Souza Mello. É justo assinalar não apenas os laços de amizade que uniram Willie Davids à Companhia, mas também a continuidade proporcionada ao profícuo trabalho pelo seu sucessor, que o seguiu no ritmo de atividade e na inspiração idealista, fazendo-se também credor dos maiores reconhecimentos (COMPANHIA E MELHORAMENTOS, 1975, p. 116).

Mesmo com o apoio da burguesia londrinense, em 1940, Willie Davids foi afastado do cargo pelo interventor Manoel Ribas, por ter sido acusado por opositores de se apropriar do dinheiro público. Outra questão apontada pelos opositores foi que enquanto prefeito Willie Davids continuou exercendo cargo de Diretor técnico na CTNP, o que facilitou os possíveis desvios de dinheiro público. O desvio foi supostamente praticado por seus funcionários mais próximos, dentre eles, Adriano Marino Gomes, genro de Humberto Puiggari Coutinho, proprietário do Paraná-Norte.

Como apresentado, anteriormente, Willie Davids se relacionava com a Companhia, inclusive já havia sido um de seus diretores. O enfraquecimento político de Davids dizia respeito à dúvida de sua nacionalidade anunciada, desde 1938, pelo opositor Vicente de Castro e, sobretudo, pelo estado de calamidade encontrado em Londrina no setor viário – com lastimável conservação das ruas e estradas de rodagem –, na existência de muitos casos de tifo e maleita e nos impostos recolhidos deixados de serem escriturados (CAMARGO, 2018, p. 65).

O Paraná-Norte se calou sobre a denúncia contra Willie Davids e saiu em sua defesa, publicando vários artigos sobre seu “bom trabalho” e sua “honestidade”. Entretanto, não fez menção aos demais envolvidos na denúncia, em especial ao genro de Coutinho.

Sobre o afastamento de Willie Davids, o periódico afirmou que ele sairia em licença, em caráter transitório, o que nos fez pensar que o jornal tinha a esperança de Willie Davids retornaria ao governo de Londrina.

A administração de Willie Davids havia sido questionada pela má conservação das estradas da região, pelo descaso com a saúde dos moradores da região e o mais grave que fora sobre impostos recolhidos e não escriturados. Tais assuntos foram noticiados em

jornais da capital paranaense. Diante da denúncia, Manoel Ribas instaurou uma comissão de investigação que após o trabalho concluído indicou o afastamento do prefeito de Londrina e dos funcionários envolvidos (ARIAS NETO, 2008).

Figura 8: Aviso sobre a saída de Willie Davids do governo londrinense

Srs. Santiago Gomes & Comp.

**ASSIGNATURAS**  
Por anno 20000  
Por semest. 12000  
Pagamento adiantado

# Paraná - Norte

DIRECTOR-PROPRICIARIO  
**H. PUIGGARI COUTINHO**

GERENTE  
**CANDIDO ANTUNES**

Esta folha não aceita, mesmo como materia paga, artigos ou escriptos em linguagem menos digna.

---

ANNO VI

LONDRINA (ESTADO DO PARANÁ), 26 de Maio de 1940.  
(E. F. S. Paulo-Paraná)

NUMERO 293

---

## Dr. Willie Davids

Com caracter transitorio, de licença, afastar-se-á da direcção do governo da cidade o dr. Willie Davids.

Nós, que coparticipamos das luctas inevitaveis e das opiniões dispares que a administração de qualquer mortal não pôde evitar, nós, que acompanhámos de perto a obra do nosso grande Prefeito, pelos elementos que dispomos, pelos dados com que já jogamos e pela voz unizona que corre pelas ruas, que se aninha nas conglo merações populares, podemos, com assertiva cathorica, declarar que raramente um homem publico tem a felicidade de ser considerado e prezado pelo seu povo, como o é o Dr. Willie Davids.

De todas as bocas, um só juizo: — Prefeito honesto, probo, bondoso e trabalhador.

É justo, justissimo, o descaço que vai gosar o dr. Willie Davids. Do seu retiro, poderá contemplar com orgulho, com satisfação, e com indizivel jubilo intimo, a sua obra:— Londrina.

citado alemão contra as forças aliadas.

O delegado regional tomou immediatas providencias para evitar a repetição de semelhante facto, tendo prohibido quaesquer discussões publicas em torno da guerra.

### Fala o presidente do Mexico

O presidente da republica mexicana, general Cardenas, declarou aos jornalistas que os rumores propalados sobre a existencia de uma "quinta columna" no Mexico, são falsos. Taes noticias foram divulgadas visando manobras politicas internas e externas.

### Rádios PHILIPS

e de outras marcas, novos ou usados.

É de seu proprio interesse, antes de comprar um radio, conhecer os do nosso stock.

**PREÇOS REDUZIDOS**

**FACILIDADE DE PAGAMENTO**

**Estabelecimento de Vendas FORD**

João B. Gurgel Píamel

AVENIDA PARANÁ—Esquina da rua Matto Grosso

---

### Cel. Sylvio Van Erven

Tivemos, a 22 do corrente, a honrosa visita do cel. Van Erven, nosso illustre collega da "Expansão Economica" e de "O Dia", órgãos da imprensa da capital do Estado.

### Dr. Ludovino Pinto Valada

CIRURGIÃO DENTISTA

Pivots, Bridgs, Dentaduras Anatomicas

**Cirurgia dos maxillares**

**Consultorio: RUA MATTO GROSSO, 676**

LONDRINA—Estado do Paraná

### Tremor de terra na capital do Perú

Telegrammas de Lima, informam que ás 10,30 horas do dia 24 deste occorreu naquella cidade violento tremor de terra.

O phenomeno, que teve duração de um minuto, causou a destruição de diversas casas.

Ao que se informa ha muitos mortos e feridos, reinando um ambiente de grande confusão.

---

### Corpus Christi

Realizou-se dia 23, quinta-feira p. passada, a procissão de Corpo de Deus, que percorrendo o itinerario previamente estabelecido, recolheu-se pelas 6 horas da tarde, tendo sido, á frente da igreja, dada benção ao povo, que sempre fervoroso compareceu em massa áquella acto religioso.

### REQUERIMENTOS?

NESTA REDACÇÃO

### Executivo Municipal

Tendo o Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids, pedido licença, acaba de ser nomeado chefe do executivo municipal de Londrina, o sr. Capitão Custodio Rapozo Netto, official da Força Publica do Estado, e que tem relevantes serviços prestados á sua digna classe, e tambem ao governo do Estado, tendo exercido o cargo de Prefeito em varios municipios paranaenses.

---

### Cia. de Terras Norte do Paraná

São convidados os senhores acionistas para a Assembléa Geral Ordinaria, a realizar-se no dia 28 de Junho proximo, ás 16 horas, na sede social, em Londrina, deste Estado. A assembléa deverá tomar conhecimento do relatório da Directoria, do parecer do Conselho Fiscal e deliberar sobre o balanço e contas do anno findo; eleger fiscaes e suplentes e fixar os honorarios da Directoria e fiscaes, de accordo com os estatutos sociais. Aham-se, desde já, á disposição dos acionistas os documentos a que se refere o artigo 147 do decreto de consolidação das leis sobre sociedades anonimas.

Londrina, 26 de Maio de 1940.

## A GUERRA NA EUROPA

Annunciam de Estocolmo que está travada uma violenta batalha em Bjoernell, na estrada de ferro de Kiruna a Narvik, perto da fronteira da Suecia com a Noruega. Não se conhecem ainda d-talhes desta batalha.

Os allemães fizeram descer alguns paraquedistas em Narvik e o embaixador da Suecia em Berlim visitou hontem o Ministerio das Relações Exteriores do Reich para apresentar o protesto do seu governo a proposito dos vôos de aparelhos allemães sobre territorio succo.

Fontes militares britannicas revelam que a cidade de Boulogne-sur-Mer está em poder das forças allemãs.

Informam de Paris que as forças aéreas aliadas atacaram e destruíram grande parte de uma columna motorizada alemã, que se dirigia para o mar, seguindo a margem septentrional do rio Somme.

O alto commando das forças do Reich annunciou a occupação da cidade de Tournai, na Belgica, pelos allemães, acrescentando que as forças germanicas romperam a linha fortificada do Escalda e avançaram pela margem occidental, até atingir a margem do Lys.

Após a retomada de Arras, os franceses lançaram-se furiosamente contra os allemães, desencadeando uma offensiva, cooperando a infantaria, a aviação e carros de assalto, ao longo de uma frente de trinta kilometros, entre Valenciennes e Cambrai no vale do Escalda. O communicado official da noite dizia que continuava a luta ao norte da França e na Belgica.

Os aliados, ao que parece, procuram isolar, naquella região, os allemães que operam no oeste e noroeste, separando-os do corpo principal das forças adversarias. Essa operação foi iniciada com a reconquista de Arras.

A situação, de um modo geral, parece ter melhorado nos ultimos dias para os aliados. As posições das forças sob o commando unico do general Weygand vão-se firmando ao longo do novo "front" de duzentas milhas, que se estendem através do norte da França, pelos rios Somme e Aisne, onde os allemães fizeram a sua arrancada em direcção-a Paris e Canal da Mancha.

---

DOENÇAS INTERNAS DE CRIANÇAS E ADULTOS

**Clinica geral**

Vias urinarias e syphilis

**Dr. M. Tourinho**

Fonte: Jornal Paraná-Norte, edição nº 293, de 26/05/1940.

Willie Davids nunca retornou ao cargo de governante de Londrina e, no dia 8 de março de 1942, o jornal Paraná-Norte noticiou que o ex-prefeito, juntamente com sua esposa, estavam de mudança para São Paulo para tratamento médico. Muitas foram as homenagens realizadas em prol do ex-prefeito pela sua mudança, todas elas divulgadas no Paraná-Norte.

Após estabelecer residência em São Paulo, Willie Davids continuou presente na história de Londrina e na memória dos londrinenses, pois o jornal Paraná-Norte sempre lembrava de homenageá-lo em datas comemorativas, exaltando suas ações enquanto esteve à frente da prefeitura municipal de Londrina. Entretanto, a saída de Willie Davids da prefeitura de Londrina contribuiu para o enfraquecimento do poder político da CTNP em Londrina, que foi vendida a um grupo de brasileiros no ano de 1944.

Willie Davids faleceu em São Paulo no dia 10 de junho de 1944. No dia 18 de junho do mesmo ano foi publicado um texto, na capa do periódico, noticiando o acontecido. De acordo com o texto, o ex-prefeito afastou-se de suas funções sociais, devido a uma enfermidade que o impossibilitou de continuar a governar a cidade e a dirigir a CTNP (WILLIE DAVIDS, PARANÁ-NORTE, 18/06/1944, p. 1). O Paraná-Norte silenciou as acusações sofridas pelo ex-prefeito, bem como o real motivo por ele e sua equipe de governo ter sido afastada da administração pública de Londrina.

Nesse período, Coutinho já não era mais o proprietário do jornal, pois em 18 de janeiro de 1942, o jornal Paraná-Norte passou a ter como proprietário o advogado José Hosken de Novaes e seu amigo Dário Ferreira Junior, ambos foram responsáveis pela publicação do periódico pelos anos de 1942 a agosto de 1944. Em se tratando de política, o jornal seguiu com o apoio ao mesmo grupo político que estava no poder.

Na edição do dia 1 de março de 1942 foi publicado na seção “Editais, avisos e declarações” um pequeno texto intitulado “Campanha do alumínio”, no qual havia a afirmação de que Londrina estava contribuindo para a doação de alumínio para as armas do Brasil, uma vez que foram entregues à prefeitura do município, 2,5 kg de alumínio que estava na redação do jornal<sup>21</sup>.

Meses depois, sob o título “Metal para a Pátria” o jornal noticiou que as damas da sociedade londrinense estavam arrecadando alumínio e metais para o Brasil (PARANÁ-

---

<sup>21</sup> A campanha do alumínio fez parte de um conjunto de ações que o governo Vargas fez com o objetivo de arrecadar junto à população alguns metais que pudessem ser utilizados como matéria prima na produção de armamentos em preparação para a Segunda Guerra Mundial (SILVA; CHAGAS, 2016).

NORTE, 30/08/1942). Textos nesse teor foram reincidentes no periódico, e tais publicações tinham como possível objetivo demonstrar que os londrinenses eram patrióticos e defendiam as causas nacionais, contribuindo com o desenvolvimento e com o armamento do país.

Um artigo exaltando as ações de Manoel Ribas como Interventor do Paraná foi publicado na edição de 12 de abril de 1942. De acordo com o texto que ocupou a página toda do jornal, Manoel Ribas era conhecido no Brasil todo pela administração realizada no Paraná, sendo citado como “[...] um cidadão de extraordinárias virtudes cívicas” (MANOEL RIBAS, PARANÁ-NORTE, 12/04/1942, p. 3).

Esse texto foi publicado no intuito de prestigiar Ribas pelo seu trabalho junto ao Paraná, visto que havia autorizada a construção de uma ponte na região norte do Estado, entre Londrina e Jataí, cidade próxima à Londrina.

Getúlio Vargas foi homenageado pela passagem de seu aniversário na data de 19 de abril de 1942. No texto, há a afirmação de que Vargas havia surgido num período de descrença da nação ao governo e a política, num tom ufanista o jornal Paraná-Norte exaltou a pessoa de Vargas como tendo sido o “salvador” da pátria. Vejamos parte do texto:

Subordinando todos os interesses individuais ao bem comum, ao interesse da Pátria, educando as classes nos princípios da organização corporativa, usando de uma autoridade forte, limitada pelos postulados já consagrados do direito e pelas inspirações de uma superior Justiça, o atual Presidente da República do Brasil, restabeleceu a ordem, a disciplina, moralizou a administração, garantiu e valorizou o trabalho, injetou no sangue moço da mocidade a chama sagrada do amor à Pátria, e prepara, com paciência, tenacidade e segurança, as forças armadas que hão de assegurar a nossa soberania e a nossa capacidade de auto-determinação. Por isso cheio de gratidão e reconhecimento, o povo brasileiro dignamente se ajoelha hoje ante ao altar da Pátria, na sublime consagração de seu Salvador (O DIA DO PRESIDENTE, PARANÁ-NORTE, 19/04/1942, p. 1).

O jornal buscou, por meio de publicações, em apoio ao governo, contribuir com a construção da nacionalidade brasileira, por isso defendeu as ações políticas do Estado Novo e do chefe de Estado, Getúlio Vargas.

Em cada data comemorativa que remetesse de alguma forma ao progresso do Brasil, o periódico se posicionava como um instrumento político formador de opinião. Situação essa que ocupava a capa do jornal para noticiar as comemorações do dia 15 de

novembro, data da Proclamação da República, aniversário de Getúlio Vargas, dentre outras.

No dia 1 de maio de 1938 foi noticiada a Inauguração do retrato do Getúlio Vargas no município de Londrina. A inauguração foi recebida como um evento importante pelos moradores da região (PARANÁ-NORTE, 1938, p. 4).

Diante da atuação do Paraná-Norte na política local, podemos inferir que envolvimento do jornal com a política contribuiu para que ele se tornasse um instrumento mediador dos interesses locais, em prol do progresso da região. Ao apoiar o poder político instituído, o jornal Paraná-Norte, por meio de seus proprietários, teve acesso ao espaço político local e estadual, o que contribuiu para que Londrina e região se beneficiassem de alguns investimentos por parte do poder público. Podemos dizer que foi uma via de mão dupla, ao mesmo tempo o jornal se tornou um aliado político dos governos municipal, estadual e federal, e em troca angariou apoio dos moradores da região a eles.

As ações feitas pela Companhia em prol da construção de ruas e estradas, na oferta de esporte e lazer faziam parte do projeto capitalista da CTNP para atrair compradores para a região norte do Paraná. Como parte desse projeto, os investimentos em educação, em Londrina e região, ganharam destaque nas edições do periódico, conforme veremos a seguir.

## **4. EDUCAÇÃO COMO PARTE DO PROJETO “COLONIZADOR” EM LONDRINA E REGIÃO**

No período de formação de Londrina e região, as propagandas impressas em jornais e panfletos percorreram várias regiões do Brasil alcançando outros países. Palavras como progresso e desenvolvimento eram utilizadas pela CTNP como atrativos para a promissora região.

Assim que o jornal Paraná-Norte foi criado, no ano de 1934, ele se tornou um aliado da CTNP ao fazer a divulgação do projeto de colonização planejada da região Norte Novo do Paraná. Para isso, utilizou a sua condição de veículo de comunicação para promover o empreendimento da Cia., bem como para se colocar como um porta-voz da sociedade londrinense, ao reivindicar dos governos municipal e estadual investimento que contribuísse com o crescimento e progresso da região. Dentre as reivindicações feitas, estava a necessidade de espaços educacionais na região sob o discurso de formar de pessoas civilizadas, entretanto, o que de fato ocorreu foi a manutenção da ordem vigente. Sendo assim, nessa seção discutiremos a concepção de educação, progresso e civilidade presentes no jornal Paraná-Norte no período de 1934 a 1944.

### **4.1 “Progresso” e “desenvolvimento” nas páginas do jornal Paraná-Norte**

A palavra “progresso” está atrelada ao Liberalismo, entendido como um conjunto de ideias e concepção construído por pensadores ingleses e franceses durante o século XVII e XVIII, tendo como base cinco princípios: individualismo, liberdade, propriedade privada, igualdade e democracia (CUNHA, 1986).

O conceito de progresso teve maior ênfase no Ocidente, no século XIX, com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Essa palavra adentrou ao século XX permeada por significados econômicos e capitalistas, estando atrelada ao crescimento, mudança, avanço, melhoria e desenvolvimento (DUPAS, 2006).

No Brasil, a Primeira República, envolta por princípios liberais, aderiu à onda de progresso que circulava por países europeus que viam no desenvolvimento urbano condições para o progresso almejado.

Para os republicanos liberais, o progresso seria alcançado por meio do crescimento econômico, mas sem eliminar o privilégio da classe dominante. A relação entre as classes sociais, a maneira como uma sociedade produz o material são fatores determinantes para a organização social e política. Nesse aspecto, no Brasil, o termo progresso foi relacionado à produção econômica e a transformação social (SALLES, 1986).

Os fundamentos acerca do progresso e desenvolvimento do Brasil que tiveram início na Primeira República ganharam espaço na Era Vargas que relacionou o progresso ao desenvolvimento econômico, e o desenvolvimento econômico relacionado ao trabalho. Nesse aspecto, o jornal Paraná-Norte, ao divulgar o progresso na região, apresentava alguns elementos simbólicos do desenvolvimento, como construções e aumento populacional.

A palavra “progresso” apareceu mais de cem vezes no jornal Paraná-Norte no período de 1934 a 1944, sendo que nos anos de 1935 e 1936, foi escrita no periódico cerca de 50 vezes, isso sem considerar os folhetos de propaganda da CTNP publicados em todas as edições do jornal, nos quais o progresso era destacado. Vemos, com isso, que o jornal, por meio da divulgação de uma cidade “progressista e desenvolvida”, teve o intuito de atrair mais compradores de terras para a região, especialmente nos primeiros anos da década de 1930, bem como “inculcar” na população local preceitos morais disfarçados de aspectos civilizatórios.

Londrina, nos primeiros anos de sua formação não possuía os elementos mínimos de uma região desenvolvida para o período, mas possuía o discurso de uma cidade próspera e em processo de desenvolvimento.

O progresso é sempre o produto de uma construção social, mas o caminho para ele não é nem pacífico, nem linear; é um processo de tentativa e erro em que os agentes carecem da capacidade de prever com razoável precisão as consequências de suas ações; é um processo conflituoso nos níveis individual, grupal e de classe social, no qual os conflitos são resolvidos, às vezes, pelo encontro de uma terceira alternativa que atende aos dois lados, mas geralmente pelo uso da força ou por meio de compromissos políticos (BRESSER PEREIRA, 2014, p. 39).

Conforme o explicitado pelo autor, percebemos que o “progresso” na região de Londrina nos primeiros anos aconteceu via de acordos políticos, inclusive com a participação do jornal Paraná-Norte como ator desse processo. O primeiro acordo foi entre o governo brasileiro e a CTNP, para a colonização planejada da região. Outros acordos,



como a melhoria nas estradas, construções de escolas, dentre outros, foram feitos de maneira informal entre os governos instituídos e os moradores da região, os quais tinham a CTNP na pessoa de Willie Davids, que era prefeito e funcionário da Cia. e o jornal Paraná-Norte que funcionava no mesmo local, onde era sede do diretório político do P.S.D., como porta-vozes do progresso tão almejado na região.

A ideia de progresso ligada a noção de trabalho é também uma das marcas do jornal neste período, vinculado ao contexto histórico da região norte do Paraná, em finais dos anos vinte e início dos anos trinta, marcados pela ocupação e exploração das terras por companhias privadas, pela integração da região no desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pela busca de legitimação dos grupos dominantes (LEITE, 2013, p. 7).

Podemos verificar que, nos primeiros anos de circulação do Paraná-Norte, as publicações deram ênfase ao rápido “desenvolvimento” da região, bem como enfatizaram a palavra progresso relacionada ao trabalho e esse, por sua vez, relacionado ao desenvolvimento econômico da região, a partir de uma concepção capitalista.

Como importante financiadora, a CTNP investiu em intensa propaganda para divulgar as terras promissoras e o “progresso” da região. Para isso, o periódico disponibilizava o espaço da página 4 (última página) para as propagandas da Cia. Além da utilização do jornal como instrumento propagador, contratou vendedores que foram espalhados pelo Brasil, especialmente para os estados de São Paulo e Minas Gerais, levando as boas novas sobre a Nova Canaã, onde tudo o que se plantava, nascia numa terra sem formiga saúva.

Os destaques ao “trabalho” e ao “progresso” foram utilizados pelo jornal como atrativos para a vinda de imigrantes e outros trabalhadores de diversas cidades e estados para Londrina, destacando como recompensa a estadia na “terra da promessa” e a riqueza (LEITE, 2013, p. 6).

As propagandas alcançaram várias regiões, pois a Cia. investiu em propagandas via rádio e utilizou de toda a possibilidade de divulgação que existia na época. A repercussão da propaganda fez com que muitos do exterior e do Brasil sonhassem com a possibilidade de fazer fortuna no “Eldorado” paranaense (LEME, 2013).

A CTNP investiu na imagem de uma cidade desenvolvida e progressista, por isso atuou nos mais diversos espaços sociais. Após a instalação do escritório da empresa no ano

de 1929, iniciou a construção do primeiro hotel da região. O Hotel Campestre, construído em 1930, serviu para abrigar os visitantes e possíveis compradores das terras da região, bem como para a realização de bailes e festas (HOFFMANN; PIVETA, 2009).

A CTNP organizou uma estrutura que possibilitava aos possíveis proprietários condições para conhecerem as terras da “promissora” região. Nesse processo, a fundação do jornal Paraná-Norte representou a oportunidade de divulgar o progresso da região. Logo, o periódico procurou mostrar o desenvolvimento de Londrina, ao publicar notícias sobre investimentos na urbanização, aumento populacional, e benfeitorias da Cia. e do poder público vigente, bem como a construção de escolas na região.

O interesse da Cia na venda das terras e obtenção de lucro rápido pode ser identificado através dos documentos e materiais de divulgação propagandísticos produzidos pela CTNP, com distribuição tanto no Brasil quanto no exterior. As propagandas produzidas em panfletos, jornais e revistas, enfatizavam a riqueza e a fertilidade das terras roxas, livres de saúva, além de ressaltar a cidade de Londrina, sua sede, como uma cidade progressista, como melhor lugar para se morar e viver (ADUM; LEITE, 2012, p. 211).

Nos primeiros anos de circulação, o jornal Paraná-Norte esteve vinculado à política econômica da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Por esse motivo, o periódico foi utilizado como instrumento de propagação das atividades colonizadoras da Cia., sob um discurso histórico de uma empresa “benfeitora” que colonizou uma região de mata virgem e de vazio demográfico. Discurso esse, presente em várias edições do jornal, sobretudo nas propagandas reproduzidas na última página do periódico que tinha o objetivo de divulgar, por meio de intensa propaganda no Brasil e no exterior, a fertilidade das terras e o progresso da região (TOMAZI, 1997).

A primeira edição do jornal Paraná-Norte, publicada no dia 9 de outubro de 1934, trouxe estampado na capa o texto intitulado “Paraná-Norte”, no qual anunciava os objetivos do jornal. Posteriormente, foi publicado o texto “Londrina”, em que o jornal afirmava que, em 1929, não havia casa alguma em Londrina; no ano de 1930 havia apenas a casa do Cia.; no ano de 1931, sete casas foram construídas; ao final de 1932 havia 150 casas; em 1933, 400 casas e, em outubro de 1934, havia 554 casas (LONDRINA, PARANÁ-NORTE, 1934). Com essa publicação, o jornal tinha o objetivo de divulgar o crescimento da região, no intuito de atrair mais compradores para as terras da CTNP.

O artigo assinado por Dr. Antônio Camargo Correa Ferraz, sob o título “Progresso de Londrina”, exaltava Londrina por meio do relato dos primeiros moradores que eram constantemente lembrados pelo jornal como aqueles que desbravaram a região de mata inabitada, transformando-a em uma promissora civilização, permeada pelo progresso.

O esforço humano, mesmo fora da grandiosidade das conquistas das artes e da ciência, produz também as suas maravilhas por estes sertões brutos, em cujos trilhos tortuosos e inseguros dos servicolas, a civilização vae deixando as pegadas indeléveis do progresso (NORTE DO PARANÁ, PARANÁ-NORTE, 1934, p. 1).

Na mesma edição, foi publicada uma propaganda de divulgação pela CTNP sobre o desenvolvimento de Londrina, enaltecendo as atividades da Cia. que, em 4 anos, conseguiu que Londrina tivesse 10 mil habitantes, o que demonstrava o sucesso do empreendimento imobiliário.

Notícias como a elevação de Londrina a município, em 1934, ganhou destaque nas edições do Paraná-Norte. O periódico fazia menção a cada inauguração de comércio, a cada escola aberta e a cada novo estabelecimento inaugurado, simbolizando o “progresso” por meio do desenvolvimento econômico e habitacional da região.

No primeiro dia do ano de 1935, a edição do Paraná-Norte publicou que Londrina possuía 550 prédios, dentre os quais, havia farmácias, escolas, casas comerciais, hospitais, igrejas e hotel. A palavra “progresso” apareceu várias vezes nessa edição (PARANÁ-NORTE, 01/01/1935).

João Alfredo de Menezes assinou um artigo intitulado “Um futuro que já se tornou presente”, no qual elogiava o clima da região e as terras produtivas, afirmando que a cidade havia progredido rapidamente, e que atraiu pessoas de todas as nacionalidades. Esse artigo dividiu espaço na capa do jornal com o texto “O Norte do Paraná”, que exaltou o progresso da região, dando destaque ao fato de Londrina ser uma cidade nova e ter uma arrecadação de valor significativo (MENEZES, UM FUTURO QUE JÁ SE TORNOU PRESENTE, PARANÁ-NORTE, 01/01/1935).

Ao mesmo tempo em que o Paraná-Norte divulgava o progresso da região, ele era utilizado como um espaço de crítica às ações consideradas impeditivas do progresso em Londrina. Sobre isso, no dia 17 de fevereiro de 1935, com o título “Pequenas causas, grandes efeitos”, foi publicado na capa, um artigo criticando o poder público londrinense, na época representado pelo prefeito Joaquim Vicente de Castro, indicado por Manoel Ribas, pela promulgação de uma lei que exigia a construção de muros e calçadas na cidade.

De acordo com o texto, essa lei atrapalharia o “progresso” de Londrina pelo fato de que, tanto na região urbana, quanto na área rural, havia os menos favorecidos que não conseguiriam cumprir a lei; outra questão mencionada era que a construção de muros e calçadas elevariam o valor do aluguel dos imóveis. Por isso, o periódico solicitou ao governador do estado, o Sr. Manoel Ribas, que atenuasse a lei em Londrina para não atrapalhar o progresso da cidade (PARANÁ-NORTE, 1935, p. 1).

Sobre folhetos de propaganda, na edição de 12 de maio de 1935, na última página do jornal, foi publicada a propaganda da Cia. com a seguinte frase em destaque: “O progresso avança e se avanta em toda a gleba da Companhia de Terras Norte do Paraná”. Esse tipo de propaganda fazia referência à construção da estrada de ferro que ligaria Londrina ao Paraguai<sup>22</sup>.

Ao considerar que a região norte do Paraná tinha uma produção agrícola significativa, a construção de uma estrada férrea significava o caminho para a prosperidade, pois toda a produção poderia ser escoada para capitais, e a Cia. utilizaria dessa obra para divulgar o desenvolvimento e o progresso da região aos futuros compradores.

As propagandas da CTNP obtiveram sucesso e o aumento populacional da região de Londrina foi relatado pelo Paraná-Norte. Nos anos de 1935 e 1936, a palavra “progresso” esteve atrelada ao aumento de construções de casas e ao aumento de habitantes na região. Sobre isso, o jornal publicou, na data de 19 de abril de 1936, o censo local, no qual a cidade de Londrina tinha 3.305 habitantes. Do total de moradores, 2.655 eram brasileiros; 129 italianos; 126 alemães; 100 espanhóis; 85 portugueses; 84 japoneses; 27 russos; 23 poloneses; 22 sírios; 22 tchecos-slovacos; 22 húngaros; 11 austríacos; 10 suíços; 5 ingleses; e 3 norte-americanos (LONDRINA ACTUAL, PARANÁ-NORTE, 19/04/1936, p. 2).

Constantemente o jornal publicava dados informando a quantidade de moradores e habitações em Londrina, sempre enfatizando o “progresso” rápido da região. Para isso, contribuía com as propagandas da Cia., ao apresentar Londrina como uma região próspera e acolhedora de todas as nacionalidades. Entretanto, há relatos e estudos comprovando que não havia essa total cordialidade entre todos os moradores de Londrina.

---

<sup>22</sup> A partir de 1942, as propagandas passaram a ocupar apenas meia página do jornal e, no ano de 1944, com a venda da CTNP a um grupo de brasileiros, a Cia. deixou de patrocinar o Paraná-Norte.

Assim, no primeiro Processo, que acusa um imigrante alemão de agredir seu inquilino (imigrante polonês), o réu foi absolvido por falta de provas devido a “*falhas processuais*”<sup>23</sup>. E mais, por envolver imigrantes, chama a atenção para outro aspecto, ou seja, para o “silêncio” de muitos imigrantes instalados em Londrina. Pois, outros Processos, que envolvem imigrantes estrangeiros, falam destes dentro de certos sentidos necessários para a construção da ideologia do progresso, para que não signifiquem fora destas formações discursivas (ALMEIDA; BOLOGNESI, 2003, p. 196).

Conforme já apresentado, o jornal Paraná-Norte evitou publicar notícias que pudessem “manchar” a imagem de Londrina como a “terra da promessa”, especialmente quando se tratava de notícias sobre furtos, roubos e assassinatos. Esse silêncio se deu em prol de não prejudicar a venda de terras da região, o que atrapalharia o projeto capitalista da empresa colonizadora.

O jornal afirmava que todos os moradores trabalhavam em prol de um ambiente perfeito. Após a análise de várias edições do periódico, pudemos perceber que a proposta do jornal como expressão de negação de uma sociedade dividida em interesses antagônicos de classes. Nesse sentido, a harmonia era indispensável em regiões de expansão do capitalismo (CESAREO; ALMEIDA, 2009).

Estampado na capa da edição de 7 de junho de 1936, foi publicado o texto intitulado “O nosso progresso”, o qual afirmava que Londrina, no início, era deserta, coberta de mata, mas com o avanço do progresso, as matas foram recuadas e as estradas, abertas, o que constituía um sinal de que Londrina estava prosperando (O NOSSO PROGRESSO, PARANÁ-NORTE, 07/06/1936, p. 1).

No cenário de progresso construído pelo Paraná-Norte, os “primeiros moradores” de Londrina eram frequentemente enaltecidos pelo jornal. Em algumas edições eles foram comparados a desbravadores do “sertão inabitado”. Trata-se de uma versão histórica contestada por vários estudiosos do tema, conforme já discutido neste trabalho.

A qualidade das terras férteis e o progresso de Londrina sempre apareciam nas edições do jornal. Em um texto publicado no jornal, havia a afirmação de que o progresso de Londrina era visível a todos, o que fazia com que pessoas viessem de outras cidades para conhecer esse pedaço de terra no qual os seus habitantes não se abatiam pelo desânimo; ao contrário, eram confiantes no futuro da cidade.

---

<sup>23</sup> O Processo em questão referia-se a um processo criminal disposto nos Autos da 1ª Vara da Comarca de Londrina no período da colonização planejada de Londrina.

O progresso aqui se avulta dia a dia. Onde hontem era pura matta, sertão profundo e deserto, hoje cidades, villas, lindas fazendas e sítios prósperos, com magnificas estradas de rodagem [...] todos trabalham, formando o mais poderoso e o mais perfeito ambiente de colaboração coletiva para um porvir deslumbrante (O NOSSO PROGRESSO, JORNAL PARANÁ-NORTE, 07/06/1936).

Meses depois dessa publicação, o jornal noticiou a ida de uma caravana de estudantes do curso de engenharia de Curitiba para Londrina, que foram à Londrina para ver a civilização e o progresso da região. Os alunos estavam interessados em conhecer o processo de colonização planejada pela CTNP (CARAVANA DE ESTUDANTES, PARANÁ-NORTE, 20/09/36, p. 2).

O interesse de outras regiões pelo empreendimento da CTNP em Londrina só foi possível devido as propagandas feitas pela imprensa, que enalteceu o projeto de “colonização” privada na região.

Observamos que, no ano de 1936, várias foram as publicações sobre as construções de casas e comércios em Londrina, símbolos de progresso e civilidade.

A década de 1930 foi significativa para o processo da colonização planejada em Londrina e região. Nesse período, foi divulgada a ideia de que em Londrina:

A infraestrutura da cidade estava razoavelmente atendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná: ruas estavam abertas, praças demarcadas, abastecimento de água, energia elétrica e telefonia instalados. Carroças, carros, ônibus e caminhões trafegavam pelas ruas e estradas rurais. As etnias se agrupavam e criavam associações para a preservação de suas culturas. As comunicações estavam estruturadas: telefonia e correios estavam em atividades. Já existia, inclusive, um jornal semanal, o Paraná Norte (BONI, 2004, p. 102).

Para fazer jus ao título de cidade progressista, a CTNP investiu em infraestrutura básica. No ano de 1933, foi construído um pequeno hospital da CTNP para atender os funcionários da Cia., o qual foi nomeado pelos moradores de “Hospitalzinho” e, sempre que possível, prestava atendimento aos moradores de Londrina, especialmente porque, no processo da colonização planejada, Londrina pertencia a uma região de florestas com muitos insetos portadores de febre amarela e de malária. “Portanto, do ponto de vista da natureza, com as endemias e a precariedade das instalações de esgotos e poços de água, o ambiente tornava a situação propícia para o surgimento de doenças” (OBERDIEK, 2008, p. 57).

Com o passar dos anos, o “Hospitalzinho” se tornou pequeno e não conseguia atender a toda a população de Londrina e região. Assim, o Paraná-Norte fez intensa propaganda para a construção de outro hospital, nomeado de “Santa Casa de Misericórdia de Londrina”, inaugurado no dia 7 de setembro de 1944.

A presença de um hospital maior em relação ao hospital da Cia. significava que Londrina havia alcançado progresso e desenvolvimento, por isso necessitava da ampliação desse serviço. O Paraná-Norte se posicionou favorável à construção. “[...] E esperamos ser atendidos. Londrina sem um hospital, desmente tudo quanto se possa dizer do seu progresso, do seu desenvolvimento, de sua cultura, dos sentimentos de humanidade de seus habitantes” (TODAS AS CLASSES SOCIAIS, PARANÁ NORTE, 15/10/1939, p. 1).

Outra questão que merece destaque diz respeito à imagem que a CTNP desejava mostrar aos possíveis compradores das terras.

Uma cidade esteticamente bem apresentada e com moradores saudáveis servia como um cartão de visita aos brasileiros e estrangeiros que vinham para Londrina conhecer a tal terra produtiva que a CTNP divulgava nos cartazes de propaganda de venda de terrenos (HOFFMANN, PIVETA, 2009, p. 33).

Nesse sentido, o Paraná-Norte amenizou as situações sobre doenças causadas pelas condições geográficas e biológicas da região, como a malária, por exemplo, que castigou a região nos primeiros anos de sua formação.

Desde meados do ano de 1940, o Hospitalzinho passou a ter dificuldades para manter os serviços de assistência gratuita à saúde. O fato se agravou com uma epidemia de malária, em março de 1941, quando eram dispensados, diariamente, inúmeros flagelados por falta de condições de lhes prestar o mínimo socorro (ALVES, 2012, p. 87).

Mesmo em situações difíceis, como no caso das doenças, o Paraná-Norte contribuiu para construir a imagem de uma Londrina acolhedora e próspera, em que as dificuldades com a falta de estrutura poderia ser superada por meio do trabalho, o que faria com que Londrina se desenvolvesse rapidamente.

A CTNP investiu no mínimo de estrutura necessária para que seus funcionários pudessem trabalhar com conforto, por isso, no ano de 1933 foi construída uma pequena usina hidrelétrica para uso do escritório da CTNP e as instalações das casas de alguns funcionários, como Arthur Thomas e Willie Davids.

A geração de energia elétrica foi outra tarefa pioneira da CTNP. Em 1933, ela “instalou, a título precário, em suas oficinas à Rua Maranhão, quadra 18, um motor Deutz a óleo cru, de 12HP com o gerador equivalente, passando assim a ser inaugurada a luz elétrica” (COUTINHO, 1959, p. 80).

A luz elétrica mencionada por Coutinho não estava disponível aos moradores de Londrina, exceto para os poucos privilegiados pelo trabalho na CTNP. Contudo, a edição de 6 de junho de 1937 publicou dois artigos que merecem nosso destaque. O primeiro diz respeito da falta de energia elétrica em Londrina, sob o título ‘LUZ! LUZ! LUZ! Srs do Conselho do Estado’, o jornal cobrava do Conselho a assinatura do contrato de prestação de energia elétrica e mencionava que a sociedade londrinense estava necessitada desse serviço.

No texto há a afirmação de que o Conselho do Estado foi organizado pelo P.S.D., partido que tinha “unanimidade” em Londrina.

O que convém recordar os senhores conselheiros é que Londrina também pertence ao Paraná e está, incondicionalmente, integrada no PSD pela unanimidade dos seus eleitores, partido esse que sugeriu, inventou e organizou o Conselho do Estado (PARANÁ-NORTE, 1937, p. 1).

Ao mencionar o nome do partido político, que inclusive Coutinho fazia parte, havia uma cobrança política e não somente social sobre a questão da energia. Vemos, aqui, que o progresso almejado e representado pela energia elétrica era uma questão de vontade política. Nesse sentido, Coutinho afirmou que, em Londrina, havia eleitores do partido P.S.D. e que a região pertencia ao Paraná.

Coutinho se colocou como um representante da região ao mencionar que “apesar” de Londrina ser formada por uma empresa inglesa e ter moradores de diversas nacionalidades, a região era pertencente juridicamente ao estado do Paraná e havia uma boa quantidade de eleitores. Tal afirmação almejava adquirir uma atenção específica em prol de investimentos na região.

Em vários momentos, é possível identificar nos artigos publicados pelo jornal a afirmação de que a região fazia parte do Estado; todavia, esse discurso não fazia menção à questão geográfica e territorial; mas sobre os moradores que habitavam em Londrina, pois podemos dizer que havia uma certa “rivalidade” entre a região norte do Paraná e a capital paranaense. Sobre isso, o historiador Arias Neto (2008) afirmou que os moradores das



regiões, em processo de formação, como o Norte Novo, tinham os mesmos objetivos que os paranaenses do Sul, eram trabalhadores que se preocupavam com o progresso do Paraná (ARIAS NETO, 2008).

Conjecturamos que a “rivalidade” entre Londrina e as demais regiões do Sul do Paraná acontecia pelo fato de a primeira estar em recente formação, com uma população composta por imigrantes e migrantes de outros estados, especialmente, São Paulo e Minas Gerais. Por isso que, naquele momento, muitos não consideravam os moradores da região como pertencentes ao Paraná.

Ao tratar sobre progresso, com a leitura ao artigo “As primeiras impressões” publicado na edição do jornal abaixo relacionado, é possível ver que ao mesmo tempo em que o periódico se posicionou politicamente cobrando energia elétrica para Londrina, exaltou-a, por ser “cheia de luz”.

Figura 9: Sobre a luz elétrica

Srs. Santiago

**EXPERIMENTE**

ASSIGNATURAS

Por anno 20\$000

Por semest. 12\$000

Pagamento adiantado

# Paraná - Norte

Redactor proprietario: N. POGGIARI COUTINHO      Gerente: GEORGE F. COUTINHO

Esta folha não aceita, mesmo como materia paga, artigos ou escriptos em linguagem menos digna.

---

ANNO  
III

LONDRINA (ESTADO DO PARANÁ)  
R. F. S. Paulo-Paraná

6 de Junho de 1937.

NUMERO  
139

---

## LUZ! LUZ! LUZ!

### SRS. DO CONSELHO DE ESTADO!

Diariamente recebemos nesta redacção o mesmo na rua a interragção:

—Quando será approvedo o contracto da luz?

A pergunta vem sempre de envolta com um sorriso de antecipada incredulidade e, muita vez, num expressivo jogo physionomico de profunda tristeza.

Londrina em peso anseia pelo reclamado melhoramento que o Conselho de Estado teima em retardar ou, no dizer de muitos, de embaraçar.

Retardando ou embaraçando a concessão, o Conselho de Estado vem fazendo um mal inominavel a esta terra, entravando, numa dolorosa despreocupação, o progresso desta terra, digna de melhor tratamento.

Entre os grandes prejudicados com a teimosia do Conselho de Estado, estão os medicos que desejam a installação de aparelhos que não funcionam sem força electrica, as escolas, os pequenos industriaes, as officinas mechanicas e typographicas, as salas de operações chirurgicas, os escriptorios commerciaes e, sobretudo, o policiamento. Por falta de força não temos uma feccularia, um gabinete de leitura, refrigeradores e muitos outros melhoramentos.

Ninguém comprehende onde está o interesse do Conselho de Estado em nos proporcionar tantos e tamanhos prejuizos. O povo reclama e precisa ser attendido. Essa indiferença por uma cousa tão seria e tão necessaria não foi possivel ser comprehendida até hoje — nem por nós e nem pelo publico.

Na realidade, ficamos sem saber para quem appellar, para quem supplicar uma providencia no sentido de fazer desaparecer a enervante ogerisa do Conselho de Estado por Londrina.

O que convem recordar aos senhores conselheiros é que Londrina tambem pertence ao Paraná e está, incondicionalmente, integrada no PSD pela unanimidade dos seus eleitores, partido esse que suggeriu, inventou e organizou o Conselho de Estado.

O povo de Londrina grita, e nós, solidarios com elle, repetimos:

—Luz! Luz! Luz! Chega de escuridão!

*Dr. Gabriel Carneiro Martins*

**Medico**

Clínica geral, vias urinarias, doenças venereas e de crianças  
Residência: AV. PARANÁ

---

### As primeiras impressões

(Gui Ferraz de Carvalho)

Dizem que as primeiras impressões são as mais duradoiras, perpetuando-se nas lembranças. Nós achamos que são tambem as mais justas e as mais sensatas, porque o coração ainda não se eivou de resentimentos, e as paixões pequeninas não mancharam ainda a pureza do julgamento da consciencia.

Aos olhos de quem chega, depois de se embrenhar nestas florestas do norte paranaense, bravas e incultas, Londrina oferece um espetaculo deslumbrante. Comove e encanta. É uma clareira aberta, cheia de luz, de vida, de esplendor, na tenebrosidade destas matas imensas e ameaçadoras. Dir-se-ia um oasis bom e acolhedor, no deserto verde destas florestas infinitas. Ouvise aqui o mesmo rumor de trabalho e de vida que se escuta, lá longe, nos outros centros civilizados. A mesma musica de todos os dias. A musica das fabricas, das industrias, das maquinas. O mesmo rumor, a mesma agitação, o mesmo dinamismo.

A Companhia de Terras Norte do Paraná é o eixo de toda a engrenagem londrinense. Em torno dela, gira todo o movimento da cidade. Ela é o principio, a origem, a razão de ser de Londrina. Londrina existe, porque existe a Companhia de Terras Norte do Paraná. Isso vale dizer que, por uma gratidão muito comprehensivel e muito humana, está todo o povo ao lado dos chefes da Companhia, unidos, coesos, num só bloco e, por isso mesmo, forte e difficil de se romper. Contra eles, nenhuma voz autorizada se ergue. Nenhuma voz sensata se levanta. Há uma harmonia de vistas esplendida, que torna a vida de Londrina calma, suave e serena, ao contrario do que acontece na generalidade das cidades do interior, onde a politica meúda, prenhe de malquerenças e dissensões, separa as familias, gera o descontentamento e destroe a serenidade da vida.

Mas Londrina é ainda uma criança. Criança esbelta e viva, na qual se advinha o futuro luminoso da sua maturidade. O seu presente é já uma realidade bellissima. O seu futuro, tudo faz crer, será sublime. Zona nova, rica, com um regime de pequena propriedade, fazendo uma distribuição mais equitativa da terra, Londrina nasceu para ter um destino privilegiado.

---

*Dr. Anizio Figueiredo*

(Operações em geral)

Cirurgião da Santa Casa e ex-assistente da Faculdade de Medicina de S. Paulo  
Consultorio no Hospital      LONDRINA

*Dr. Ruy Alves de Camargo*

ADVOGADO

O texto foi assinado por Rui Ferraz de Carvalho. O autor utilizou o sentido figurado da palavra luz para enaltecer a cidade que foi aberta em uma região de floresta, considerada como “sertão”, mas que havia sido transformada em uma região civilizatória e iluminada. Sertão era considerado como “atrasado, violento e bárbaro”, termos utilizados em contraposição às regiões que dispunham de uma “vida urbanizada”, entendida como civilizada (ARRUDA, 1997, p. 12).

Nesse sentido, a CTNP foi enobrecida pelos seus feitos em prol de Londrina, por transformar o sertão, em civilização. De acordo com o texto, Londrina só existia porque a Cia. existia; a empresa havia trazido luz para uma região atrasada e de matas “incultas”. A visão que o jornal queria passar era que o progresso e a civilização haviam chegado à região por meio dos desbravadores, homens corajosos e heroicos (ARIAS NETO, 2008).

No texto supracitado, a CTNP foi enaltecida e comparada ao “eixo de uma engrenagem” no qual tudo em Londrina dependeria. Como uma empresa colonizadora, a Cia. estabeleceu seus domínios para além do empreendimento imobiliário, ou seja, todo o investimento financeiro e social tinha como propósito atrair mais compradores para o empreendimento da empresa na região.

A inauguração da energia elétrica aconteceu em no dia 11 de junho de 1938. A notícia estampou a capa do Paraná-Norte que antecipou em um dia a publicação do periódico para prestigiar a data que ficou para a história de Londrina.

O jornal elogiou o então governador de Londrina, Willie Davids, que lutou pelo progresso da cidade e agilizou o processo para que londrina tivesse luz elétrica<sup>24</sup>. O periódico afirmou que esteve junto na luta pela luz em Londrina desde quando começou a circular no ano de 1934 (A LUZ ELÉTRICA, PARANÁ-NORTE, 1938, p. 1). Com essa afirmação, podemos ter a certeza do papel político desempenhado pelo jornal Paraná-Norte na região.

As publicações do ano de 1938 deram destaque para a contribuição de Manoel Ribas e Willie Davids na agilidade em disponibilizar energia elétrica na região. A empresa chamada Gastão & Davids foi a responsável pela instalação da energia elétrica. Rolando da Fonseca B. Davids, irmão de Willie Davids, era um dos sócios responsáveis pela empresa (BONI, 2004).

---

<sup>24</sup> Governador foi um cargo criado durante o Estado Novo em substituição à nomenclatura de prefeito. A função era designada pelo interventor do Estado, que era um tipo de governador nomeado por Getúlio Vargas, presidente da República.

Na data de 16 de janeiro de 1938, foi publicado na capa do jornal o artigo “Finalmente vamos ter luz”, em agradecimento ao Interventor Federal, Manoel Ribas pelo Jornal em nome da população de Londrina pela Luz elétrica (PARANÁ-NORTE, 16/01/1938, p. 4).

Além da luz elétrica, outra notícia bastante divulgada pelo Paraná-Norte foi a da construção de um aeroporto na cidade. Durante as edições do mês de setembro de 1938, mencionaram a esperada inauguração do aeroporto na cidade. Fato que aconteceu no dia 25 de setembro de 1938. O jornal noticiou que estaria presente na inauguração do aeroporto o Interventor do Estado, Manoel Ribas, General Manoel Rabello, dentre outras autoridades. No texto, a palavra progresso apareceu atrelada ao crescimento da região e à afirmação de que um aeroporto contribuiria para o desenvolvimento e progresso de Londrina (A INAUGURAÇÃO DO AEROPORTO, 1938).

“Quer doar um avião à Londrina?” Essa foi a manchete principal estampada na capa da edição de 10 de agosto de 1941 do Paraná-Norte. O texto afirmava que Londrina possuía um clube de aviação, mas não possuía avião de treino, por isso solicitou, por meio de um discurso patriótico publicado no texto, que alguém que possuísse condições, doasse um avião. De acordo com o jornal, “Doar um avião para Londrina era dar asas para o Brasil” (PARANÁ-NORTE, 1941, p. 1).

O apelo do jornal foi atendido e, em 24 de agosto de 1941, foi noticiado que o Dr. João Sampaio, presidente da CTNP, doaria um avião para Londrina (O AERO-CLUBE DE LONDRINA TERÁ SEU AVIÃO, 24/08/1941, p. 1).

O investimento da CTNP na região tinha o objetivo de gerar um retorno econômico benéfico por meio da venda dos lotes. Por isso, a empresa e seus funcionários contribuíram com o desenvolvimento da região.

A CTNP foi uma empresa privada que ficou registrada na história de Londrina e região, pois, ao se estabelecer em Londrina, organizou estratégias políticas e econômicas que contribuíssem para o sucesso do empreendimento imobiliário na região, atraindo pessoas de diversos lugares do país e do mundo.

Este início efervescente atrai os imigrantes que estão fora e dentro do país. São atraídos pelos números gêneros, que a produção em uma terra fértil produz. São seduzidos pelas propagandas e suas imagens vinculadas ao progresso e a comodidade de ter transporte, educação, entre outros benefícios de um lugar que acompanha a civilização (CATARINO, 2017, p. 267).

O “progresso” e o “desenvolvimento” de Londrina foram contabilizados pelas construções, pela produção agrícola e pela quantidade de habitantes na região. Fatores anunciados pelo jornal Paraná-Norte, nos anos de nossa pesquisa.

Londrina iniciou a década de 1940 com mais de 60 mil habitantes, três grupos escolares e 16 escolas isoladas (POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, PARANÁ-NORTE, 22/03/1940, p. 1). Essa publicação tinha como objetivo demonstrar o rápido crescimento populacional da região, pois em 10 anos de existência, Londrina havia superado a expectativa inicial de 30 mil habitantes.

Londrina, este vasto e riquíssimo município, cujo desenvolvimento é exemplo no país, não teve até hoje nenhum colapso por pequeno que seja no seu inegualável progredir. Uma afirmativa disso está na área de terras virgens vendidas no mês de junho último pela Companhia de Terras Norte do Paraná-2810 alqueires paulistas (LONDRINA PROGRIDE. 20/07/1941, p. 3).

De acordo com o texto, duzentas e oitenta e duas pessoas haviam adquirido propriedades, fator que contribuiu para o desenvolvimento de Londrina, pois a cada mês mais pessoas construíam casas e comércios em Londrina sonhando com a promessa de fazerem riqueza.

A cada nova construção ou crescimento da infraestrutura da cidade como a instalação da luz elétrica, do Aero Clube e fundações de Indústrias foram destaques nas primeiras páginas. As ideologias e apologias a CTNP eram mais evidentes nas últimas páginas, as quais são apresentados os feitos e as conquistas da Companhia, assim como propagandas das terras em uma região “promissora” e “progressista” tendo como centro a cidade de Londrina (LEITE, p. 6, 2013).

O jornal Paraná-Norte contribuiu com a campanha de vendas das terras da região. No entanto, além de divulgar o crescimento estatístico de Londrina, o periódico anunciou o que faltava na cidade, visto que uma região, em desenvolvimento, precisava ter condições para que seus habitantes tivessem o mínimo necessário para viver como cidadãos. Sobre isso, na edição do dia 27 de julho de 1941 foi publicado um texto intitulado “Cousas que faltam em Londrina”, no qual afirmava ser necessário encanadores e consertadores de rádio. O texto foi finalizado com a pergunta: “Não haverá alguém que deseje ganhar dinheiro, estabelecendo em Londrina uma oficina de consertos de rádio, soldas de cano e

pequenas reparações nas instalações elétricas?” (COUSAS QUE FAZEM FALTA EM LONDRINA, PARANÁ-NORTE, 27/07/1941, p. 1).

De acordo com o jornal, quem viesse para Londrina, ganharia uma fortuna ao abrir tais estabelecimentos. Publicações como essa tinham o objetivo de apresentar ao mundo a Londrina imaginária, a cidade progressista, civilizada, pacífica, a “Nova Canaã” (ARIAS NETO, 2008).

A colonização planejada de Londrina foi permeada por contradições, especialmente na imagem veiculada por meio da imprensa. A Londrina imaginária poderia ser descrita como uma cidade próspera, com um povo cordial e civilizado, que estava de braços abertos para quem aqui desejasse fazer fortuna. No entanto, a Londrina real se deparava com problemas sociais, econômicos, estruturais, culturais e políticos. Problemas que não eram divulgados pelo jornal Paraná-Norte e nem pelos panfletos da CTNP. Situações como essa demonstram a contradição existente entre o discurso produzido em um perspectiva do ideal, que se almejava com a realidade.

O discurso que acompanhava este processo estava carregado da dicotomia. Por um lado, o “discurso da felicidade” que apontava e exaltava o “progresso”, “foros de civilização” e o “espírito pacífico e ordeiro de seus cidadãos”. Por outro, o da “barbárie”, que chamava a atenção para a “pobreza”, “podridão”, “vício” e “invasão de estrangeiros” (ADUM, 1991, p. 162).

Quando Londrina recebia algum visitante considerado pela burguesia local como uma pessoa “ilustre” como políticos, jornalistas dos jornais da capital ou alguém que pudesse contribuir com a divulgação da imagem positiva de Londrina, a pessoa era acolhida na casa de algum membro da burguesia londrinense, que demonstrava cortesia e civilidade. O visitante conhecia os locais que simbolizavam progresso e participava de festas e banquetes. Dessa maneira, ele levava para sua cidade e região o deslumbre de conhecer Londrina, a cidade progressista. Esse foi o caso de Arthur de Oliveira Bond, morador de Curitiba que, na data de 7 de dezembro de 1941, teve um artigo publicado no Paraná-Norte. Sob o título, “Londrina cidade milagre”, Bond afirmou que em Londrina havia um povo trabalhador e de fé. De acordo com o autor, essa cidade podia ser considerada uma cidade milagre pelo seu rápido progresso (BOND, LONDRINA CIDADE MILAGRE, PARANÁ-NORTE, 07/12/1941).

Textos como esse eram comuns no jornal: alguns viajantes ou visitantes que passavam alguns dias em Londrina, escreviam suas impressões da cidade e o texto era publicado no jornal, sempre exaltando a cidade e seu progresso.

Pode-se mesmo dizer sem receio de errar, que Londrina é a Canaan dos nossos dias, a Meca brasileira onde a peregrinação em busca do ouro verde [...] seu progresso se define por uma trajetória luminosa, cujo clarão é o prenúncio de suas memoráveis vitórias (MACEDO, LONDRINA FATOS E HOMENS, PARANÁ-NORTE, 01/02/42, p. 2).

Esse texto foi escrito por Manoel P. de Macedo, colunista do Paraná-Norte que escreveu vários artigos enaltecendo a cidade de Londrina em várias edições do periódico. Na data de 29 de março de 1942, foi publicado um texto do mesmo autor sobre a estética da cidade. De acordo com o texto, a construção de muros, jardins e os calçamentos na cidade, embelezariam Londrina e trariam mais conforto e higiene aos moradores.

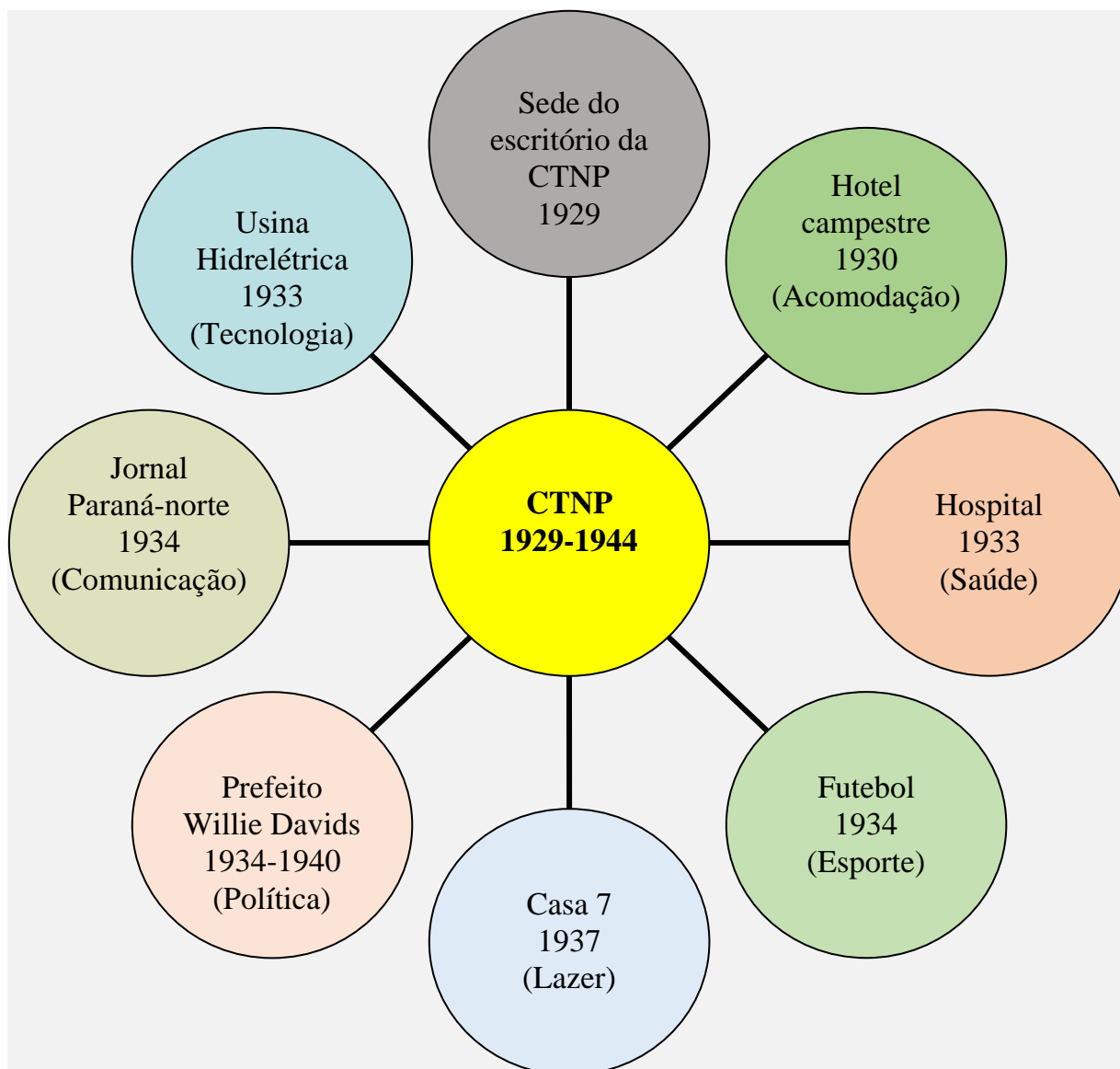
O investimento da CTNP nas propagandas tinha o objetivo de vender as terras do norte do Paraná; mas, para além disso, almejava a legitimação social do seu papel como empresa colonizadora de sucesso.

A CTNP não procurou conquistar apenas o monopólio político e econômico. Todas as construções ideológicas expressas pelos jogos de identificações, que se encontram na formulação das imagens de Terra da Promissão, revelam que a sociedade capitalista busca também o monopólio de “corações e mentes”, ou seja, a sua legitimação social (ARIAS NETO, 2008, p. 45).

A legitimação dos interesses capitalistas ocorreu na região mediante a atuação da CTNP que orquestrou sua ação não apenas como um empresa vendedora de lotes, mas como uma Cia. que vendia “sonhos”, para isso organizou uma estrutura de atuação em vários setores da sociedade. Essa ação tinha como propósito consolidar o empreendimento imobiliário e lucrativo por meio da venda da imagem da região promissora conforme afirmado por Arias Neto (2008).

A partir das informações fornecidas pelo Paraná-Norte, elaboramos um fluxograma representando a atuação da CTNP em Londrina, nos primeiros anos de sua formação.

Figura 10: Setores de atuação da CTNP



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir dessa organização, podemos verificar que a CTNP investiu em vários setores civilizatórios e progressistas, como comunicação, lazer, saúde, esporte, política, e turismo/acomodação. Tais investimentos foram pensados de maneira a divulgar o nome da Cia. bem como, o seu principal empreendimento: a colonização das terras do norte paranaense.

A CTNP investiu no futebol londrinense, foi fundadora e patrocinadora de um time, pois Londrina, uma cidade civilizada precisava ter seu próprio time de futebol. Nesse período, o futebol correspondia “[...] diretamente não apenas ao fato de estes representarem



uma via para a vida saudável, mas sobretudo, ao fato de constituírem um elemento civilizador do ideário burguês importado da Europa” (JESUS, 1999, p. 29).

O Paraná-Norte divulgou vários jogos e campeonatos que aconteceram em Londrina e região, especialmente, aqueles em que o time patrocinado pela CTNP participariam.

A edição do Paraná-Norte de 19 de abril de 1942 noticiou que a Cia. havia doado o terreno para a construção do Estádio Municipal de Londrina (PARANÁ-NORTE, 1942).

O futebol configurou-se em um instrumento legitimador do sentimento de pertencimento e nacionalidade, e Vargas utilizou desse esporte para atingir as camadas populares. Nesse sentido, o Paraná-Norte foi um veículo utilizado para divulgar o esporte na região em um projeto de fortalecimento do sentimento de patriotismo. Já a CTNP, ao patrocinar um time próprio na cidade, intencionava colocar Londrina em destaque pela sua “civilidade”.

Na formação e distribuição social do lazer e do futebol na Londrina dos anos 1930, estabelecendo suas relações com a urbanização e com a configuração do perímetro urbano, encontramos questões relacionadas aos distintos grupos sociais convivendo no mesmo espaço. [...] houve jogos envolvendo times tanto das elites como times de camadas menos abastadas, como nos revelam as imagens (SILVA; HONORATO, 2018, p. 10).

Em relação ao lazer, os moradores de Londrina tinham, além do futebol, o espaço da “Casa 7”, que servia de hospedagem aos empregados solteiros da CTNP, o espaço poderia ser comparado hoje com uma república masculina, mas que servia como um salão de festas aos finais de semana.

Tudo era improvisado, desde a decoração, feitas, na maioria das vezes, com ramos de palmito, flores silvestres, a iluminação, com lanternas chinesas, até mesmo a vestimenta a rigor. Os homens trajavam “smoking” e as moças usavam vestidos longos, à moda britânica, num clima de “ambiente civilizado” (CASTRO, 1994, p. 92).

Na “Casa 7” moravam quatro jovens, enquanto solteiros, George Craig Smith, Dino Schneider, Luiz Estrela e Eugenio Larionoff. Eles eram os responsáveis por decorar o salão de madeira para os bailes e festas que aconteciam em Londrina. De acordo com Castro (1994), as vestimentas dos participantes das festas e bailes remetiam-se à moda inglesa. Vale lembrarmos que, nesse período, Londrina não possuía pavimentação asfáltica, o pó e

a lama cobriam toda a região. Londrina era – e ainda é – conhecida pela sua “terra roxa”, sendo os moradores nomeados de “pés vermelhos”, devido a cor da terra ser de origem vulcânica. Entretanto, os habitantes da região urbana de Londrina, habitantes se vestiam como pessoas civilizadas à moda da Inglaterra (CASTRO, 1994).

Os bailes que aconteciam na “Casa 7” eram frequentados pela burguesia local, assim como outros espaços de cultura e lazer que existiam na região central de Londrina. Dentre os espaços, Londrina contava com quatro cinemas nos primeiros dez anos de circulação do Paraná-Norte, sendo o primeiro cinema instalado, em 1933, em uma pensão da cidade. O proprietário se chamava Misael de Almeida e a instalação do projetor acontecia após o jantar, em um canto da sala onde as mesas eram afastadas e um lençol branco era colocado na parede para que as pessoas pudessem assistir à alguma película. No entanto, foi no dia 28 de junho de 1934 que a primeira sala de cinema foi inaugurada, com a função de exibir filmes aos moradores. O dono do cinema, que ficava na antiga rua “Cambé”, hoje Quintino Bocaiúva, era Augusto Caminhoto. O cinema era alimentado pela energia produzida por uma máquina de arroz que ficava em um prédio próximo à pensão<sup>25</sup>.

O quarto cinema foi inaugurado no dia 10 de outubro de 1943 e foi notícia no Paraná-Norte, que se encarregou de divulgar as sessões de filmes que eram apresentados nos cinemas. Mas, mais do que isso, ele reivindicou a construção de mais salas de cinema, conforme o texto publicado a seguir “Valha-nos a certeza de que também não é tarde para que um capitalista inteligente instale um cinema que mereça esse nome em nossa cidade” (LONDRINA PRECISA DE UM BOM CINEMA, PARANÁ-NORTE, 24/09/1943, p. 4).

A publicação do texto sobre a ausência de um cinema à altura de Londrina, confirmava a concepção que os moradores tinham de que Londrina como uma cidade civilizada e desenvolvida e, como tal, era necessário espaço cultural como o cinema.

Em termos de comunicação, Londrina possuía uma estação de “rádio telegráfica” que foi inaugurada no ano de 1939. Ela havia sido instalada na prefeitura para comunicação de assuntos oficiais, mas Manoel Ribas tinha intenção de transferir a estação para a União e franqueá-la para que as pessoas pudessem se comunicar com outros estados e países, tendo em vista que, em Londrina, havia uma diversidade de pessoas oriundas de outros estados e países (LONDRINA EM COMUNICAÇÃO, PARANÁ-NORTE, 03/09/39, p. 1).

---

<sup>25</sup> Informações disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.bond//e.com.br/cinema/destaque/ha-77-anos-londrina-assistia-a-1-sessao-de-cinema-183392.html>. Acesso em: 26 ago.2020.

Em 1943 o jornal Paraná-Norte noticiou a instalação de uma rede telefônica urbana e a inauguração de uma rádio em Londrina. O anúncio desses espaços no periódico foi acompanhado da palavra progresso (PARANÁ-NORTE, 1943).

Muitas foram as notícias veiculadas no jornal afirmando o progresso da região, mas com o passar dos anos, o progresso tão almejado pelos primeiros compradores das terras da CTNP, transformou o cenário londrinense de uma cidade pacata em um lugar que devido à explosão demográfica se tornou insegura, e cenário de vários crimes.

Apesar de nos primeiros dez anos Londrina ser descrita pela imprensa local como um paraíso calmo, próspero e harmonioso, fontes comprovam que a região era cenário de vários crimes, como assaltos, arrombamentos, assassinatos dentre outros noticiados pelos periódicos da capital e, em alguns momentos, pelo próprio jornal. O aumento populacional desordenado contribuiu com o avanço da criminalidade, da miséria e da marginalidade (LEME, 2013).

O discurso sobre a segurança foi publicado na data de 21 de março de 1937. O Paraná-Norte publicou na capa o relatório apresentado pelo prefeito Willie Davids sobre a situação de Londrina. De acordo com o texto, havia no município mais de 20 mil habitantes que, segundo o relatado, viviam em perfeita ordem, pois estavam preocupados com o trabalho e o progresso coletivo. Willie Davids afirmou que, diante do tamanho do território de Londrina, a quantidade de 5 praças (policiais) era pequena, mas havia o delegado Carlos de Almeida que, com sua autoridade, havia imposto respeito. No entanto, os jornais da Capital relataram vários crimes ocorridos nesse período na região de Londrina, mas que foram silenciados pelo Paraná-Norte, conforme o já exposto no início desse trabalho.

Ao silenciar os conflitos que acompanharam a instalação do projeto imobiliário capitalista da CTNP, o Paraná-Norte apagou, na medida do interesse e da necessidade, as lutas ideológicas e a desordem de todo o processo de ocupação, homogeneizando a memória de uma época (ALMEIDA; BOLOGNESI, 2003, p. 195).

Ao se nomear como porta-voz do progresso na região, o Paraná-Norte não poupou esforços para passar a imagem da prosperidade de Londrina. Cada casa construída, cada novo morador, era comemorado como resultado do trabalho da CTNP que, sem medir esforços, derrubou a mata nativa, transformando o “sertão abandonado” em uma cidade próspera. Por outro lado, calou e “apagou” da história muitos atores que não representavam

a história dos “heróis” desbravadores de terras. A categoria mediação pode ser observada na relação entre o progresso, as consequências causadas na região, pois junto ao progresso e ao rápido crescimento, vieram as consequências, não apenas sociais, mas também, estruturais, especialmente, para o meio ambiente, pois desencadeou o rápido e descontrolado desmatamento na região. Sobre isso, Joffily (1985) afirmou que

O fabuloso loteamento de milhares de Km<sup>2</sup>, embora efetuado com exatidão matemática, deixou perenes lesões em sua desenfreada agressão à natureza – solo, flora e fauna – capazes de atravessar gerações. Quem acredita no destino da humanidade não pode aceitar que seu desenvolvimento dependa da destruição dos recursos naturais (JOFFILY, 1985, p. 102).

No início da reocupação de Londrina, a abertura de ruas e avenidas era vista como desenvolvimento e progresso. Nesse sentido, a região central de Londrina sofreu com o desmatamento descontrolado.

A prova ahi está bem palpável neste pedaço dadivoso da terra paranaense, onde o homem civilizado vem estendendo pontes, construindo estradas, derrubando a mattaria milenária e erguendo cidades (NORTE DO PARANÁ, 18/10/1934, p. 1).

A madeira era utilizada na construção de casas, pontes e móveis. No entanto, alguns anos depois, foi necessário fazer a arborização da cidade, conforme o anunciado no Paraná-Norte. Para tal, Londrina conseguiu com a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, 2 mil mudas de Jacarandá para plantar na região central da cidade (ARBORIZAÇÃO DA CIDADE, PARANÁ-NORTE, 26/04/1942, p. 3).

O rápido desmatamento, a ocupação das terras, eram percebidos como o avanço de progresso da região. Logo, o progresso deveria acontecer mediante à proteção do interesse econômico de alguns moradores da cidade de Londrina, interesses que era defendidos pelo Paraná-Norte. Tal afirmação é possível tendo em vista que a palavra progresso esteve presente em muitas edições do Paraná-Norte, especialmente, nos primeiros dez anos de circulação. Cada nova construção era noticiada pelo jornal, a expansão do comércio e a construção de espaços educacionais eram vistas como caminhos ao progresso e a conquista da civilidade almejada.

## 4.2 Educação, civilidade e moralidade no Paraná-Norte

A concepção apresentada no Paraná-Norte sobre a civilidade ideal estava relacionada ao desenvolvimento da região, ao “progresso” e ao patriotismo dos moradores. Esse discurso se fez presente em várias edições do periódico. Em outubro de 1934, o periódico publicou um artigo chamado “Norte do Paraná”, em que relatava que o “esforço de homens civilizados” levaram Londrina ao desenvolvimento e ao progresso.

O esforço humano, mesmo fora da grandiosidade da conquista das artes e das sciencia, produz também as suas maravilhas por esses sertões brutos, em cujo trilhos tortuosos e inseguros dos servicolos, a civilização vae deixando as pegadas indeléveis do progresso. A prova ahi está bem palpável neste pedaço dadivoso de terra paranaense, onde o homem civilizado vem estendendo pontes, construindo estradas, derrabando a mattaria millenaria e erguendo cidades (NORTE DO PARANÁ, 18/10/1934, p. 1).

Com essa publicação, é possível percebermos que já nos primeiros anos da Era Vargas, a concepção de “povoar” os territórios considerados “vazios”, representava o avanço da civilização em detrimento do “atraso” das regiões cobertas por matas e moradores nativos. Essa visão foi amplamente divulgada pelo governo de Vargas, especialmente, a partir de 1938 com o lançamento da “Marcha para o Oeste”. Esse movimento consistia em ocupar todas as regiões do Brasil, adentrando ao interior e povoando os sertões.

O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem coproprietários do território nacional (LENHARO, 1986, p. 15).

A Marcha para o Oeste foi um movimento político e econômico, entretanto, a região onde Londrina se encontra era considerada um sertão, uma região desconhecida que foi “conhecida” e civilizada por uma empresa privada mesmo antes da referida Marcha. Sobre isso, a empresa CMNP escreveu a história de sua atuação na “colonização” da região quando denominada CTNP.

Foi assim a partida para o desconhecido sertão dos rios Tibagi e Ivaí, quando um punhado de homens – em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná – deu o primeiro passo para a fundação de Londrina e para que se concretiza-se o mais extraordinário plano de colonização já realizado por uma empresa privada no Brasil (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 57).

Além de a civilidade ser representada como símbolo do desenvolvimento, foi comparada ao exercício do patriotismo que, de acordo com o periódico, consistia em apoiar o governo instituído.

A publicação intitulada “Eleições Municipaes” apresentou o ato eleitoral como algo que ocorreu dentro dos padrões esperados de civilidade, sem nenhuma ocorrência negativa. “O pleito correu a altura da civilização de Londrina. Mais uma vez demonstrou o seu povo não ser um mero agrupamento de aventureiros do sertão, mas sim gente ordeira, consciente do seu dever cívico” (PARANÁ-NORTE, ano I, n. 49, 1935, p. 1).

O jornal se posicionou contra possíveis comparações da região com um “sertão” habitada por “brutos” e ignorantes, ao afirmar que tudo ocorreu conforme se esperava de pessoas civilizadas que sabiam se comportar de maneira ordeira e respeitosa.

O artigo intitulado “Exemplo de civismo”, escrito por Ostoj Roguski, foi publicado na primeira página do jornal Paraná-Norte. De acordo com o texto, Londrina era um município do Norte do Paraná onde havia civilidade, pois as pessoas tinham vitalidade, e, como cidadãos, eram bem cuidados porque havia hospitais e escolas em Londrina (EXEMPLO DE CIVISMO, PARANÁ-NORTE, 02/05/1937, p. 1). Dentre as características de uma pessoa civilizada, havia destaque para pessoas saudáveis e letradas. Ao mencionar a presença de hospital e escolas na cidade, o autor do texto dava visibilidade à Londrina, contrariando possíveis discursos de que a região era um sertão sem condições mínimas de civilidade.

Coutinho assinou o artigo “A sucessão presidencial e o sr. Manoel Ribas”, no qual afirmou que a falta de educação política dos agricultores mais humildes os impedia de expressarem publicamente; mas que, no Paraná, havia exemplo de civismo recebido do governador Manoel Ribas que estava evitando o “convulsionamento” da opinião no Paraná. Sendo assim, o homem do campo poderia exercitar sua civilidade ao ir às urnas com seu voto livre (A SUCESSÃO PRESIDENCIAL, PARANÁ-NORTE, 23/05/1937, p. 1).

A civilidade apresentada por Coutinho consistia no ato de ir às urnas votar, ele mesmo reconheceu que o homem do campo não tinha uma educação política, mas afirmou que o então governador do estado, Manoel Ribas, contribuía para a civilidade e voto livre. Dessa maneira, o homem do campo poderia se considerar uma pessoa civilizada ao cumprir o seu dever, ao exercer o voto.

O desenvolvimento da região e a participação política por meio do voto foram tratados como exemplo de civismo pelo jornal. Além do mais, a concepção de civismo e civilidade apresentada no Paraná-Norte referia-se ao comportamento moral adequado dos moradores de Londrina. A exemplo disso, a publicação intitulada “Aquillo já é vício...”, afirmava que a meninada que frequentava o cinema tinha o mal hábito, nomeado pelo autor de “falta de educação”, de colocar os pés com sapatos sujos nas poltronas do cinema. De acordo com o texto, cabia à escola e à família educar as crianças para não ter tal atitude (PARANÁ-NORTE, LONDRINA, 20/11/1938, p. 1).

Vale lembrar que, na região de Londrina, no período em questão, não havia pavimentação asfáltica; entretanto, a falta de bons modos denunciado pelo periódico, demonstrava a necessidade de uma educação social, baseada nos aspectos morais vigentes, educação defendida pelo Paraná-Norte.

Nesse texto, é possível perceber que a preocupação era que a escola e a família ensinassem as crianças a se portarem com “bons modos” na sociedade, cumprindo o papel de pessoas civilizadas que sabiam respeitar as regras impostas pelo espaço coletivo. Sempre que oportuno, o periódico afirmava que em Londrina havia pessoas civilizadas, cujas características contemplavam um comportamento aceitável socialmente e baseado em princípios de moralidade. Vemos que a escola nesse período tinha a função de formar e moldar as pessoas, de acordo com os padrões exigidos pela sociedade. Nesse contexto, a educação escolar foi vista como um instrumento fundamental para o desenvolvimento pessoal e o futuro do país.

[...] tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados (BOMENY, 1999, p. 140).

Além da educação, a segurança pública foi mencionada no periódico como necessária para uma cidade civilizada. O periódico noticiou que, em Londrina, seria

inaugurada uma nova cadeia, espaçosa e com iluminação elétrica. De acordo com o texto, Londrina, como uma cidade cristã e civilizada, merecia a construção de uma nova cadeia (UMA CADÊA DIGNA DE UMA CIDADE CIVILIZADA, PARANÁ-NORTE, 24/09/1939, p. 6).

Ora, se a cidade era habitada por pessoas civilizadas e “religiosas”, qual a necessidade de construir uma nova cadeia? Sobre o assunto, o jornal apresentou uma analogia entre a fé cristã e a supressão da criminalidade por meio da penalidade, ao solicitar a construção de uma nova cadeia, no entanto, não houve no jornal a discussão sobre as causas no aumento da criminalidade e nem de possíveis ações em âmbitos culturais e sociais para diminuir a exclusão social e a criminalidade na região.

Em relação a dados estatísticos, o texto supracitado não trouxe informação alguma sobre o aumento da criminalidade no município; porém, ao afirmar que a nova cadeia se tratava de um espaço maior e que comportaria 20 praças (policiais), podemos perceber que com o desenvolvimento urbano crescente, causado pelo aumento da migração para a região, é possível que a criminalidade houvesse aumentado.

A construção dessa nova cadeia foi noticiada no intuito de mostrar aos leitores do jornal que, em Londrina, havia segurança e condições de uma vida civilizada, mas a visão negativa sobre os primeiros anos de Londrina e região foi amenizada pelo periódico e, mesmo quando havia a publicação de uma notícia que pudesse afetar a imagem de cidade civilizada e progressista, o jornal dava ênfase ao “lado bom” da situação, como no caso do aumento da criminalidade em Londrina no qual, o Paraná-Norte deu destaque para a construção de uma cadeia espaçosa e bem iluminada.

Cumprindo sua “missão” de divulgar uma Londrina progressista, foi publicado um texto na data de 22 de outubro de 1939, sob o título “Londrina a cidade prodígio”, assinado por Manoel Pedro de Macedo, um colaborador do Paraná-Norte. No texto, Macedo fez uma comparação ousada da cidade de Londrina com a cidade do Rio de Janeiro.

O autor iniciou o artigo afirmando que o Rio de Janeiro fazia jus à titulação de “Cidade maravilhosa” pelas suas belas praias, pelos seus morros e pelas suas avenidas; no entanto, Londrina, mesmo não tendo praias e morros, era uma cidade maravilhosa, e suas qualidades eram reconhecidas por todos que a visitava, por isso foi apelidada de “cidade menina” e “cidade prodígio”. Após exaltar o desenvolvimento e as terras roxas de Londrina, o autor finalizou o texto “desafiando” as pessoas que duvidavam da beleza de



Londrina, a virem conhecê-la (MACEDO, LONDRINA, A CIDADE PRODÍGIO, PARANÁ-NORTE, 22/10/1939, p. 2).

Textos com um tom um tanto ufanista eram frequentes no Paraná-Norte. O artigo intitulado “Civilização”, de autoria de José Hosken de Novaes, estampou a capa do jornal Paraná-Norte no dia 23 de junho de 1940. O texto apresentava uma discussão sobre o termo que fazia jus ao título. De acordo com Novaes, a palavra “civilização” poderia ser discutida diante de várias situações, entretanto, o autor afirmou que civilização tinha a ver com cultura, por isso era um patrimônio comum e coletivo (HOSKEN DE NOVAES, CIVILIZAÇÃO, PARANÁ-NORTE, 23/06/1940, p. 1).

A concepção de civilização apresentada por Hosken de Novaes (1940) era baseada no discurso presente no cenário nacional. Segundo o texto, era necessário ter ordem, disciplina e hierarquia, ou seja, respeito às autoridades; esse discurso foi disseminado durante a Era Vargas, especialmente no Estado Novo.

“Afirmção de civismo” foi a manchete publicada na capa do jornal Paraná-Norte na data de 6 de dezembro de 1942. O texto afirmava que Londrina era exemplo de amor ao Brasil.

[...] é preciso mais do que nunca, que sufoquemos em nosso coração todo e qualquer sentimento de regionalismo. Devemos compreender que dentro do Brasil não existe fronteiras, e que todos os que tivemos a ventura de nascer nessa terra abençoada somos irmãos, porque filhos de uma grande Pátria comum (AFIRMAÇÃO DE CIVISMO, PARANÁ-NORTE, 06/12/1942, p. 2).

A publicação desse artigo demonstra que as ações nacionalizantes da Era Vargas tiveram resultados na região norte do Paraná; e o periódico foi um instrumento utilizado para contribuir com o processo de nacionalização dos moradores dos arredores de Londrina. O texto não fazia referência direta aos estrangeiros que habitavam a região e, ao afirmar que o regionalismo deveria ser “substituído” pelo sentimento de “amor” à Pátria brasileira, desconsiderou a história da colonização planejada em Londrina, que foi atrelada à vinda de estrangeiros à região, sob o discurso capitalista de terras vazias.

O jornal que incentivou a vinda de estrangeiros por meio de propagandas é o mesmo que “ignorou” a diversidade cultural deles, em prol de um projeto de nacionalização compulsória, no intuito de criar uma identidade nacional na região. Assim, podemos compreender que o discurso sobre a unidade nacional tinha por objetivo integrar

o estrangeiro, nacionalizar e pacificar os conflitos, especialmente nas regiões em processo de “colonização”, como Londrina.

A construção da ideia do nacionalismo no Brasil se fez a partir de um cenário marcado pela crise de 1929 e pelo fortalecimento do Estado. Esse projeto contou com a contribuição de intelectuais que buscaram estabelecer a ideia de uma unidade nacional. No cenário político, este movimento foi estimulado pelo Governo Vargas e pelas forças identificadas com esse projeto social que buscaram colonizar as fronteiras e os espaços considerados como “sertões”, em um período em que o cenário internacional era composto por conflitos políticos e econômicos, especialmente nos Estados Unidos e na Europa (MACHADO; CARVALHO, 2015).

Ao longo do governo Vargas (1930-1945), foram criadas diferentes formas de difusão dos valores nacionais, com o objetivo de criar essa identidade, especialmente, no período do Estado Novo. Assim, as pessoas passaram a ser “educadas” pela música, pelo rádio, pelo cinema, pelos jornais e pela escola.

O Estado Novo tentou “domesticar” a cultura brasileira, tentando dar-lhe aspectos de civilidade, moralidade e disciplina. Para tal, era imprescindível cooptar intelectuais que deveriam realizar a transição do que fosse particular e popular para abrangente, coletivo e erudito (ZANELATTO, 2007, p. 7).

Nesse sentido, a educação foi concebida como um instrumento que poderia transformar o homem ignorante do sertão londrinense, em um homem civilizado. Essa formação deveria iniciar na primeira infância.

A educação infantil como promotora da civilidade foi destaque na edição do Paraná-Norte, quando publicado o artigo “Londrina também terá sua creche”<sup>26</sup>.

Só extremos cuidados com a infância fundamentam a mais promissora condições econômicas que regem os princípios fundamentais da sociedade. Não se concebe um povo economicamente emancipado quando praticamente é incapaz de produzir. É esta uma forte razão pela qual as mais adiantadas nações do globo procuram cercar a criança, de maior conforto, para que amanhã possam realizar as tarefas que em si se deposita na obra de homem na civilização (LONDRINA TAMBÉM TERÁ SUA CRECHE, PARANÁ-NORTE, 06/06/1943).

---

<sup>26</sup> A primeira creche de Londrina foi inaugurada em 14/08/1955 (BONI; UNFRIED; BENATTO, 2013).

A concepção de educação infantil apresentada no texto era a de que a criança deveria ter acesso a uma formação que a preparasse desde muito pequena para contribuir com a produção capitalista. Nesse sentido, estaria contribuindo com a civilização da sociedade.

As instituições de educação infantil no Brasil começaram a ser difundidas no final do século XIX, no formato de creches, jardins de infância ou escolas maternas, que atuavam como instituições de caráter assistencialista. O debate sobre essas instituições ganhou destaque devido a mudança na estrutura social, especialmente, com o desenvolvimento da industrialização e a inserção da mulher no mundo do trabalho. No ano de 1922, aconteceu no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que discutiu temas como aprimoramento da raça, educação moral e higiênica e o papel da mulher como cuidadora.

Até a década de 1930, as ações voltadas à infância foram, majoritariamente, marcadas por questões assistencialistas, de caráter filantrópico e executadas por instituições privadas ou religiosas (FONSECA, 1993).

Influenciado por debates e movimentos internacionais Vargas, nos primeiros anos de seu governo, deu ênfase à assistência à infância sob um discurso de que a proteção à criança significava proteção à pátria.

Proteger a criança, defender seus direitos, significava por extensão resguardar própria nação. A imagem de criança que se divulgava estava intimamente associada à nova nação que o governo almejava construir trabalhar a infância, modelar o futuro cidadão, para mudar os rumos do País. Infância e nação entrelaçavam-se, formando assim um todo único (FONSECA, 1993, p. 102).

Esse discurso ecoou por todo território brasileiro, alcançando a região de Londrina que, por meio do jornal Paraná-Norte, publicou em 20 de junho de 1943 um artigo na primeira página, intitulado “Problema da criança”. Nesse artigo, foi publicado que estávamos vivenciando “o século da criança” com a construção de muitas maternidades; abertura de cursos de puericultura; hospitais para menores; jardim de infância e creche; tudo isso, em prol da assistência da criança. Entretanto, o texto afirmava que

É essa assistência a infância, de vital importância para eugenia da raça, abrange desde o período da gestação até determinada idade. Depois cabe a escola o ensinar - função que representa também uma das mais graves

responsabilidades sociais (PROBLEMA DA CRIANÇA, PARANÁ-NORTE, 20/06/1943, p. 1).

Podemos observar que, no texto publicado no Paraná-Norte (1943), havia a reprodução do discurso eugenista que percorreu o território nacional durante a Primeira República e, de certa maneira, o período em que Vargas esteve no poder. No entanto, durante a Era Vargas esse discurso foi aprimorado para questões higiênicas e de saúde física e ambiental que contribuiria para a formação do “homem perfeito e sadio” (FONSECA, 1993, p. 105).

No dia 17 de outubro de 1943, foi publicado um texto intitulado de “Direito da criança”, em comemoração à semana da criança. O texto reproduziu o documento publicado na Conferência americana que ocorreu na Casa Branca nos Estados Unidos da América, por convocação do presidente Roosevelt.

Segundo o texto, as crianças da América deveriam ser treinadas espiritual e moralmente.

[...] você criança tinha direito a um lar ao amor e a segurança e a saúde as crianças tinham direito desde o berço até adolescência de instrução sanitária, recreação física e mental com professores e guia devidamente treinado a criança tinha direito a uma residência segura. [...] Para toda criança uma escola que seja alvo de incidentes higiênica devidamente equipada iluminada e ventilada. Para as crianças mais novas pré jardim de infância e Jardim de Infância que ela completa e os cuidados domésticos (DECLARAÇÃO DE DIREITOS DAS CRIANÇAS, PARANÁ-NORTE, 17/10/1943, p. 1).

De acordo com o documento, toda criança deveria ter uma instrução que a preparasse para construir uma família e o seu direito de cidadão. Podemos observar que a concepção que o texto apresenta sobre a educação escolar, é a de complementação da educação familiar, ou seja, a família educava e a escola instruí.

A diferença entre educar e instruir sublinhada por vários educadores na época não era simples questão semântica. Ela reportava a uma clara concepção de ensino; educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social-obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade (SOUZA, 2004, p. 127).

Souza (2004) fez referência ao final do período republicano, no qual, aos poucos, a palavra “instrução” foi sendo substituída pela palavra “educação”, pois, com as exigências para a formação de um novo modelo de “homem”, a escola passou a ser responsabilizada pela formação moral, intelectual e higiênica da criança. No Paraná-Norte, quando se tratava de educação escolar, a palavra “instrução” era utilizada para representar a educação que acontecia com fins pedagógicos. As palavras “educação escolar” e “educação pública” foram utilizadas no mesmo contexto. Em relação à palavra “educação”, foi utilizada pelo periódico no sentido de inserir o sujeito na vida social, respeitando as regras e valores morais estabelecidos no período, para que ele fosse aceito numa sociedade “civilizada”.

A afirmação de que Londrina era uma cidade civilizada e desenvolvida estava relacionada à educação moral, especialmente, da mulher, que tinha uma educação familiar e social baseada na repressão do corpo. Sobre isso, o Paraná-Norte publicou um texto intitulado “Agarradinhas”, no qual afirmava que havia na cidade um grupo de moças que mal haviam entrado na puberdade, mas que viviam pelos cantos “grudadas” com “marmanjos” em cenas imorais. Essas moças, geralmente, trabalhavam como empregadas em casa de família na cidade de Londrina e eram de família pobre e de boa fé, por isso acreditavam na “lábria” dos “[...] moços metidos a bonitos que sem piedade, seduzem as irrequietas criadilhas para depois atirá-las nos bordéis e daí a miséria negra da podridão do meretrício de baixa escala” (AGARRADINHAS, PARANÁ-NORTE, 24/07/1941, p. 1).

Esse assunto voltou a ser publicado no periódico meses depois, na edição de 24 de agosto de 1941, sob o título “Registro de menores - as agarradinhas”, no qual o periódico fez uma denúncia sobre meninas menores de idade que ficavam “agarradinhas” a homens pelas esquinas da cidade. De acordo com o jornal, muitas delas, ao saírem do trabalho, não iam para suas casas, mas ficavam perambulando pela cidade. O jornal cobrou do poder público uma ação em prol de fiscalizar e reprimir a situação (PARANÁ-NORTE, 24/08/1941, p. 1).

A educação do corpo era considerada um fator importante para a civilidade, especialmente, na educação das meninas que não pertenciam à burguesia londrinense, pois estas ingressavam ainda meninas no mercado de trabalho, prestando serviços como babás ou como prestadoras de serviços domésticos.

Havia diferença na formação das meninas londrinenses, que estudavam em escolas públicas isoladas e/ou no grupo escolar da cidade com as que pertenciam à burguesia

londrinense, pois essas estudavam em escolas particulares da região, especialmente, no Colégio Mãe de Deus.

O Colégio Mãe de Deus, de origem católica, construído em um terreno doado pela CTNP no ano de 1936, atendia a um grupo específico e diferenciado: as moças pertencentes à burguesia londrinense. A formação das meninas tinha o intuito de aliar a educação formal com a formação para o casamento. Para tal, ensinava as moças a serem prenyadas e a se portarem de maneira elegante na sociedade.

As alunas que frequentavam o ensino primário aprendiam a bordar, pintar, costurar e a serem boas donas de casa. A instituição ofertava uma educação moral aliada à educação formal, na qual buscava diferenciar a “mulher moderna e independente” das “mulheres prostitutas” presentes na cidade por meio da repressão ao corpo.

A inauguração, em 1938, do "*Colégio Mãe de Deus*" foi associada à representação de "*civilização*" e demonstrou a interseção entre os poderes, visto que foi edificado em terreno doado pela Companhia. Revestido de uma missão educativa e sagrada, o prédio, construído com recursos da comunidade, pelas religiosas do Instituto Secular das Irmãs de Maria de Schoenstatt, desde sua fundação destinou-se à educação das meninas da elite (CASTRO, 1994, p. 75, grifos do autor).

O modelo de educação feminina defendido pelo Paraná-Norte estava veiculado ao discurso moral da década de 1930 e fazia referência à mulher burguesa, “bela, recatada e do lar”. Enquanto isso, a mulher da classe menos favorecida atuava em serviços domésticos em “casa de família”, como costureiras, babás e, especialmente, no campo auxiliando na agricultura e na criação de animais. O papel da mulher trabalhadora e as dificuldades enfrentadas por ela foram silenciados pelo Paraná-Norte.

Nesse período, entendia-se que se as mulheres estivessem servindo a família, estariam servindo a nação. Sua única função era a de mãe, esposa e educadora, sendo vedado às mulheres qualquer função masculina, ficando assim, alheias aos problemas sociais e alienadas do contexto político (DOTTA; TOMAZINI; LOBO, 2015, p. 29.175).

O jornal defendeu a moralidade da sociedade por meio da constituição da família tradicional organizada sob papéis definidos pela sociedade, na qual a figura feminina era atrelada à “mulher do lar” dedicada aos filhos e ao marido, qualquer situação diferente da proposta era vista como imoral. Já ao homem, cabia a autoridade e o direito de se manifestar política e socialmente.

Sem dúvida, esse discurso pela essência de seus pressupostos tradicionais possui todos os elementos do discurso liberal - burguês, utilizado para excluir as mulheres da esfera pública, valorizando as virtudes femininas, as diferenças entre os sexos e a natural domesticidade da mulher. Essa estratégia persuasória também fez parte do discurso montado pelo regime pós-30, a fim de controlar a vida cotidiana das famílias, tendo na mulher, a figura de vigilância e unidade moral (CASTRO, 1994, p. 79).

Durante a Era Vargas, a educação feminina recebeu uma atenção especial, no entanto, a instrução deveria ser adequada ao seu papel familiar, pois a mulher poderia servir à pátria e à família. Essa concepção de educação feminina se fez presente, especialmente, com o advento do Estado Novo. Nesse aspecto, a educação moral era necessária para formar um novo tipo de “homem” para um novo tipo de Estado (BOMENY, 1999).

O Estado Novo reforçou o discurso de que a mulher educada era dócil, submissa e do lar. Nesse contexto, a mulher foi vista como importante aliada do governo para a educação nacional.

Nesse período, entendia-se que se as mulheres estivessem servindo a família, estariam servindo a nação. Sua única função era a de mãe, esposa e educadora, sendo vedado às mulheres qualquer função masculina, ficando assim, alheias aos problemas sociais e alienadas do contexto político (DOTTA; TOMAZINI; LOBO, 2015, p. 29.175).

Apesar do discurso moral apresentado pelo jornal, havia na cidade um bordel “famoso” que era utilizado para além dos prazeres, pois muitos negócios e reuniões de membros da burguesia londrinense aconteceram naquele espaço (LEME, 2009).

A transferência do meretrício para uma região mais afastada, fazia parte do projeto higienista de organização do espaço em Londrina, pois apesar de ser considerada imoral, a prostituição era tolerada desde que longe das residências das famílias londrinense.

Em vista do rápido progresso da cidade e da inconveniência da localização actual do meretrício, é pensamento das autoridades fazer transferir da Rua Rio Grande do Sul, para o ponto mais afastado e longe de casas de família, as pensões alegres e casa de tolerância (LOCALIZAÇÃO DO MERETRÍCIO, PARANÁ-NORTE, 07/09/1938, p. 1).

Por meio do discurso jornalístico é possível perceber que havia distinção entre as mulheres de “boa reputação”, destinadas ao casamento e à maternidade e as mulheres

“desfrutáveis”, consideradas como objeto de divertimento aos homens. Sobre isso, o jornal publicava com frequência os proclamas de casamentos que aconteciam na região, dando destaque a palavras como “donzelas, jovens moças, virtuosa esposa, mimosa menina, gentil senhorita”. Tais adjetivos enalteciam a figura da mulher dócil, submissa e de boa índole, apta a construir uma família nos moldes almejados pela sociedade patriarcal. Essa era a figura feminina almejada por possíveis pretendentes.

Alguns homens se “atreviam” a enviar cartas à redação do jornal à procura de uma mulher “honestas” nos padrões da moralidade vigente para contrair matrimônio, conforme o publicado na página 2 do jornal Paraná-Norte na data de 8 de janeiro de 1939.



Figura 11: Casamento

Página 2
Paraná-Norte
8-1-1939

**Pharmacia de Plantão**  
Está de plantão hoje a  
PHARMACIA SÃO JOÃO  
Av. Paraná

**SOCIAES**  
Festejam seus anniversarios natalicios:

Dia 10 — A sra. Maria Marchesini de Almeida, esposa do sr. Manoel de Almeida, de Ourinhos.  
Dia 11 — O menino Luizinho, filho do sr. Gustavo de Castro.  
— A sra. Noemia dos Santos, esposa do sr. João Gomes dos Santos.  
Dia 12 — A menina Amelia, filha do sr. José Ebner.  
Dia 14 — O dr. Ruy Fernz de Carvalho, advogado na comarca.

Vista — Esteve na cidade e deu-nos o prazer de sua visita, o sr. José Augusto Lucena, de S. Paulo.

barreira quasi que intransponivel. O trio atacante será o ponto para onde os assistentes terão voltadas suas vistas, pois, si apresentar as jogadas eletrizantes que poz em pratica nos exercicios, não lhe será difficil a victoria.

Raul

**Dr. Justiniano Climaco da Silva**

Medico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia  
Doenças internas de adultos e crianças — Tratamento da syphilis  
**RAIOS ULTRA VIOLETA E INFRA VERMELHOS**  
**Consultorio e residencia: RUA JATAHY**  
(Defronte ao Grupo Escolar)

**CASAMENTO**

Viuvo, brasileiro, de bom procedimento, com 38 annos de idade, possuindo uma pequena fazenda nesta zona, deseja encontrar e entrar em correspondencia com uma moça ou viuva honesta, maior de 25 annos, para contrahir casamento.

O pretendente possui uma filha de 14 annos, outra de 18 e um filho de 21.

Cartas para «Pretendente» nesta redacção.

**Com a Saúde Publica**

Recemos a seguinte carta: — Londrina, 4 de Janeiro de 1939. — Exmo. Sr. Director do «Paraná-Norte» — No seu conceituado jornal de 1.º deste mez, sob o titulo «Com a Saude Publica», lê-se uma noticia em que ha referencias a minha pessoa na qualidade de gerente da filial das «Casas Pernambucanas» desta cidade. Referindo-se à extravasão das fossas que servem ao grupo de casas de propriedade da firma mencionada, dizem os reclamantes, Sr. Schiniquich Agari e sua senhora que «baldados foram os esforços empregados pelo casal junto ao sr. gerente das «Casas Pernambucanas». O gerente diz nada poder fazer e que espera a chegada de um inspector para determinar os necessários reparos e abrir outra fossa de maior capacidade.

E só este ponto que peço a V. S. rectificar, pelas seguintes razões: Logo que recebi a queixa do Sr. Agari, providenciei *imediatamente* para que fosse sanado o defeito. São disto testemunhas o Exmo. Sr. Dr. medico de Hygiene e o Sr. Fiscal da Prefeitura os quaes, logo no dia seguinte ao da reclamação, pela manhã, tiveram oportunidade de presenciar o inicio dos trabalhos atinentes à satisfação do caso em apreço.

Sobre o negocio que pretende o Sr. Agari da troca de uma faixa de terreno do fundo da sua propriedade contigua à das «Casas Pernambucanas», por outra, de frente e pertencente à esta firma, é que eu disse nada me ser possível adiantar, o que facilmente se comprehende, por não me ser possível resolver assumptos dessa especie, sem auctorisação prévia. Esse negocio seria altamente vantajoso ao Sr. Agari, o qual, na esperança fallaz de realiza-lo, achou azada a occasião para tamanhos escarceos.

Pelo exposto e que é a expressão da verdade, como posso facilmente provar, vê-se bem que o Sr. Agari faltou à verdade e que teria procedido com mais acerto ficando calado.

Communicando este facto, como é de meu dever, à direcção das «Casas Pernambucanas», em São Paulo, recebi desta prompta resposta, scientificando-me de que foi adquirida uma fossa septicia moderna, marca OMS, a qual será instalada logo que chegar. Pelo que se vê, nem o gerente, nem as «Casas Pernambucanas», podem ser culpados pelo sucedido.

Agradecendo a publicação das linhas acima, subscrevo-me com grande apreço e estima, de V. Sa. att. am.º obr.º — Joaquim Lopes Alho.

**Pharmacia de Plantão**  
Está de plantão hoje a  
PHARMACIA SÃO JOÃO  
Av. Paraná

**PHARMACIA BRASIL**  
Rapidez - Preços Modicos

**Novo Hotel**

A convite do seu digno proprietario, sr. Octaviano G. Ferreira, visitamos hontem o Hotel dos Viajantes, recentemente inaugurado à avenida São Paulo, proximo a Estação.

Trata-se de um hotel instalado em predio para isso especialmente construido e onde notamos o maximo asseio e optima meza, tudo rigorosamente controlado pela propria familia do sr. Octaviano G. Ferreira.

**Folhinhas**  
Gentilmente nos foram ofertadas as seguintes que muito agradecemos:  
Casas Pernambucanas, João B. Gurgel Pissnel, Casa Castro, Agencia Chevrolet e «A Equitativa».

**Vida Esportiva**

Um empolgante encontro futebolistico realizar-se-á hoje à tarde no campo do S. C. Londrina, entre as turmas do J. A. E. Londrinense e J. A. E. Corneliense.

Numerosos amantes do esporte bretão, por certo, affluirão ao campo do S. C. Londrina, para presenciar o grande embate. Para vencer os visitantes terão os locais que empregar o maximo de suas energias, uma vez que o onze de Cornelio Procopio é um adversario capaz e aguerrido.

Sob a direcção de um novo e competente tecnico, os locais levaram a effeito durante a semana diversos exercicios; e seus sectores acham-se devidamente ajustados e os zagueiros constituem uma

**AGENCIA CHEVROLET**

**Rectificação de Motores**

Esta agencia encarrega-se da rectificação de todo e qualquer motor de automovel, para o que installou em suas oficinas uma machina rectificadora **Van-Norman**.

SERVIÇO RAPIDO E GARANTIDO

**Rádios TELEFUNKEN**

Maravilha da technica moderna — Grande selectividade — Som purissimo — Movel distincto e sôfido — Grande premio na Exposição de Paris — Visitem a nossa exposição.

**Vendas a dinheiro e a prestações**

**Autos e Caminhões** - Não hesite na escolha; adquira um **Chevrolet**.

O rendimento do trabalho produzido por um CHEVROLET é superior e compensa amplamente o esforço daquelle que o possui. Os innumerables compradores e possuidores do CHEVROLET, o provam.

**CHEVROLET é economico, resistente e duravel**



Procurem os agentes Chevrolet em Londrina

**Productos NEVE**

Geladeiras — Armarios — Gabinetes — Despensas — Cofres e Moveis de aço.

**Secção de ELECTRICIDADE**

Lampadas — Fios, etc. — Encarregamo-nos de installações electricas, mediante orçamento. Serviço garantido — Material de primeira.

**Correias de transmissão da afamada marca «FIELFLEX»**

Stock permanente de todos os typos desta correias. — RESISTENCIA GARANTIDA.

♦♦♦♦ **CREWE & CIA. LTDA.** ♦♦♦♦ que estudam toda e qualquer proposta com a maxima attenção ♦♦♦♦

Fonte: Jornal Paraná-Norte, 08/01/1939.

O anúncio tinha um público específico, a mulher de boa “índole”, “moça” ou “viúva, honesta e jovem” com uma educação baseada nos padrões morais da sociedade burguesa, disposta a cuidar da casa e constituir família, cuidando dos filhos do possível pretendente.

O jornal Paraná-Norte contribuiu com a veiculação da imagem da mulher “ideal” para o desenvolvimento do país, reforçando o papel social de submissão exigido pelo governo de Vargas, que buscou na figura feminina o apoio para o seu governo.

A educação escolar foi organizada com o intuito de preparar a mulher “honestas, submissa e patriota” conforme veremos no próximo subtema.

Nessa seção, apresentamos o discurso proferido pelo nosso objeto de estudo sobre alguns elementos civilizatórios como a educação, no sentido amplo da palavra, e a moralidade, no processo de formação do londrinense. No próximo item, discutiremos a educação escolar, como parte desse processo civilizatório.

### **4.3 A educação escolar em Londrina como parte do projeto civilizador**

Já apresentamos como o jornal Paraná-Norte se posicionou frente à temática educacional em Londrina, educação num sentido mais amplo e que acontecia por via social, na relação entre os seres humanos e deles com a natureza, conforme afirma Saviani (2004).

A educação foi divulgada pelo Paraná-Norte como promotora do “desenvolvimento”, do “progresso” e da cidadania. Sendo a escola o *lócus* do processo forma da educação, observamos que a educação escolar teve destaque nas páginas do jornal Paraná-Norte.

Sobre isso, Camargo (2018) fez um levantamento de todas as vezes em que o tema educação escolar foi citado no periódico durante todo o período de sua circulação (1934-1953). A autora classificou as aparições por temas: relatórios; propagandas; informes; festividades e comemorações; higiene e saúde; reivindicações; estabelecimentos de ensino; cargos nas escolas; professores e profissão docente; educação de adultos; diversos e instituições escolares. Camargo (2018) catalogou as instituições escolares étnicas, particulares e públicas.

O levantamento realizado por Camargo (2018) nos mostra que a temática educação escolar teve espaço no jornal, especialmente, no período da reocupação planejada pela CTNP.

A história da educação escolar em Londrina tem sido relacionada à história da fundação do município, haja vista que, com a colonização planejada da CTNP, muitas escolas foram construídas. Entretanto, esse discurso foi reproduzido ignorando a presença de caboclos e indígenas e demais brasileiros que habitaram a região antes da chegada da CTNP. Esses grupos tinham modelos próprios de educação, mas que nem sempre são considerados nos estudos e pesquisas (CAPELO, 2000).

Londrina, ao ser formada no início da década de 1930, logo assumiu a ideia que circulava no meio nacional de que o analfabetismo impedia o desenvolvimento do país. Nesse sentido, se colocou como um instrumento representante da sociedade, ao reivindicar do poder público, investimentos no campo educacional.

A educação pública em Londrina, assim como no Paraná, fazia parte integrante do contexto nacional que seguia um modelo educacional liberal, que privilegiava a educação escolar na promulgação de leis e discursos; mas que, na prática, cada administrador deveria “[...] olhar cada escola como um templo onde era cultivada a família e pátria e o lugar onde era possível fazer, de cada brasileiro, um cidadão consciente de seus deveres cívicos e um real valor para a nacionalidade” (BLANCK MIGUEL, 1992, p. 33).

A concepção de que a escola era um espaço de formação do modelo de homem almejado pela sociedade ganhou adeptos na região de Londrina, especialmente, quando a burguesia londrinense, ao estabelecer novas relações de poder, viu na educação escolar a oportunidade de acesso a novas formas de organização social, conforme o que afirmou Blanck Miguel (1992).

Essa relação entre a educação escolar e a formação de uma sociedade nos moldes burgueses pode ser vista nas publicações de artigos presentes no jornal Paraná-Norte, que defendia que, para uma cidade ter progresso, além do desenvolvimento econômico, era necessário um povo instruído. Sobre isso, foi publicado um texto em assinado por João A. Menezes, um colaborador do Paraná-Norte.

Um dos factores primordiais de grandeza de um paiz è a instrucção que se ministra a seu povo. O adiantamento de uma nação se pesa pelo cuidado da instrucção de seus habitantes. [...] É, portanto necessário para que o Brasil se torne uma nação respeitada e pensando no concerto dos demais países, que todos os Estados cuidem com esmero da instrucção do seu

povo, principalmente da instrução primária e secundária, que constituem a base de toda a força intelectual preponderante (MENEZES, INTRUCÇÃO PÚBLICA FATOR PREPONDERANTE DE UMA NACIONALIDADE. PARANÁ-NORTE, 15/09/1935, p. 2).

No texto, o autor citou os Estados Unidos, a Alemanha e a Inglaterra, países que haviam investido na instrução de seu povo, e sugeriu que o Brasil fizesse o mesmo. Menezes citou o exemplo de São Paulo, afirmando que em quase todas as comarcas havia um ginásio e um grupo escolar, enquanto que, em outras regiões do Brasil, não havia a mesma condição. O autor finalizou o texto comentando que Londrina estava vivendo um rápido progresso, mas que carecia da construção do grupo escolar e de um ginásio para os adolescentes estudarem.

Os textos produzidos no jornal em prol da educação escolar, colocavam Londrina e região no mesmo patamar de cidades maiores e mais desenvolvidas, como São Paulo, por exemplo. Essa comparação acontecia porque muitos moradores pertencentes à burguesia local e, que aqui se estabeleceram, vieram de grandes centros e almejavam que Londrina tivesse as mesmas condições estruturais desses lugares.

O rápido crescimento populacional na região gerou reclamações por parte de alguns que almejavam mais investimentos na educação escolar. No ano de 1935, Londrina tinha mais de 600 crianças fora da escola em decorrência da falta de vagas. Sobre isso, o Paraná-Norte publicou um artigo na capa da edição de 20 de outubro de 1935, intitulado “Pela instrução pública”. De acordo com o texto, faltava um grupo escolar na região, a escola que tinha era pequena e havia pouco professores, por isso muitos pais preferiam colocar seus filhos em aulas particulares. Essa não era a condição de todos os moradores de Londrina, pois muitos não tinham condições de pagar uma escola particular. Sendo assim, a falta de vagas na escola pública foi um dos fatores que impediu que muitas crianças londrinenses estudassem.

A construção de um grupo escolar beneficiaria apenas os moradores da região central de Londrina, mais precisamente, os filhos da burguesia urbana, pois a maioria da população habitava no espaço rural onde havia poucas escolas, geralmente criadas por iniciativas privadas e com pouca estrutura<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> O primeiro Grupo Escolar de Londrina foi inaugurado no ano de 1937, com mais de 500 alunos matriculados. Anos mais tarde, foi nomeado de Grupo Escolar Hugo Simas e está em atividade nos dias de hoje como um Colégio Estadual. Sobre a história do primeiro grupo escolar, ver Faria (2010).

O ano de 1935 foi o período em que pareceu com mais frequência no jornal Paraná-Norte, o apelo ao governo do estado para construir um grupo escolar na cidade. O jornal chegou a sugerir que a Companhia de Terras Norte do Paraná poderia doar o terreno e a prefeitura, junto aos moradores de Londrina, ajudariam com donativos para dessa forma “acudir o ensino nacional” (PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA, PARANÁ-NORTE, 20/10/1935, p. 1).

O Paraná-Norte defendeu a concepção de que o analfabetismo impedia o progresso e o desenvolvimento da região. À escola cabia o papel de construir a noção de nacionalidade nas crianças por meio da alfabetização, por isso o periódico publicou, em tom de crítica, a necessidade de se ter em uma escola pública em Londrina, pois Nova Dantzig, município vizinho, tinha uma escola pública, e Londrina com todo o progresso que existia, não possuía nenhuma (NOVA DANTZIG, PARANÁ-NORTE, 15/12/1935, p. 1)<sup>28</sup>.

A região de Londrina se constituiu inicialmente com a presença de muitos estrangeiros, especialmente, nas regiões rurais onde toda a família se dedicava ao cultivo da terra e criação de animais.

O grande mal, e que patrioticamente precisa ser julgado, é que nos mencionados núcleos se levanta neste momento uma nova geração de analfabetos; as crianças ali radicadas em idade escolar, com raríssimas exceções, vem de paes e avós analfabetos, que por isso mesmo, conservarão esse analfabetismo hereditário e altamente prejudicial a nacionalidade” (PELO ENSINO PÚBLICO, JORNAL PARANÁ-NORTE, 03/03/1940, p. 2).

Muitas famílias não viam a necessidade da educação escolar para seus filhos, pois as crianças eram consideradas uma importante mão de obra rural e sua ausência, por conta da escola, era vista como prejuízo para a agricultura familiar (BARION, 2014).

Em relação à educação escolar e o sistema produtivo, o Paraná-Norte defendia que a criança do campo deveria ter uma escola de assistência sanitária tão eficiente, quanto as

---

<sup>28</sup> Nova Dantzig, pertencia à Londrina e, no ano de 1932, imigrantes oriundos de Danzig – continente europeu – se estabeleceram na região. Nova Dantzig teve sua nomenclatura alterada para Cambé, mediante assinatura por parte do Governo do Estado, pelo Decreto-Lei nº 199, de 30 de outubro de 1943, que foi publicado no Diário Oficial no dia 13 de janeiro de 1944. O nome Cambé foi escolhido por ser de origem Kaingang e significa ‘veado’, animal que vivia na região no período anterior a colonização (CAMBÉ, 1992). A primeira escola pública de Nova Dantzig, atual município de Cambé, foi fundada em 1934 e nomeada de Escola Particular de Nova Dantzig, por ser particular; mas, no ano de 1935, foi municipalizada e teve como professora a normalista Izaura Ferreira Neves, filha de um funcionário da CTNP (BARION, 2014).

da cidade, e que a criança deveria ser protegida contra o trabalho que pudesse atrofiá-la física e mentalmente.

A preocupação do periódico era superar a concepção que se tinha de que o homem do campo era uma pessoa ignorante e “sem educação”, por isso saiu em defesa da construção de escolas isoladas na região rural de Londrina, especialmente, porque as colônias de estrangeiros se fixaram nesses locais; mas, em nenhum momento o Paraná-Norte se posicionou contra o trabalho infantil, principalmente, nas regiões rurais.

A crença na valorização da educação escolar como elemento fundamental de inserção social e de saída do atraso e o fato da escola não contemplar a população como um todo e dos diferentes graus de ensino estar ao alcance dos diferentes segmentos sociais, traduz como foi encaminhado o processo de modernização no país, que não absorveu a demanda por inserção social, mesmo que as décadas de 1930 e 1940 apresentassem uma conformação de abertura no sistema produtivo (ANDREOTTI, 2008, p. 15).

Com o início da colonização planejada em Londrina e região, algumas escolas foram sendo construídas em espaços próprios ou improvisados. No período, foi concomitante a presença de escolas étnicas, escolas particulares e escolas públicas na região<sup>29</sup>.

A quantidade de instituições escolares em Londrina e região no ano de 1936 era de: 2 escolas municipais, sendo 1 em Nova Dantzig; 1 em Rolândia; 1 escola estadual; e 13 escolas particulares, distribuídas entre Londrina e seus patrimônios. Nesse período, 3 grupos escolares estavam sendo construídos: um em Londrina, um em Rolândia e o outro em Nova Dantzig (CAMARGO, 2018).

Com o aumento progressivo dos moradores na região urbana de Londrina, a construção de um grupo escolar não foi suficiente para atender a demanda de matrículas que existia.

Já uma vez atendendo um apelo feito pelo nosso diretor, s. excia. Determinou a construção dos edifícios de Londrina, Nova Dantzig e de Rolândia. [...] o Grupo Escolar de Londrina já não comporta o número de crianças matriculadas. Dahi a nossa convicção de conseguirmos as escolas rurais (ESCOLAS RURAES, JORNAL PARANÁ-NORTE, 12/09/1937, p. 1).

---

<sup>29</sup> Ver Capelo (2000) e Barion (2014).

O texto refere-se ao pedido do diretor do jornal Carlos de Almeida ao então prefeito de Londrina e funcionário da CTNP, Willie da Fonseca Brabazon Davids, sobre a construção de escolas na região, especialmente, nas regiões rurais.

Por se tratar da educação escolar, optamos por destacar nesse trabalho, as escolas étnicas, pois Londrina abrigou algumas nacionalidades que fundaram suas escolas, as quais vivenciaram o processo de nacionalização compulsória do Governo Vargas, período de nosso estudo<sup>30</sup>.

A primeira escola em Londrina foi fundada no ano de 1931 na região do Heimtal. A Escola Alemã foi fundada por um grupo de alemães que adquiriram as terras na Cia. A Escola Palhano foi a segunda a ser criada no início dos anos de 1930 e ficava na propriedade rural da família Palhano, entre as regiões oeste e sul de Londrina. Os japoneses fundaram a Escola Japonesa em 1933, na região central de Londrina. No mesmo período, foi construída a Casa Escolar da Warta que servia à várias nacionalidades que habitavam a região, sobretudo, aos que falavam polonês. Em Nova Dantzig, atual município de Cambé, foi fundada a Sociedade Escolar Bratislava ou Escola Bratislava, na qual as aulas eram ministradas em eslovaco (CAPELO, 2000).

Todas essas escolas ministravam as aulas em idiomas pátrios, apesar de falarem o idioma do Brasil, pois a maioria dos estrangeiros que compraram seus lotes da Cia. vieram de outras regiões do país e já estavam familiarizados com a Língua Portuguesa.

Imigrantes europeus, sobretudo de segunda migração, paulistas, mineiros e nordestinos, foram os que chegaram ao território paranaense, e a grande leva populacional incitava o desenvolvimento de povoados e cidades. Havia áreas recém-colonizadas em que acontecia a abertura de estradas, chegada de (i) migrantes com crianças em idade escolar, necessidade de escolas primárias rurais e professores para atuarem nas zonas em expansão (FARIA, 2010, p. 43).

Em cada região habitada por imigrantes foi construída uma escola étnica, mas com o passar dos anos e com as políticas intervencionistas do governo Federal, essas instituições foram descaracterizadas, pois muitas foram assumidas pelo poder público ou foram fechadas.

---

<sup>30</sup> Não apresentaremos a histórias das escolas étnicas londrinenses, haja vista que há trabalhos e pesquisas específicas sobre essas escolas: ver Capelo (2000) e Barion (2014); mas discutiremos como o jornal Paraná-Norte abordou a educação escolar nessas escolas no período da Erva Vargas.

Inicialmente, o Paraná-Norte apoiou a abertura e o funcionamento de escolas étnicas, conforme o texto a seguir.

A Associação Escolar Allemã, inaugurou no dia 29 de mez passado, as 20 horas, o prédio onde vai funcionar a Escola Allemã. O edifício honra sobremaneira a laboriosa colônia, que a nós próprios brasileiros offerece um grande e salutar exemplo de amor e desenvolvimento intellectual do homem de amanhã (ESCOLA ALLEMÃ, PARANÁ-NORTE, 07/07/1935, p. 2).

Essa publicação tinha como objetivo valorizar o trabalho dos estrangeiros que habitavam a região e que se preocupavam com a educação das crianças da colônia, sendo exemplo a ser seguido pelos moradores de Londrina.

Como meio de contribuir com as Escola Allemã, nos meses de julho e agosto de 1936, o jornal Paraná-Norte publicou notas incentivando a comunidade londrinense a participar da quermesse que seria realizada em prol da Escola Alemã da cidade.

Em setembro do mesmo ano, o periódico anunciou a apresentação de um espetáculo teatral e um baile em prol da Escola Allemã. Tais eventos eram comuns na região e tinham o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção das atividades escolares nas escolas étnicas. Muitos desses eventos foram divulgados, noticiados e apoiados pelo Paraná-Norte.

O apoio dado às escolas estrangeiras na região, demonstrou que elas representavam o desenvolvimento das localidades onde estavam alocadas. Algumas escolas eram utilizadas para eventos religiosos e encontros sociais. A escola na comunidade estrangeira tinha um papel significativo: o de manter os laços culturais e o vínculo entre os moradores da colônia (BARION, 2014).

Vejamos uma publicação no jornal Paraná-Norte sobre a escola étnica do município vizinho de Londrina, Nova Dantzig: “Esta escola que conta para o seu desenvolvimento com um grupo de abnegados cidadãos de várias nacionalidades foi solenemente inaugurada no dia 26 do mez passado, com a presença de grande número de associados” (ESCOLA BRASILEIRA BRATISLAVA, PARANÁ-NORTE, 09/10/1936, p. 11).

O texto insinua que os estrangeiros que fundaram escolas étnicas não tinham interesses particulares, além do desenvolvimento da mesma. No entanto, a construção de escolas étnicas era considerada uma prioridade para iniciar a vida nas colônias. Os estrangeiros utilizavam até as próprias casas para ministrar as aulas na língua pátria dos imigrantes.



Na maioria das comunidades étnicas, o governo não construiu escolas públicas, deixando que os imigrantes se organizassem e resolvessem essa situação segundo suas necessidades. Após a construção de um espaço escolar, a comunidade se reunia e criava condições materiais para que um membro da comunidade assumisse a função do ensino ou contratavam um professor. Rara era a comunidade étnica em que não havia uma escola étnica para atender à escolarização dos jovens (RENK, 2009, p. 50).

A ausência de escolas públicas nas regiões em processo de “colonização”, contribuiu para a expansão de escolas étnicas pelo território brasileiro. Nesses locais, as escolas étnicas assumiram o papel do poder público brasileiro, o de ofertar a educação escolar.

Londrina teve oito escolas étnicas espalhadas pelas colônias de imigrantes durante a década de 1930 (CAPELO, 2000). Nessas colônias, a preservação da identidade étnica dos membros era vista como primordial para aqueles que deixaram seu país de origem para se aventurar pelas terras brasileiras<sup>31</sup>.

Sobre o papel das escolas étnicas, no dia 15 de novembro de 1936, o Paraná-Norte felicitou a Escola Bratislava pela passagem do seu aniversário e afirmou que a escola estava fazendo um “utilíssimo serviço em prol da instrução combatendo o analfabetismo” (SOCIEDADE ESCOLAR BRASILEIRA, PARANÁ-NORTE, 15/11/1936, p. 1).

Interessante que o jornal se referiu à escola como “Sociedade Escolar Brasileira”, mesmo sendo uma escola étnica; essa foi a primeira vez que o periódico se referiu à Escola Bratislava dessa maneira, lembrando que nesse período, o Brasil já havia iniciado o Estado de Guerra. A utilização da palavra “combatendo” sugere que a instrução escolar era o antídoto contra o mal, que era o analfabetismo.

Sobre a presença dos estrangeiros na região, em 22 de novembro de 1936, Coutinho assinou um texto publicado no Paraná-Norte em que afirmava que os estrangeiros contribuíram para o “progresso” de Londrina. Na mesma perspectiva, na data de 3 de outubro de 1937, foi publicado um texto que teve destaque pelo tamanho das letras e a posição na capa do jornal, afirmando que atacar os estrangeiros que moravam aqui, era sinal de ingratidão.

---

<sup>31</sup> A identidade é um processo coletivo de construção de significados por meio da história, da geografia, das instituições e da memória coletiva (CASTELLS, 2000).

Figura 12: Estrangeiros

EXPEDIENTE  
ASSIGNATURAS  
Por anno 203000  
Por semest. 125000  
Pagamento  
adiantado

# Paraná - Norte

Redactor proprietario: H. PUIGGARI COUTINHO      Gerente: GEORGE F. COUTINHO

Esta folha não  
accetta, mesmo  
como materia pa-  
ga, artigos ou es-  
criptos em lin-  
guagem menos  
digna.

---

ANNO  
111

LONDRINA (ESTADO DO PARANÁ  
- F. P. S. Paulo-Paraná) 3 de Outubro de 1937.

NUMERO  
156

---

## A agencia postal de Londrina foi elevada de classe

Um telegramma do sr. Manoel Ribas

Ha muito que esta folha vem se batendo pela melhoria de classe da agencia postal da cidade. Ha dois annos o sr. José Leandro da Costa, alto funcionario da Regional da Curityba, esteve em Londrina e, num imparcial e criteriosissimo relatorio, mostrou ás auctoridades postaes a necessidade urgente da elevação de classe da agencia local. Esse relatorio teve a immediata approvação do operoso dr. Flavio da Silva Pereira, director regional, que apoiando com entusiasmo as considerações do seu illustre e distincto auxiliar, solicitou immediatamente ao Director Geral, no Rio de Janeiro, a reclamada melhoria. Entretanto, a medida foi se retardando, até que o digno e honrado dr. Willie Davids, prefeito municipal, solicitou a intervenção do eminente sr. Manoel Ribas, governador do Estado, perante os poderes da Republica. Enquanto isso, o incansavel dr. Flavio da Silva Pereira foi, em meados de Setembro, ao Rio de Janeiro e lá, com empenho e a maior operosidade, tratou do assumpto e a medida foi decretada, sendo assim attendida a vontade do povo desta terra, onde o serviço postal, caso não existisse, seria um beneficio, em vista da baixa classe em que estava.

Agora, vamos, enfim, ter correio de verdade.

Na Regional de Curityba ha para com Londrina, uma verdadeira conspiração de boa vontade, de empenho. Alli todos os func-

cionarios advogam com fervor a nossa causa e sentem, como exemplares servidores da Republica, as necessidades do Estado em materia postal. D'ahi o cuidado dispensado á Londrina, em cujo municipio essas necessidades se avultuam e se avolumam com o progresso invulgar e estonteante do septentrião paranaense.

Quando, ha pouco, esteve em Curityba o nosso director, verificou, em visita feita á Directoria Regional, essa verdade, já na maneira captivante com que foi recebido alli, já no interesse que notou pelas cousas deste municipio. Notou tambem o nosso director que a distincção de que foi alvo na citada visita, traduzia uma homenagem, generosamente prestada a este municipio que, diga-se de passagem, bem o merece pelo entranhado amor dos seus habitantes a este pedaço maravilhoso do Brasil.

Seja-nos leito, citar a-

**Dr. Ruy Alves de Camargo**  
ADVOGADO

qui, tambem, com os nossos agradecimentos, com o penhor do nosso reconhecimento, os nomes dos funcionarios postaes que tanto nos captivam com o real interesse demonstrado por Londrina, dr. Antonio Moreira de Souza Filho, dr. Hugo Hemphreys e senhorita Diamantina Cunha, intelligente e culta secretaria da Regional, além do mencionado sr. José Leandro da Costa, o verdadeiro descobridor de Londrina em relação aos Correios.

Sobre a elevação de classe da nossa agencia recebeu o dr. Willie Davids o seguinte telegramma:

«Curityba, 28 — Dr. WILLIE DAVIDS—Tenho o prazer de comunicar que foi elevada á terceira classe a agencia postal dessa localidade— Saudações — Manoel Ribas».

E, assim, finalmente, vamos ter correio de facto porque até hoje só o tínhamos de direito.

## Estrangeiros

**Atacar os estrangeiros que aqui colaboram connosco na elevação e no progresso desta terra, com o seu labor honesto e constructor, constitue falta de patriotismo e inominavel ingratição.**

### Aggravo

A Corte de Appellação negou provimento ao aggravo interposto pela Prefeitura de Jatahy na acção executiva que a mesma Prefeitura move contra a Comp. de Terras Norte do Paraná.

### Auto estrada

O governo do Estado determinou a construção immediata da auto-estrada no trecho comprehendido entre Lovat e a Fazenda Brasileira.

Por esse grande melhoramento vinha ha muito, se batendo o dr. Willie Davids, prefeito municipal.

### Posto Zootechnico

O illustre secretario da Agricultura está em entendimento com o dr. Willie Davids, prefeito municipal, para a criação de um posto agricola e zootechnico em Londrina.

### Nova Dantzig

De conformidade com o pedido do dr. Willie Davids, prefeito municipal, que entregou pessoalmente ao sr. governador do Estado o memorial descriptivo das respectivas divisas, vae ser lavrado nestes dias o decreto creando o districto policial de Nova Dantzig.

### Arapongas

Attendendo um pedido do dr. Willie Davids, prefeito municipal, comprometteu-se o governo do Estado a fazer construir em Arapongas, no principio do anno vindouro, um edificio escolar.

Publicações como essa, demonstram que Londrina estava passando por situações de conflitos a respeito da nacionalidade dos moradores da região. Apesar de não haver no jornal maiores detalhes dos motivos para tal publicação, sabemos que, nesse período, o Brasil estava vivenciando um processo de nacionalização compulsória, o que gerou uma série de ações repressoras a estrangeiros que aqui moravam (CAPELO, 2000).

Na década de 1930, especialmente, a partir do Estado Novo,

[...] a escola, chamada a ter um papel central na configuração de uma identidade nacional, tomou-se um fator de incentivo à exclusão de processos identitários étnicos, construindo uma representação das etnias que melhor correspondesse à edificação do projeto nacional (KREUTZ, 2010, p. 73).

Em Londrina havia fiscalização por parte do poder público para com as escolas particulares e étnicas. Nos locais onde o Estado era ausente, a Igreja e os imigrantes se fizeram presentes fundando várias escolas. Em Londrina, o diretor do Grupo Escolar Hugo Simas, professor Antenor Henrique Monteiro, era o responsável por fiscalizar as escolas de Londrina e região no ano de 1937.

O cumprimento de decretos como esses, só aconteceriam por intermédio de instituições capazes de fiscalizar e de fazer valer as normatizações propostas. O GE “Hugo Simas” veio a ser este órgão governamental na comunidade londrinense. A escolha do nome do homenageado e o contato com documentos produzidos no seu interior certificam o papel de fiscalização e controle exercidos pelo estabelecimento de ensino (FARIA, 2010, p. 62).

As medidas nacionalizantes impactaram diretamente as escolas étnicas de nossa região, especialmente, japonesa e alemã, com exceção da escola da Warta, pois essa já estava adequada ao modelo brasileiro (CAPELO, 2000).

As discussões sobre a nacionalização do estrangeiro não foram restritas à Era Vargas, tiveram início no Paraná, no começo do século XX, quando no ano de 1909, o deputado Hugo Simas apresentou um projeto de lei sobre a nacionalização do estrangeiro (FARIA, 2010).

Em 1918, foi publicado o Decreto Federal nº 13.014, que determinava um auxílio financeiro às escolas públicas que ensinavam a língua portuguesa, a história e a geografia do Brasil, em regiões que outrora eram de colônias de estrangeiros (SCHELBAUER, 1998). O ensino dessas disciplinas, em especial, a história e a geografia no período da

Primeira República, tinham como propósito o fortalecimento do vínculo das pessoas com o Brasil. Para isso, havia a valorização da luta em prol da defesa do território e da unidade nacional, desse modo

Heróis, símbolos, hinos e celebrações foram articulados de modo a constituir um espaço simbólico nacional-republicano. Era preciso afirmar que o novo regime político não era obra do acaso, mas resultado de um longo processo, cuja memória precisava ser resguardada (GONTIJO, 2006, p. 4).

O culto aos símbolos como requisito do patriotismo não foi algo gerado na Era Vargas, mas no período da Primeira República, que almejava transformar os súditos do Império em cidadãos republicanos. Para isso, foi necessário criar um sentimento de pertencimento e nacionalidade e os símbolos como a bandeira nacional, o hino nacional e o culto a heróis contribuíram para tal (CARVALHO, 1990).

A experiência com a Primeira Guerra Mundial e a disputa por colônias em todo o mundo fez com que o Brasil se preocupasse com quaisquer possíveis ameaças à “democracia” brasileira. Nesse contexto, a escola foi utilizada como um instrumento nacionalizante. Por isso, os desfiles e as festas comemorativas celebravam heróis e cultos nacionais, no intuito de construir uma memória coletiva.

O movimento de nacionalização do estrangeiro e do fortalecimento da unidade nacional adentrou a década de 1920, mas, ganhou força com a Era Vargas.

Apesar de somente nos anos finais da década de 1930 ter uma legislação voltada às celebrações cívicas, as escolas de Londrina e região já tinham esse hábito, conforme o publicado no Paraná-Norte de 5 de setembro de 1937, sob o título “As comemorações do 7 de setembro em Londrina”, em que é relatado que professor Antenor Monteiro organizou atividades junto das professoras e alunos do grupo escolar e convidou todos moradores e autoridades políticas para celebrar a data festiva.

Na data de doze de setembro de 1937, o Paraná-Norte publicou uma nota sobre uma passeata cívica organizada pelo professor Antenor Cardoso, diretor do grupo escolar no qual houve a participação da Banda Municipal de alunos da escola pública e alunos da Escola Mãe de Deus que, ao todo, somaram 551 crianças participando do evento (DIA DA PÁTRIA, PARANÁ-NORTE, 1937, p. 1).

Eventos escolares como os relatados eram comuns em datas históricas, como o dia da bandeira, no qual alunos das escolas públicas e particulares hasteavam a Bandeira Nacional e entoavam o Hino à Bandeira e o Hino Nacional.

Durante o Estado Novo, a inscrição “Ordem e Progresso” foi mais do que nunca cultuada. A Carta Constitucional de 1937, em seu artigo 2º, determinava: “A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais”. Ao ato, seguiu-se a incineração das bandeiras estaduais, passo fundamental para disciplinar o culto e os discursos à bandeira nacional.

A Era Vargas efetivou o culto aos símbolos nacionais por meio da legislação, no intuito de aceleração o movimento de nacionalização do estrangeiro. Para isso, as escolas foram utilizadas como meio de disseminação do projeto nacionalista do governo Vargas. A apropriação de símbolos e rituais cívicos pela educação tinha como objetivo formar o cidadão patriota. Para tal foi promulgado o Decreto nº 19.488, de 15 de dezembro de 1930, que instituiu as festividades cívicas nacionais com o objetivo de preservar a memória coletiva.

O processo de nacionalização das escolas étnicas em Londrina aconteceu com as políticas nacionalistas e intervencionistas implantadas na era Vargas, ações apoiadas pelo jornal Paraná-Norte. Para tal, essas instituições foram transformadas em escolas municipais ou estaduais.

Sobre a questão da nacionalização, o jornal que elogiou e apoiou as escolas estrangeiras na região, foi o mesmo que, com as medidas intervencionistas e nacionalistas de Vargas, criticou essas escolas e seus professores.

Vejamos o exemplo da Escola Bratislava. O primeiro professor foi Bruno Comége, que lecionou durante alguns anos e ministrava as aulas em eslovaco, o qual foi elogiado pelo Paraná-Norte pela sua atuação:

[...] uma escola a cargo do competente professor Bruno Cornee, festeja no dia 17 do corrente a passagem de seu primeiro aniversário, às 10 horas do referido dias os alunos da Escola realizarão uma grande parada, contando com a presença das autoridades do município. Aos dignos diretores da Sociedade, agradecemos penhoradíssimos o convite e a oferta da

fotografia dos alunos, com que fomos distinguidos (SOCIEDADE, PARANÁ-NORTE, 1936, p. 1)<sup>32</sup>.

Anos mais tarde, o professor foi envolvido em uma situação polêmica e o Paraná-Norte criticou sua atuação pelo fato de ser professor estrangeiro. Isso aconteceu com a promulgação da Lei Municipal nº 26, de 10 de abril de 1937, que autorizava a nomeação de duas professoras municipais, sendo uma para a escola da Warta, em Londrina, e outra para a Escola Municipal Bratislava. Na ocasião, o professor da colônia seria substituído por uma professora brasileira. Mas a nacionalização da escola não foi aceita facilmente pelos moradores das colônias e a professora não assumiu os alunos da Escola Bratislava, pois a comunidade não a aceitou e Bruno Comége continuou a lecionar por mais três anos (BARION, 2014).

O projeto de nacionalização desenvolvido progressivamente durante a Era Vargas, se tornou compulsória a partir da publicação do Decreto nº 406, de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no país. Nesse processo, as escolas étnicas estiveram no centro das ações e o poder público passou a inaugurar escolas públicas em regiões com núcleos de imigrantes. Aos poucos, os professores estrangeiros foram substituídos por professores brasileiros e muitas escolas foram confiscadas pelo poder público, enquanto outras foram fechadas.

Em sequência ao projeto de nacionalização, foi publicado em agosto de 1939, o Decreto nº 1.545, orientando os secretários estaduais de Educação que estimulassem o patriotismo e a nacionalização do ensino. Para tal, deviam ser construídas escolas nas regiões de colonização de imigrantes, e nelas haveria fiscalização rigorosa sobre o cumprimento dos decretos em vigor (KREUTZ, 2010).

Seguindo a mesma perspectiva, no dia 8 de abril de 1939 foi publicado o Decreto Lei Federal nº 1.202, que versava sobre as atividades de cunho nacionalista. Esse documento ficou conhecido como “Ato Adicional à Constituição de 1937”. Em seu artigo de nº 53, determinava que todas as escolas, públicas ou particulares deveriam, obrigatoriamente, ter a bandeira nacional brasileira em lugar de honra.

---

<sup>32</sup> Nesse texto o jornal fez referência ao professor Bruno Comége com o sobrenome de ‘Cornee’. “Não foi possível saber qual dos dois sobrenomes está correto, entretanto, os documentos analisados confirmam a hipótese de que se tratava da mesma pessoa” (BARION, 2014, p. 90).

No dia 19 de fevereiro de 1939, o Paraná-Norte publicou um artigo criticando o professor Bruno Comége por lecionar na Escola Bratislava. Ele foi chamado pelo periódico “Um estrangeiro recalcitrante” e “professor fora da lei”.

Vejamos parte do texto que nos interessa.

Há tempos organizou-se no districto de Nova Dantzig uma sociedade escolar que tomou o nome de Sociedade Escolar Bratislava. O seu principal fundador, a alma e o braço da citada sociedade foi o senhor Jasé Torrejais, que não mediu sacrifícios para que o seu ideal se concretizasse numa realidade. E tanto luctou e com tal habilidade se houve, que conseguiu que a Companhia de Terras fizesse a doação de um terreno para o patrimônio da sociedade. Com o tenacidade e muito trabalho foi edificado a casa escolar. O digno prefeito municipal dr. Willie Davids, creou ali uma escola pública municipal e nomeou a respectiva professora. Tudo ia muito bem, muito direito, até que um grupo de estrangeiros fez uma eleição clandestina, tomou conta da Directoria e arrogou-se o direito de nomear um Professor estrangeiro para dar aulas, pondo de lado a professora municipal, o que é uma violência. O professor estrangeiro, sr. Bruno Comége apesar de avisado continua a dar aulas, a violar a lei, lei que se deve respeitar. O sr. Comége é, portanto um estrangeiro recalcitrante, como recalcitrante é a directoria clandestina e também ilegal porque pela lei, uma directoria composta de brasileiros (UM ESTRANGEIRO RECALCITRANTE, PARANÁ-NORTE, 19/02/1939, p. 1).

A nomeação de professores municipais fazia parte do processo de nacionalização do estrangeiro. A Era Vargas editou decretos e leis que corroboraram com essas ideias, o que garantiu que isso acontecesse. A intenção do governo era “apagar” a memória do estrangeiro, sua história e sua cultura e transformá-lo em um patriota brasileiro. A nacionalização do estrangeiro estava ligada ao fortalecimento da unidade nacional, integrando os imigrantes aos novos conceitos de nação e pátria, deixando de lado o país de origem (SCHELBAUER, 1998).

Nos anos finais da década de 1930 e início da década de 1940, a preocupação com a construção de escolas em regiões com estrangeiros se deu pelo fato de que em muitas regiões do Brasil, especialmente naquelas em processo de reocupação como Londrina e outras regiões do Sul do Brasil, não havia escolas públicas e, quando havia, não era suficiente para atender a demanda de crianças em idade escolar. Nesse contexto, a imprensa regional foi um veículo de divulgação das discussões em torno da necessidade de nacionalizar as escolas de imigrantes (BENCOSTTA, 2005).

O jornal Paraná-Norte se colocou como um porta-voz da sociedade, ao cobrar por alguns serviços em Londrina, dentre eles a escola pública. A falta de escolas e a falta de

vagas na região foram matérias em várias edições. A imagem da edição de março de 1937 divulgou um relatório com os dados sobre a instrução escolar em Londrina e região, apresentado pelo prefeito municipal à Câmara de vereadores da cidade.

Figura 13: Relatório sobre Instrução no Paraná

**EXPEDIENTE**

ASSIGNATURAS

Por anno . . . 15\$000

Por semestre 9\$000

Pagamento adiantado

# Paraná - Norte

Redactor proprietario: H. PUIGGARI COUTINHO    Gerente: GEORGE F. COUTINHO

Esta folha não aceita, nem mesmo como materia paga, artigos ou escriptos em linguagem menos digna.

---

ANNO III

LONDRINA ( Estado do Paraná - E. F. S. Paulo-Paraná - ), 28 de Março de 1937.

NUMERO 129

---



A pequenita Valéria, filha do nosso director e mascotte desta folha, que completa o seu 1.º anniversario natalicio no dia 1.º do mez de Abril entrante.

**Dr. Gabriel Carneiro Martins**  
Medico

Clinica geral, vias urinaarias, doencas venereas e de criancas.  
Residencia : Avenida Paraná

## RELATORIO

(Apresentado pelo Dr. Prefeito do Municipio, á Camara Municipal de Londrina).

(continuação)

### Instrução

Funcionaram no Municipio, em 1936, 2 escolas municipais, uma em Nova Dantzig, uma em Rolandia, uma escola do Estado, nesta cidade, e 13 escolas particulares, sendo cinco em Londrina, uma em Nova Dantzig, uma em Rolandia, uma em Heimtal e uma na colonia Bratslawka, e mais 4 escolas japonezas em diversas colonias localisadas em territorio do municipio.

Acham-se em construcção, já bastante adiantada, 3 Grupos Escolares do Estado, um nesta cidade, um em Nova Dantzig e outro em Rolandia, os quaes serão inaugurados no presente anno. A inauguração desses grupos escolares, representará um agigantado passo em beneficio da instrução primaria do Municipio.

É esse grande serviço prestado á infancia londrinense, agradecemos a proficua operosidade e capacidade administrativa do Snr. Manoel Ribas, dignissimo Governador do Estado, e de cujo governo, merecedor dos maiores encomios, o Municipio de Londrina espera confiante merecer sempre apoio para maior desenvolvimento de seu crescente progresso.

O Municipio tambem creará este anno mais uma escola, a qual funcionará em Arapongas.

No anno passado frequentaram os diversos collegios acima enumerados, oitocentas creanças, mais ou menos. Com o funcionamento, neste anno, dos Grupos Escolares do Estado, com a capacidade para 400 alumnos, (em dois turnos) o de Londrina, 160 o de Nova Dantzig e 160 o de Rolandia, e a escola municipal de Arapongas, com capacidade para 40 discipulos, e descontando o numero de 50 alumnos, que é a capacidade da Escola isolada do Estado, nesta cidade, que será suprimida com a creação do Grupo, poderão

no Municipio, receber instrução em collegios organizados, no anno lectivo de 1937, 1630 alumnos.

Ainda assim, levando-se em conta a população escolar do Municipio, calculada em 4.500 almas, são poucas, todavia, as casas de ensino que funcionarão no presente anno, devendo ser augmentado o seu numero, tanto pelo Estado como pelo Municipio, logo que as condições financeiras o permitam, por isso que, deve ser preocupação constante dos governos, o diffundir o mais possivel a instrução, para que o paiz se livre, com a maior brevidade, da enorme massa de analfabetos que, infelizmente, no Brasil attinge a uma cifra elevadissima.

### Finanças

A receita orçada para 1936, foi de 184.890\$000, e a despesa em igual quantia. Essa previsão ficou muito aquem da arrecadação e, consequentemente, das despesas feitas no exercicio findo, o que foi motivado pela falta de base para confecção do orçamento do anno passado, pois, em 1935, só foram arrecadados 137.739\$900, além disso não houve tempo para ser feito em fins de 1935, um estudo metuculoso para a fixação do quantum orçamentario para o exercicio de 1936, porque, ainda como prefeito nomeado pelo Snr. Governador do Estado, só assumi a administração do Municipio a 5 de Dezembro de 1935, época em que já deveria estar approvedo dito orçamento.

Assim, no periodo administrativo de 1936, esta Prefeitura arrecadou 260.772\$100 de impostos e 2.500\$000 de valores em caução que sommados aos 29.421\$200 que passaram de 1935 para 1936 deram um total de 292.693\$300. As despesas attingiram 273.498\$200, por conta desta Prefeitura e mais 5037\$500 por conta do Governo do Estado, passando de tal modo, para o presente exercicio de 1937 o saldo 149.175\$600.

O augmento da arrecadação explica-se facilmente; no Municipio em 1936, foram edificadas quasi 500 casas, instalados 136 estabelecimentos commerciaes e industriaes e adquiridas centenas de datas, o que deu logar ao grande augmento da arrecadação.

Quanto a despesa, sabe a illustrada Camara, a carencia imperiosa que houve do augmento de funcionarios, para attender os serviços que se desdobravam dia a dia, nas diversas secções existentes, e para melhor organização, teve esta Prefeitura, necessidade de crear os cargos de fiscal de Nova Dantzig e Rolandia, bem como, a secção de estatistica do Municipio.

**DR. RUY ALVES DE CAMARGO**  
ADVOGADO



De acordo com o periódico, havia mais escolas particulares do que públicas em Londrina e região. Nesse período, já estava sendo construído o primeiro grupo escolar de Londrina, mas o jornal afirmava que não seria o suficiente para abrigar todas as crianças da região, uma vez que havia pouco mais de 1.600 vagas, considerando todas as escolas, para mais de 4 mil crianças. Essa situação não era algo isolado, isso estava acontecendo em todo o território nacional, pois o governo Vargas se preocupou com a nacionalização via escola das regiões de zonas de colonização, enquanto que a educação primária, especialmente, em regiões interioranas, não foi vista como prioritária. Nesse período, o Ministério da Educação investiu mais no Ensino Secundário e Comercial. A falta de investimentos na educação primária se deu devido à descentralização da educação, pois no artigo 150 da Constituição brasileira de 1934, o Governo Federal responsabilizou os estados e municípios pela oferta do ensino primário nos municípios (KANG, 2010).

Mesmo com a falta de vagas na região, o professor Antenor Henrique Monteiro, diretor do Grupo Escolar, solicitou que todas as crianças em idade escolar fossem matriculadas (GRUPO ESCOLAR, PARANÁ-NORTE, 18/07/1937, p. 1). A intenção era que as crianças habitantes em Londrina fossem instruídas para que, quando adultas, pudessem contribuir com o desenvolvimento da cidade. Nesse aspecto, compreendemos que a burguesia urbana era quem frequentava as escolas na região central, especialmente o Grupo escolar, enquanto que na periferia ou na zona rural prevalecia a falta de escolas e escolas isoladas e multisseriadas, muitas delas construídas pela iniciativa de particulares e funcionavam com professores leigos.

Sobre a educação escolar para adultos, o Paraná-Norte publicou cerca de 74 notícias entre os anos de 1934 a 1940. As publicações eram sobre a oferta de vagas em escolas noturnas e sobre ações de combate ao analfabetismo de jovens e adultos (CAMARGO, 2017). Sobre isso, foi publicado no dia 1 de agosto de 1937 uma nota no jornal informando que o diretor do Colégio Hugo Simas havia aberto um curso primário, no período noturno, para rapazes e adultos. Entretanto, as aulas para os jovens e adultos não eram ofertadas pelo poder público, eram de caráter particular, por isso era necessário o pagamento de uma pequena quantia em dinheiro pelos estudantes (ESCOLA NOCTURNA, PARANÁ-NORTE, 1937, p. 2).

Apesar de o texto afirmar que a taxa era “pequena”, o fato de ter que pagar algum valor limitava o grupo social que frequentaria esse espaço. De acordo com o Censo Demográfico de 1940, Londrina tinha 75.296 habitantes, sendo que desses, 56.196 pessoas

moravam na zona rural e 19.100 pessoas na área urbana. Ao todo, 39.817 pessoas acima de 5 anos de idade, eram analfabetos. Em relação a jovens de 10 a 29 anos, Londrina tinha 18.150 analfabetos (BRASIL, 1940). A análise desses dados permite concluir que o número de analfabetos adultos em Londrina era alto, particularmente na zona rural.

Sobre a abertura de escolas na região, convém lembrarmos que nesse período, Arthur Thomas, diretor da CTNP, e o interventor do Estado eram amigos. A Cia. era a principal patrocinadora do jornal Paraná-Norte. Dessa forma, o posicionamento do jornal em prol da abertura das escolas era um posicionamento político, principalmente porque o periódico era aliado do governo.

Após a campanha local em prol de abertura de mais vagas, e atendendo à solicitação do “[...] honrado dr. Willie Davies, prefeito municipal, o governo do Estado ordenou a construção de mais um pavilhão no grupo escolar a fim de atender o elevado número de matrículas que estão sendo requeridas” (GRUPO ESCOLAR, PARANÁ-NORTE, 03/01/1937, p. 2). Em outubro de 1937, o Paraná-Norte divulgou a quantidade de alunos que frequentavam o Grupo Escolar de Londrina, sendo no total 252 meninos e 253 meninas. Desses, 82% eram paulistas, 13% oriundos de outros estados e/ou outras localidades do Paraná; os estrangeiros matriculados chegavam a 5% do total de alunos (GRUPO ESCOLAR, PARANÁ-NORTE, 03/10/1937).

Nesse período, Londrina tinha um número significativo de estrangeiros, mas muitos deles optaram por instruir as crianças na própria colônia, considerando-se que o Grupo escolar estava localizado na região central de Londrina, distante das colônias étnicas, nas quais a maioria dos estrangeiros moravam, por isso o número de estrangeiros matriculados no Grupo escolar era tão baixo em relação aos demais moradores. Assim, enquanto a “Londrina urbana” clamava por escolas modernas, por grupos escolares e por escolas particulares, as zonas rurais e regiões de colônias ficaram com escolas isoladas até os anos 1980, conforme afirma Capelo (2000).

Durante os primeiros dez anos de circulação do jornal, pudemos observar que houve uma preocupação com a educação dos moradores de Londrina, especialmente, a escolar. Os anos em que mais houve o clamor pela abertura de vagas nas escolas foram 1936, 1937 e 1938, sobretudo, após algumas escolas étnicas serem fechadas na região.

A falta de vagas nas escolas de Londrina foi noticiada pelo Paraná-Norte. O diretório político do Partido Municipal de Londrina, no qual Coutinho fazia parte, preparou um memorial para apresentar ao governador, demonstrando, por meio de dados “[...] a

imensa necessidade da criação de várias escolas ruraes no município” (ESCOLAS RURAES, PARANÁ-NORTE, 15/08/1937, p. 5).

Dias depois, Manoel Ribas foi à Londrina, após compromissos políticos pela região, e visitou o Grupo Escolar da cidade (GOVERNADOR MANOEL RIBAS, PARANÁ- NORTE, 29/08/37, p. 1). A visita do interventor ao Grupo Escolar tinha o objetivo de verificar a capacidade da instituição em ofertar vagas às crianças do centro urbano. O próprio periódico anunciou que apresentaria os dados necessários para solicitar ao governador do Estado, Manoel Ribas, a criação de mais 5 escolas rurais na região de Londrina, e solicitaria o aumento do Grupo Escolar de Londrina que, segundo o jornal, “[...] já não comportava a quantidade de creanças” (ESCOLAS RURAES, PARANÁ-NORTE, 12/09/1937, p. 1).

O Paraná-Norte se empenhou em prol da educação escolar na região e, no ano de 1939, publicou o resultado da reunião realizada entre o Diretor Geral da Educação no Paraná, dr. Hostílio César de Souza Araújo e o proprietário do Paraná-Norte, Humberto Puiggari Coutinho, que intercedeu por Londrina solicitando a construção de mais salas de aula e de mais escolas para a região (PARANÁ-NORTE, 29/10/1939).

Essa publicação demonstrou que Coutinho tinha prestígio político mesmo não exercendo cargo dessa natureza em Londrina. O fato do Paraná-Norte demonstrar apoio político ao Estado Novo, contribuiu para que ele se tornasse “respeitado” pelo governo do estado. Mas, a parceria política entre o periódico e o governo do estado não limitou o periódico de denunciar a falta de escolas e de professores para Londrina.

Ao elaborar o mapa colonizador de Londrina, a CTNP não deixou o registro de espaço para escolas, conforme relatado no livro publicado em comemoração aos 50 anos da empresa Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1975), diferentemente do que ocorreu com as outras cidades que foram depois colonizadas pela Cia.; entretanto, fez doações de terrenos para a construção de algumas escolas nos núcleos “colonizados” como a escola no Heimtal (Londrina) e no Bratislava (Cambé), bem como fez a doação para a construção do primeiro Grupo Escolar de Londrina. Essas afirmações são possíveis devido às várias publicações no Paraná-Norte.

A construção de escolas em terrenos doados pela CTNP se deu por iniciativa de particulares, especialmente, nas que habitavam estrangeiros que viam na escola um espaço de preservação da cultura e da memória coletiva. As doações para o primeiro grupo escolar

de Londrina e para o Colégio Mãe de Deus aconteceram em prol do “desenvolvimento” e do “progresso” de Londrina.

Ao fundar novos núcleos urbanos, a CTNP levou consigo a experiência que adquiriu com a colonização planejada de Londrina. Por isso, os mapas de outros municípios contavam com um modelo padrão, no qual as cidades fundadas pela CTNP deixavam nos mapas espaços para escolas, igreja, cemitério, estação ferroviária, campo de esporte e hospital. No caso específico de Maringá, as ruas e avenidas foram projetadas maiores e mais largas do que as de Londrina (LEÃO REGO; MENEGUETTI, 2008, p. 43).

A educação escolar em Londrina por vezes foi notícia no Paraná-Norte, mas nem sempre pelo fator de promotora de “progresso”. Em 1938, o jornal publicou uma denúncia sobre o valor da contribuição obrigatória para o caixa do Grupo Escolar Local. De acordo com o texto, o valor era excessivo e ilegal. Sendo assim, o periódico solicitou a intervenção do Diretor Geral do Ensino, afirmando que a contribuição deveria ser voluntária e de acordo com as condições financeiras de cada aluno.

O excesso de disciplina foi outro fator que levou o Paraná-Norte a enviar um documento para o Diretor Geral do Ensino. Segundo o jornal, a comunidade estava reclamando do modelo disciplinar utilizado. O periódico afirmou que esses problemas aconteciam pelo fato de Londrina não ter um inspetor de ensino, cargo exercido pelo próprio diretor do Grupo Escolar<sup>33</sup> (GRUPO ESCOLAR, PARANÁ-NORTE, 29/05/1938, p. 3).

O periódico não deixa claro quais eram os métodos disciplinares aplicados no grupo escolar, entretanto o Código de Ensino do Paraná de 1917, em vigência na década de 1930, em seus artigos 89, 90 e 91, orientavam sobre as ações disciplinares a serem postas em prática, caso fosse necessário.

Dentre as repressões, estavam a advertência, a repreensão verbal, a privação do aluno ao horário do recreio, retirada de nota do aluno por mal comportamento, suspensão de até 15 dias e expulsão do aluno da escola (PARANÁ, 1917).

Em 12 de outubro de 1927, foi criado o Decreto nº 17.943, que ficou conhecido como “Códigos de Menores”. Esse documento versava sobre a repressão social de menores de 18 anos, especialmente, os em situação de pobreza. Sobre o castigo, o documento proibia castigos físicos na escola e orientava a utilização de outros meios como premiação

---

<sup>33</sup> O diretor do Grupo Escolar Hugo Simas, Antenor Henrique Monteiro, era o responsável por fiscalizar as escolas da região e fornecer os relatórios ao governo do estado do Paraná (FARIA, 2010).

e de educação moral, que contribuísse para sua formação social e patriótica (BRASIL, 1927).

A pedagogia da Escola Nova criticou o modelo de escola tradicional em que os castigos físicos eram permitidos, e afirmou que esse modelo de ensino que utilizava o castigo físico, remetia a um modelo de professor “antiquado, desatualizado e incompetente” (SOUZA, 2009, p. 41).

A severidade dos castigos físicos muito presente na escola no século XIX e início do século XX, aos poucos deu lugar a castigos de cunho moral, que visavam disciplinar os alunos para uma sociedade disciplinada moralmente. Nesse sentido, cabia à escola, em Londrina, a missão de disciplinar moralmente e alfabetizar a criança, para que no futuro ela contribuísse com o progresso e a civilidade da cidade.

O artigo “A iniciativa dos paranaenses” foi publicado na capa do Paraná-Norte no dia 21 de agosto de 1938. Assinado por Mario Pinto Serva, o texto trazia ao leitor, uma reflexão sobre a situação do analfabetismo no Brasil<sup>34</sup>. De acordo com o autor, cerca de 80% da população brasileira não era instruída; em algumas localidades, esse número era um pouco menor, cerca de 70%. Essa situação foi destacada por Serva por meio da reflexão sobre a necessidade de o Estado do Paraná decretar a extinção do analfabetismo em todo o território. Para isso, o Estado deveria destinar 30% da arrecadação para a abertura de escolas e manutenção das que já existiam. Dessa maneira, o Paraná seria exemplo para os outros estados, assim como nos tempos antigos, Atenas foi para o mundo, pelo exemplo de sua intelectualidade.

Mas si cada município do Brasil tomar a peito a extinção no local do analfabetismo e a expansão da educação para todos, então o mundo verá o surto de uma nova nação vigorosa e formidável que será o Brasil, quando todos os seus habitantes forem homens cultos e sadios (A INICIATIVA DOS PARANAENSES, PARANÁ-NORTE, 21/08/1938, p. 1).

Para o autor, o único meio de o Brasil progredir era por meio do trabalho e do pensamento, e a escola seria o caminho para isso. Nesse período, a educação era responsável por formar a mão de obra para o trabalho, bem como para construir o civismo e a ordem social (AGUIAR JUNIOR, 2013).

---

<sup>34</sup> Foi um intelectual paulista nascido em 26 de julho de 1881. Ele atuou como jornalista, advogado e político defendendo a causa educacional nos jornais (SIMÃO, 2017).

O ano de 1939 contou com poucas publicações sobre a educação escolar na região. As publicações foram propagandas de algumas instituições escolares, aprovações e reprovações nos exames, inauguração dos patronos das classes, dentre outros.

Vários foram os textos publicados até esse período sobre a construção de escolas e aberturas de salas de aulas em Londrina e região. No entanto, os anos iniciais da década de 1940 iniciaram com o mesmo problema que se findaram os anos de 1930: a falta de vagas nas escolas.

Em relação à abertura de escolas rurais na região, o Jornal Paraná Norte de 7 de janeiro de 1940 noticiou a dificuldade em abrir escolas na região Norte do Paraná, especialmente, na zona rural. A maior dificuldade era pela falta de professores formados, o que contribuía para que professores leigos assumissem tal tarefa, por isso o jornal noticiava a necessidade de o governo construir escolas para a formação de professores para atuar na região norte paranaense, como acontecia em outras regiões do Paraná.

Da maioria do magistério primário, dessa maioria que vive propriamente do ordenado, não poderá sahir o professorado para um districto longínquo, mormente daqui do norte, onde a vida é caríssima. Por isso, seria uma utopia pensar em promover cadeiras no norte com moços e moças sahidos das escolas normais. Elles não poderão viver num meio estranho e de vida difícil. O recurso é lançar-se mão dos leigos, residentes nos distritos da própria escola (PELA INSTRUCCÃO PUBLICA NO PARANÁ, PARANÁ-NORTE, 07/01/1940, p. 3).

A falta de escolas e a atuação de professores leigos na educação paranaense, de certa forma, “ameaçava” o projeto governamental de desenvolvimento nacionalizante. É visível em muitas publicações do jornal Paraná Norte, discursos que enalteciam o poder da educação escolar como elemento propulsor do desenvolvimento, mas esse discurso estava atrelado à política de vendas de lotes na região (BARION, 2014).

Em 1º de janeiro de 1940, o jornal Paraná Norte apresentou um relatório sobre como se encontrava a educação no Estado do Paraná, com o título de “O ensino público no Paraná”. O interventor do estado, Manoel Ribas e o Diretor Geral da educação, Hostílio de Araújo, apresentaram o relatório da situação educacional do estado. Sendo que, em 1931 havia cerca de 1.000 unidades escolares no estado, 2.003 professores, 32.613 alunos, já no ano de 1938 havia 1.299 unidades escolares, 2.342 professores e 47.483 alunos (O ENSINO PÚBLICO NO PARANÁ, PARANÁ NORTE, 1940).

Em relação à educação escolar, Manoel Ribas apresentou um relatório de como estava a educação no Paraná durante o período de 1937 a 1942. De acordo com o documento, no ano de 1942, havia no Paraná 1.966 unidades escolares, já contabilizado os 87 grupos escolares. Havia 123.776 alunos matriculados para um quantitativo de 3.587 professores. Cerca de 50% dos alunos matriculados frequentavam a escola e desses, cerca de 7.465 alunos concluíram o curso primário (PARANÁ, 1942, p. 15).

Podemos observar que, apesar da quantidade de alunos matriculados ser grande, apenas cerca de 5% deles conseguiam concluir o ensino primário.

Os dados revelam o caráter ainda excludente da educação escolar pública, pois que a escola não era para todos. Enquanto a grande massa popular dedicava-se ao trabalho, que tinha início ainda na infância, a elite dominante podia dedicar-se aos estudos nas melhores instituições do país e fora dele (BARION, 2014, p. 51).

Além da educação escolar, o Paraná-Norte divulgou nas décadas de 1930 e início de 1940 outros espaços de educação em Londrina, como a Escola de Datilografia, Escola do Comércio e Escola Técnica de Aviação. Todos esses estabelecimentos foram construídos no intuito de contribuir com a educação profissional e o progresso da região.

As publicações do Paraná-Norte do ano de 1941 continuaram atrelando a educação do povo ao progresso. Nesse período, Londrina já possuía várias escolas, mas havia a carência de outros espaços educacionais.

Na edição de 15 de junho de 1941, o jornal publicou um pequeno texto em tom de crítica ao poder público local sobre a ausência de biblioteca pública em Londrina.

Apesar das concessões outorgadas pelo governo da República no patriótico afan de ilustrar o brasileiro, os poderosos públicos de Londrina até hoje nada fizeram para criação de uma biblioteca pública. O indiferentismo por essa iniciativa vinda com melhores auspícios do Estado Novo tem sido lamentável (LONDRINA NÃO TEM BIBLIOTECA, PARANÁ-NORTE, 15/06/1941, p. 2).

Sobre a criação da biblioteca pública, o periódico fez um apelo à diretoria da Associação Comercial de Londrina para que cedessem uma sala para ser usada na construção da biblioteca e solicitou que os intelectuais do estado, junto às livrarias, fizessem a biblioteca tornar-se uma realidade.

Essa publicação demonstra que o periódico via a educação dos moradores de Londrina para além da educação escolar, ou seja, a escola tinha sua função de instruir e

formar para o desenvolvimento da nação, contudo, uma cidade progressista necessitava de outros espaços educacionais nos quais fosse possível demonstrar à sociedade brasileira que Londrina era uma cidade civilizada.

No ano de 1942, o Paraná-Norte divulgou que o ensino primário em Londrina havia recebido investimentos nos últimos anos, a julgar pela cooperação entre o governo municipal e o governo estadual; no entanto, Londrina carecia de escolas de primeiras letras (PARANÁ-NORTE, 1942).

No ano de 1943, foram poucas as publicações em prol da educação escolar em Londrina. Mas, as propagandas de cursos particulares e notícias sobre a realização e aprovações nos exames escolares foram o que mais apareceram nas edições do jornal. Nesse período, Londrina tinha cerca de 20.000 habitantes, e 50 escolas públicas municipais, um Ginásio e um Grupo Escolar funcionando e outro em processo de construção (PARANÁ-NORTE, 13/06/1943).

No mesmo ano, o jornal publicou alguns textos relacionando a questão do analfabetismo com o aniversário de Getúlio Vargas. Em 21 de março de 1943, foi publicado o texto “Aniversário do chefe da Nação e o combate ao analfabetismo”.

Iniciativa dos altos espíritos que integram a Cruzada Nacional de Educação e de acordo com o recém publicado decreto destinar-se ao Fundo Nacional Para o Ensino Primário todas as taxas de telegrama de felicitações que, no próximo dia 19 de Abril forem dirigidos ao Presidente Vargas (O ANIVERSÁRIO DO CHEFE DA NAÇÃO E O COMBATE AO ANALFABETISMO, PARANÁ-NORTE, 21/03/1943, p. 1).

Sobre isso, Londrina se mobilizou e o Paraná-Norte divulgou essas informações para que os londrinenses enviassem vários telegramas parabenizando o Presidente da República. Para isso, foi constituído em Londrina uma comissão para intensificar na cidade o envio individual dos telegramas, contribuindo, assim, com a Cruzada Nacional de Educação no combate ao analfabetismo no Brasil. Essa ação fazia parte da campanha nacional intitulada “A Campanha do Tostão”<sup>35</sup>, que tinha como propósito arrecadar dinheiro suficiente para construir 10 mil escolas no Brasil.

---

<sup>35</sup> A Campanha do Tostão previa a abertura de 10.000 escolas de ensino primário durante as comemorações do “Dia do Presidente” em 19 de abril 1943, data do aniversário de Vargas. Para contribuir, cada pessoa deveria enviar um telegrama de felicitações a Getúlio Vargas pela passagem do seu aniversário. Parte do valor do telegrama, equivalente a um tostão seria doado para a construção de escolas (RODRIGUES; CARVALHO; BICA, 2020).



No dia 11 de abril de 1943, sob o título “O 19 de abril e o combate ao analfabetismo”, foi publicado um documento no qual o prefeito devia organizar uma comissão para intensificar o envio de telegramas em homenagem ao presidente como forma de contribuir com a Campanha do Tostão.

Conforme vem anunciando amplamente a imprensa de todo o país, todas as taxas de telegrama endereçadas ao presidente Getúlio Vargas no próximo dia 19, data do seu aniversário natalício, serão destinadas ao Fundo Nacional para o Ensino Primário. Atendendo as recomendações expressa-se pelo senhor Gustavo Ambrust, da Cruzada Nacional de Educação tudo tem feito com a nossa cidade para intensificar naquela data o movimento telegráfico individual em homenagem ao Primeiro Magistrado da nação brasileira. A data terá ainda condignamente comemorado em todos os nossos estabelecimentos de ensino, estando projetadas grandes e solenes sessões cívicas paradas e etc. (O 19 DE ABRIL E O COMBATE AO ANALFABETISMO, PARANÁ-NORTE, 11/04/1943, p. 1).

O Paraná-Norte foi um instrumento utilizado para divulgar a Campanha do Tostão na região. O discurso jornalístico era de que bons cidadãos deveriam contribuir com a campanha do governo federal, bem como homenagear o presidente da República. Nesse sentido, o Paraná-Norte se posiciona como um instrumento de educação político partidário na região, ao relacionar a política ao patriotismo

No mesmo mês foi publicado o artigo intitulado “Educação física moral e civismo”, assinado pelo professor de Educação Física Vitorino Gonçalves Dias. No texto, afirmação sobre a importância da educação física para o corpo e para o espírito.

[...] pratique educação física cultivando o esporte, protegendo ao mesmo tempo as instituições desse gênero de educação e então teremos em nossa pátria a alegria e o progresso, a vida sã e feliz de um povo forte moralizado possuidor de uma consciência bem informada e digno de imitação das gerações vindouras (EDUCAÇÃO FÍSICA, PARANÁ-NORTE, 04/04/1943, p. 3).

A concepção de educação física divulgada pelo jornal era a mesma que circulava no cenário nacional, voltada para a formação física e moral dos cidadãos da pátria brasileira. Uma pátria forte precisava de um povo forte. Logo, o progresso e a felicidade viriam como consequência de uma boa formação. Esse era o discurso nacional replicado pelo Paraná-Norte.

Nesse período, a educação física estava fortemente vinculada à concepção de “Segurança Nacional, sentida na preocupação com a eugenia ou ao adestramento físico

necessário, tanto à defesa da Pátria, quanto para assegurar ao processo de industrialização recém implantado no país, mão-de-obra fisicamente capacitada” (CORRÊA, 2006).

Além da educação do corpo, o jornal se preocupou com a educação econômica dos moradores da região, pois afirmou em um texto nomeado de “A educação econômica de um povo”, que a prosperidade da nação dependia da prosperidade de cada cidadão. Por isso, havia a orientação para que as pessoas aprendessem a economizar e a capitalizar o dinheiro. No texto não havia a indicação de como fazer a economia e a capitalização, mas havia a afirmação de que o desenvolvimento de uma nação dependia dos indivíduos e da sociedade civilizada (A EDUCAÇÃO ECONÔMICA DE UM POVO, PARANÁ-NORTE, 04/06/44, p. 1).

Ao publicar textos sobre educação como princípio civilizatório, o Paraná-Norte divulgou a ideia de que além do progresso certo, Londrina era uma cidade de pessoas civilizadas. Diante disso, os vários estudos publicados discutiram a ação da CNTP no Norte do Paraná; outros a relação entre a Cia. e o jornal Paraná-Norte e a atuação desses com a política e o desenvolvimento do capitalismo na região. Sendo assim, tomamos como referência, a contribuição crítica dos estudos publicados por Tomazi (1997), Adum (1991), Arias Neto (2008) e Leite (2013; 2016), os quais analisaram a atuação da CTNP, enquanto uma empresa estrangeira que expandiu o capital por meio da exploração imobiliária no Norte Novo do Paraná. Os estudos citados foram respaldados pelas ações da CTNP em prol do discurso do desenvolvimento, da prosperidade e do progresso da região. Para isso, a Cia. fez uso do jornal Paraná-Norte como aliado na divulgação desse empreendimento. De acordo com esses estudos, o jornal Paraná-Norte atuava como aliado da CTNP em prol da venda dos lotes em Londrina e região e também como coadjuvante, juntamente da Cia., no movimento político local.

Nosso intuito com a pesquisa foi o de analisar as proposições e as questões sobre a educação, progresso e civilidade propagadas pelo jornal Paraná-Norte, em Londrina e região, durante os dez primeiros anos de sua circulação, de 1934 a 1944, no contexto de reorganização do Estado Nacional.

**Diante das questões apresentadas, podemos afirmar que as questões educacionais presentes no Paraná-Norte perpassaram os aspectos formais do espaço escolar, conforme apontado por Camargo (2018), abrangendo outros ambientes educacionais, como espaços políticos, de cultura e de lazer. Nesse aspecto, a educação foi vista pelo jornal Paraná-Norte como propulsora do “progresso” e da “civilidade”**

dos que habitavam a região, fatores utilizados como atrativos por possíveis compradores das terras. Num segundo momento, mas não menos importante, a educação defendida no Paraná-Norte foi em prol da nacionalização do estrangeiro e da construção do patriotismo, por meio do culto aos símbolos, aos heróis nacionais e ao respeito a datas cívicas, contribuindo para a disseminação da hegemonia política aos moradores da região. A educação do corpo e da mente representava a formação moral adequada ao cidadão comprometido com os princípios do Estado Novo, que utilizou da educação escolar e do papel formativo da imprensa para esse fim. Sendo assim, as ações divulgadas em favor da educação pelo periódico expressavam a relação histórica, política e social que circulavam no cenário nacional, mas que encontraram espaço na região de Londrina, a qual teve o jornal Paraná-Norte como um instrumento de tal educação.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como tema central a educação e imprensa em Londrina, Paraná, no período da colonização planejada por uma empresa privada, a Companhia de Terras Norte do Paraná. Para tal, selecionamos o jornal Paraná-Norte, o primeiro periódico a circular em Londrina, no período de 1934 a 1953, mas fizemos um recorte temporal do período de 1934 a 1944, tendo em vista que apesar da mudança na direção do periódico, não houve alterações significativas na estrutura do jornal.

A utilização da imprensa como fonte e/ou objeto de pesquisa permite aos pesquisadores da história e da história da educação esclarecerem questões sobre como a sociedade estava organizada política, econômica e socialmente, no período de sua publicação.

O levantamento de fontes sobre o jornal Paraná-Norte, demonstrou que o periódico tem sido fonte e objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, neste trabalho, foram apresentadas algumas publicações do Paraná-Norte, que nos permitiram analisar a concepção de educação, “progresso” e civilidade, presentes no periódico, num período de dez anos.

A pesquisa sobre o jornal Paraná-Norte, sua gênese, materialidade e intenções, no período de 1934 a 1944, permitiu tecer algumas conclusões, que servem de contribuição para o estudo sobre a imprensa regional, bem como do contexto educacional brasileiro na Era Vargas.

Por meio da análise dos dados presentes no nosso objeto, pudemos perceber que o jornal Paraná-Norte, no período do nosso estudo, foi dirigido por um grupo pertencente à burguesia londrinense que direcionou os rumos da política local, utilizando o jornal como instrumento político-partidário, em prol dos governos que porventura beneficiassem de alguma maneira, o empreendimento capitalista da CTNP.

O jornal Paraná-Norte, desde sua fundação até a sua venda, em 13 de agosto de 1943, funcionou como a principal fonte de informação para os moradores de Londrina e região, por isso podemos afirmar que ele foi um veículo educacional que contribuiu com a formação dos paranaenses que habitavam a região norte do estado.

Ao término dos estudos, verificamos que a imprensa periódica pode ser um instrumento rico de informações sobre a história regional de uma determinada localidade,

mesmo não sendo uma fonte voltada especificamente à educação, nos trouxe informações relevantes sobre a gênese da educação em Londrina.

Após análise de nosso objeto, foi possível perceber que o papel atribuído à educação no período de circulação do jornal estava voltado ao progresso e desenvolvimento da região e formação da civilidade dos moradores. A civilidade aqui mencionada estava pautada nos moldes morais da sociedade burguesa e dos desdobramentos políticos da Era Vargas, especialmente, no período do Estado Novo.

As mudanças ocorridas no Brasil no século XX, principalmente após Vargas ter assumido o poder em 1930, contribuíram para a consolidação de novas ideias sobre educação, progresso e civilidade. Em meio à contradição, todo o movimento que ocorreu no cenário nacional teve desdobramentos na região Norte do Paraná, influenciando o governo, a burguesia local e os demais moradores da região.

Os discursos presentes no Paraná-Norte não foram neutros, suas notícias e enunciados foram produzidos, visando um projeto de sociedade a ele vinculado. O jornal defendeu processos conservadores envolvidos com os interesses do governo Vargas e a reprodução do capital. O posicionamento educacional presente no jornal, expressou essa relação histórica e política e o colocaram em destaque o interesse da classe social mais privilegiada, em conflito com as demais.

Foi possível perceber que o Jornal Paraná-Norte serviu como meio para a disseminação dos ideais capitalistas de progresso e de formação do homem nacional, bem como para enaltecer o projeto desenvolvimentista da CTNP para a região Norte do Paraná.

Verificamos que o jornal Paraná-Norte foi um divulgador e apoiador das políticas nacionalizantes da Era Vargas na região. Nesse sentido, ao analisar a atuação do Paraná-Norte na sociedade londrinense, pudemos verificar que ele se colocou como um porta-voz da sociedade, apoiando as medidas intervencionistas de Vargas, especialmente, o Estado Novo. O periódico se mostrou um defensor do governo local e estadual, uma vez que ambos contribuíram com o desenvolvimento econômico da região, o que beneficiou o empreendimento colonizador da CTNP e a contribuiu com o domínio da burguesia local.

A elaboração deste trabalho proporcionou momentos de angústias, inquietações, mas também de grandes satisfações. Esses momentos foram importantes para a minha formação, pois compreendi que não há neutralidade nas questões às quais cercam a educação em nosso país, e que, ao estudar uma instituição, é necessário reinterpretar o passado, observando o contexto que a cerca.

Ao término do trabalho foi possível compreender as dificuldades de levantar, coletar, organizar e analisar fontes, e que para um trabalho ser realizado, é necessário desenvolver um relacionamento ético e respeitoso com as pessoas que possam contribuir com a pesquisa.

Ao concluir a pesquisa, foi possível perceber que o jornal Paraná-Norte é uma fonte rica para pesquisa, com temas variados, tais como o papel da mulher na formação da sociedade londrinense; a educação de jovens e adultos no jornal Paraná-Norte; a influência da religião na formação moral dos cidadãos londrinenses, relação entre desenvolvimento, exclusão e violência; dentre outros temas presentes no periódico. Nesse aspecto, evidenciamos a necessidade de mais pesquisas utilizando o periódico na compreensão da constituição da história regional do Norte do Paraná.

## REFERÊNCIAS

### **Jornal Paraná-Norte**

- A EDUCAÇÃO nacional e o recenseamento. **Paraná-Norte**. Londrina, 30 jun. 1940, p. 3.
- A INAUGURAÇÃO do aeroporto. **Paraná-Norte**. Londrina, 24 set. 1938, p. 1.
- A INICIATIVA dos paranaenses. **Paraná-Norte**. Londrina, 21 ago. 1938, p. 1.
- A LUZ elétrica. **Paraná-Norte**. Londrina, 11 jun. 1938, p. 1.
- A NOSSA imprensa. **Paraná-Norte**. Londrina, 22 set. 1935, p. 1.
- A NOVA Constituição da República. **Paraná-Norte**. Londrina, 14 nov. 1937, p. 1.
- A SUCESSÃO presidencial. ELEIÇÕES municipais. **Paraná-Norte**. Londrina, 23 maio 1937, p. 1.
- AFIRMAÇÃO de civismo. **Paraná-Norte**. Londrina, 06 dez. 1942, p. 02.
- ANNO NOVO Brasil novo. **Paraná-Norte**. Londrina, 1 jan. 1938, p. 1.
- ARBORIZAÇÃO da cidade, **Paraná-Norte**. Londrina 26 abr. 1942, p. 3.
- AS TABELAS orçamentárias em face a constituição. **Paraná-Norte**. Londrina, 24 mar. 1947, p. 1.
- BANDITISMO extremista. **Paraná-Norte**. Londrina, 4 fev. 1940, p. 4.
- BOND. Arthur de Oliveira. Londrina cidade milagre. **Paraná-Norte**. Londrina, 7 fev. 1941, p. 3.
- CARAVANA de estudantes. **Paraná-Norte**. Londrina, 20 set. 1936, p. 2.
- CASAMENTO. **Paraná-Norte**. Londrina, 8 jan.1939, p. 3.
- COMO COMBATER o extremismo. **Paraná-Norte**. Londrina, 03 jan. 1937, p. 1.
- COUSAS que fazem falta. **Paraná-Norte**. Londrina, 27 jul. 1941, p. 1.
- COUTINHO, Humberto Puiggari. A derrama. **Paraná-Norte**. Londrina, 2 jun. 1935, p. 1.
- COUTINHO, Humberto Puiggari. Em despedida. **Paraná-Norte**. Londrina, 18 jan. 1942, p. 1.
- COUTINHO, Humberto Puiggari. Não é digno de educar um brasileiro. **Paraná-Norte**. Londrina, 24 abr. 1938, p. 1.

COUTINHO, Humberto Puiggari. O Pleito de 3 de janeiro. **Paraná-Norte**. Londrina, 19 abr. 1937, p. 1.

COUTINHO, Humberto Puiggari. Revivendo o jacobinismo. **Paraná-Norte**. Londrina, 22 nov. 1936, p. 1.

COUTINHO, Humberto Puiggari. Sua majestade o boato. **Paraná-Norte**. Londrina, 4 abr. 1941, p. 1.

COUTINHO. Humberto Puiggari. Candidaturas. **Paraná-Norte**. Londrina, 14 jul. 1935, p. 1.

DECLARAÇÃO de direitos das crianças. **Paraná-Norte**. Londrina, 17 out. 1943, p. 1.

DESFAZENDO um equívoco. **Paraná-Norte**. Londrina, 25 ago. 1935, p. 2.

DIA da pátria. **Paraná-Norte**. Londrina, 7 set. 1937, p.0 1.

DIRECTORIO Político. **Paraná-Norte**. Londrina, 1 jan. 1935, p. 2.

DR. WILLIE DAVIDS. **Paraná-Norte**. Londrina, 26 mai. 1940, p. 1.

EDUCAÇÃO econômica de um povo. **Paraná-Norte**. Londrina, 04 jun. 1944, p. 1.

EDUCAÇÃO física. **Paraná-Norte**. Londrina, 4 abr. 1943, p. 3.

EDUCAR o sentimento. **Paraná-Norte**. Londrina, 28 nov. 1937, p. 2.

ELEIÇÕES municipais. **Paraná-Norte**. Londrina, 15 set. 1935, p. 1.

ESCOLA Allemã. **Paraná-Norte**. Londrina, 7 jul. 1935, p. 02.

ESCOLA brasileira Bratislava, **Paraná-Norte**. Londrina, 9 out. 1936, p. 11.

ESCOLAS ruraes. **Paraná-Norte**. Londrina, 12 set.1937, p. 1.

ESCOLAS ruraes. **Paraná-Norte**. Londrina, 15 ago.1937, p. 5.

ESTRANGEIRO. **Paraná-Norte**. Londrina, 3 out. 1937, p. 11.

FERRAZ, Camargo. Progresso de Londrina. **Paraná-Norte**. Londrina, 1934, p. 1.

FINALMENTE vamos ter luz. **Paraná-Norte**. Londrina, 16 jan. 1938, p. 4.

GOVERNADOR Manoel Ribas. **Paraná-Norte**. Londrina, 29 ago. 1937, p. 1.

GRUPO escolar. **Paraná-Norte**. Londrina, 18 jul.1937, p. 1.

GRUPO ESCOLAR. **Paraná-Norte**. Londrina, 29 maio 1938, p. 3.



- GRUPO escolar. **Paraná-Norte**. Londrina, 3 jan. 1937, p. 2.
- GUIMARÃES, Dalva Gomes. A educação. **Paraná-Norte**. Londrina, 7 dez. 1941, p. 2.
- HOSKEN DE NOVAES, José. Civilização. **Paraná-Norte**. Londrina 23 jun. 1940, p. 1.
- INTERVENTOR Manoel Ribas. **Paraná-Norte**. Londrina, 6 mar. 1938, p. 1.
- JÁ NÃO HÁ mais censura para o Paraná-Norte. **Paraná-Norte**. Londrina, 23 ago. 1942, p. 1.
- LOCALIZAÇÃO do meretrício. **Paraná-Norte**. Londrina, 07 set.1938, p. 1.
- LONDRINA actual. **Paraná-Norte**. Londrina, 19 abr. 1936, p. 2.
- LONDRINA em comunicação. **Paraná-Norte**. Londrina, 3 set 1939, p. 1.
- LONDRINA não tem biblioteca. **Paraná-Norte**. Londrina, 15 jun. 1941, p. 2.
- LONDRINA precisa de um bom cinema. **Paraná-Norte**. Londrina, 24 set. 1943, p. 4.
- LONDRINA também terá sua creche. **Paraná-Norte**. Londrina, 6 jun.1943, p. 2.
- MACEDO, Manoel Pedro de. Londrina, a cidade prodígio. **Paraná-Norte**. Londrina, 22 out. 1939, p. 2.
- MACEDO. Londrina fatos e homens. **Paraná-Norte**. Londrina, 1 fev. 1942, p. 2.
- MAIS UMA etapa vencida. **Paraná-Norte**. Londrina, 9 out. 1947, p. 1.
- MANOEL RIBAS. **Paraná-Norte**. Londrina, 12 abr. 1942, p. 3.
- MENEZES, João Alfredo. Presidente Manoel Ribas. **Paraná-Norte**. Londrina, 24 fev. 1935. p. 1.
- MENEZES, João Alfredo. Um futuro que já se tornou presente. **Paraná-Norte**. Londrina, 1 jan. 1935, p. 4.
- METAL para a Pátria. **Paraná-Norte**. Londrina, 30 ago. 1942, p. 1.
- NORTE do Paraná. **Paraná-Norte**. Londrina, 18 out. 1934, p. 1.
- NOVA DANTZIG. **Paraná-Norte**. Londrina, 15 dez.1935, p. 1.
- NOVOS JORNAES. **Paraná-Norte**. Londrina, 17 abr. 1938, p. 2.
- O 19 DE ABRIL. **Paraná-Norte**. Londrina, 11 abr. 1943, p. 1.

O AERO-CLUBE de Londrina terá seu avião. **Paraná-Norte**. Londrina, 24 ago. 1941, p. 1.

O ANIVERSÁRIO do chefe da nação. **Paraná-Norte**. Londrina, 21 mar. 1943, p. 1.

O ANIVERSÁRIO do presidente da república. **Paraná-Norte**. Londrina, 19 abr. 1941, p. 1.

O DIA do presidente. **Paraná-Norte**. Londrina, 19 abr. 1942, p. 1.

O ENSINO público no Paraná. **Paraná-Norte**. Londrina, 1 jan. 1940, p. 2.

O NORTE do Paraná sob a apreciação. **Paraná-Norte**. Londrina, 16 abr. 1944, p. 1.

O NOSSO progresso. **Paraná-Norte**. Londrina, 7 jun. 1936, p. 1.

O NOVO prefeito. **Paraná-Norte**. Londrina, 2 jun. 1936, p. 1.

O PARANÁ precisa “paranisar” o norte do estado. **Paraná-Norte**. Londrina, 16 abr. 1944, p. 1.

O PLEITO do dia 12. **Paraná-Norte**. Londrina, 22 set. 1935, p. 2.

PARANÁ- NORTE mais um anno. **Paraná-Norte**. Londrina, 9 out. 1937, p. 1.

PARANÁ-NORTE sob censura. **Paraná-Norte**. Londrina, 12 jul. 1942, p. 1.

PARANÁ-NORTE, **Paraná-Norte**. Londrina, 15 dez. 1935, p. 3.

**PARANÁ-NORTE**. Londrina, 13 de jun. 1943, p. 3.

PELA alfabetização. **Paraná-Norte**. Londrina, 4 fev. 1940, p. 1.

PELA instrução pública no Paraná. **Paraná-Norte**. Londrina, 7 jan. de 1940, p. 3.

PELA instrução pública no Paraná. **Paraná-Norte**. Londrina, 7 jan. 1940, p. 3.

PELA instrução pública. **Paraná-Norte**. Londrina, 20 out. 1935, p. 1.

PELA ordem. **Paraná-Norte**. Londrina, 13 abr. 1936, p. 1.

PELA pátria e pelo regiment. **Paraná-Norte**. Londrina, 01 nov. 1936, p. 2.

PELO ensino público. **Paraná-Norte**. Londrina, 3 mar. 1940, p. 2.

PELO ensino. **Paraná-Norte**. Londrina, 4 mar. 1940, p. 4.

POPULAÇÃO do município de Londrina. **Paraná-Norte**. Londrina, 22 mar. 1940, p. 1.

PROBLEMA da creança. **Paraná-Norte**. Londrina, 20 jun.1943, p. 1.

QUER DOAR um avião? **Paraná-Norte**. Londrina, 10 ago. 1941, p. 1.

ROGUSKI, Ostoja. Exemplo de civismo. **Paraná-Norte**. Londrina, 2 maio 1937, p. 1.

SOCIEDADE escolar brasileira, **Paraná-Norte**. Londrina, 15 nov. 1936, p. 1.

TODAS AS classes sociais, **Paraná-Norte**. Londrina, 15 out. 1939, p. 1.

TRICANICO, Marina. Educação infantil. **Paraná-Norte**. Londrina, 17 mar. 1940, p. 4.

ULTIMA hora. **Paraná-Norte**. Londrina, 1 jan. 1935, p. 5.

UM ESTRANGEIRO recalcitrante. **Paraná-Norte**. Londrina, 19 fev. 1939, p. 1.

UMA CADÊA digna de uma cidade civilizada. **Paraná-Norte**. Londrina, 24 set. 1939, p. 6.

WILLIE DAVIDS. **Paraná-Norte**. Londrina, 18 jun. 1944, p. 1.

## PERIÓDICOS DE CURITIBA

**CORREIO do Paraná**. Curitiba. 24 jul. 1933, p. 5.

LONDRINA. **O Estado**. Curitiba, 20 mar. 1937, p. 2.

LONDRINA. **O Estado**. Curitiba, 24 nov. 1937, p. 2.

NAÇÃO OU COLONIA, **Diário da Tarde**, n. 11.632, 10 fev. 1934.

**O ESTADO**. Curitiba, 01 out. 1937, p. 1.

O PARANÁ em leilão. **Correio do Paraná**, Curitiba, 24 abr. 1944, p. 1.

O QUE UM HOMEM que sabe viu no Paraná. **Correio do Paraná**, Curitiba, 19 set. 1934, p. 2.

PIONEIRO intelectual. **O Estado**. Curitiba, 24 mar. 1937, p. 2.

RIBEIRO, Alcídio. PELO norte do Paraná. **Correio do Paraná**, Londrina, 24 jul. 1934, p. 4.

## Legislação

BRASIL. **Decreto nº 19.488, de 15 de dezembro de 1930**. Declara os dias de festa nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-republicacao-85201-pe.html>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 20.033, de 25 de maio de 1931.** Cria o Departamento Oficial de Publicidade. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20033-25-maio-1931-517651-norma-pe.html>. Acesso em: 2 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934.** Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 259 de 1º de outubro de 1936. Torna obrigatória, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 7 out. 1936. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-259-1-outubro-1936-556512-publicacaooriginal-76565-pl.html>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1937.** Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 18 nov. 1938a. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 18 abr. 1938a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 122 de 8 de abril de 1939. Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 8 abr. 1939a. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1202&tipo\\_norma=DEL&data=19390408&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1202&tipo_norma=DEL&data=19390408&link=s). Acesso em: 6 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 10 de dezembro de 1939. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 10 dez. 1939c. Disponível em: [www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica](http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica). Acesso em: 6 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 20.033, de 25 de maio de 1931. Cria o Departamento Oficial de Publicidade. **Diário Oficial da União** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20033-25-maio-1931-517651-norma-pe.html>. Acesso em: 6 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saude Publica. **Diário Oficial da União** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 out. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 948, de 13 de dezembro de 1938. Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas. **Diário Oficial da União** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-948-13-dezembro-1938-349142-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 6 out. 2020.

### Outras Referências

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960**. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado.

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes; LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Funda-se um jornal, instala-se um município: a cidade de Londrina através do jornal Paraná-Norte 1934-1936**. Londrina, 2012, p. 208-223. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech12/arqtxt/PDF/carloshfleite.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

AGUIAR JUNIOR, Arimatéa Freitas. Construção do Civismo e da Ordem: as festas oficiais comemoradas em Teresina no período de 1935 a 1945. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ORAL*, 2013, Campinas. **Anais eletrônicos [...]**. Campinas: ABHO-Regional Sudeste e CMU-Unicamp, 2013. Disponível em: [https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1374340204\\_ARQUIVO\\_O\\_JosedeArimateaFreitasAguiarJunior.pdf](https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1374340204_ARQUIVO_O_JosedeArimateaFreitasAguiarJunior.pdf). Acesso em: 15 fev.2021.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti; BOLOGNESI, Roselaine. Silêncio e Ideologia no Jornal Paraná-Norte. *In: V ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL - CELSUL*, 5., 2003, Curitiba. **Anais do V Encontro do Celsul**. Curitiba: UFPR, 2003. v. 1. p. 193-197.

ALMEIDA, Gastão Thomas de. **Imprensa do interior - Um estudo preliminar**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1983.

ALVES, Jolinda de Moraes. **Importância do voluntariado e o compromisso com a saúde em Londrina: personagens e práticas**. Londrina: UEL, 2012.

ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na Era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p. 102-123, 2006. Disponível em: [www.https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8\\_22e.pdf](http://www.https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8_22e.pdf). Acesso em: 25 jul. 2019.

ANDREOTTI, Azilde Lina. O Projeto de ascensão social através da educação escolarizada na década de 1930. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p. 1-15, 2008. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_023.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_023.html). Acesso em: 25 jul. 2019.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática; UNB, 1998.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: representações da política em Londrina, 1930-1975. 2. ed. Londrina: Eduel, 2008.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; VIEIRA, Paulo Henrique. Roteiro para elaboração de projeto de pesquisa. In: ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar; GONZAGA, Maria Teresa Claro (org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EDUEM, 2011. p. 21-40.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a História e a memória. Bauru: Edusc, 1997.

BARION, Isabel Francisco de Oliveira. **Educação em Cambé**: história e memória da Escola Bratislava (1934-1949). Orientador: Cezar de Alencar Arnaud de Toledo. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 68-76. v. III.

BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa. **Da Escola Isolada ao Grupo Escolar**: o processo de escolarização primária em Sarandi-PR (1953-1981). Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

BIGOTO, Benedito Marcos. O estudo da história regional e da história local nas universidades. **Revista Científica UNAR**, Araras, v. 15, n. 2, p. 155-169, 2017.

BLANCK MIGUEL, Maria Elisabeth. **A pedagogia da escola nova no Paraná**: início, consolidação e expansão do movimento. 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

BLANCK MIGUEL, Maria Elisabeth. A institucionalização da instrução pública no Paraná: um estudo a partir de fontes. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande-MS, n. 25, p. 31-41, jan./jun. 2008.

BLANCK MIGUEL, Maria Elisabeth; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A ESCOLA NOVA NO PARANÁ: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES. **Revista Diálogo Educacional**, v. 5, n. 14, p. 93-100, jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/7355/7175>. Acesso em: 24 maio 2021.

BLANCK MIGUEL, Maria Elisabeth. A história da escola primária pública no Paraná: entre as intenções legais e as necessidades reais. In: SCHELBAUER, A. R.; LOMBARDI, J. C.; MACHADO, M. C. G. (Orgs.). **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006b. p. 187-209. (Coleção Memória da Educação).

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.

BONI, Paulo César. **Fincando estacas!** História de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: Ed do Autor, 2004.

BONI, Paulo César; KOMARCHESQUI, Bruna Mayara; RODRIGUES, Natália de Fátima. **O papel do Paraná Norte na construção da Santa Casa e o esporte nas ondas do rádio**. Londrina: Planográfica, 2010.

BONI, Paulo César; UNFRIED, Rosana Reineri; BENATTO, Omeletino. **Memórias fotográficas: a fotografia e fragmentos da história de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2013.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 33-60, 2014.

CAMARGO, Fernanda. **Educação no jornal Paraná-Norte da cidade de Londrina (1934-1953)**. 2018. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

CANDOTTI, Eliane. A. **Memórias da cidade: Londrina 1930/1960**. 1997. 191 f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto: Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e os meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulci (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 161-178.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, Escola e Diversidade Cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado**. 2000. 287 f. Tese (Doutorado em Educação, Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiz Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; MORAIS, Grinaura Medeiros de; CARVALHO, Bruna Katherine Guimarães. Dos castigos escolares à construção de sujeitos de direito: contribuições de políticas de direitos humanos para uma cultura da paz nas instituições educativas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 24-46, mar. 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362019000100024&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362019000100024&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Rosimere Aparecida Angelini. **O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930-1960)**. 1994, 330 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994.

CATARINO, Bruna Garcia. As representações de progresso presente no livreto de propaganda da C.T.N.P (1930 - 1940): encarte de propaganda como fonte de interpretação do passado norte-paranaense. *In: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA*, 8., 2017, Maringá. Anais [...]. Maringá, 2017. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3443.pdf>. Acesso em: 5 dez 2020.

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)**. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 2007.

CESÁRIO, Ana Cleide C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira: um estudo do poder local: Londrina 1934-1979**. 1986. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CESÁRIO, Ana Cleide C.; ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. A memória da ocupação de uma região na voz do jornal "Paraná-Norte". *In: KATUTA, Ângela Massumi; ELY, Deise Fabiana; PAULINO, Eliane Tomiasi; CUNHA, Fábio César Alves da; ANTONELLO, Ideni Terezinha (org.). Geografia e Mídia Impressa*. Londrina: Moriá, 2009, p. 199-214.

CIDRÃO, Romário Rosa; MATOS, João Victor Vasconcelos de; BRANDI, Daniel Pereira. Análise cronológica dos aspectos socio-históricos dos jornais O Dezenove de Dezembro, Gazeta do Povo e O Estado do Paraná e as suas contribuições ao jornalismo brasileiro. *In: XII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, 12., 2019. Natal, RN. **Anais do XII Encontro Nacional de História da Mídia**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do norte, 2019.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**, 1975.



CORRÊA, Denise A. Ensinar e aprender educação física na “era Vargas”: lembranças de velhos professores. *In: VI EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 6., 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006.

CORRÊA, P. S. de A. O Local e o Nacional em História da Educação: questões teórico-metodológicas. *In: ROSÁRIO, M. J. A. do; MELO, C. N. de; LOMBARDI, J. C. (orgs.). O Nacional e o Local na História da Educação*. Campinas: Alínea, 2012, p. 139-178.

COSTA, Álvaro; DENIPOTI, Cláudio. História do jornalismo paranaense: O inventário de Romário Martins nas comemorações do centenário da Imprensa Periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1908). **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**. v. 3. p. 146-162, 2016.

COSTA, C. J. Fontes jesuíticas e a educação brasileira. *In: COSTA, C. J.; PEREIRA MELO, J. J.; FABIANO, L. H (org.)*. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010. p. 193-214.

COUTINHO, Humberto Puiggari. **Londrina: 25 anos de sua história**. São Paulo. Edição Comemorativa do Jubileu de Prata, 1959.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CUNHA, Marcus Vinicius da. Dewey e Piaget no Brasil dos anos trinta. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 97, 1996, p. 5-12.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

DOTTA, Alexandre Godoy; TOMAZINI, Larissa Ribeiro; LOBO, Andrea Maria Carneiro. A condição da mulher no espaço educacional brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina. *In: EVINCI - EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*. Curitiba: UniBrasil/PUCPR. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/359/343>. Acesso em: 28 nov. 2021.

DUPAS, Gilberto. **O mito do Progresso ou o Progresso como ideologia**. São Paulo: Unesp, 2006.

FARIA, Thais Bento. **Em traços de modernidade: a história e a memória do grupo escolar “Hugo Simas” (Londrina-PR, 1937-1972)**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2010.

FAUSTO, Boris. **Memória e História**. São Paulo: Graal, 1995

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. *In: PANDOLFI, Dulce (org.)*. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 17-20.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

**FOLHA DE LONDRINA**. Londrina. 10 dez. 1969.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, 1993. p. 97-  
<http://www.scielo.br/pdf/physis/v3n2/04.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GATTI JÚNIOR, D.; PESSANHA, E. C. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. *In*: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2005.

GELBCKE, Vanessa Raianna, A educação, imprensa e intelectuais: um estudo dos periódicos Gazeta do Povo e Diário da Tarde (1910-1930). *In*: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUC-PR, 2011.

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino de história na Primeira República: algumas observações. *In*: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO - USOS DO PASSADO, 12., 2006, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: ANPUH-RJ, 2006.  
Disponível em  
<http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Rebeca%20Gontijo.pdf>.  
Acesso em 18 jan. 2021.

HABERMAS, Jürgen. 1984. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

HOFFMANN, Maria Luisa. **Fragmentos da história: o uso da fotografia para a recuperação e a preservação da memória de Londrina**. 451 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo, 2015.

HOFFMANN, Maria Luisa; PIVETA, Patrícia. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. *In*: BONI, Paulo César (org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009. p. 19-50.

HORTA, Silvério Baía. **O Hino, O Sermão e a Ordem do dia: Regime Autoritário e a Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00>. Acesso em: 18 maio 2020.

IBGE. **Sinopse do Censo de 1940**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 18 maio 2020.

JESUS, Gilmar Mascarenhas. **Construindo a cidade moderna**: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Porto Alegre, 1999, p. 17-39.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KANG, Thomas Hyeono. **Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil, 1930-1964**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Acesso em: 18 jan. 2021.

KOMARCHESQUI, Bruna M. **Retratos de uma cidade**: A fotografia no jornal *Paraná-Norte* (1934-1953) e na revista *A Pioneira* (1948-1954). Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

KREUTZ, Lucio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). UNISUL, **Tubarão**, v. 3, n. 5, p. 71-84, jan./jun. 2010.

LEÃO REGO, R.; MENEGUETTI, K. S. O território e a paisagem: a formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. **Paisagem e Ambiente**, n. 25, p. 37-53, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40258>. Acesso em: 2 fev. 2021.

LEITE, Carlos Henrique F. **A idéia de progresso na história de Londrina**: Uma análise por meio do jornal *Paraná-Norte* 1934-1953. Monografia (Graduação em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

LEITE, Carlos Henrique F. Do meio à mediação: O papel do Jornal *Paraná-Norte* na sociedade londrinense 1934 a 1953. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2013, Maringá-PR. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.

LEITE, Carlos Henrique F. **A imprensa como patrimônio documental de Londrina**: O jornal *Paraná-Norte* (1934 a 1953). Monografia (Especialização em Patrimônio e História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **O modesto semanário intervenção, atuação e mobilização**: o jornal *Paraná-Norte* na disputa pelo controle político em Londrina (1934-

1936). 101f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

LEME, Edson Holtz. **Noites ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. Londrina: Eduel, 2009.

LEME, Edson Holtz. **O teatro da memória: o Museu Histórico de Londrina-1959-2000**. Assis, 2013, 276 f. Tese (Doutorado em História), UNESP, 2013.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil durante a era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, p. 121-150, 1994.

LIMA, Aldivina Américo. **Ginásio Maringá (1952-1963): história da implantação de uma instituição escolar**. 2011. 336f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Tendências da Educação Brasileira**. 2. ed. Brasília: Inep/Mec, 2002.

LUCA, Tânia Regina de. **As revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas**. Curitiba: UFPR, 2006. p. 131-150. Disponível em: <http://www.musica.gulbenkian.pt>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LUCENA, Maria de Lurdes Almeida e Silva. **Imprensa e Educação: um estudo sobre o pensamento educacional no triângulo mineiro (1930-1945)**. 256 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; CARVALHO, Carlos Henrique de. O legado do Manifesto de 32 à educação brasileira: os desafios persistem. **Revista Educação Em Questão**, v. 51, n. 37, p.175-194, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7176>. Acesso em: jan.2021.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf). Acesso em: 12 fev. 2021.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P (org.) **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.

- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).
- MELO, Cristiane Silva; MORMUL, Njla Mehanna; MACHADO, Maria Gomes. Educação e cidadania: um olhar sobre o manifesto de 1932. **UEPG Ciências Humanas, Ciências Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, p. 91-101, jan./jun. 2012. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- MELO, Cristiane; COELHO, Gizeli Fermino; GIRALDELLI, Taís Renata Maziero; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Considerações sobre a imprensa periódica como fonte para a história da educação. *In*: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUC-PR, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22171\\_10190.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22171_10190.pdf). Acesso em: 16 nov. 2020.
- MEZZARROBA, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 92-101, jan. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16143/14696>. Acesso em: 26 maio 2020.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: UNESP, 2009.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NAKAGAWARA, Yoshiya. Questões agrárias e urbanas. Independências e subordinação, o caso norte-paranaense. **Terra e cultura**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 93-115, jan. 1981.
- NEVES, Margarida de Souza, HEIZER, Alda. **A ordem é o progresso: o Brasil entre 1870 e 1910**. São Paulo: Atual, 1998.
- OBERDIEK, Hermann Iark. **Responsabilidade e compromisso: Serviços médicos em Londrina e as relações de médicos com estes serviços: 1933 a 1971**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Legislação do Ensino no Estado do Paraná de 1889 a 1930**. 1999. Disponível em: [www.portalnepsul.com.br](http://www.portalnepsul.com.br). Acesso em: 15 nov. 2020.
- OLIVEIRA, Maria Cecília Martins de. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 143-155, 2001.
- PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Estante Paranista, 1976.
- POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRIORI, Amancio; *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012.

RENK, Valquíria. **Aprendi falar português na escola!** O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RODRIGUES, William; BICA, Alessandro Carvalho. Os reflexos políticos e educacionais da “campanha do tostão” no município de Bagé presente nas páginas do jornal Correio do Sul. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 6, n. 4, 12 fev. 2020.

ROSANELI, Alessandro Filla. **Cidades novas da fronteira do café:** história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná-São Paulo. 2009. 160f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada:** o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Ciranda Campos Santana dos; SANTOS, Laís de Souza dos. **A nova imprensa:** como os veículos baianos de comunicação realizaram a cobertura do Estado. 2009. Disponível em [www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20NOVA%20IMPRESA.pdf](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/A%20NOVA%20IMPRESA.pdf). Acesso em: jan. 2021.

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. *In:* STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. *In:* LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2004. p. 3-12.

SAVIANI, Dermeval. O Local e o Nacional na Historiografia da Educação Brasileira. *In:* ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O Nacional e o Local na História da Educação.** Campinas: Alínia, 2012. p. 13-29.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do “Longo século XX” brasileiro. *In:* SAVIANI, Dermeval *et al.* (org.). **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2006. p. 9-58.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Ideias que não se realizam:** o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHELBAUER, Analete Regina; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Ensino primário no meio rural paranaense: em foco as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores entre as

décadas de 30 e 50 do século XX. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Hist. Educ. [Online]**, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/05.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SCHWARTZ, Widson. **A aventura do jornalista pioneiro**. Jornal de Londrina, Londrina, p. 8<sup>a</sup>, 11 nov. 1997.

SCHWENGBER, Cláudia F. Pioneiros Alemães em Rolândia. In: VITECK, Harto (org.). **Imigração Alemã no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2012. p. 257-308.

SILVA, André Xavier da; HONORATO, Tony. O enquadramento do *football* na cidade planejada – Londrina dos anos 1930. **Revista Recorde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2018.

SILVA, Paulo Sérgio; CHAGAS, Honorato Crispiniano. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: primeiros movimentos (1942-44). **Albuquerque – revista de história**, v. 8, n. 15, p. 108-128, jan.-jun./2016.

SIMÃO, Alexandre. **Mario Pinto Serva e as fronteiras do campo educacional (1915 – 1928)**. Marília, 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

SIMÕES, José Luís. **Escola para as elites, cadeia para os vadios**. Relatos da imprensa piracicabana (1889-1930). Tese de Doutorado. Unimep, Piracicaba, 2005.

SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. **Revista Biblos**, Rio Grande, v. 19, p. 109-125, 2006.

SOUZA, Agnes Cruz de. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: [http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Agnes.pdf](http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Agnes.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

SOUZA, Anes Cruz. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. v. 5, n. 1, 2014.

SOUZA, Paulo André de. Avanços da educação brasileira garantidos pela Constituição Federal de 1934. In: XXIV SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e\\_6/6-005.pdf](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-005.pdf). Acesso em: jan. 2021.

SOUZA, Rosa de Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: UEL, 2002.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TOMAZI, Nelson Dacio. “**Norte do Paraná**”: História e fantasmagorias. 1997. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da Imprensa em Londrina**. Londrina: UEL, 1991.

VIEIRA, Ana Paula Leite. **O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro. 2019.

ZANELATTO, João Henrique. Estado, cultura e identidade nacional no tempo de Vargas. **Revista Tempos Acadêmicos**, Florianópolis, v. 1, n. 5, 2007.





